

MARCO JOSÉ DE OLIVEIRA DUARTE
EDNEIA ALVES DE OLIVEIRA
(ORGS.)

Questão social, território, políticas e sujeitos sociais

contribuições críticas para a
produção de conhecimento do
Serviço Social brasileiro



 Pedro & João
editores

**QUESTÃO SOCIAL, TERRITÓRIO,
POLÍTICAS E SUJEITOS SOCIAIS:**
**contribuições críticas para a produção de
conhecimento do Serviço Social brasileiro**



Pedro & João
editores

MARCO JOSÉ DE OLIVEIRA DUARTE
EDNEIA ALVES DE OLIVEIRA
(ORG.)

**QUESTÃO SOCIAL, TERRITÓRIO,
POLÍTICAS E SUJEITOS SOCIAIS:**
contribuições críticas para a produção de
conhecimento do Serviço Social brasileiro



Copyright © Autoras e autores

Todos os direitos garantidos. Qualquer parte desta obra pode ser reproduzida, transmitida ou arquivada desde que levados em conta os direitos das autoras e dos autores.

Marco José de Oliveira Duarte; Edneia Alves de Oliveira [Orgs.]

Questão social, território, políticas e sujeitos sociais: contribuições críticas para a produção de conhecimento do Serviço Social brasileiro.
São Carlos: Pedro & João Editores, 2026. 345p. 16 x 23 cm.

ISBN: 978-65-265-2824-2 [Digital]

DOI: 10.51795/9786526528242

1. Serviço Social. 2. Questão Social. 3. Política Social. 4. Capitalismo. 5. Relações Sociais. I. Título.

CDD – 361.3

Capa: Marcos Della Porta

Ficha Catalográfica: Hélio Márcio Pajeú – CRB – 8-8828

Diagramação: Diany Akiko Lee

Editor: Valdemir Miotello

Diretores executivos: Pedro Amaro de Moura Brito & João Rodrigo de Moura Brito

Conselho Editorial da Pedro & João Editores:

Augusto Ponzio (Bari/Itália); João Wanderley Geraldi (Unicamp/Brasil); Hélio Márcio Pajeú (UFPE/Brasil); Maria Isabel de Moura (UFSCar/Brasil); Maria da Piedade Resende da Costa (UFSCar/Brasil); Valdemir Miotello (UFSCar/Brasil); Ana Cláudia Bortolozzi (UNESP/Bauru/Brasil); Mariangela Lima de Almeida (UFES/Brasil); José Kuiava (UNIOESTE/Brasil); Marisol Barenco de Mello (UFF/Brasil); Camila Caracelli Scherma (UFFS/Brasil); Luís Fernando Soares Zuin (USP/Brasil); Ana Patrícia da Silva (UERJ/Brasil).



Pedro & João Editores

www.pedroejoaoeditores.com.br

13568-878 – São Carlos – SP

2026

SUMÁRIO

PREFÁCIO 9

Claudia Mônica dos Santos

APRESENTAÇÃO 13

Marco José de Oliveira Duarte

Edneia Alves de Oliveira

PARTE I

QUESTÃO SOCIAL, TERRITÓRIO E ESTADO CAPITALISTA

CAPÍTULO 1

**CRISE DO CAPITAL OU “CRISE DO NEOLIBERALISMO”?
CONSIDERAÇÕES ONTOLÓGICAS ACERCA DO
MOVIMENTO DO CAPITAL E DE SUAS CRISES**..... 23

Anderson Martins Silva

CAPÍTULO 2

**NEOLIBERALISMO E O ACIRRAMENTO DAS
DESIGUALDADES SOCIAIS: A POBREZA EM QUESTÃO NO
BRASIL**..... 45

Lívia Neves Ávila de França e Silva

Ednéia Alves de Oliveira

CAPÍTULO 3

**QUESTÃO AGRÁRIA EM MINAS GERAIS: ANÁLISE SOBRE
A ESTRUTURAÇÃO DO AGRONEGÓCIO NAS DIFERENTES
REGIÕES**..... 73

Michelle Neves Capuchinho

CAPÍTULO 4
A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA COMO INSÍGNIA
DA BARBÁRIE: DADOS, FATOS, POLÍTICAS E RESPOSTAS
..... 93

Fábio da Silva Calleia

CAPÍTULO 5
POLÍTICAS DE EMPREGO NO CAPITALISMO DEPENDENTE
BRASILEIRO..... 111

Patrícia da Silva Coutinho

PARTE II

SUJEITOS, LUTAS, MOVIMENTOS E POLÍTICAS SOCIAIS

CAPÍTULO 6
CAPITALISMO E VIOLÊNCIA COLONIAL MODERNA: O
ENFRENTAMENTO POR MEIO DA *ESCREVIVÊNCIA*..... 135

Thaísia Silva Martins

CAPÍTULO 7
ENTRE A AUTONOMIA PROCLAMADA E A AGUDIZAÇÃO
DA PRECARIZAÇÃO VIVIDA: TRABALHO EM
PLATAFORMAS DIGITAIS E A DISPUTA JURÍDICA SOBRE O
VÍNCULO EMPREGATÍCIO NO BRASIL 155

Isaura Barbosa de Oliveira Lanza

CAPÍTULO 8
O SERVIÇO SOCIAL NA HISTÓRIA: RELAÇÕES DA
PROFISSÃO COM OS MOVIMENTOS SOCIAIS EM JUIZ DE
FORA-MG..... 175

Juliano Zancanelo Rezende

Maria Lúcia Duriguetto

CAPÍTULO 9

APONTAMENTOS SOBRE AS CONTRIBUIÇÕES DO MÉTODO EM MARX PARA A APREENSÃO DA QUESTÃO ÉTNICO-RACIAL NO BRASIL..... 195

Nicole Cristina Oliveira Silva

CAPÍTULO 10

SERVIÇO SOCIAL E SAÚDE ANIMAL: CONTRIBUIÇÕES PARA A ÁREA DA SAÚDE..... 215

Luzia Amélia Ferreira

PARTE III

SERVIÇO SOCIAL, FORMAÇÃO E TRABALHO PROFISSIONAL

CAPÍTULO 11

A ORGANIZAÇÃO POLÍTICA DOS ASSISTENTES SOCIAIS E A VIRADA CRÍTICA DA PROFISSÃO: UMA ANÁLISE SOBRE A IMPORTÂNCIA DA ORGANIZAÇÃO SINDICAL NO SERVIÇO SOCIAL E A DIREÇÃO CRÍTICA DA PROFISSÃO 237

Tháise Seixas Peixoto de Carvalho

Carina Berta Moljo

CAPÍTULO 12

O PROCESSO DE VIRADA CRÍTICA DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL..... 257

Daniela Leonel de Paula Mendes

Carina Berta Moljo

CAPÍTULO 13

O PROJETO ACADÊMICO-PROFISSIONAL DA ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL DA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS (1972-1975): ALGUNS APONTAMENTOS DE SEU SIGNIFICADO E LEGADO 279

Gabriele Ponciano da Silva

CAPÍTULO 14	
AS E OS ASSISTENTES SOCIAIS NO MUNICÍPIO DE	
TEÓFILO OTONI (MG): INSERÇÃO, EXPANSÃO E	
CONSOLIDAÇÃO.....	295
Jhony Oliveira Zigato	
CAPÍTULO 15	
DO COMPLEXO DO IDEAL E DA IDEOLOGIA LUKACSIANO	
.....	313
Érika Alves Martins	
SOBRE AS AUTORIAS.....	333
APENDICE	
TESES DE DOUTORADO DEFENDIDAS NO PPGSS/UFJF	
(2019-2026).....	341

PREFÁCIO

Claudia Mônica dos Santos

O real não está na saída nem na chegada
ele se dispõe para a gente é no meio da travessia.
(João Guimarães Rosa. Grande Sertão: Veredas)

Foi com muita satisfação que recebi o convite da coordenação do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, da Universidade Federal de Juiz de Fora (PPGSS/UFJF), para prefacionar a coletânea *QUESTÃO SOCIAL, TERRITÓRIO, POLÍTICAS E SUJEITOS SOCIAIS: contribuições críticas para a produção de conhecimento do Serviço Social brasileiro*. Produção essa, dedicada aos egressos deste PPG, na modalidade doutorado, em comemoração aos 25 anos desse Programa.

Satisfação e, ao mesmo tempo, apreensão, tendo em vista, estar ciente da relevância da aprovação desse Programa, especialmente na modalidade “doutorado” para essa faculdade e para a própria Universidade Federal de Juiz de Fora, tendo em vista que a mesma, encontrava-se em pleno período de expansão de seus Programas de Pós-Graduação, sendo essa uma política prioritária da gestão à época. Essa política coincidia com os interesses da Faculdade de Serviço Social (FSS) e seu coletivo de docentes e discentes.

Efetivamente, no âmbito da Faculdade, já havia sido discutida a imperiosa necessidade de ampliação do PPGSS. Em 2015, foi aprovada a proposta de criação do doutorado, em reunião de Congregação, sendo indicada uma comissão para elaboração do projeto a ser enviado para concorrer ao Edital CAPES / APCN, ano de 2017.

A comissão, aprovada em reunião interdepartamental, foi composta pelas professoras Cláudia Mônica dos Santos (presidente da comissão); Carina Berta Moljo (coordenadora do mestrado à

época); Maria Lúcia Duriguetto; e dos professores Ronaldo Vielmi (vice-presidente da comissão); Rodrigo de Souza Filho; e Elcemir Paço Cunha.

O projeto elaborado, coletivamente por essa comissão, passou por apreciação e aprovação do corpo docente desta faculdade, em meados de 2017, enviado para validação à Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa (PROPP/UFJF) e à CAPES, em outubro de 2017. Entretanto, no ano de 2017 não houve avaliação dos projetos pela CAPES, acumulando 2017 e 2018. Desta forma, a proposta veio a ser aprovada, apenas, em finais do ano de 2018 e implementada em 2019.

A Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) vem contribuindo para que a cidade de Juiz de Fora se constitua em verdadeiro polo educacional e de desenvolvimento tecnológico e científico. De igual forma, o incremento das atividades da UFJF, em nível de Pós-Graduação, faz com que a instituição ocupe um relevante espaço em nível nacional na produção de conhecimento, captação de recursos e formação de recursos humanos. E a Faculdade de Serviço Social se destaca neste ranking.

O PPGSS/UFJF se constitui, até a presente data, no único Programa de Pós-Graduação em Serviço Social do estado de Minas Gerais, seja ele privado, seja ele público¹, colocando-se, igualmente, como um importante polo de capacitação de recursos humanos e produção científica, na área de Serviço Social.

Seu corpo discente é, majoritariamente, de Juiz de Fora e cidades da mesorregião da Zona da Mata. Contudo, também,

¹ Unimontes possui um DINTER com a Universidade de Brasília (UnB); o Programa de Pós-graduação em Economia Doméstica da UFV (Universidade Federal de Viçosa) fez a sua reestruturação curricular, sendo agora Programa de Pós-Graduação em Política Social, vinculado ao Departamento de Serviço Social (DSE-UFV) e ao Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal de Viçosa (CCH-UFV), agregando os cursos de Mestrado e Doutorado. Recentemente foi aprovado o Programa de Pós-Graduação em Política Social e Desenvolvimento Regional (PPGPSDR) da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM).

recebe estudantes de outras cidades de Minas Gerais; de estados vizinhos, como Rio de Janeiro, Espírito Santo, São Paulo, bem como, de outras regiões do Brasil, e mesmo de outros países, tendo em vista a produção e qualidade de seu corpo docente.

Criada em 1958, a Faculdade de Serviço Social (FSS/UFJF) fará 70 anos em 2028. Historicamente, é reconhecida, por seus pares, por sua tradição e qualidade nas atividades de ensino e extensão. Dentro da própria instituição foi e é referência nas atividades extensionistas, inclusive, seus docentes têm ocupado o cargo de Pró-reitora de extensão em diversas gestões, dentre outras Pró-reitorias. Com a aprovação do mestrado em Serviço Social, pela CAPES, em novembro de 2004 - iniciado seu funcionamento em 2005 -, fortalece-se as atividades de pesquisa e essas se intensificam com a criação do curso de doutorado, em 2019, por ocasião de sua primeira turma. Desta forma, busca-se manter uma grande aproximação e articulação com variados setores da sociedade por meio de parcerias e execução de projetos de extensão e pesquisa, que visam atender às demandas surgidas na sociedade, bem como, alimentar a produção científica da área de Serviço Social, em âmbito nacional e internacional.

Neste ano de 2026, o PPGSS/UFJF comemora 25 anos na modalidade mestrado e sete (7) anos na modalidade doutorado (2019-2026), propiciando o fortalecimento e enriquecimento da produção científica de seu corpo docente e discente. Importa ressaltar que muitas dessa produção é referência para a categoria de assistentes sociais – mas, não somente – em âmbito nacional e internacional (demais países da América Latina e Europa, principalmente, Portugal, Espanha e Reino Unido), sendo que a internacionalização é uma marca desse Programa.

Importa destacar as diversas parcerias nacionais e internacionais expressas em atividades de pesquisa, produção de livros, artigos e capítulos de livros, participações em bancas de mestrado e doutorado, organizações de eventos, dentre outras atividades, envolvendo docentes de universidades da América Latina, Europa e África. É na continuidade deste processo,

especialmente para o seu fortalecimento e consolidação, que a criação do curso de Doutorado também teve e mantém sua relevância, com destaque, nos últimos anos, em que tem se alargado, com as bolsas de sanduiche em universidades dos países da Europa, reforçando a política de intercâmbio acadêmico em que estudantes realizam parte da sua pesquisa no exterior, amadurecendo a internacionalização do programa.

Os Programas de pós-graduação em Serviço Social constituem ambientes privilegiados para o fortalecimento da produção de conhecimento na área do Serviço Social. Nesta direção, a pós-graduação tem dupla importância: é condição necessária ao aprofundamento das pesquisas e à produção de conhecimento, que se expressa em dissertações e teses de discentes, na produção acadêmica continuada de seu corpo docente e nos núcleos de estudos e pesquisas que incorporam alunos de iniciação científica ao nível de graduação. Assim pós-graduação, pesquisa e produção de conhecimento formam um tripé necessário para fortalecer a concepção de Serviço Social como área do conhecimento, para além de sua histórica concepção de área de intervenção.

Nessa direção, essa coletânea constituída por quinze (15) capítulos elaborados por egressos do PPGSS, da modalidade doutorado, sendo quatro (4) desses em coautoria com suas orientadoras, vem engrossar essa produção que pretende, igualmente, extrapolar fronteiras. Ela expressa a maturidade intelectual do Serviço Social brasileiro e descortina os caminhos percorridos pela Pós-Graduação em Serviço Social no Brasil.

Convidamos todos e todas para a leitura!

Portugal, abril de 2026.

APRESENTAÇÃO

Marco José de Oliveira Duarte
Edneia Alves de Oliveira

A ideia dessa coletânea, **QUESTÃO SOCIAL, TERRITÓRIO, POLÍTICAS E SUJEITOS SOCIAIS: contribuições críticas para a produção de conhecimento do Serviço Social brasileiro**, e, organizada pela coordenação do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora (PPGSS/UFJF), só foi possível pelo financiamento da Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado de Minas Gerais – FAPEMIG, que agradecemos.

A obra traz em seu conteúdo a produção acadêmica de seu corpo discente do curso de doutorado, ou seja, os capítulos que sintetizam as teses ou capítulos das teses de doutorado em serviço social defendidas no âmbito do PPGSS/UFJF. Assim, a coletânea contempla a primeira turma do curso de doutorado, de 2019, até a turma de 2022, ou seja, 4 turmas e publiciza 15 teses presentes das 19 defendidas até fevereiro de 2026, prazo que nos limitou para a organização dos textos, a finalização do período e as imposições legais do contrato entre a agência acima e a editora.

A coletânea visibiliza a produção discente do curso de doutorado do programa de pós-graduação, que de fato são hoje egressos/as e doutores/as, com um número significativo exercendo a docência em instituições de ensino superior e dando continuidade as suas pesquisas de doutorado. Mas por outro lado e sobretudo, a coletânea brinda o sucesso, a alegria e o nosso orgulho em viabilizar a referida produção em um momento em que o PPGSS/UFJF comemora 25 anos de existência e, particularmente, o curso de doutorado com seus 7 anos (2019-2026), com quase vinte teses defendidas e uma dessas, que se apresenta aqui com um

capítulo, foi a primeira do programa de pós-graduação a concorrer ao Prêmio CAPES de Tese.

Os programas de pós-graduação *stricto sensu* em Serviço Social no país, com seus cursos de mestrado e doutorado acadêmicos, consolidam-se como polos de excelência na produção de conhecimento e na pesquisa científica, mantendo a relação dialética entre teoria e realidade social. A produção acadêmica da área de Serviço Social, vem priorizando, no marco da renovação profissional, a análise da questão social, das políticas sociais contemporâneas e do adensamento teórico-metodológico da profissão.

Destaca-se, ainda, a contribuição dessa referida produção ao campo das Ciências Sociais Aplicadas, em que se situa o Serviço Social, como área de conhecimento, mas que não se restringe a ela, mas outros campos de saber, como também tem interlocução e interseccionalidade, ao pautar temas emergentes, transversais e atuais, tendo análises críticas e fundamentadas das políticas sociais, das políticas públicas e das presentes no âmbito da seguridade social, mas também do mundo do trabalho, dos movimentos sociais, dentre outros, com estudos territoriais, locais, regionais, estaduais, nacionais e internacionais,

O PPGSS/UFJF tem como área de concentração, *Questão Social, Território, Política Social e Serviço Social*, constituída de duas linhas de pesquisa *Política Social e Gestão Pública* e *Serviço Social e Sujeitos Sociais*, por isso o título dessa coletânea, na perspectiva de contemplar os temas oriundos e orgânicos aos seus campos de estudos e pesquisas, bem como dos grupos de pesquisa, que fomentam, junto com as disciplinas, a formação pós-graduada de seu corpo discente e que constituem a área de conhecimento do Serviço Social. Assim, essa coletânea vem reforçar a coerência teórica, política e ética do PPGSS com seus objetivos, ao formar pesquisadores, docentes e profissionais para atuarem, de forma qualificada e competente, na realização de estudos e pesquisas, tanto no ensino superior e demais organismos de pesquisa, como

de instituições públicas, privadas e agências sociais, como espaços sócio-ocupacionais do trabalho profissional de assistentes sociais.

A obra está constituída em 3 partes e a primeira trata de um conjunto de capítulos que abordam os temas que envolvem, **QUESTÃO SOCIAL, TERRITÓRIO E ESTADO CAPITALISTA**. Nela temos 5 capítulos, assim contemplados, em que o capítulo 1, **Crise do capital ou “crise do neoliberalismo”? Considerações ontológicas acerca do movimento do capital e de suas crises**, de autoria de Anderson Martins Silva, trata de um capítulo da sua tese de doutorado. O autor toma a consideração de que o capital, como sistema técnico de avaliação simultânea de preços, ao deslocar o problema do âmbito da produção em geral para o da distribuição, sustenta que determinadas leituras tendem a identificar unilateralmente o neoliberalismo, a financeirização e os limites da demanda efetiva como causa das crises. Assim, essa controvérsia é relevante teórica e politicamente, para a compreensão das determinações da questão social na contemporaneidade, nos marcos da crítica da economia política.

O capítulo 2, **Neoliberalismo e o acirramento das desigualdades sociais: a pobreza em questão no Brasil**, elaborado pela Lívia Neves Ávila de França e Silva e sua orientadora, a docente Ednéia Alves de Oliveira. Trata-se de um capítulo que faz a síntese de dois capítulos da tese, cuja análise se debruçou sobre as iniciativas dos governos brasileiros no “combate” à pobreza e à desigualdade social com ênfase no período neoliberal.

Com o título, **Questão agrária em Minas Gerais: análise sobre a estruturação do agronegócio nas diferentes regiões**, tem-se o capítulo 3, elaborado pela Michelle Neves Capuchinho, através da síntese de sua tese, que tem como objetivo analisar a produção do agronegócio caracterizando as principais formas de exploração da terra nas diferentes mesorregiões de Minas Gerais, apresentando as principais cadeias produtivas que estão estruturadas no estado: café, gado, grãos, sucroalcooleiro e mineração.

A população em situação de rua como insígnia da barbárie: dados, fatos, políticas e respostas, elaborado por Fábio da Silva

Calleia, é o capítulo 4 dessa obra e que corresponde ao último item da sua tese. Trata de uma análise sobre o cenário da barbárie, orgânica a crise estrutural do capital e que a exponenciação dos supérfluos é a insígnia representativa das ruínas dessa sociedade em estado de colapso, de uma humanidade em decomposição, já descartada e em processo de putrefação.

E por fim, o último capítulo dessa primeira parte, o capítulo 5 de Patrícia da Silva Coutinho, intitulado, **Políticas de emprego no capitalismo dependente brasileiro**. Neste sentido a autora foca sua análise no agravamento das refrações da questão social e o surgimento de novas expressões da desigualdade, em uma realidade marcada por precarização, insegurança e regressão de direitos. Assim, discutir os impactos desse processo sobre a classe trabalhadora é, portanto, indispensável não apenas para interpretar o presente, mas para qualificar estratégias coletivas de enfrentamento, luta e resistência situadas na particularidade do capitalismo dependente latino-americano.

A segunda parte dessa coletânea, **SUJEITOS, LUTAS, MOVIMENTOS E POLÍTICAS SOCIAIS** organiza os capítulos que problematizam esses temas e que perpassam diferentes sujeitos sociais, inclusive da profissão, a partir das lutas e movimentos sociais, como os que envolvem a questão racial, de gênero e do trabalho. Assim, temos 5 capítulos, sendo o primeiro dessa parte, mas o sexto da obra, o elaborado por Thaisa Silva Martins e intitulado como **Capitalismo e violência colonial moderna: o enfrentamento por meio da escrevivência**. O capítulo objetiva discutir fundamentos históricos acerca do colonialismo e da modernidade, e as inerentes faces violentas, as quais são fundamentos do capitalismo. Diante disso, a autora problematiza o enfrentamento às violências criada por este sistema, destacando o debate sobre o sentido de escrevivência. O foco da autora, portanto, é sobre a violência sofrida por mulheres negras decorrente do capitalismo, e seu processo de exclusão racial, social e de gênero, assim a escrevivência emerge como uma forma de resistência às opressões vivenciadas por essas mulheres negras no capitalismo.

O capítulo 7, **Entre a autonomia proclamada e a agudização da precarização vivida: trabalho em plataformas digitais e a disputa jurídica sobre o vínculo empregatício no Brasil**, de Isaura Barbosa de Oliveira Lanza, constitui uma síntese do 4º capítulo de sua tese em que apresenta uma análise das condições de trabalho dos motoristas vinculados a empresas-plataforma no Brasil e o tratamento jurídico que vem sendo conferido a essa relação no âmbito do Poder Judiciário brasileiro.

Com o título, **O serviço social na história: relações da profissão com os movimentos sociais em Juiz de Fora-MG**, temos o capítulo 8, elaborado por Juliano Zancanelo Rezende e sua orientadora, a docente, Maria Lúcia Duriguetto. Trata-se de parte dos resultados obtidos na pesquisa de doutoramento, voltada à elucidação de relações históricas da profissão com as lutas e movimentos sociais em Juiz de Fora. No que se refere às requisições de ordem acadêmica, a construção de histórias novas do Serviço Social que implica em sistematizações do conhecimento científico sobre os acontecimentos históricos que entrelaçam a profissão e seus fundamentos, evidenciando o que ainda não foi profundamente explorado pelas investigações acumuladas.

O capítulo 9, **Apontamentos sobre as contribuições do método em Marx para a apreensão da questão étnico-racial no Brasil**, elaborado pela Nicole Cristina Oliveira Silva, apresenta parte das reflexões e resultados presentes na tese de doutorado. A autora demonstra, a partir de uma análise bibliográfica e reflexiva, a contribuição teórico-metodológica do marxismo para apreensão da questão étnico-racial no Brasil.

Finalizando essa parte, Luzia Amélia Ferreira, autora do capítulo 10, com o título, **Serviço social e saúde animal: contribuições para a área da saúde** nos oferece um amplo e inédito estudo surgido a partir de sua longa trajetória profissional com inserção no campo da saúde animal em um hospital veterinário universitário em Minas Gerais. Assim, o capítulo tenta apresentar a relação entre esse novo campo sócio-ocupacional para a profissão,

problematizando questões e interfaces entre o serviço social, a saúde e a saúde animal na contemporaneidade.

Por fim, a terceira e última parte dessa obra, com o título, **SERVIÇO SOCIAL, FORMAÇÃO E TRABALHO PROFISSIONAL** tem como tema o debate sobre os fundamentos do Serviço Social e dessa contribuição no âmbito do PPGSS para a discussão nacional de sua história. Assim, dos cinco capítulos, inaugurando essa parte, temos o capítulo 11, elaborado pela Thaíse Seixas Peixoto de Carvalho e sua orientadora, a docente Carina Berta Moljo, intitulado, **A organização política dos assistentes sociais e a virada crítica da profissão: uma análise sobre a importância da organização sindical no serviço social e a direção crítica da profissão**. O capítulo é uma síntese da tese de doutorado, que analisa a construção da cultura política e a organização político-profissional do Serviço Social, no processo da virada crítica da categoria profissional do Serviço Social que se deu entre as décadas de 1960 e 1990, culminando no que ficou conhecido como processo de *Renovação crítica do Serviço Social* brasileiro, concentrando-se especialmente no caso de Minas Gerais.

O capítulo 12, **O processo de virada crítica da formação profissional em serviço social no Brasil**, foi elaborado pela Daniela Leonel de Paula Mendes e sua orientadora, a docente, Carina Berta Moljo. O texto analisa o processo da virada crítica da formação profissional durante o período de renovação do serviço social brasileiro no período de 1964 a 1985, buscando identificar seus marcos históricos, teóricos e políticos e o papel desempenhado pela Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social (ABESS), no seu papel de organização política, destacando seus protagonistas na história da profissão;

No capítulo 13, elaborado pela Gabriele Ponciano da Silva, intitulado, **O projeto acadêmico-profissional da Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais (1972-1975): alguns apontamentos de seu significado e legado**, tem-se o foco na reestruturação curricular, ocorrida na referida escola, no limiar da década de 1970, no bojo do movimento de reconceituação latino-

americano e o método BH, com o seu significado e reconhecimento ímpar, pioneiro, ousado e histórico para o serviço social.

Com o título, **As e Os assistentes sociais no Município de Teófilo Otoni (MG): inserção, expansão e consolidação**, tem-se o capítulo 14, elaborado por Jhony Oliveira Zigato, que apresenta o percurso histórico da profissão de serviço social no município de Teófilo Otoni (MG) a partir dos anos 1980 à atualidade, tomando como base material as entrevistas com assistentes sociais da região. Assim, ao apreender a formação sócio-histórica regional, toma-se as particularidades da profissão no referido município, localizado no Vale do Mucuri (MG), Nordeste do estado mineiro.

E por fim, o último dessa parte e da coletânea, mas não menos importante, o capítulo 15, intitulado, **Do complexo do ideal e da ideologia lukacsiano**, elaborado pela Érika Alves Martins. Na perspectiva ontológico-crítica lukacsiana, em particular, das categorias de ideal e ideologia, a autora trata da fundamentação teórico do projeto ético-político da profissão. Nesse horizonte, a ideologia, assume centralidade no capítulo, apreendida como mediação entre as contradições materiais e a consciência social.

Toda essa produção científica, em sua maioria, foi produzida atravessada pela pandemia de Covid-19, por uma gestão conservadora no cenário nacional, com redução de verbas públicas para a educação e ciência e tecnologia. Mas a resistência da universidade pública e, em particular, da pós-graduação, foi pautada no compromisso público, com a maioria da sociedade brasileira que compõe a classe trabalhadora que investe para o avanço da ciência e com retorno do conhecimento acadêmico para a garantia da democracia e dos direitos e políticas sociais.

PARTE I

QUESTÃO SOCIAL, TERRITÓRIO E ESTADO CAPITALISTA

CAPÍTULO 1

CRISE DO CAPITAL OU “CRISE DO NEOLIBERALISMO”? CONSIDERAÇÕES ONTOLÓGICAS ACERCA DO MOVIMENTO DO CAPITAL E DE SUAS CRISES

Anderson Martins Silva

O tempo é o campo do desenvolvimento humano
(Karl Marx, 1982, p. 177)

Introdução

O período aberto com a crise econômica mundial dos anos 1970, marcado pela queda da lucratividade em economias como a dos EUA, Alemanha e Japão, pelo baixo dinamismo econômico, pela estagnação e pela reestruturação da acumulação capitalista em suas dimensões produtiva e financeira, conferiu renovado interesse à lei tendencial da queda da taxa de lucro como elemento determinante para a compreensão do movimento do capital.

Desde a década de 1960, a lei marxiana tem sido sistematicamente questionada com base no teorema de Okishio (2024), segundo o qual aumentos de produtividade não poderiam gerar uma tendência de diminuição da taxa média de lucro como a identificada por Marx em *O Capital*. Sustentamos que Okishio não refuta a lei marxiana, mas altera seus pressupostos ontológicos ao redefinir a noção de capital, operando uma mudança de objeto, de modo que a *análise das múltiplas determinações do processo de valorização do capital é substituída pela análise de uma taxa de lucro construída a partir da determinação simultânea dos preços dos insumos e dos produtos. O debate não se reduz à escolha de uma ou outra forma de mensuração da taxa de lucro, visto que as diferentes formas de cálculo*

dependem de um problema anterior: a concepção de capital assumida pelo pesquisador.

Aqui, o termo ontológico se refere ao estatuto real das categorias capital, lucro e taxa de lucro constituintes do movimento do capital. O que colocamos em questão é se o capital consiste em uma relação social contraditória que se move ao longo do tempo, implicando processos de valorização e desvalorização do capital adiantado, ou se consiste em um sistema técnico de avaliação simultânea dos preços dos insumos e produtos, no qual se abstrai da dimensão temporal imanente à produção e reprodução do mais-valor.

Nossa tese consiste na afirmação de que a consideração, explícita ou implícita, do capital como sistema técnico de avaliação simultânea de preços, ao deslocar o problema do âmbito da produção em geral para o da distribuição, sustenta leituras que tendem a identificar unilateralmente o neoliberalismo, a financeirização e os limites da demanda efetiva como causa das crises (Duménil; Lévy, 2011; Husson, 2009). A controvérsia delineada é especialmente relevante para a compreensão das determinações da questão social na contemporaneidade, nos marcos da crítica da economia política.

Superprodução de capital, metamorfose da mercadoria e possibilidade formal das crises capitalistas

Nas Teorias da mais-valia, Marx (1980, p. 929, *grifos nossos*) critica a posição de John Stuart Mill, Ricardo e Say, que, ao pressupor o equilíbrio entre oferta e demanda, afirmam “ser impossível superprodução ou pelo menos pletora geral do mercado”. Ao contrário, considera que o processo de acumulação capitalista é desequilibrado, os “ajustamentos” na relação entre a oferta e a procura de mercadorias e a “proporção do emprego dos capitais nos ramos particulares [...] são todos casuais” e desenvolvem-se em um processo que “supõe por igual a desproporção constante que ele tem de nivelar de maneira

ininterrupta e muitas vezes violentas”, por meio das crises (Marx, 1980, p. 929, *grifos nossos*).

A metamorfose da mercadoria expressa a unidade contraditória do processo de produção e circulação do capital, na qual se encontra formalmente tanto a possibilidade da restauração violenta da unidade, quanto de sua separação nas crises. Ao analisar o *processo global de reprodução do capital*, como *unidade entre produção e circulação*, Marx evidencia que a possibilidade de sua dissociação “desenvolve” ainda mais a “possibilidade da crise” (Marx, 1980, p. 943).

Em Marx (1980, p. 945), a consideração da metamorfose da mercadoria e da unidade entre produção e circulação implica apenas que “existe a *forma* para uma crise”. A consideração do desdobramento D-M-D’ – processo de valorização do capital – nos revela que o capital não constitui uma identidade imediata entre insumos e produtos resultantes, mas um processo contraditório que se desenvolve ao longo do tempo. Tal movimento implica a possibilidade, sempre presente, de desvalorização do capital adiantado. A possibilidade das crises, mesmo em sua forma mais abstrata, não é decorrente de fatores exógenos ao processo de produção e reprodução do mais-valor, mas da própria separação no tempo entre produção e realização do mais-valor característica da unidade contraditória entre produção e circulação do capital.

Da forma ao conteúdo das relações sociais de produção capitalistas

Segundo Marx (1980, p. 962), no capitalismo não podemos em absoluto falar de superprodução de produtos, como se pudesse haver um volume de produto excessivo em relação às necessidades da população. Pelo contrário, “temos de dizer que na base da produção capitalista sempre se produz de menos”. *Superprodução de produtos e superprodução de mercadorias não podem ser consideradas a mesma coisa.*

Na análise marxiana, o *deslocamento analítico para a distribuição* impede que Ricardo compreenda que os limites da acumulação de capital são postos pelo próprio desenvolvimento das forças produtivas sob relações sociais capitalistas (Marx, 2017b, p. 298). Deste modo, a lucratividade do capital não é ameaçada por variações salariais ou pela elevação da renda da terra como aparece em Ricardo, mas pelo desenvolvimento da contradição entre o crescimento das forças produtivas e as relações privadas de produção e apropriação do mais-valor que engendram as condições para a eclosão das “crises” e “outras manifestações como a superprodução – o *fenômeno fundamental das crises*” (Marx, 1980, p. 968).

Assim, os limites do modo de produção capitalista se apresentam de duas formas. Em primeiro lugar, no fato de que o “*desenvolvimento da força produtiva do trabalho gera, com a queda da taxa de lucro, uma lei que, em certo ponto, opõe-se do modo mais hostil ao desenvolvimento dessa força produtiva e que, por isso, tem de ser constantemente superada por meio de crises*” (Marx, 2017b, p. 297-298, *grifos nossos*). Em segundo lugar, no fato de que em “*termos capitalistas*” o “*lucro*” e sua proporção em relação ao capital adiantado – a taxa de lucro – é que “*decidem se a produção deve ser expandida ou restringida, e não a relação entre a produção e as necessidades sociais, as necessidades dos seres humanos socialmente desenvolvidos*”. O conteúdo fundamental das crises cíclicas do capitalismo encontra-se na contradição entre a ampliação das forças produtivas do trabalho social – crescimento da composição orgânica do capital – e as relações de produção capitalistas, expressa na superprodução de capital, isto é, na impossibilidade de seguir valorizando a massa de capital criada ao longo do processo de acumulação (Marx, 2017b, p. 306).

A tendência de queda da taxa de lucro não deve ser considerada como causa unilateral das crises, mas como uma das formas de manifestação da dificuldade de seguir valorizando a massa de capital acumulada. A superprodução característica das crises tratadas por Marx (2017b) não é a superprodução de bens para o consumo, mas a superprodução de capital. Nas crises do movimento cíclico, o capital encontra limites agudos à

continuidade de sua acumulação. A superprodução aparece, então, como excesso de capital em relação às possibilidades de sua valorização. Nesse sentido, a tendência de queda da taxa de lucro expressa o desenvolvimento da contradição entre o avanço das forças produtivas do trabalho social e as relações sociais de produção capitalistas ao longo dos ciclos.

A lei tendencial da queda da taxa de lucro

A tendência à queda da taxa de lucro identificada por Marx no Livro III de O Capital é uma expressão em nível mais concreto das contradições imanentes ao movimento do capital tratadas na seção 1. Como nos chama a atenção Carcanholo (2021, p. 8, *grifos nossos*), a *“lei da queda tendencial da taxa de lucro não é nada mais nada menos do que a lei geral da acumulação capitalista, tratada no capítulo 23 do livro I [d’O Capital], com mais determinações/desdobramentos concretos”*.

Na seção III do livro III de O Capital, mais especificamente no capítulo 13, Marx nos revela que, mesmo que a quantidade de mais-valor produzido e apropriado pelo capital cresça, o *capital total adiantado* para tanto tende a *se elevar mais rapidamente do que a própria produção do mais-valor que ele promove*. O desenvolvimento das forças produtivas eleva a composição orgânica do capital, tornando cada vez mais difícil para os capitalistas a valorização do capital total adiantado, dada a dimensão cada vez maior da massa de capital exigida para a valorização e a dimensão cada vez menor da força de trabalho empregada para colocá-lo em movimento.

Na análise apresentada por Marx (2017b, p. 285), a *“taxa de lucro diminui não porque o trabalhador seja menos explorado, mas porque se emprega menos trabalho em proporção ao capital investido em geral”*. Ou seja, a lei tendencial da queda da taxa de lucro consiste em uma expressão do desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social – da produtividade do trabalho – sob a égide da propriedade privada. Nenhum *“capitalista emprega voluntariamente um novo método de produção, por mais produtivo que possa ser ou por mais que possa aumentar a taxa de mais-valor, quando esse novo método faz diminuir a taxa de lucro”* (Marx,

2017b, p. 304). É a generalização dos novos métodos produtivos na economia que eleva a composição orgânica do capital total, implicando uma tendência de queda da taxa média de lucro “absolutamente independente da vontade dos capitalistas”.

Marx refere-se aqui à taxa média social de lucro, formada por meio da equalização na concorrência. A taxa individual do capital inovador pode inicialmente elevar-se, mas a generalização técnica impõe a nova composição orgânica ao capital social total, determinando a tendência de queda da taxa média.

Na seção III do livro III, Marx dá um passo atrás com relação ao nível de abstração no qual conclui a seção II. Aqui, a relação entre o preço de mercado tal como ele aparece na superfície das relações capitalistas de produção – mercado – e o valor é mediada pelo preço de produção. O mesmo ocorre na relação estabelecida entre o mais-valor, o essencial a ser investigado, e a taxa efetiva de lucro que aparece no mercado e só pode ser compreendida quando se considera o papel mediador da *taxa média de lucro*. Em síntese, a lei da queda tendencial da taxa de lucro é analisada por Marx no nível de abstração da taxa média de lucro, não no nível mais concreto da taxa efetiva de lucro empiricamente observável na superfície da economia capitalista.

Deste modo, Marx analisa o “desdobramento da taxa de mais-valor (determinada pela lei geral da acumulação capitalista) no plano mais complexo e concreto da taxa de lucro, e sua tendência à queda” (Carcanholo, 2021, p. 7-8). Dito isso, trata-se, como em todas as leis de movimento do capital analisadas por Marx, de uma lei tendencial resultante da relação dialética entre as diferentes tendências colocadas em curso pelo próprio movimento da acumulação.

Como veremos, ao afirmar a inconsistência lógica da lei tendencial da queda da taxa de lucro, o teorema de Okishio não coloca em questão apenas os resultados empíricos obtidos por Marx, ele questiona os próprios pressupostos ontológicos que fundamentam a crítica da economia política.

O teorema de Okishio

Em Marx, o capital não corresponde a um conjunto de meios de produção avaliados em determinado momento por meio de uma técnica específica de mensuração. Trata-se de uma *relação social de produção e reprodução do mais-valor que se desenvolve ao longo do tempo, na qual as transformações técnicas têm como efeito a ampliação da produtividade do trabalho social, a valorização e a desvalorização do capital total adiantado*. Ao igualar as condições de produção vigentes no passado às do presente, desconsiderando a historicidade dessas condições e as transformações pelas quais passam ao longo do tempo, o teorema de Okishio se afasta da compreensão marxiana de capital e, por conseguinte, da taxa de lucro.

O capital deixa de ser analisado como relação social de produção do mais-valor ao longo do tempo, e passa a ser considerado apenas como um sistema técnico atemporal de articulação entre os preços dos insumos e produtos. A taxa de lucro deixa de ser a manifestação e a forma pela qual aparecem as contradições imanentes ao processo de produção e reprodução do mais-valor e passa a ser compreendida como uma relação técnica entre grandezas avaliadas simultaneamente. Com isso, a possibilidade da ocorrência da tendência de queda da taxa de lucro é desconsiderada, dado o negligenciamento da desvalorização do capital adiantado como elemento constituinte da acumulação ao longo dos ciclos.

Na contramão da concepção marxiana, o teorema de Okishio afirma que a inovação tecnológica promovida pelos capitalistas para maximizar seus lucros, dados preços e salários constantes, nunca poderia determinar a ocorrência de uma tendência de queda da taxa de lucro como a identificada por Marx. Como sintetiza Kliman (2011, p. 106, tradução e *grifos nossos*) o teorema “supostamente demonstrou que, se uma empresa adota uma mudança técnica que aumenta sua própria taxa de lucro, dados preços e salários atuais, então a taxa de lucro em toda a economia

também será sempre maior (ou constante)”, nunca menor do que antes da inovação.

Segundo Okishio (2024, p. 2-3, tradução e grifos nossos), o *critério dos capitalistas* para a adoção de “*novas técnicas de produção [...] não é o aumento da produtividade do trabalho, mas sim a redução do custo de produção*”¹. Tal mudança de critério implica que as “*novas técnicas de produção introduzidas pelo capitalista não aumentam necessariamente a produtividade do trabalho, ainda que reduzam [...] o custo de produção*”². Aqui, devemos observar que o critério do capitalista individual para a adoção de novas técnicas produtivas não pode ser confundido com o critério da produtividade do trabalho social considerado por Marx (Okishio, 2024, p. 3, tradução e grifos nossos).

Ao analisar os efeitos do progresso técnico sobre a taxa de mais-valor, a partir do critério dos custos, Okishio (2024, p. 4) chama a atenção para a importância da distinção ricardiana entre “setores fundamentais e não fundamentais”³ da economia, visto que a distinção assinalada tem uma “importância crucial na hora de analisar os efeitos do progresso técnico sobre a taxa de lucro”⁴. Com tal movimento, Okishio desloca a análise da produção e da reprodução do capital para a esfera da distribuição entre salários e

¹ Al considerar la introducción de nuevas técnicas de producción, el criterio del capitalista no es el aumento de la productividad del trabajo, sino la reducción del coste de producción. El «criterio de productividad» difiere del «criterio de coste» (Okishio, 1961, p. 2).

² En la medida en que el criterio del capitalista es el de los costes y no el de la productividad, las nuevas técnicas de producción introducidas por el capitalista no aumentan necesariamente la productividad del trabajo, aunque sí reducen necesariamente el coste de producción (Okishio, 1961, p. 3).

³ A la hora de analizar los efectos sobre la tasa de plusvalor, es muy importante distinguir entre los sectores fundamentales y los no-fundamentales. Marx, como D. Ricardo, reconoció plenamente este hecho (Okishio, 1961, p. 4).

⁴ Pero esta distinción tiene también una importancia crucial a la hora de analizar los efectos del progreso técnico sobre la tasa de ganancia, como señaló Ricardo. Marx no lo admitió y, como demostraremos más adelante, se equivocó en este punto (Okishio, 1961, p. 4).

lucros. Aqui, a taxa de lucro deixa de ser o resultado da valorização do capital total adiantado e passa a refletir as variações dos custos vigentes nos setores produtores de bens consumidos pelos trabalhadores por meio de seus salários.

Tal procedimento implica na mudança de objeto em relação àquele analisado por Marx em *O Capital* e na aproximação do modo como Ricardo considerava as determinações da taxa de lucro. Aqui, o movimento da taxa de lucro é determinado pelo nível técnico da produção e pela variação do salário real – limites para ampliação da produção de bens salário na agricultura – e, não pelo desenvolvimento da produtividade do trabalho social constituinte do movimento de valorização/desvalorização do capital. Na prática, o teorema de Okishio não invalida a lei tendencial da queda da taxa de lucro.

O que está em questão: método de mensuração da taxa de lucro ou ontologia?

Conforme Okishio (2024, p. 5), apenas a mensuração da taxa de lucro por meio do quociente $m/(c+v)$ considerada por Marx em *O Capital*, permite a identificação de uma tendência de queda da taxa de lucro como resultado do crescimento da produtividade do trabalho social. No entanto, o economista considera que Marx se equivoca ao adotar um procedimento tão simples.

Na análise de Okishio a taxa de lucro deveria ser calculada de outra forma, de modo ricardiano, construída a partir da distinção entre os setores fundamentais e não fundamentais da economia. O movimento da taxa de lucro deixa de refletir a valorização do capital total adiantado e passa a responder às variações dos preços dos bens produzidos nos setores fundamentais da economia, em especial, naqueles que contribuem para a variação do preço de reprodução da força de trabalho.

Para além do problema da mensuração da taxa de lucro, Okishio sustenta que antes de concluir pelo apoio à proposição de Marx acerca da tendência de queda da taxa de lucro, faz-se

necesário analisar um outro aspecto, qual seja, o *tipo de novas técnicas que são introduzidas pelos capitalistas* (Okishio, 2024, p. 6, tradução do autor). Diferente de Marx, o autor considera que os *“capitalistas elegem uma nova técnica de produção em uma economia capitalista, principalmente segundo o critério do custo”*⁵. Ou seja, é a *redução do custo de produção que “estabelece o limite do aumento da produtividade do trabalho”*. Nessas condições, o autor entende que é necessário considerar os *“efeitos sobre a taxa geral de lucro de uma introdução de técnicas de produção impulsionadas pelo critério dos custos”*⁶.

A partir dos pressupostos delineados, Okishio (2024, p. 6, tradução e grifos nossos) conclui que se o *“setor em que se introduz a nova tecnologia é um setor não fundamental, a taxa geral de lucro não se vê afetada”*⁷, ao passo que, se o *“setor em que se introduz a nova tecnologia é um setor fundamental, a taxa geral de lucro aumenta necessariamente”*. Daí decorre sua crítica fundamental, de que o movimento tendencial de queda da taxa de lucro identificado por Marx, decorre de seu equívoco ao desconsiderar a distinção ricardiana entre setores fundamentais e não fundamentais da economia, e assumir um coeficiente tão simples como $m/(c+v)$ para a mensuração da taxa de lucro.

Em síntese, Okishio considera a taxa de lucro apresentada por Marx um procedimento inadequado para determinação da taxa geral de lucro. A partir da rejeição do quociente $m/(c+v)$ e da sua

⁵ los capitalistas eligen una nueva técnica de producción, en una economía capitalista, principalmente según el criterio de coste. Aunque existieran técnicas que aumentarían enormemente la productividad del trabajo, los capitalistas no podrían introducirlas si no reducen el coste de producción. Esta condición establece el límite del aumento de la productividad del trabajo (Okishio, 2024, p. 6).

⁶ Hay que considerar los efectos sobre la tasa general de ganancia de una introducción de técnicas de producción impulsadas por el criterio de coste (Okishio, 2024, p. 6).

⁷ Si el sector en el que se introduce la nueva tecnología es un sector no-fundamental, la tasa general de ganancia no se ve afectada [...] Si el sector en el que se introduce la nueva tecnología es un sector fundamental, la tasa general de ganancia aumenta necesariamente (Okishio, 1961, p. 6).

substituição por uma “taxa de lucro” que leva em consideração a distinção ricardiana entre os setores fundamentais e não fundamentais da economia, Okishio promove o deslocamento da análise da taxa de lucro do terreno das contradições imanentes à produção e a reprodução do capital para o terreno da distribuição entre salários e lucros. Assim, o que está em questão não é somente a forma de mensuração da taxa de lucro, mas a própria concepção ontológica de capital subjacente à análise do movimento da taxa média de lucro.

O equívoco lógico de Okishio: simultaneísmo e eliminação da temporalidade

Em sua análise do *movimento tendencial da taxa de lucro* em O Capital, Marx partia do *pressuposto de que ela não era meramente um dado numérico ou relação física entre coisas, mas sim a forma específica como o mais-valor socialmente produzido aparece na superfície da economia capitalista*. Trata-se de uma expressão mistificada da produção do valor sob a égide do capital, determinada pela *contradição entre o desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social e as relações sociais de produção e reprodução capitalista*.

Ao considerar o desenvolvimento da maquinaria e da grande indústria no capítulo 15 do livro I de O Capital, Marx (2017a, p. 477) destaca duas razões para que ocorra o “desgaste material da máquina”. Por um lado, o alemão destaca o próprio uso da máquina ao longo dos ciclos de acumulação e, por outro, o “seu não uso, como uma espada inativa enferruja na bainha”. O “desgaste do primeiro tipo se dá na proporção mais ou menos direta de seu uso” ao passo que o “segundo, até certo ponto, na proporção inversa a seu uso”.

Dada a dimensão temporal do processo de acumulação capitalista, o mesmo aumento da produtividade que amplia a lucratividade dos capitais individuais em competição, também leva a *depreciação moral* do capital existente. A maquinaria “*perde valor de troca na medida em que máquinas de igual construção podem ser*

reproduzidas de forma mais barata, ou que máquinas melhores passam a lhe fazer concorrência” (Marx, 2017a, p. 477, grifos nossos). Nas duas situações, o valor da máquina “por mais jovem e vigorosa” que ela ainda seja, já “não é determinado pelo tempo de trabalho efetivamente objetivado nela mesma”, mas sim, pelo “tempo de trabalho necessário à sua própria reprodução ou à reprodução da máquina aperfeiçoada”. Assim, o desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social e, por conseguinte, a criação de novas máquinas, mais baratas e mais produtivas determina a ocorrência em maior ou menor medida da desvalorização de parte da maquinaria utilizada pelo capital para explorar o trabalho, ou seja, a sua *depreciação moral*.

É exatamente essa dimensão da realidade capitalista que a taxa de lucro apresentada por Okishio não capta, justamente por partir da avaliação simultânea dos preços dos insumos e produtos. Assim, sob as premissas simultaneístas do teorema de Okishio, nas quais o capital é avaliado a custos correntes, abstraindo-se da desvalorização do capital total adiantado, não pode ocorrer no capitalismo uma tendência de queda da taxa de lucro, apenas estagnação e tendências ascendentes.

Por seu turno, a taxa de lucro temporalista, tomando como base o capital constante a custos históricos, preserva a distinção entre o valor do capital adiantado no passado e seu valor de reprodução no presente. Assim, a desvalorização material e moral do capital ao longo do tempo é considerada, tornando possível o desenvolvimento da tendência de queda da taxa de lucro identificada por Marx. Aqui, a taxa de lucro é a forma como o resultado do processo de valorização/desvalorização do capital aparece na realidade, não uma relação técnica entre insumos e produtos avaliados simultaneamente.

No fundo, a compreensão presente no teorema se aproxima da concepção de Ricardo, na qual o capital é considerado como um conjunto de meios físicos de produção – máquinas, instalações e ferramentas – e não uma relação social de produção do mais-valor

como aparece em Marx e que assume tais formas por uma necessidade da própria acumulação.

A partir do deslocamento do objeto da análise das relações de produção e reprodução do capital para a análise de uma taxa de lucro determinada simultaneamente à la Ricardo, Okishio (2024, p. 11) conclui, que no capitalismo os aumentos da produtividade do trabalho social não assumem a “forma preocupante”⁸ da queda da taxa de lucro, visto que a “classe capitalista pode aumentar a taxa de lucro se os trabalhadores não logram obter um aumento dos salários”, o que o leva a limitar o problema das crises do capital a um problema de distribuição e a conclusão aparentemente radical de que a “evolução da taxa de lucro é controlada” unilateralmente pela “luta de classes”.

Em síntese, a alegada inconsistência lógica da reflexão marxiana decorre não de suas análises equivocadas, mas sim da substituição de seus pressupostos temporalistas por pressupostos simultaneístas. Ao reavaliar o capital constante a custos correntes, Okishio desloca o objeto da crítica da economia política da produção e reprodução do capital para a esfera da distribuição entre salários e lucros. Esse tipo de leitura contribui para uma análise dos fundamentos da questão social limitada à esfera da distribuição, característica das análises que tratam, de modo unilateral, o neoliberalismo, a financeirização e os problemas de demanda efetiva como causa das crises, favorecendo propostas de intervenção estatal de cariz keynesiano.

⁸ Marx pretendía demostrar con su ley que, en una sociedad capitalista, el aumento de la productividad adopta inevitablemente una forma preocupante, la caída de la tasa de ganancia. Pero, como hemos visto, la clase capitalista puede aumentar la tasa de ganancia si los trabajadores no logran obtener un aumento de los salarios. Así, la evolución de la tasa de ganancia está controlada por la lucha de clases (Okishio, 1961, p. 11).

As críticas ao teorema de Okishio e seus limites

Na presente seção, tratamos de analisar em que medida as críticas contemporâneas ao teorema de Okishio, rompem com os limites expostos do teorema e em que medida seguem reproduzindo seus pressupostos como fundamento analítico para a compreensão do movimento do capital e de suas crises.

Okishio parece refutar a lei marxiana, justamente porque substitui a taxa média de lucro considerada por Marx por uma *taxa de equilíbrio calculada simultaneamente*, obtida mediante a equalização entre preços de insumos e produtos, procedimento que elimina a dimensão temporal da acumulação capitalista. Marx assume como pressuposto a equalização das taxas de lucro por meio da concorrência intercapitalista, mas não a equalização entre os preços dos fatores de produção e os preços correntes dos produtos resultantes presente no teorema. Em síntese, equalização da taxa de lucro e equalização de preços são, portanto, coisas distintas, sendo a segunda estranha à análise marxiana do movimento do capital, visto que elimina a possibilidade de desvalorização do capital constante imanente à produção e a reprodução do mais-valor.

Nessas condições, somente o efeito físico da ampliação da produtividade é considerado e, por conseguinte, a taxa de lucro se vê transformada na expressão de uma relação física entre insumos e produtos avaliados simultaneamente (Kliman, 2007, p. 114), que não poderia deixar de levar Okishio à conclusão de que os aumentos de produtividade do trabalho social podem contribuir para a elevação da taxa de lucro, não para sua queda.

O teorema parte da suposição marxiana de que as taxas de lucro se equalizam após a introdução de uma nova técnica produtiva, contudo, Okishio – e posteriormente Roemer (1981) – infere que essa taxa equalizada deve coincidir com uma nova taxa de equilíbrio simultaneísta maior que a anterior. Tal inferência não decorre da premissa do reequilíbrio das taxas de lucro, mas

constitui parte da própria conclusão do teorema de que ocorreria a equalização entre insumos e produtos.

Existe uma série de análises críticas ao teorema de Okishio que também não captam adequadamente a desvalorização do capital determinada pela introdução de novas tecnologias mais produtivas. Tais trabalhos, alteraram um ou outro pressuposto do teorema, demonstrando apenas que sua taxa de lucro pode cair seja pela elevação do salário real (Laibman, 1982; Foley, 1982; Lipietz, 1986), seja pelo sucateamento prematuro (Alberro; Persky, 1981) ou pela inovação defensiva contra a concorrência (Shaikh, 2016). Contudo, sem questionar a equalização entre os preços dos insumos e produtos, conservam a lógica subjacente ao teorema de Okishio, ainda que alterem parte de seus pressupostos (Silva, 2025).

Shaikh (2016), embora se afaste da noção de equilíbrio walrasiana e não seja um simultaneísta *stricto sensu*, também compartilha com Okishio o método de cálculo da lucratividade do capital a partir da consideração do *capital fixo avaliado a custos correntes*.

Deste modo, a questão que se apresenta não é se a inovação tecnológica determina a elevação da taxa de lucro do capitalista individual, mas se a generalização do uso de uma determinada técnica na economia pode determinar a desvalorização do capital adiantado e, por conseguinte, uma tendência de queda da taxa média de lucro.

Desde os anos 1980, também passou a ser desenvolvida uma crítica não simultaneísta ao teorema de Okishio que ficou conhecida como Temporal Single System Interpretation (TSSI) (Interpretação Temporal de Sistema Único – ITSU). Trata-se de uma corrente que sistematiza a análise temporalista da taxa de lucro, ou seja, que parte de considerar, assim como Marx, que a desvalorização do capital constante adiantado ao longo dos ciclos é uma característica imanente do processo de acumulação capitalista. A ITSU é “controversa porque desafia um consenso

anterior no seio dos estudos marxistas”⁹ acerca do problema da transformação dos valores em preços tratado por Marx no capítulo 9 do livro III d' O capital (Freeman; Kliman, 2006, p. 18, tradução e *grifos nossos*). Trata-se de uma análise que não propõe uma nova teoria do valor, mas sugere que Marx sempre trabalhou com um *sistema único e temporal de determinação de valores e preços, no qual insumos seriam avaliados a preços históricos e produtos a preços correntes*, de modo que a coerência interna da lei marxiana é mantida quando respeitados tais pressupostos temporalistas.

A questão fundamental que gostaríamos de destacar nesse momento consiste em que, a diferença entre as análises simultâneas e temporais não se refere apenas a formas de mensuração da taxa de lucro, mas mais amplamente, a uma divergência ontológica. O que um simultaneísta considera como produção, investimento, valor, capital, salários, preços, lucro e taxa de lucro não corresponde a mesma coisa a que se refere um temporalista ou um adepto da nova leitura de Marx ao se referir a essas categorias.

O que é a taxa de lucro?

A análise marxiana acerca do movimento do capital e de suas crises, exige a consideração de que a taxa de lucro expressa uma relação social de produção e reprodução do mais-valor que se desdobra no tempo ao longo de $D-M-D'$, não uma relação entre duas grandezas físicas avaliadas simultaneamente como em

⁹ The Temporal Single-System Interpretation (TSSI) of Marx's value theory, which arose in the early 1980s, is controversial because it challenges a prior consensus within Marxist scholarship. In Duncan Foley's (1997:493) words, it 'endorses Marx's treatment of the transformation problem', that is, the account of the transformation of commodity values into prices of production given in Chapter 9 of Capital, Vol. III. It also offers the first refutation of Okishio's (1961) famous theorem, which had supposedly disproved Marx's claim that cost-reducing technical change tends to lower the rate of profit. In both cases, it confirms the logical coherence of Marx's theoretical results – which generations of earlier writers had purportedly proved to be internally inconsistent – without 'correcting' or replacing Marx's own presentation of his own views (Freeman; Kliman. 2006, p. 18).

Okishio. Estamos diante de compreensões que partem de ontologias distintas: a primeira, corresponde à tradição da crítica da economia política inaugurada por Marx e Engels, que considera o capital como relação social de produção e reprodução do mais-valor ao longo do tempo, ao passo que a segunda, se aproxima da economia política clássica e neoclássica ao tratar o capital como um conjunto de bens físicos avaliados com base na suposição do equilíbrio econômico.

A mensuração do mais-valor sobre o capital total adiantado $m/(c+v)$ expressa em termos proporcionais a divisão da jornada de trabalho em tempo de trabalho socialmente necessário e mais-valor, isto é, trabalho pago na forma de salários e trabalho não pago apropriado como capital na forma de lucro. Como enfatiza Marx (2017b, p. 68), a taxa de mais-valor m/v e a taxa de lucro $m/(c+v)$ correspondem a “duas medições distintas da mesma grandeza, as quais, em decorrência da diversidade dos padrões de medida, expressam simultaneamente proporções ou relações distintas da mesma grandeza”. A distinção é fundamental, visto que a taxa de mais-valor expressa de maneira precisa o grau de exploração da força de trabalho, ao passo que a taxa de lucro, incorpora em seu denominador o capital constante adiantado e, por conseguinte, revela a composição técnica do capital.

Como delineamos, o movimento da taxa de lucro expressa em que medida a acumulação gerou valorização e desvalorização do capital total adiantado em determinado período cíclico. O capital constante adiantado constitui trabalho passado objetivado e pode ser desvalorizado materialmente por meio de seu uso e moralmente devido ao desenvolvimento de novas técnicas produtivas. Assim, compreende-se que o *movimento da taxa de lucro é influenciado decisivamente pelas variações da taxa de exploração da força de trabalho, da produtividade do trabalho e pela desvalorização do capital total adiantado decorrente da ampliação das forças produtivas do trabalho social*. Não se trata da expressão de uma relação física entre insumos e produtos como em Okishio, mas de uma *forma de manifestação da*

contradição entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações sociais de produção e apropriação capitalistas ao longo do tempo.

Conclusão

A partir da análise desenvolvida, sustentamos que Okishio opera uma mudança de objeto em relação a Marx. Okishio não refuta a lei tendencial da queda da taxa de lucro, mas sim ao substituir os seus pressupostos temporalistas por pressupostos simultaneístas acaba por apresentar uma taxa de lucro alternativa à Marx, ricardiana. Nesse sentido, a escolha pela utilização da taxa de lucro a custos correntes (avaliada simultaneamente a preços correntes) ou a custos históricos é um problema ontológico e não meramente técnico. A opção por uma ou outra taxa altera significativamente os resultados das análises acerca da dinâmica capitalista no pós-1980, das crises e, por conseguinte, das determinações fundamentais da questão social.

A refutação ao teorema tem implicações práticas relevantes para a análise da dinâmica da acumulação capitalista no pós-crise dos anos 1970. A consideração da elevação da taxa de lucro a custos correntes no pós-1980 (Duménil; Lévy, 2011; Husson, 2009), permite a afirmação de que a ausência de recuperação significativa da taxa de acumulação de capital na economia dos EUA no pós-1980 e a crise de 2008 não tem relação com os movimentos tendenciais da taxa de lucro.

A consideração da taxa de lucro a custos correntes abre espaço para o deslocamento de parte significativa da “análise econômica marxista” contemporânea da análise das relações de produção e reprodução capitalistas para a análise da distribuição, transformando a crise em um problema de gestão da dinâmica da acumulação que pode assumir ora uma feição neoliberal com ênfase na financeirização, ora um cariz keynesiano, orientado para a alocação produtiva do excedente e elevação do nível de consumo dos trabalhadores. Para o Serviço Social, tal deslocamento é decisivo. A redução da crise a problemas de distribuição, gestão ou

política econômica e política social esconde as determinações subjacentes da superprodução de capital e da questão social, que passa a ser tratada como algo exógeno ao movimento do capital, e não como expressão mediada das contradições da acumulação ao longo dos ciclos.

Por fim, as políticas neoliberais e a financeirização devem ser compreendidas como tentativas de estender os limites elásticos da valorização do capital e não de maneira unilateral, como causa autônoma das crises. Sua autonomia é apenas relativa. O desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social posto em curso pelo modo de produção capitalista “implica” na “transformação das condições de produção em gerais, coletivas, sociais” em flagrante contradição com a manutenção dos meios de produção como propriedade privada e, por conseguinte, com as relações sociais de produção e reprodução capitalistas. Essa contradição se evidencia nas crises cíclicas (Marx, 2017b, p. 303) que se veem agravadas pelas reiteradas tentativas do capital de restabelecer as condições para a retomada da acumulação por meio da expansão do crédito, dos negócios arriscados e do capital fictício.

Referências

ALBERRO, José; PERSKY, Joseph. The dynamics of fixed capital revaluation and scrapping. **Review of Radical Political Economics**, v. 13, n. 2, p. 21–37, 1981.

CARCANHOLO, Marcelo. Dias. Crise capitalista: financeirização ou queda da taxa de lucro? *In*: ALVES, Giovanni Antônio Pinto; CORSI, Francisco Luiz. (org.). **Crise capitalista no século XXI: um debate marxista**. Bauru: Projeto Editorial Praxis, 2021. Disponível em: <https://www.academia.edu/51508746/Crise_Capitalista_financeiriza%C3%A7%C3%A3o_ou_queda_da_taxa_de_lucro>. Acesso em: 10 fev. 2026.

DUMÉNIL, Gérard; LÉVY, Dominique. **The crisis of neoliberalism**. Cambridge: Harvard University Press, 2011.

DUMÉNIL, Gérard; LÉVY, Dominique. **Capital resurgent: Roots of the Neoliberal Revolution**. Cambridge: Harvard University Press, 2004.

FOLEY, Duncan K. The value of money, the value of labor power and the Marxian transformation problem. **Review of Radical Political Economics**, v. 14, n. 2, p. 37–47, 1982.

FREEMAN, Alan; KLIMAN, Andrew. Beyond talking the talk: towards a critical pluralist practice. **Post-Autistic Economics Review**, n. 40, p. 26-53, dec., 2006. Disponível em: <<https://mpr.a.u.b.uni-muenchen.de/48644/>>. Acesso em: 20 jan. 2026.

HUSSON, Michel. **Les coûts historiques d'Andrew Kliman**. Paris, déc., 2009. Disponível em: <http://hussonet.free.fr/histokli.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2024.

KLIMAN, Andrew. **The failure of capitalist production: underlying causes of the great recession**. London: Pluto Press, 2011.

KLIMAN, Andrew. **Reclaiming Marx's "capital": a refutation of the myth of inconsistency**. Lanham: Lexington Books, 2007.

LAIBMAN, David. Technical change, the real wage and the rate of exploitation: the falling rate of profit reconsidered. **Review of Radical Political Economics**, v. 14, n. 2, p. 95–105, 1982.

LIPIETZ, Alain. Behind the crisis: the exhaustion of a regime of accumulation. A "regulation school" perspective on some French empirical works. **Review of Radical Political Economics**, v. 18, n. 1–2, p. 13–32, 1986.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Livro 1: o processo de produção do capital. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2017a.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Livro 3: o processo global da produção capitalista. São Paulo: Boitempo, 2017b.

MARX, Karl. Prefácio à crítica da economia política [1859]. In: JINKINGS, Ivana; SADER, Emir (org.). **Armas da crítica: antologia do pensamento de esquerda**. São Paulo: Boitempo, 2012. p. 104-108.

MARX, Karl. **Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl. **Salário, preço e lucro**. São Paulo: Abril cultural, 1982.

MARX, Karl. **Teorias da mais-valia**. v. 2. São Paulo: Difel, 1980.

MENDONÇA, Antonio. **A crise económica capitalista e sua forma contemporânea**. 1987. 522f. Tese (Doutorado em Economia) – Instituto Superior de Economia, Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, 1987.

MOSELEY, Fred. **Some notes on the crunch and the crisis**. 2008a. Disponível em: <https://isj.org.uk/some-notes-on-the-crunch-and-the-crisis/>. Acesso em: 20 fev. 2024.

MOSELEY, Fred. The US economic crisis: causes and solution. *In: INTERNATIONAL CONGRESS OF RESEARCH AND POLITICAL DEBATE*, 1., 2008b, Buenos Aires. **Anais** [...]. Buenos Aires, 2008b. Disponível em: <<https://www.razonyrevolucion.org/ceics/english/mosley20081.pdf>>. Acesso em: 29 jan. 2026.

OKISHIO, Nobuo. Technical change and the rate of profit [1961], **Kobe University Economic Review**, 7, 1984. (Trad. para o espanhol de Gabriel Camacho-Cabrera. Progreso técnico y tasa de ganancia). Disponível em: <<https://tiemposcriticos.wordpress.com/wp-content/uploads/2022/01/nobuo-okishio-progreso-tecnico-y-tasa-de-ganancia.pdf>>. Acesso em: 10 fev. 2026.

ROEMER, John. **Analytical foundations of marxian economic theory**. Cambridge: Cambridge University Press, 1981.

SHAIKH, Anwar. **Capitalism: competition, conflict, crisis**. Oxford: Oxford University Press, 2016.

SILVA, Anderson Martns. **Marx, os marxismos e a crise: a lei tendencial da queda da taxa de lucro e as determinações subjacentes da crise do capital na contemporaneidade**. 2025. 347f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2025.

CAPÍTULO 2

NEOLIBERALISMO E O ACIRRAMENTO DAS DESIGUALDADES SOCIAIS: A POBREZA EM QUESTÃO NO BRASIL

Lívia Neves Ávila de França e Silva
Ednéia Alves de Oliveira

Introdução

Este artigo é resultado da pesquisa realizada para elaboração da tese de doutorado intitulada *Os planos de governo no Brasil pós-redemocratização: a permanência da lógica embrionária do "combate" à pobreza*, defendida em 2024. Para este artigo, foi feita uma síntese do capítulo dois da tese, cuja análise se debruçou sobre as iniciativas dos governos brasileiros no "combate" à pobreza e à desigualdade social com ênfase no período neoliberal.

A metodologia utilizada para esta pesquisa envolveu a análise documental, descritiva e nosso lapso temporal parte dos anos de 1990, quando emerge no Brasil, de forma mais contundente, a adoção do receituário fundomonetarista e do Banco Mundial para realizar as reformas estruturais no âmbito do Estado com impactos para as políticas sociais, em especial aquelas de redução da pobreza e da desigualdade social.

Como resultado, pode-se evidenciar que a pobreza é parte inerente do desenvolvimento econômico e social do Brasil, marca indelével do nosso processo de formação social, cujos traços deitam raízes na colonização e perpassa todo o processo de industrialização e modernização capitalista. Salienta-se, contudo, que a pobreza e a desigualdade social, embora enraizada na forma como o país se desenvolveu, só passa a ser alvo de políticas sociais mais abrangentes no governo de Fernando Henrique Cardoso com

a criação do Programa Fome Zero. Ou seja, exatamente quando entra em vigor o ajuste estrutural no país é que vamos assistir à adoção de medidas administrativas para o “combate” à pobreza e à desigualdade social. Serão políticas de viés focalizado, residual e assistencial, sem, contudo, alterar o quadro de pobreza e desigualdade social, revelando a falácia das propostas governamentais.

Desta forma entendemos que é no auge do neoliberalismo no Brasil que a pobreza e a desigualdade social se tornam passíveis de medidas administrativas para seu “combate”.

O cenário brasileiro pré-ingresso do neoliberalismo e suas políticas de pobreza

A primeira medida governamental de combate à pobreza pode ser evidenciada, ainda na ditadura empresarial-militar no Brasil, durante o governo Geisel, com o II Plano Nacional de Desenvolvimento¹, que, segundo descreveu Pereira (2000), pode ser compreendido em dois momentos. No primeiro, que abrangeu os anos de 1974 a 1976, foi proposto o abandono do capitalismo desenfreado que caracterizou os anos anteriores, em favor de um "capitalismo social" ou "neocapitalismo" liderado pelo Estado. A meta era transformar o Brasil em uma potência emergente até o início da década de 1980, por meio do fortalecimento de grandes

¹ A opção geiselista tomou forma no II Plano Nacional de Desenvolvimento - PND (1975-1979), formulado novamente sob o comando de Reis Veloso. O II PND, além de admitir a existência de “bolsões de miséria” no país, reconheceu os estrangulamentos e as assimetrias comprometedores do “milagre”, bem como os limites do capital privado nacional para incrementar a sua taxa de investimento — por isto, a concepção do II PND privilegiava a ênfase na produção de bens de capital, na ampliação da base do sistema industrial com forte investimento na produção de insumos por via das empresas estatais (com o papel do setor estatal dependendo do financiamento externo) e no aumento do grau de inserção da economia brasileira no conjunto da divisão internacional do trabalho. Evidentemente, parte dos componentes do II PND implicava um reposicionamento do país nas relações internacionais (Netto, 2014, p. 167).

empresas nacionais, autonomia no desenvolvimento científico e tecnológico, bem como o desenvolvimento de recursos humanos capazes de superar os demais obstáculos. O segundo período compreendeu os anos de 1976 a 1979, quando, em face da crise global e de suas implicações no Brasil, o Estado reconheceu a inviabilidade do plano anterior. A partir desse momento, as formas autoritárias de controle permaneceram em vigor e as políticas sociais foram enfatizadas como uma resposta às crescentes insatisfações da sociedade.

É neste contexto que a política social passa a ser estrategicamente ampliada, não como um reconhecimento da importância dessa atuação e da necessidade das respostas às expressões da questão social, mas como uma possibilidade de legitimar a atuação do Estado perante a sociedade, visando uma validação. A fome era um reflexo da pobreza no período, com um total de 67% da população brasileira passando fome, o que em números absolutos, seriam cerca de 79 milhões de pessoas desnutridas padecendo em solo brasileiro (Alvim, 2016, p. 35).

Uma das metas, portanto, era a redução dos focos de pobreza absoluta, que era uma realidade crescente e visível a todos². Conforme mencionado no II Plano Nacional de Desenvolvimento, o objetivo era assegurar um mínimo de bem-estar para que nenhuma classe fique fora do processo de integração e expansão. De outro lado, realizar esforços de estruturar, através do próprio processo de crescimento e do orçamento de desenvolvimento social, uma base substancial e rapidamente crescente de consumo em massa (Brasil, 1975, p. 20).

É importante destacar que, ao que nos parece, esta foi a primeira vez que ficou registrado em um documento público uma

² “Já era muito evidente a permanência ou o acirramento da pobreza e da miséria entre largas fatias da população nacional, sobretudo durante os primeiros anos da década de 1980, devido a fatores múltiplos, como a volta da seca nordestina, o aumento vigoroso da inflação e da dívida externa, bem como pelo rebaixamento do valor do salário mínimo e a submissão do país às imposições do FMI” (Alvim, 2016, p. 34).

manifestação político-governamental que deixasse claro o objetivo de “eliminar” a pobreza. Diante, portanto, do objetivo claro de impulsionar o desenvolvimento social e “eliminar focos de pobreza”, vários órgãos foram criados no âmbito da formulação, coordenação, execução e controle das políticas sociais, como o Conselho de Desenvolvimento Social (CDS), Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social (FAS), Sistema de Indicadores Sociais, Conselho Nacional de Política de Emprego, Conselho Federal de Mão de Obra, Sistema Nacional de Saúde, Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social, dentre outros.

Mas no último governo ditatorial, a pobreza deixa novamente de ser tema de relevância nacional. O foco do governo Figueiredo foi primar pelo crescimento econômico em face da conjuntura internacional recessiva, o aumento do endividamento externo, a crise fiscal do Estado (com despesas governamentais na área social superando a arrecadação) e a pressão crescente da sociedade civil em favor da democracia (Pereira, 2000). Esse contexto foi propício para o aumento do desemprego, da pobreza e queda dos salários, bem como restrição do Estado a apresentar respostas às expressões da questão social.

No entanto, é válido salientar que, embora, no período ditatorial, seja notável o crescimento exponencial da política social em resposta às expressões da questão social, bem como, a manifestação de interesse em “eliminar” focos de pobreza (mesmo que sem detalhar os métodos), é crucial destacar que, sob o governo militar, a política social “esteve vinculada ao crescimento econômico, mas foi um elemento fundamental para o controle das camadas mais pobres, além da transferência das ações para a iniciativa privada” (Oliveira, 2017, p. 118).

Ainda sobre as políticas criadas no período, destaca-se que “as medidas no campo da legislação trabalhista [...] e do direito à aposentadoria de autônomos, domésticos e trabalhadores rurais, não lograram romper com o processo de acumulação capitalista em curso no país” (Oliveira, 2020, p. 30). Além disso, a possibilidade de privatização da saúde, educação e previdência, estabeleceu a

dualidade de acesso entre os que podem e os que não podem pagar e ainda, apesar da ampliação de algumas políticas, o acesso em geral era restrito, mantendo milhões de brasileiros à margem e as respostas à pobreza insuficientes.

Oliveira (2020) reforça que o legado deixado pelos militares mostrou um país em franco atraso e ampla desigualdade social e que a política de arrocho salarial, muito marcante no período, garantiu a maior extração de mais valia e evidenciou um empobrecimento da população brasileira. De fato, o período da ditadura foi marcado por geração de empregos e pelo mais alto índice de crescimento econômico da história. Entretanto, é igualmente fato que a desigualdade entre ricos e pobres cresceu e a pobreza se avolumou intensamente. Esse é o lado sombrio do “milagre econômico”, onde, às custas dos trabalhadores, do aumento da desigualdade social e da pobreza, se justifica o milagre. Um exemplo dessa desigualdade social pode ser percebida pelo índice de Gini³, utilizado para medir a concentração de renda, que em 1960 era de 0,54, e, em 1977, pulou para 0,63⁴.

Vieira (1995), ao concluir sua percepção sobre a política social no período militar, menciona que esta se limitou a uma série de ações setoriais, concentradas na Educação, Saúde Pública e Assistência Social e em geral serviram como estratégia para desmobilizar as camadas carentes da sociedade, fornecendo os serviços sem, sequer, considerar quais eram as necessidades reais. Oliveira (2017), na mesma linha, concluiu que o governo permaneceu adotando a típica política de caridade e assistencialismo, por meio de programas que acentuavam a seletividade e a precariedade dos serviços, bem como o controle da pobreza via repressão policial e moral, ignorando o aumento da massa de pobres. Conforme apontou Netto (2014), em 1974/1975, cerca de um terço das famílias brasileiras permaneciam abaixo da

³ O coeficiente de Gini vai de 0 a 1, quanto mais perto de 1, mais desigual.

⁴Ver reportagem disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2017/09/29/economia/1506721812_344807.html>. Acesso em: 24 fev. 2026.

linha de pobreza absoluta (a preços de 1979, 364 dólares anuais de gastos por pessoa).

Não é nenhum exagero utilizar aqui a expressão desastre econômico-social. O impacto da recessão sobre a massa da população (em 1979, éramos 115.928.535 e, em 1985, já somávamos 131.639.272 brasileiros), majoritariamente urbana, foi brutal. Entre 1979 e 1984, a renda per capita reduziu-se em 25%; entre junho de 1982 e abril de 1985, os salários reais caíram 20%; entre 1981 e 1983, com o setor industrial experimentando uma retração de 52%, a taxa de desemprego nele registrada foi de 7,5% — em agosto de 1981, apenas nas regiões metropolitanas, havia 900 mil desempregados; nestas regiões, a evolução do desemprego, segundo dados oficiais, foi a seguinte: 1980, 6,2%; 1981, 7,9%; 1982, 6,3%; 1983, 6,7%; 1984, 7,1%; mas esses dados subestimavam amplamente o fenômeno: conforme o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos - DIEESE, em 1981, 30,3% da população economicamente ativa do país estava desempregada ou subempregada, não constando dos números oficiais. Em 1984, 61,2% da população economicamente ativa do país recebia mensalmente até 2 salários mínimos; em 1985, 35% de todas as famílias e 41% de todos os indivíduos (cerca de 54 milhões de brasileiros) viviam em condições de pobreza (dos quais 18% nas áreas metropolitanas, 37% em áreas urbanas não metropolitanas e 45% nas áreas rurais); e se tratava de uma pobreza em ascenso: a população com renda domiciliar per capita inferior à linha de pobreza passou de 38,78% em 1979 para 48,39% em 1984; crescia em especial a extrema pobreza — os brasileiros extremamente pobres saltaram de 17,25 milhões em 1979 para 23,70 milhões em 1985. Numa pesquisa mais detalhada e afinada, o quadro dessa pauperização é verificado arrolando-se o percentual de indigentes na população brasileira (1981: 18,8%; 1982: 19,4%; 1983: 25,0%; 1984: 23,6%; 1985: 19,2%) e contando-se em milhões o número de pobres (1981: 50,6; 1982: 51,9; 1983: 62,7; 1984: 63,5; 1985: 56,9) (Netto, 2014, p. 1989).

Por fim, a lenta transição para a democracia, chegava ao seu destino. e para conduzir este novo processo foi colocado no poder José Sarney. Desta forma abriam-se as portas da “Nova República”, que deu boas-vindas à redemocratização do país. Contudo, segundo Oliveira (2020) o novo governo civil não pode ser considerado como uma ruptura com o velho, mas como uma transição sem alterar a ordem vigente, “mantendo a histórica

tradição política brasileira em que se altera a aparência sem, contudo, afetar a essência”.

Durante o governo Sarney, a crise econômica, sob a qual nos referimos anteriormente, prosseguiu desdobrando-se. A inflação atingia um patamar absurdo e, apesar disso, contraditoriamente, a economia crescia⁵ apresentando em 1989 um PIB de 3,2%, privilegiando como sempre acontece em momentos de crise que frações ponderáveis da classe capitalista colhessem altos lucros (Macarini, 2009). No que diz respeito ao grande capital internacional e a implementação do ideário neoliberal nos países desenvolvidos, o Estado estava inclinado a adotar abordagens que o transformariam em um agente dos ajustes neoliberais. Contudo, foi necessário redirecionar seus esforços para conter a inflação, renegociar a dívida externa, diminuir as taxas de juros e incrementar os salários.

Os planos adotados neste período não conseguiram conter a inflação, que continuou a subir em ritmo acelerado, chegando, em 1989, a quase 1.782%. O Índice de Gini, que mede a desigualdade de renda *per capita*, chegou a 0,60 em 1989, representando o mais alto índice da década. Em matéria⁶ publicada no Jornal Folha de São Paulo em 09/04/1986, chama-se a atenção para a fome e a miséria da época, quando enfatiza que o “governo pretende combater a fome e a miséria absoluta que afetam 60% dos brasileiros - 76,9 milhões de pessoas, segundo dados de 1984 do IBGE”. Segue trecho da reportagem que nos possibilita remontar o cenário:

Desta forma, a fome evidente, elevou, conseqüentemente, a pobreza e seu “combate” à centralidade da agenda política na Nova República, desde seu início. Segundo Alvim (2016), é inegável que o governo se encontrava em uma pressão histórica do ponto de

⁵ “O governo da Nova República tentou modernizar o parque industrial, em face do esgotamento do modelo de substituição de importações, com vistas à inserção do país no cenário internacional, atendendo, mais uma vez, aos interesses do grande capital internacional” (Oliveira, 2020, p. 49).

⁶ Disponível em: <http://almanaque.folha.uol.com.br/brasil_09abr1986.htm>. Acesso em 05 jan. 2026.

vista da luta de classes, que o levará a assumir a questão da fome e da pobreza como “porta de entrada” de seu mandato presidencial.

Conforme apontou Pereira (1998), os registros oficiais produzidos durante esse período, no governo Sarney - que adotou o lema "tudo pelo social" - deixam claro a intenção do governo de priorizar a desigualdade e a pobreza. Essa postura ficou evidente nos documentos intitulados "Subsídios para a Ação Imediata contra a Fome e o Desemprego", elaborado pela Comissão para o Plano do Governo (COPAG) em 1985, no Programa de Prioridades Sociais para o mesmo ano, no Plano de Prioridades Sociais de 1986, dentre outros.

Já na Carta Constitucional de 1988, o tema da pobreza e da desigualdade social aparece como um dos objetivos fundamentais da República, exemplificando pelos textos contidos nos princípios fundamentais e citados a seguir: “erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais” e ainda como competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, “combater as causas da pobreza e os fatores de marginalização, promovendo a integração social dos setores desfavorecidos”. Para um país que transitava da sua última Carta Constitucional, de 1967, onde, sequer, a pobreza havia sido mencionada, parecia um grande avanço. Mas tal avanço ficou encastelado na velha política brasileira e no enorme abismo que separava o texto constitucional da realidade nacional e das exigências do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial (BM) e da própria dinâmica da acumulação de capital.

Da década de 90 em diante: a redefinição do “combate” à pobreza sob o neoliberalismo

As conquistas expressas na Constituição de 88, encontraram, na década de 1990, desprezo e desconstrução à medida que o neoliberalismo se firmou no Brasil. Após o desencadeamento da crise internacional na década de 1970 e, em especial, depois da crise

da dívida externa⁷ dos anos 1980, se impôs na América Latina uma nova agenda que priorizou a adaptação das economias latino-americanas à nova ordem financeira global. É importante retomar que durante o período da proposição do Consenso de Washington o Brasil estava imerso em uma grande crise econômica. Essa crise se evidenciava, dentre outros fatores, através da hiperinflação, do aumento da dívida pública e da interrupção do crescimento do PIB. Soares (2009) menciona ainda que, além da crise econômica que dominou o cenário brasileiro nos anos 1989/1990, a proposta neoliberal foi também de encontro ao esgotamento do Estado Desenvolvimentista brasileiro.

O primeiro governo da década de 1990 foi o de Fernando Collor, estreando a primeira eleição direta após a redemocratização. Oliveira (2020) denominou o governo como uma tentativa fracassada do projeto neoliberal capitalista. Maciel (2011) considera que o início da implementação do projeto neoliberal no Brasil, como elemento orientador das ações governamentais em todas as suas esferas, ocorreu durante o governo de Collor. Contudo, a reforma neoliberal não se concretizou oficialmente neste governo.

Para Fiori (1991), o Projeto de Reconstrução Nacional do presidente, no entanto, teve o foco social dos programas subvertido por outras circunstâncias que a redefiniram na prática. Ou seja, existia a preocupação com o social, do “combate” à pobreza e de suas expressões, porém, o governo priorizou outras pautas, como por exemplo, a política anti-inflacionária que foi transformada em prioridade e acabou circunstanciando à política social do governo a marca simultânea de descoordenação, voluntarismo e imprevisibilidade.

⁷ A crise da dívida externa dos anos 80 refere-se a uma série de crises financeiras que afetaram muitos países em desenvolvimento durante a década de 1980. Endividamento, taxas de juros elevadas, recessão econômica em cenário global marcam o período.

Oliveira (2020) apontou alguns fatos que caracterizam os rumos da política social no governo Collor, como os recursos direcionados à saúde que sofreram uma diminuição em 30,5% entre 1990 e 1992, passando de 11,1 bilhões de dólares para 7,7 bilhões e apontou que, de maneira geral, os gastos sociais, em todas as áreas, sofreram uma redução de 50 bilhões para 43 bilhões de dólares. Apontou ainda o sucateamento da educação⁸ como um fato evidente no período e o fato de que, em 1991, o analfabetismo predominava em cerca de 30% dos brasileiros. Além disso, menciona a autora que Collor extinguiu importantes programas sociais, como o Programa de Suplementação Alimentar (PSA), destinado a crianças de até 7 anos, e enfraqueceu outros, como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Alimentação ao Trabalhador (PAT).

Através da LBA, o governo intensificou ainda mais a abordagem focalizada, emergencial e residual da política social, lançando um programa de distribuição de cestas básicas que posteriormente evoluiu para o Programa de Distribuição Emergencial de Alimentos – PRODEA (Oliveira, 2020). Após seu *impeachment*, causado por denúncias de corrupção, Itamar Franco, então vice-presidente, assumiu o país em dezembro de 1992 e deu continuidade à política que vinha sendo praticada. Na política social, Itamar Franco, “sensibilizado pela miserabilidade estrutural das grandes populações declara o combate à fome como prioridade absoluta. É uma proposta de política nacional de segurança alimentar: mapeamento da fome no País (Mapa da Fome), elaboração de um Plano de Combate à Fome e à Miséria e a criação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA);

A campanha Ação da Cidadania Contra a Miséria e Pela Vida foi um movimento fundado em 1993 pelo sociólogo Herbert de Souza, mais conhecido como Betinho. Este movimento ilustra bem

⁸ “A política educacional do governo Collor seguiu a linha dos governos anteriores, qual seja: oferecer ensino público de qualidade inferior para os mais pobres e, para os que podiam pagar, escolas privadas” (Oliveira, 2020a, p. 61).

o cenário que estamos tratando, pois o objetivo principal da Ação da Cidadania era combater a fome, a pobreza e as desigualdades sociais no Brasil. Outro marco importante na gestão de Itamar Franco foi, em 1993, a promulgação da LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social, que definiu a Assistência Social como política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas (BRASIL, 2001). Aqui cabe destaque ao Benefício de Prestação Continuada – BPC, previsto na LOAS, implementado em 1996, que é a garantia de um salário-mínimo por mês ao idoso com idade igual ou superior a 65 anos ou à pessoa com deficiência de qualquer idade desde que a renda por pessoa do grupo familiar seja igual ou menor que 1/4 do salário-mínimo⁹. Estas ações foram importantes, mas não fizeram com que a fome, a pobreza e desigualdade social no país retrocedessem.

É com este quadro que, em janeiro de 1995, Fernando Henrique Cardoso assumiu a presidência do país e permaneceu por dois mandatos consecutivos, até o final do ano de 2002. Como mencionado anteriormente, FHC foi um dos principais arquitetos do Plano Real, lançado em 1994, que estabilizou a economia brasileira e controlou a hiperinflação, trazendo um “ar” de estabilidade econômica ao país após tantos anos de instabilidade. Esse fato conferiu um lugar de destaque e peso significativo para sua eleição.

Desta forma, o projeto neoliberal, no Brasil, vai tomando o espaço no discurso e na prática das ações estatais. Foi implementado em conjunto com medidas de ajuste estrutural e desempenhou papel fundamental nos ajustes necessários para integrar a economia brasileira ao capital estrangeiro no contexto de

⁹ No caso da pessoa com deficiência, esta condição tem de ser capaz de lhe causar impedimentos de natureza física, mental, intelectual ou sensorial de longo prazo (com efeitos por pelo menos 2 anos), que a impossibilite de participar de forma plena e efetiva na sociedade, em igualdade de condições com as demais pessoas.

financeirização do capital. O Programa Comunidade Solidária se destacou por ser a principal estratégia de “combate” à pobreza no governo FHC. Seria uma abordagem inovadora para combater a pobreza e a exclusão social, baseada na coordenação de iniciativas já em curso por diversos Ministérios, com uma perspectiva descentralizada e a colaboração ativa da sociedade por meio de parcerias. Ainda em relação às propostas de “combate” à pobreza, em junho de 2001 foi criado o Fundo de Combate à Pobreza, que financiava programas de transferência de renda voltados à educação e ações de saneamento. Dentre os programas estavam o Bolsa Escola e o Bolsa Alimentação. O Bolsa Escola foi um dos primeiros programas de transferência de renda condicionada do país e tinha como objetivo principal apoiar as famílias de baixa renda, incentivando a frequência escolar de seus filhos. O público alvo era as crianças de 6 a 15 anos em famílias com até meio salário mínimo per capita. Outro programa de transferência de renda com grande repercussão foi o Bolsa Alimentação, que tinha como objetivo fornecer auxílio financeiro diretamente às famílias de baixa renda, com foco na garantia da alimentação adequada, visando combater a fome e a desnutrição entre as populações mais vulneráveis. O público alvo era crianças de até 6 anos, gestantes e mães no período de amamentação até seis meses, cujas famílias recebiam até meio salário mínimo per capita. Ambos os programas pagavam R\$ 15 por criança, no limite de até 3 crianças por família.

Para além do Bolsa Alimentação e do Bolsa Escola, criou-se o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI (crianças de 7 a 15 anos envolvidas com trabalho insalubre, penoso ou degradante, em famílias com até meio salário mínimo per capita; pagava-se R\$ 25 por criança na área rural e R\$ 40 na área urbana); o Programa Auxílio Gás (famílias de baixa renda, compensadas pelo fim do subsídio ao preço do gás de cozinha, com a abertura do mercado de combustíveis; pagava-se R\$ 7,50 ao mês por família, pago bimestralmente em parcelas de R\$ 15); o Programa Brasil Jovem (jovens de 15 a 17 anos residentes em comunidades de baixa renda cuja renda familiar per capita seja de até meio salário

mínimo; pagava-se R\$ 65 por mês; o Abono Salarial PIS/PASEP (trabalhador que receber em média até 2 salários mínimos mensais no ano anterior, e que estiver cadastrado no PIS/Pasep há pelo menos 5 anos, e trabalhado no ano anterior (com vínculo empregatício por pelo menos 30 dias; pagava-se 1 salário mínimo; o Programa Bolsa Qualificação (trabalhador com contrato suspenso, devidamente matriculado em curso ou programa de qualificação profissional oferecido pelo empregador/calculado com base nos 3 últimos salários); o Seguro Desemprego (Trabalhador dispensado sem justa causa [inclusive o doméstico], e o pescador artesanal durante o período de proibição da pesca; pagava-se 1 salário mínimo a R\$ 336,78, durante até cinco meses); Seguro Safra (família em situação de risco na área da seca R\$ 100 / parcela (máximo de 6 parcelas); a Aposentadoria e pensões rurais (trabalhadores rurais; pagava-se 1 salário mínimo); O Benefício de Prestação Continuada – BPC/LOAS (idosos a partir de 67 anos e portadores de deficiência com renda per capita inferior a um quarto de salário mínimo; pagava-se 1 salário mínimo; e a Renda Mensal Vitalícia (idosos com mais de 70 ou inválidos sem meios de subsistência nem amparo; pagava-se 1 salário mínimo).

Apesar das propostas diversas de “combate” à pobreza no governo FHC, houve um aumento significativo da pobreza no país. Segundo Oliveira (2020), o Brasil ocupou persistentemente um dos primeiros lugares do *ranking* da desigualdade social. A taxa de desemprego aumentou no segundo mandato, havendo a estimativa de que mais de 1,5 milhão de brasileiros tenham perdido seus postos de trabalho. A autora (Oliveira, 2020) segue apresentando dados que comprovam a potencialização da desigualdade social no período FHC, como a taxa de desemprego que atingiu no ano de 2003 o percentual de 12,5% da população economicamente ativa no período de março a dezembro. A renda média do trabalhador apresentou, pelo sexto ano consecutivo, queda, atingindo em 2003, uma redução de 12,9%. Além disso, o Coeficiente de Gini, utilizado para medir a concentração de renda, demonstrava que, até 2003,

não havia sido modificado, permanecendo em torno de 0,6%, o que significava que a desigualdade social não fora alterada.

Contudo, mesmo com a criação de medidas de “combate” à pobreza, o desmonte ocorreu a partir do governo FHC e portanto, “não permitiu o avanço das políticas sociais preconizadas na Carta Constitucional de 1988, além de reforçar a subalternidade, a dependência e o atraso” (Oliveira, 2020, p. 70) Desta forma, a recém estabelecida política pública de assistência social, como um modelo de política de “combate” à pobreza, enfrenta muitos desafios com a implementação do neoliberalismo no Brasil. Isso não quer dizer que o “combate” à pobreza deixaria de existir, mas que, as propostas estariam frequentemente desafiadas pelo Estado mínimo, que, “no “melhor” do ideário neoliberal para as políticas sociais, tem-se o tripé: privatização, focalização e descentralização” (Salvador, 2014, p. 169).

Em 2022, Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT), foi eleito presidente do Brasil e liderou o governo de 2003 a 2010. Posteriormente, Dilma Rousseff, também do PT, foi eleita presidenta, permanecendo no cargo de 2011 a agosto de 2016. Portanto, foi um período de 14 anos consecutivos de governos petistas no país. Com a eleição de Lula, as políticas públicas de “combate” à pobreza ganham um novo patamar, o que Pochmann (2013) chamou de um reposicionamento das políticas públicas. Ainda com algum avanço, que fique claro, a “política social brasileira nunca se constituiu em objetivo em si mesmo, mas em instrumento visando desempenhar um duplo objetivo: atenuar os conflitos sociais e consolidar as estruturas de poder existentes na sociedade” (Mauriel, 2011, p. 270).

Lula tinha um perfil que destoava dos presidentes anteriores. Chegou ao poder após uma trajetória política que começou como metalúrgico e líder sindical, sendo um dos fundadores de seu partido, em 1980. O PT surgiu como um partido de esquerda, defendendo os interesses dos trabalhadores e defendendo políticas de justiça social e econômica. Lula concorreu às eleições

presidenciais em 1989, 1994 e 1998, mas só conquistou a vitória em 2002.

Para as eleições de 2002, o PT adotou uma estratégia de ampliação de sua base de apoio, incluindo mudanças nos discursos do candidato Lula, o que ajudou a atrair eleitores de classe média e a diminuir os receios do mercado financeiro em relação à sua candidatura. Além disso, o impactante slogan "Lulinha paz e amor" marcou a candidatura, transmitindo a imagem de um político comprometido com a política de conciliação. Outra característica importante do PT era que, diferentemente dos demais partidos, tinha uma ligação estreita com os movimentos sociais, tanto do campo, como urbanos.

Em junho de 2002, Lula divulgou a "Carta ao Povo Brasileiro", um documento no qual ele se comprometia a respeitar contratos, controlar a inflação e manter uma política econômica responsável. Isso foi um fato importante para ganhar a confiança dos setores empresariais e financeiros. O governo FHC, como falamos anteriormente, enfrentava problemas econômicos e sociais no final de seu segundo mandato. O contexto de insatisfação popular com o governo de FHC fomentou o desejo de mudança entre os eleitores. Assim, a chegada de Lula ao poder em 2002 foi resultado de uma combinação de fatores: a adaptação estratégica do PT, o desgaste do governo vigente, a habilidade de comunicação da campanha de Lula e o desejo de mudança manifestado pela população brasileira.

Conforme apontou Fagnani (2011), quando Lula assumiu o governo, a situação da economia não era favorável. Em 2002, a inflação bateu 12,5% e a taxa de juros (Selic) atingiu 25%. O Risco Brasil¹⁰ saltou de 861 pontos em 2001 para 1445 em 2002 e as reservas internacionais atingiram seu menor nível desde 1994.

¹⁰ O Risco Brasil pode ser definido como um indicador do grau de instabilidade econômica em que o país se encontra. Esse índice reflete a confiança dos investidores internacionais na capacidade do Brasil de honrar suas obrigações financeiras e é influenciado por fatores econômicos, políticos e sociais.

Contudo, nos primeiros anos do governo, o cenário econômico foi favorecido pela recuperação econômica internacional, que estava em um bom momento, indicando melhoras nos índices de crescimento. Conforme afirmam Silva e Oliveira (2020), a melhoria dos indicadores macroeconômicos a partir de 2003 foi resultado em grande medida da ocorrência de uma conjuntura econômica internacional favorável que possibilitou a flexibilização da política econômica. Oliveira (2020) destaca que a melhoria das contas externas reduziu o percentual do Risco Brasil e permitiu uma redução da inflação que, em 2006, foi de 3,1%, em 2008, 4,3% e em 2010, 5,9%.

É importante frisar que os governos Petistas (2002-2016) não romperam com a lógica neoliberal implementada no governo FHC, pelo contrário, concretizaram e aprofundaram as orientações do Consenso de Washington, descritas no Plano Diretor de Reforma do Estado, a fim de dar concretude à política neoliberal que tivera sido iniciada. E ainda, deram continuidade ao processo de “precarização do trabalho aprofundado nas duas décadas anteriores” (Silva; Oliveira, 2020, p. 497).

Durante sua campanha para presidente, Lula ressaltou como um dos principais problemas do país o tamanho da desigualdade e da pobreza existentes, em especial o problema da fome. Em seu discurso de posse, o presidente se comprometeu a enfrentar a fome e a pobreza no país. De fato, a política social de uma forma geral e o “combate” à pobreza, ganharam um patamar mais delineado e dedicado do que nos governos anteriores e, portanto, pode-se dizer que o governo Lula, de 2003 a 2010, foi marcado pela expansão das políticas públicas de “combate” à pobreza, bem como o desenvolvimento da política pública de assistência social, que se consolidou.

Desta forma, Lula iniciou seu governo colocando os mais pobres no centro das políticas sociais da nova administração. No início do mandato, logo nos primeiros dias, foram criadas ações de combate à fome e à miséria, em especial o conhecido Programa Fome Zero. O lançamento do programa marcou um ponto crucial

no combate à fome no Brasil, ao priorizar a erradicação da fome como uma meta do governo federal, alcançando repercussão em cenário mundial. Conforme apontou Almeida (2004, p. 14) “o Fome Zero tinha o dom de despertar simpatia universal, obtendo aprovação [...] de agências internacionais e governos estrangeiros de várias orientações”.

O Programa Fome Zero contava com uma estrutura estratégica representada por um conjunto de políticas governamentais e não governamentais cujo objetivo maior era erradicar a fome e a desnutrição no país, sendo seus principais programas o Bolsa família, Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA); Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE); Programa de Construção de Cisternas; Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf); Restaurantes Populares e Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) (Silva, 2010).

Castro (2010) observa que foi a partir do Programa Fome Zero que uma série de iniciativas e projetos transformou significativamente a questão da fome no Brasil, com destaque para a criação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, realização de Conferências Nacionais de Segurança Alimentar e Nutricional e a aprovação da LOSAN – Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional, tornando a alimentação um dever do Estado.

Esse cenário de indefinição da estratégia social que parecia estar em torno do Programa Fome Zero teve vida curta e não demorou para que o Programa Bolsa Família passasse a ser o carro chefe do “combate” à pobreza do governo Lula e do governo PT. Conforme chamou a atenção Peliano (2010, p. 40) “de todos os programas governamentais abrangidos pelo Fome Zero, sem dúvida, o que dominou a cena foi o Bolsa Família” e complementa Silva (2010, p. 159), ao dizer que “no âmbito dessa estratégia [Programa Fome Zero], os programas de transferência de renda assumem cada vez mais a centralidade para o enfrentamento da

pobreza”. Desta forma, ainda no fim do ano de 2003, foi instituído o Bolsa Família, a grande política do presidente Lula.

Desta forma, se consolidou o Programa Bolsa Família, “que resultou da unificação de quatro programas federais: Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Vale Gás e Cartão Alimentação” (Yazbek, 2012, p. 304). O Programa Bolsa Família, significou a unificação das ações de transferência de renda, de “combate” à pobreza e representou um avanço nas políticas públicas no Brasil, bem como a criação, em 2004, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, reunindo ações e respostas ao “combate” à pobreza.

O Bolsa Família foi implementado pensando em uma administração de forma descentralizada e compartilhada entre a União, os estados, os municípios e o Distrito Federal. Destinado a famílias em situação de pobreza e extrema pobreza, as famílias são registradas no Cadastro Único do governo. Com base nos dados cadastrados, o valor a ser recebido é determinado pela renda per capita mensal e pela composição familiar (incluindo crianças, adolescentes, jovens, mulheres grávidas ou nutrizes). Ao longo dos anos dos governos PT, o programa foi passando por atualizações, contudo, à época em que foi criado, esses eram os valores praticados.

Silva (2010) apontou que em 09/06/2010 eram atendidas 12.548.861 famílias pobres ou extremamente pobres com renda per capita familiar de até R\$ 120. Ao falar sobre os impactos do Programa Bolsa Família, destaca que o Índice de Gini registrou declínio de 4,6% no Brasil, passando de 0.594 em 2001 para 0.566 em 2005. E ainda, de 2001 a 2005 a renda anual no Brasil apresentou um discreto crescimento de 0,9%, mas beneficiou sobretudo a população pobre.

Em seu artigo intitulado “Pobreza, desigualdade e políticas públicas: caracterizando e problematizando a realidade brasileira”, Silva (2010) apresenta diversos dados relacionados à pobreza no governo Lula: De 2001 a 2005, o índice de crescimento da renda dos 10% e dos 20% mais ricos da população foi negativo (-0,3% e -0,1%, respectivamente), enquanto o crescimento da renda dos 10% mais

pobres foi de 8% ao ano. Sobre esses dados, a autora destaca que pela primeira vez no Brasil a pobreza foi reduzida em decorrência da redução da desigualdade permitindo que os índices de pobreza e de extrema pobreza diminuíssem 4,5%, cada um, no período apresentado. Em estudo desenvolvido pelo IPEA em 2008 sobre a pobreza e a riqueza nas seis maiores metrópoles urbanas no Brasil, o número de pobres caiu de 35,0% em 2003 para 24,1%, em 2008. E o número de indigentes, de 48,3% para 43,8% de 2003 a 2008. Segundo a autora, o estudo aponta como causas para redução da pobreza e da indigência o crescimento econômico, ganho real do salário-mínimo e o dinheiro transferido do governo para os pobres¹¹.

Além disso, Oliveira (2020) destaca a política de valorização do salário-mínimo, políticas de incentivo ao consumo das famílias (impulsionando a concessão de créditos para as famílias de forma a estimular o consumo) e a diminuição na taxa de desemprego, passando de 10,5% no final de 2002, para 5,3% no final de 2010. Fagnani (2017) realça que a economia cresceu e distribuiu renda do trabalho, algo inédito nos últimos 50 anos. Pochmann (2013, p. 154), afirma que “a pobreza caiu mais de 30% desde 2003 e o Brasil conseguiu voltar a permitir a ascensão social para milhões de brasileiros, após mais de duas décadas de congelamento das oportunidades educacionais, de renda e de ocupação”.

Outro marco importante relacionado ao “combate” à pobreza no governo Lula foi a consolidação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS). Instituída em 2004, estabeleceu diretrizes e princípios para a organização e gestão da assistência social no país, visando garantir proteção social, reduzir vulnerabilidades e promover inclusão social das populações mais necessitadas. A Política Nacional de Assistência Social rege-se pelos seguintes princípios democráticos: I – Supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de

¹¹ Todos os dados que constam neste parágrafo foram apresentados no artigo Pobreza, desigualdade e políticas públicas: caracterizando e problematizando a realidade brasileira (Silva, 2010).

rentabilidade econômica; II – Universalização dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas; III – Respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como à convivência familiar e comunitária, vedando-se qualquer comprovação vexatória de necessidade; IV – Igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se equivalência às populações urbanas e rurais; V – Divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais, bem como dos recursos oferecidos pelo Poder Público e dos critérios para sua concessão (PNAS, 2004).

Em 2005, foi implementado o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), que “disciplina a gestão pública da Política de Assistência Social no território brasileiro, exercida de modo sistêmico pelos entes federativos, em consonância com a Constituição da República de 1988, a LOAS e as legislações complementares a ela aplicáveis” (NOB/SUAS, 2005). São marcos importantes, pois, a política de assistência social se posiciona como uma estratégia de proteção social, uma vez que institui uma rede protetiva de “combate à pobreza”. Conforme mencionado na própria Política Nacional de Assistência Social, “a proteção social deve garantir as seguintes seguranças: segurança de sobrevivência (de rendimento e de autonomia); de acolhida; de convívio ou vivência familiar” (PNAS, 2004).

Essa conjuntura do governo Lula será fundamental para o governo Dilma (2011-2016), que deu continuidade às ações do governo anterior. Conforme apontou Oliveira (2020), nos anos de governo da presidenta, não houve alterações na política econômica, embora os números já não estivessem mais tão favoráveis quanto nos mandatos de Lula. Em sua reeleição em 2014, já havia grande insatisfação popular devido aos baixos índices de crescimento e ao aumento da inflação.

Quanto às ações de “combate” à pobreza, Dilma seguiu com a manutenção e ampliação do Programa Bolsa Família e, ainda no

ano de 2011, lançou o Plano Brasil sem Miséria, voltado às famílias que viviam com uma renda familiar inferior a R\$ 70 mensais por pessoa. O plano era apresentado baseado em três pilares: garantia de renda, para alívio imediato da situação de extrema pobreza; acesso aos serviços públicos, visando melhorar as condições de educação, saúde e cidadania das famílias; e inclusão produtiva, com o objetivo de aumentar as capacidades e as oportunidades de trabalho e geração de renda entre as famílias mais pobres do campo e das cidades.

Segundo informações disponíveis no site¹² do Governo Federal, de acordo com o Censo 2010, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), estavam na situação de renda familiar inferior a R\$70,00 mensais, 16,2 milhões de brasileiros. Em quatro anos, as ações do Brasil sem Miséria retiraram 22 milhões de pessoas da extrema pobreza. Em 2014, a linha que define a extrema pobreza aumentou de R\$ 70 para R\$ 77 mensais per capita, e o benefício médio mensal repassado às famílias alcançou R\$ 170,00, representando um reajuste aproximado de 88% para o período.

Outro programa que se destacou nas iniciativas de “combate” à pobreza foi o Brasil Carinhoso, que era parte da estratégia do Plano Brasil sem Miséria e tinha como objetivo principal combater a pobreza extrema entre famílias com crianças de até 6 anos de idade. Contudo, é importante frisar sobre as ações de “combate” à pobreza nos governos petistas, que, conforme apontou Silva (2010, p. 161), “a pobreza, mesmo que diminuindo de modo mais significativo do que a desigualdade social, parece ser apenas administrada e controlada”. Ademais, é crucial salientar que, neste contexto, todas as ações, mesmo que apresentem indicadores relativamente satisfatórios, desconsideram as causas estruturais geradoras da pobreza.

¹² Disponível em: <<https://www.gov.br/sri/pt-br/backup-secretaria-de-governo/iniciativas/internacional/fsm/eixos/inclusao-social/brasil-sem-miseria#>>. Acesso em: 30 jan. 2026.

O governo de Dilma Rousseff foi interrompido em 2014 por meio de um golpe institucional¹³. Seu vice-presidente, Michel Temer, assumiu a presidência em meados do mesmo ano e permaneceu até o final do mandato. Neste período a reforma trabalhista e a paralisação de alguns programas, além de um forte ajuste estrutural marcado pela Emenda Constitucional n.95/2016, que congelou os gastos públicos por 20 anos e foi defendida pelo governo sob o argumento de que era necessária para evitar o descontrole das contas públicas e garantir estabilidade econômica. Assim, as políticas públicas, de maneira geral, passaram por um processo de intensificação do sucateamento, o que inclui, obviamente, o “combate” à pobreza. No ano de 2018 a extrema pobreza atingiu 13,5 milhões de pessoas¹⁴, o que significou o maior número nos últimos 7 anos anteriores à data da publicação da pesquisa e ainda, um quarto da população brasileira, ou 52,5 milhões de pessoas, viviam na linha da pobreza. Não nos custa retomar que, segundo o IBGE (2019), são consideradas pessoas em extrema pobreza aquelas com renda mensal per capita inferior a US\$ 1,9 por dia, conforme critério do Banco Mundial. Para identificar pessoas abaixo da linha da pobreza, utiliza-se o rendimento diário inferior a US\$ 5,5, medida adotada pela mesma instituição para identificar a pobreza em países em desenvolvimento como o Brasil. Ainda que haja discussões sobre diferentes linhas de corte, e como adaptá-las aos padrões de vida e às necessidades de cada país, o valor de US\$ 1,90 diários per capita

¹³ “Devido à sua impopularidade, orquestraram um golpe institucional com as bancadas conservadoras e não conservadoras. Compras de votos via emendas parlamentares e acordos políticos levaram a uma encenação digna de pieguice ao extremo, quando boa parte dos deputados, inclusive aqueles que estavam na base do governo, votaram pela família e por deus, abrindo caminho para a eleição de Bolsonaro. Diante de uma crise da política e dos projetos políticos, o país queria mudanças. Contudo, num país de analfabetos funcionais, de enormes desigualdades sociais, as mudanças são sempre fáceis de manipulação, pois se espera que um único indivíduo possa ser o artífice das mudanças” (Oliveria, 2020, p. 89).

¹⁴ Dados da Síntese de Indicadores Sociais (SIS) do IBGE – 2019.

em Paridade de Poder de Compra – PPC¹⁵ é atualmente o limite para a definição da pobreza global (IBGE, 2019).

Em 2019, quando assumiu o governo o presidente Jair Bolsonaro, vamos assistir a manutenção da política adotada por Michel Temer. Ou seja, austeridade fiscal e controle dos gastos públicos, exemplificado pela Reforma da Previdência que aumentou o tempo de contribuição e a idade, prejudicando sobremaneira os trabalhadores mais pauperizados. Já no ano de 2020, o mundo é surpreendido com a pandemia da Covid-19, impondo aos governos medidas importantes para mitigar seus impactos.

No Brasil, Bolsonaro sancionou, em abril de 2020, um auxílio emergencial no valor de R\$600,00 mensais, descrito pelo Ministério da Cidadania como “um benefício de R\$600,00 para garantir uma renda mínima aos brasileiros em situação mais vulnerável durante a pandemia do Covid-19, já que muitas atividades econômicas foram gravemente afetadas pela crise¹⁶”. Em 29 de dezembro de 2021 foi sancionada a lei nº 14.284, que cria o Auxílio Brasil, programa social que substituiu o Bolsa Família após 18 anos ocupando centralidade, através da política de transferência de renda, no “combate à pobreza”. Segundo o Ministério da Cidadania, o Auxílio Brasil integra em um só programa várias

¹⁵ A PPC é utilizada para comparar o poder de compra entre diferentes países, ou moedas, e é utilizada como alternativa à taxa de câmbio, que, em geral varia com mudanças nos índices de preços e mesmo a volatilidade do mercado de capitais e especulação. O fator de conversão de PPC é o número de unidades da moeda de um país necessárias para comprar a mesma quantidade de bens e serviços no mercado interno como dólares comprariam nos Estados Unidos. A taxa de conversão da PPC para consumo privado calculada pelo Programa de Comparação Internacional - PCI (*International Comparison Program* - ICP) era de R\$ 1,66 para US\$ 1,00 no ano de 2011. Para chegar às linhas utilizadas aqui, os valores em dólar são convertidos em reais, tornados mensais e deflacionados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA para a média do ano (IBGE,2019).

¹⁶ Disponível em: <<https://www.gov.br/cidadania/pt-br/servicos/auxilio-emergencial/auxilio-emergencial>>. Acesso em 03 fev. 2026.

políticas públicas de assistência social, saúde, educação, emprego e renda. O novo programa social de transferência direta e indireta de renda é destinado às famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo o país. Além de garantir uma renda básica a essas famílias, o programa busca simplificar a cesta de benefícios e estimular a emancipação dessas famílias para que alcancem autonomia e superem situações de vulnerabilidade social.

O Auxílio Brasil garantiu aos beneficiários um valor mínimo de transferência de renda de R\$400,00 mensais. Dois dos objetivos descritos na lei são “reduzir as situações de pobreza e de extrema pobreza das famílias beneficiárias” e “estimular a emancipação das famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza” por meio de ações específicas, dentre outros objetivos. E ainda, são elegíveis para beneficiários do Auxílio pessoas em situação de pobreza, cuja renda familiar per capita mensal se situe entre R\$ 105,01 e R\$ 210,00 e em situação de extrema pobreza, com renda familiar per capita mensal igual ou inferior a R\$ 105,00.

Diante do exposto podemos perceber que a pobreza e a desigualdade social, apesar de serem objetos das medidas administrativas nos governos pós redemocratização, elas não capazes de romper com tal situação, evidenciando serem programas com valores reduzidos, com cobertura insuficiente para deslocar as famílias da situação de pobreza, mas servindo como medidas paliativas e residuais. As verbas repassadas não refletem as reais necessidades pois revelam que o impacto no PIB é muito pequeno. Por outro lado, a renda per capita de $\frac{1}{4}$ do salário mínimo para ter acesso aos programas já denota a situação de extrema pobreza e de pobreza pois estabelece que uma família deva subsistir com valores, atualmente, inferiores a R\$300,00 por mês. Ademais, tais critérios ignoram os custos inflacionários da cesta básica, da moradia, do transporte, da saúde, da educação e do lazer. Ou seja, o Brasil, apesar de incluir a pobreza e seu “combate” na agenda governamental a trata como um problema de ordem inferior, mantendo a histórica desigualdade social no país.

Conclusão

Ao término deste artigo podemos concluir que a preocupação com a desigualdade social e a pobreza no país não acompanhou o seu crescimento econômico e industrial do país. Pelo contrário, a pobreza e a desigualdade social sempre foram tratadas como problemas de polícia e não de política, requerendo ações punitivas e culpabilizadas dos pobres pela sua condição. Mesmo após os anos de 1990, quando estas políticas se tornam mais incisivas e permanentes, elas não conseguem reverter o quadro histórico construído desde o período colonial.

Deste modo, a pobreza e a desigualdade social continuam convivendo com políticas residuais, paliativas e focalizadas que apenas minimizam de forma pouco significativa a situação concreta e real da classe trabalhadora brasileira. Portanto o termo “combate” foi usado entre aspas para ilustrar que não há a real intencionalidade de combater tais mazelas. Tal fato pode ser comprovado pelos valores pagos ao longo dos últimos anos por todos os governos, sendo incompatíveis com as reais necessidades da população.

Diante dos fatos, salientamos que as iniciativas governamentais de “combate” à pobreza ou à desigualdade social não modificaram a estrutura econômica e social da classe trabalhadora brasileira, pois tais medidas remontam ao início do processo de industrialização e são inerentes ao modo de produção capitalista, pois visam criar políticas residuais e paliativas, mas que não devem eliminar o problema, tendo em vista que a pobreza e a desigualdade social são partes da contradição insolúvel do capitalismo e da sua lei geral de acumulação, em que de um lado, produz o aumento da riqueza e, no polo oposto, a pobreza exponencial de grandes segmentos da classe trabalhadora.

Referências

- ALVIM, Daniel Horta. **Mobilizações contra a fome no Brasil: 1978-1988**. 2016. 290. Tese (Doutorado em História Social) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, 2016.
- ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares. A política social no governo Lula. **Revista Novos Estudos** CEBRAP, São Paulo, n. 70, p. 7-17, 2004.
- BRASIL. Presidência da República. **II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975-1979)**. Brasília: Biblioteca do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 1974. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/anexo/ANL6151-74.PDF>. Acesso em: 25 jan. 2026.
- BRASIL. **Lei n. 8.742**, de 7 de dezembro de 1993 - Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS. Brasília: MPAS/SEAS, 2001.
- CASTRO, Anna Maria. Trajetória do Combate à fome no Brasil. *In*: ARANHA, Adriana (org.) **Fome zero: Uma história brasileira**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2010.
- FAGNANI, Eduardo. A política social do Governo Lula (2003-2010): perspectiva histórica. **Texto para Discussão**, Campinas: IE/Unicamp, n. 192, junho 2011.
- FAGNANI, Eduardo. O fim do breve ciclo da cidadania social no Brasil (1988-2015). **Texto para Discussão**, Campinas: IEUnicamp, n. 308, jun. 2017.
- FIORI, José Luís. **A política social do governo Collor**. São Paulo: IESP/FUNDAP, 1991.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Síntese de Indicadores Sociais** – Uma análise das condições de vida da população brasileira. Rio de Janeiro: IBGE, 2019.
- MACARINI, José Pedro. A política econômica do Governo Sarney: os Planos Cruzado (1986) e Bresser (1987). **Texto para Discussão**, Campinas: IE/Unicamp, n. 157, mar. 2009.
- MACIEL, David. O governo Collor e o neoliberalismo no Brasil (1990 - 1992). **Revista UFG**, Goiânia, ano XIII, n. 11, p. 98-108, dez., 2011.

MAURIEL, Ana Paula Ornellas. O financiamento do combate à pobreza no Brasil na era Lula. **Argumentum**, Vitória, v. 3, n. 2, p. 267-283, jul./dez., 2011.

NETTO, José Paulo. **Pequena história da ditadura brasileira (1964-1985)**. São Paulo: Cortez, 2014.

OLIVEIRA, Edneia Alves de. **A política de emprego na Itália e no Brasil: a precarização protegida e a precarização desprotegida**. Curitiba: Editora CRV, 2017.

OLIVEIRA, Edneia Alves de. **Redemocratização e serviço social: os caminhos do Serviço Social no Brasil pós-1985**. Curitiba: CRV, 2020.

PELIANO, Anna Maria. Lições da história – avanços e retrocessos na trajetória das políticas públicas de combate à fome e à pobreza no Brasil. In: ARANHA, Adriana (org.) **Fome zero: Uma história brasileira**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2010.

PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira. **As interfaces da assistência social: destaque à relação com a política de transportes**. Comunicação apresentada no GEIPOT (Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes, Ministério dos Transportes). Brasília, 1998.

PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira. **Necessidades humanas - subsídios à crítica dos mínimos sociais**. São Paulo: Cortez, 2000.

POCHMANN, Márcio. Políticas públicas e situação social na primeira década do século XXI. In: SADER, Emir (org.). **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma**. São Paulo: Boitempo, 2013.

SALVADOR, Evilásio. **Fundo público e seguridade social no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2014.

SILVA, Anderson; OLIVEIRA, Edneia Alves de. Estado de bem-estar social no Brasil: fato ou mito? **REBELA - Revista Brasileira de Estudos Latino-Americanos**, Florianópolis, v. 10, n. 3, p. 488-508, set./dez., 2020.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. Pobreza, desigualdade e políticas públicas: caracterizando e problematizando a realidade brasileira. **Revista Katálysis**, Florianópolis v. 13 n. 2 p. 155-163 jul./dez. 2010

SOARES, Laura Tavares. **Os custos sociais do ajuste neoliberal na América Latina**. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2009.

VIEIRA, Evaldo. **Estado e miséria social e Brasil** - de Getúlio a Geisel. São Paulo: Cortez, 1995.

YAZBEK, Maria Carmelita. Pobreza no Brasil contemporâneo e formas de seu enfrentamento. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 110, p. 288-322, abr./jun. 2012.

CAPÍTULO 3

QUESTÃO AGRÁRIA EM MINAS GERAIS: ANÁLISE SOBRE A ESTRUTURAÇÃO DO AGRONEGÓCIO NAS DIFERENTES REGIÕES

Michelle Neves Capuchinho

Introdução

O presente artigo tem como objetivo analisar a produção do agronegócio caracterizando as principais formas de exploração da terra nas diferentes mesorregiões¹ de Minas Gerais, apresentando as principais cadeias produtivas que estão estruturadas no estado: café, gado, grãos, sucroalcooleiro e mineração.

Esse trabalho representa a síntese de uma parte da pesquisa realizada no doutorado, finalizada no ano de 2025, que teve como tema, *Questão agrária em Minas Gerais: análise do desenvolvimento capitalista no campo a partir das principais cadeias produtivas do agronegócio 2002- 2020*. Através do método de análise adotado que se baseia no materialismo histórico-dialético, coloca-se como fundamental a compreensão do processo de desenvolvimento das forças produtivas e das relações sociais.

¹ Importante destacar que essa referida divisão dos estados brasileiros em mesorregiões se refere a nova metodologia adotada pelo IBGE a partir de 2017. Essa nova classificação visa refletir de maneira mais precisa as características socioeconômicas, culturais e geográficas de cada região. As mesorregiões funcionam como um meio de facilitar o planejamento e a implementação de políticas públicas, permitindo uma melhor compreensão das dinâmicas regionais.

Questão agrária em Minas Gerais e as cadeias produtivas do agronegócio nas regiões do estado

Para compreender a questão agrária na atualidade, é fundamental entender as determinações sociais da realidade brasileira no contexto do capitalismo contemporâneo. Ao analisar os ciclos de acumulação capitalista que conformam a história do desenvolvimento do estado, a lógica da produção agroexportadora se afirma com o processo predominante de monocultivo e segue presente e hegemônica.

A estrutura produtiva no campo foi afetada pela crise estrutural do capital, mas conservou o seu *modus operandi* permanente, atuando de forma a manter a dependência externa, produzindo uma má distribuição funcional da renda e induzindo a um progresso técnico focado na exploração intensiva dos bens da natureza.

Quando analisamos a questão agrária em Minas Gerais, é preciso destacar as dimensões territoriais do estado, o quarto maior da federação, que possui uma grande relevância no quadro político e econômico no cenário nacional. O estado de Minas Gerais é formado por 12 mesorregiões (IBGE, 2017), cada uma com características e formações sociais e econômicas diferentes. Segundo o Censo Agropecuário de 2017, Minas Gerais possui uma área que corresponde a 58,9 milhões de ha (586.513, 983 km²). Destes, 58,9 milhões (88,46% do território mineiro) estavam cadastrados no INCRA. Observando a evolução da estrutura fundiária nos últimos 30 anos, os dados revelam que o alto grau de concentração da propriedade das terras mineiras não apenas permaneceu intacto, como se concentrou. Dados organizados por Alcântara Filho (2010) apontam que, em 1992, 84,50% dos imóveis tinham menos de 100 ha e ocupavam apenas 18,33% das terras, enquanto em 2012, 85% dos imóveis tinham menos de 100 ha e passaram a ocupar 31,08% das terras.

A partir de 1960, temos a modernização conservadora baseada na lógica do crédito rural, situação que fortalece o desenvolvimento

das grandes cadeias de produção com a intensificação do gado de corte. Uma das principais mercadorias em Minas Gerais é o café na parte sul, sendo hoje a região do país considerada a maior produtora de café do mundo. Com a criação das siderúrgicas, a cultura da produção de eucalipto sofre um grande aumento tanto para siderurgia como para a celulose, ao analisar a quantidade de usinas de álcool no estado, de acordo com a Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB (2013), o estado de Minas Gerais conta com 31, sendo o segundo estado da região sudeste em quantidade de capacidade instalada. Até 2010, a produção de eucalipto era voltada para as siderúrgicas com foco na produção de álcool. A partir da crise de 2008, a produção passa a estar voltada para celulose, situação que demanda o aumento das áreas plantadas. A busca por ampliação da produção monocultora de eucalipto provoca a devastação de áreas nas regiões do norte, noroeste, centro-oeste e leste de Minas Gerais.

Já a região chamada de região metropolitana de Belo Horizonte, com a implantação da política de créditos da ditadura militar, tem-se um grande desenvolvimento da produção de grãos, sendo hoje essa cultura um dos quatro produtos que compõem 90% do PIB rural de Minas Gerais. Com a crise do mercado internacional em 2008, a maior parte da produção agrícola voltou a ter foco para a exportação, cada vez mais reforçando o caráter agroexportador do estado e do próprio Brasil.

Dados do Censo Agropecuário do IBGE de 2010 sobre a questão agrária em Minas Gerais demonstram: temos 16% da população morando no campo atualmente, em 1960, era quase 60%. Na região do norte de Minas, ainda temos 30% da população que mora no campo, no Jequitinhonha 40%, a Zona da Mata é caracterizada por pequenos agricultores e o Triângulo Mineiro é onde estão as grandes empresas transnacionais. De acordo com Santos (2017), a região do Triângulo Mineiro conta com nove grupos de capital internacional que atuam no meio rural e temos apenas 10% da população morando no campo, através desse dado

podemos compreender como o agronegócio expulsa os trabalhadores do campo.

Sobre a utilização das terras mineiras, podemos afirmar que estas estão nas mãos dos grandes produtores, muitas nas mãos dos produtores de eucalipto, como a empresa Suzano. Dos 60% dos grandes proprietários de terra temos 50% das terras agricultáveis ocupada por pecuária, maioria voltada para pecuária de corte para exportação, seja para pastagem plantada ou pastagem natural, 20% em lavouras temporárias de soja e milho para exportação e 10% destinada a produção de outras variedades de grãos (IBGE, 2019). A partir de análise preliminar, o Censo Agropecuário de 2017 aponta que a desigualdade de acesso à terra aprofundou-se no estado, realidade que está atrelada ao desenvolvimento do capitalismo no campo mineiro.

Podemos dizer que o estado de Minas Gerais “paga caro” por ter seu solo muito rico. A exploração do ouro em Ouro Preto, nos primórdios da história do Brasil, continua com a extração do minério, que fere a terra e as populações nela residentes. Quem depende do cultivo da terra, precisa apenas desta e de condições para nela morar e tirar o seu sustento e de sua família. A mineração historicamente materializa-se como um processo insustentável, tal como em toda a sua história e, fundamenta-se na apropriação e expropriação de territórios, no trabalho escravo em sua origem e na superexploração do trabalho, além da degradação ambiental desenfreada. De acordo com Santos (2022) o racismo e o sexismo também são seus constitutivos, pois são os (as) negros (as), indígenas, as comunidades tradicionais e camponesas, e as mulheres, os mais afetados pelos grandes empreendimentos minerários.

Diante do exposto, a estratégia de desenvolvimento capitalista que perpassa o campo em Minas Gerais, historicamente combina escravidão, exploração, expropriação, fundadas no modelo agroexportador que, na atualidade, se reatualiza através do agronegócio minerário e agropecuário para a exportação de commodities. Nos últimos anos, o estado de Minas Gerais

vivenciou dois dos maiores crimes ambientais da história da mineração, o rompimento da barragem do Fundão, na cidade de Mariana, em 2015, e da barragem no Córrego do Feijão em Brumadinho, em 2019, ambos os crimes praticados pela mineradora Vale.

O crime ambiental da Vale em Brumadinho, ocorrido em janeiro de 2019, mais de 272 pessoas foram mortas, muitas até hoje não foram encontradas. O crime atingiu toda a bacia do Rio Parauapebas, afetando mais de 40 cidades ao longo de todo seu leito, situação que comprometeu o abastecimento de toda a região metropolitana. A mesma empresa foi responsável pelo crime ambiental em Mariana, que matou o Rio Doce, despejando 43,7 milhões de m³ de resíduos de minério de ferro atingindo os estados de Minas Gerais e Espírito Santo, ambientalmente trazendo consequências incalculáveis para toda a bacia do Rio Doce, deixando 19 pessoas mortas e uma cidade inteira aterrada por rejeitos.

Os grandes empreendimentos minerários em Minas Gerais vêm mostrando a lógica desse formato de produção destrutiva. Na última década, o Brasil tem se destacado como um país subserviente, restrito a funções secundárias na economia global, que o colocam entre os maiores consumidores de agrotóxicos, cultivadores de plantas transgênicas e exportadores de matéria-prima, avançando para o sucateamento das bases de transformação industrial. A lógica de produção é de mercadorias e não de alimento, realidade que gera uma incapacidade de atender as necessidades humanas.

Minas Gerais vem sendo pioneira no processo de transporte do minério extraído, contando com três minerodutos e mais quatro que estão em construção. Juntos, os sete minerodutos consumirão 8 bilhões e 170 milhões de metros cúbicos de água; sendo que esse total soma quase a água consumida mensalmente por Belo Horizonte (Péret, 2016). O modelo de exploração mineral e agropecuária gera desigualdade, fome e desabastecimento.

O modelo de produção agrícola denominado de Revolução Verde se baseia na utilização de pacotes tecnológicos, sementes geneticamente modificadas, insumos externos, fertilizantes e agrotóxicos. Este modelo agrícola possui extrema dependência de insumos externos, sobretudo fertilizantes e agrotóxicos. Essa é uma mediação que reflete o próprio modelo de desenvolvimento do país, que, sob as rédeas hegemônicas do capital, foi se consolidando na monocultura, na grande propriedade, na exploração da força de trabalho, primeiramente escrava e seguida da superexplorada, até o seu descarte advindo do processo de mecanização no campo, que gera desemprego estrutural.

Minas Gerais é um dos maiores estados do país consumidores de agrotóxico, ficando com o terceiro lugar de acordo com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA, 2021). É possível identificar as mudanças no processo de produção com a implementação da Revolução Verde, por exemplo quando analisamos a região denominada Triângulo Mineiro, com grande presença de empresas transnacionais produtoras de agrotóxicos como Cargil e Bunge, com a predominância agropecuária que conserva grandes índices de desigualdade. Como aponta Pereira (2017, p. 10), “a renda da mulher é, em média, 60% da renda do homem; a renda dos habitantes de cor parda, 70% dos de cor branca.” Em resumo, tem-se uma região ruralizada, movida pela agropecuária, que apesar de ser uma região rica, ainda apresenta desigualdades sociais de gênero e raça.

Tanto o capital quanto a força de trabalho necessitam do espaço para se reproduzir, mesmo que seja a partir de diferentes projetos de desenvolvimento. Portanto, a terra é uma condição de vida para a força de trabalho e para o capital uma mercadoria. A propriedade privada exclui o trabalhador da terra como condição de produção, a terra é desviada de seu significado social e posta aos trabalhadores como campo de trabalho alienado, e se torna artigo de compra que possibilita à burguesia avançar em sua apropriação e destruição. O trabalhador demanda equipamentos públicos e privados para sua reprodução que o coloca em posição antagônica

às necessidades aos interesses dos proprietários fundiários e aos que se apropriam da renda da terra, assim como os interesses daqueles que vivem do lucro.

Como afirma Brito (2012), a monocultura de eucalipto é implantada no norte de Minas Gerais nas décadas de 1970 e 1980 com modelo de produção baseado na monocultura e no latifúndio em áreas de Cerrado, ocupando as chapadas. Estas áreas, segundo a autora, antes ocupadas pelas comunidades locais, viraram propriedade privada de grandes empresas siderúrgicas e grupos empresariais que receberam incentivos fiscais, financiamentos e total apoio do Estado.

A propriedade da terra é o principal pilar para esse modelo de exploração, no qual as formas arcaicas são combinadas com formas modernas de exploração. A superexploração do campo foi o que possibilitou a manutenção dos privilégios das elites no Brasil e o processo de urbanização e de formação do capitalismo tipicamente nacional, dependente, subordinado ao capital internacional. Os empresários rurais tiveram papéis na economia urbana e na economia agrária que não derivam das empresas urbano-comerciais ou urbano-industriais, mas sim papéis definidos a partir do externo, "a revolução urbana condenou a revolução agrícola, fez com que o capitalismo agrário se reduzisse a um subcapitalismo" (Fernandes, 2015, p. 184).

Para que o capitalismo possa reproduzir a economia urbana e o trabalho assalariado, foi necessário que existisse, na economia agrária, o capitalismo que reproduz o trabalho semi-livre em uma relação dialética entre essa formação (Fernandes, 2015). O Sul de Minas Gerais é a segunda região de maior incidência em números de trabalho análogo ao escravo, situação que demonstra como ainda o processo de formação influi nas relações de trabalho. Essa contradição permanece e, na atualidade, se recupera com uma grande intensidade no campo brasileiro, agora com tecnologia, com alta capacidade de desenvolvimento, ao mesmo tempo em que há a ampliação do trabalho análogo ao escravo, destruição das florestas e intensificação da pobreza no campo. Assim, ampliam-se

as contradições presentes incidindo sobre a reflexão do papel da reforma agrária na atualidade.

Por fim, o agronegócio caracteriza, nesta perspectiva crítica, a “nova roupagem” do latifúndio, modelo que hegemonizou a agricultura brasileira, evidenciando a lógica do desenvolvimento rural no Brasil. Em um primeiro momento, submetendo a uma forte repressão o conjunto dos povos originários, que foram sendo dizimados pela lógica utilitarista dos bens ambientais imposta ainda no período colonial e, posteriormente, contra camponeses e comunidades tradicionais de posseiros, meeiros, parceiros, rendeiros e agregados, vindos de regiões próximas e até do sertão.

Quando se analisa a realidade mineira podemos, através de dados e pesquisas evidenciar essas características de organização da produção que influenciam tanto a cidade quanto o campo, sendo uma necessidade o debate sobre reforma agrária para toda a sociedade. Temos um estado que teve sua vegetação nativa amplamente devastada, muitas de suas riquezas naturais expropriadas, conta com um considerável nível de urbanização e um índice de desenvolvimento humano considerado alto, se comparado a outros estados da federação, mas reserva muitas desigualdades que marcam a sociedade mineira de forma profunda.

Podemos afirmar que a hegemonia do agronegócio foi construída desde o final da década de 1990, como um projeto político, econômico e ideológico e teve apoio de todos os governos desde então, seja FHC, Lula, Dilma, Temer ou Bolsonaro. Em muitos momentos, inclusive, foram desenvolvidas ações no intuito de integração dos diferentes projetos de desenvolvimento para o campo, adotando medidas econômicas e legislativas que impulsionaram sua expansão. Houve, sim, diferenças retóricas e medidas conciliatórias por parte dos governos progressistas e no caso dos governos de extrema direita, gerando um processo de criminalização da pobreza, juntamente com um absoluto processo de paralisação de investimento em políticas sociais voltadas para a agricultura familiar e os povos tradicionais.

É fato que, durante os governos petistas, houve canais de diálogo com os movimentos sociais do campo, além da implementação ou expansão de programas importantes reivindicados por esses grupos. Essas ações contribuíram significativamente para a melhoria da qualidade de vida de uma parcela relevante dos trabalhadores rurais e das comunidades do campo. Por outro lado, governos como os de FHC, Temer e Bolsonaro adotaram, em diferentes graus, posturas autoritárias e repressivas em relação a esses movimentos. Especificamente, os dois últimos abandonaram totalmente qualquer tipo de política que favorecesse esses segmentos da sociedade.

Contudo, todos esses governos, sem exceção, rejeitaram a reforma agrária como uma opção de desenvolvimento para o campo no Brasil. Durante seu processo de expansão, o agronegócio foi responsável por atos de violência, destruição ambiental e exploração da mão de obra, visando obter novas áreas e aumentar seus lucros. Isso foi alcançado tanto pela ampliação da produção de commodities quanto por meio de práticas especulativas.

Ao analisar a administração do estado de Minas Gerais ao longo dos últimos anos, nota-se a predominância de governos alinhados à direita tradicional do país, com uma ampla presença de representantes do agronegócio atuando na condução das políticas para o campo. Mesmo durante a gestão de um governo petista, a situação se manteve e houve impactos limitados na construção de políticas progressistas. Atualmente, o estado é governado pelo partido Novo, uma gestão de extrema-direita que persegue e busca desmantelar quaisquer políticas que beneficiem os trabalhadores rurais e comunidades tradicionais.

O aumento do domínio cada vez maior das grandes empresas estrangeiras sobre a agricultura brasileira também é evidente na crescente aquisição de terras por parte de fazendeiros, empresas e investidores estrangeiros. No entanto, a extensão real desse processo de compra de terras por estrangeiros permanece desconhecida, visto que o INCRA (Instituto Nacional de

Colonização e Reforma Agrária) órgão encarregado da gestão de terras no Brasil, carece de mecanismos eficazes para controlá-lo.

Dados da plataforma *LandMatrix*, que registra as transações de terra no mundo, apontam o Brasil como o terceiro país com mais aquisições de terras por estrangeiros, com dados que apontam 3.442.613 hectares sendo apropriados, além de ser o oitavo em aquisição de terras fora do seu território. Estamos nos referindo a 2.406.329 hectares comprados por fundos estatais. No Brasil, está ocorrendo uma intensa financeirização da terra, dos recursos naturais e do sistema agroalimentar, que se dá principalmente por meio de um sistema de crédito proveniente do mercado financeiro, sem interferência estatal, que demanda a crescente privatização de terras como garantia principal para o financiamento.

Todo esse processo pode ser compreendido a partir da lógica de organização do agronegócio em Minas Gerais, a produção agropecuária junto com a mineração se destaca como uma das principais forças produtivas do estado, sendo responsável por uma significativa parcela do PIB, tais processos de produção estabelecem um discurso de geração de emprego especialmente em áreas rurais no estado, mas a lógica do agronegócio consiste na expulsão dos trabalhadores rurais do campo, exploração dos bens da natureza, degradação ambiental e devastação cultural dos povos tradicionais. Apesar do discurso de desenvolvimento e crescimento gerado pelo agronegócio, temos na essência a realização de atividades econômicas que são marcadas por conflitos sociais e desigualdades profundas que devem ser analisadas de forma crítica.

Essa dinâmica revela como as relações de produção capitalistas promovem a alienação e a precarização da vida no campo. Os pequenos produtores, que deveriam ser os protagonistas de suas próprias histórias, muitas vezes se tornam meros trabalhadores assalariados ou arrendatários, dependendo das grandes corporações. O acesso à terra, um direito básico e fundamental, se transforma em um recurso escasso, disputado e financeirizado, acentuando as tensões sociais e as desigualdades.

Isso ocorre em um contexto em que a lógica do capital ignora as especificidades e necessidades das comunidades locais, priorizando lucros em detrimento à preservação ambiental e os interesses dos que realmente trabalham e vivem da terra. Além disso, o agronegócio em Minas Gerais também tem impactos significativos nos diferentes biomas e na biodiversidade da região. A exploração intensiva das terras e o uso de agrotóxicos afetam a saúde das populações locais e a qualidade dos bens da natureza, criando uma situação em que a classe trabalhadora é obrigada a conviver e suportar as consequências da degradação ambiental, enquanto os lucros gerados permanecem nas mãos de poucos.

Em suma, a presença do agronegócio em Minas Gerais evidencia uma estrutura de poder que perpetua desigualdades sociais, econômicas e ambientais. A disputa por terras, exacerbada pela lógica capitalista, transforma o rural em um campo de conflitos, onde a luta por reconhecimento e direitos se torna uma constante para aqueles que ainda acreditam que a terra deve ser um bem comum. Esse cenário nos convida a refletir sobre alternativas que promovam a justiça social e a revalorização do trabalho no campo, buscando superar as contradições geradas por um modelo de produção que prioriza o capital em detrimento da vida humana e da natureza.

Ao analisar as declarações do atual governo Zema, em reportagem no site da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais (FAEMG), de 2024, ressalta-se a importância de sua relação direta, assim como o compromisso público com o setor produtivo do agronegócio. O governador exaltou os dados a respeito da produção do estado: “Nós sabíamos que o agro estava crescendo ano após ano, mais do que a nossa economia, mas não imaginávamos que este avanço fosse tão expressivo.” O PIB do agro em Minas saltou de cerca de R\$ 110 bilhões, em 2018, para R\$ 205 bilhões no ano passado, ou seja, praticamente dobrou a produção. A reportagem reconhece ainda a importância de o atual governo ter firmado parceria com este setor

produtivo, garantindo uma ampliação de investimentos governamentais em 22,2% em infraestrutura para o setor.

As principais cadeias produtivas do agronegócio nas regiões de Minas Gerais

A mesorregião Norte de Minas é conhecida pela presença de grandes propriedades rurais e pela importância da agropecuária, sendo a região que possui os maiores índices de concentração de terras do estado. A região é marcada pela produção de gado de corte, principalmente por conseguir consorciar culturas perenes e temporárias e uma ampla produção destinada ao eucalipto. A presença de pequenos agricultores e a tradição da agricultura familiar também marcam a identidade dessa mesorregião, que enfrenta desafios como a seca e a necessidade de infraestrutura. Temos como destaque de produção na região a presença ampliada cada vez mais da soja e a redução, em certa medida, das lavouras temporárias.

Evidencia-se uma perda no bioma presente predominante, que é o cerrado, impactando nos padrões de organização territorial, devido à exclusão cada vez maior de populações e das comunidades tradicionais que não tem condições de investimento para produzir e se transformam em assalariados rurais.

É essencial implementar políticas em defesa dos quilombolas, indígenas, geraizeiros, camponeses, no intuito de preservar a cultura e o modo de vida da região e pensar um processo de produção e reforma agrária que promova a diversidade econômica e a proteção dos bens da natureza.

Seguindo para a mesorregião do Vale do Jequitinhonha, podemos destacar como um território de muitas desigualdades sociais e econômicas, com áreas rurais marcadas pela pobreza e pela falta de acesso a serviços básicos. A região apresenta uma realidade diversa, não apenas por causa de seu prolongado passado de colonização, mas também devido ao processo de exploração presente nas atividades que se destacaram em cada

localidade. Atualmente, “há predomínio da atividade mineradora no alto Jequitinhonha, predomínio da pecuária no baixo Jequitinhonha, é uma atividade mista na região intermediária” (Souza, 2003, p. 14).

A mineração entra no rol de atividades que implica em grandes impactos. É fundamental ressaltar que Minas Gerais é caracterizado por uma variedade de biomas, um histórico complexo de variados níveis de desenvolvimento econômico e social, com significativas desigualdades. Essa diversidade também resulta em diferentes contradições nos seus territórios. Atualmente, a região do Cerrado responde por aproximadamente 45% da área agrícola nacional, responsável por 52% da produção de soja do país com grande parte de suas terras e infraestrutura logística administrada por conglomerados agroindustriais estrangeiros, como a agro ABCD, a chinesa Cofco Agri, mas mesmo por atores que não fazem parte do setor, como Brookfield Asset Management, Cresud Mitsui, Mitsubishi, Valiance Capital, Private Equity Patria Investimentos/Blackstone e outros fundos de investimento estrangeiros como Teachers Insurance and Annuity Association of America – TIAA e Harvard Doação (Grain *et al.*, 2015).

A mesorregião do Mucuri, com sua realidade rural ainda marcada por desafios estruturais, vem investindo no fortalecimento da agricultura familiar e na diversificação da produção, buscando saídas para a questão da expulsão do campo que enfrentaram e seguem enfrentando e a valorização das atividades locais associadas a uma cultura muito presente. A realidade dos vales é muito similar, sendo inclusive complicado realizar uma diferenciação quando se analisa aspectos sociais, culturais e ambientais, situação que traz várias limitações. É possível realizar uma identificação primária das principais frentes do agronegócio nos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, sendo elas: a monocultura de eucalipto e cafeeira, a pecuária, podendo ser incluído a atividade mineradora, principalmente lítio, ferro e granito. Toda a região compreendida como Centro-norte de Minas abrange as mesorregiões de expressão econômica menor em

comparação às demais. No Noroeste de Minas, predomina a atividade agropecuária, sendo que, recentemente, o desenvolvimento tem se dado em razão das indústrias de grande porte nas áreas de extração mineral e siderurgia.

No Leste de Minas, o desenvolvimento agrário é marcado por um grande potencial para a produção de hortifrutigranjeiros, além da presença de pequenas propriedades que visam a comercialização em mercados locais. A degradação ambiental é uma marca na região, a produção de gado é responsável pelo desmatamento das matas nativas e recentemente ainda a região foi diretamente impactada pelo crime da Vale, que matou o Rio Doce afetando toda a produção dos povos que viviam e cuidavam do território.

A questão agrária do Vale do Rio Doce é, portanto, historicamente marcada pela forte disputa pela terra e, infelizmente, por verdadeiras chacinas, campos de tortura e colonização forçada dos povos originários em prol dos interesses de expansão da coroa portuguesa. Em um primeiro momento, submetendo a uma forte repressão ao conjunto dos povos originários, que foram sendo dizimados pela lógica utilitarista dos bens ambientais imposta ainda no período colonial e, posteriormente, contra camponeses e comunidades tradicionais de posseiros, meeiros, parceiros, rendeiros e agregados, vindos de regiões próximas e até do sertão, que ao longo dos anos foram ocupando as terras e matas do Rio Sem Dono (Pereira, 1988).

As regiões Central Mineira e Noroeste de Minas representam regiões que foram diretamente influenciadas pelo processo de modernização da agricultura. A região Central Mineira se assemelha, em termos de estrutura econômica, à região Metropolitana de Belo Horizonte. A indústria de alimentos e bebidas é uma das principais atividades da região e a microrregião com maior importância é Divinópolis, cujo parque industrial é voltado à siderurgia e têxtil. A região é marcada de forma profunda pelo processo de mineração, tendo destaque para ferro, ouro, manganês e areia (IBRAM, 2015). A proximidade com a região

metropolitana marca profundamente o território, pois existe a forte presença da indústria e conta com um polo de mineração, especialmente de minério de ferro.

A mesorregião do Alto Paranaíba tem como destaque a produção de grãos, especialmente soja, além da pecuária. A Bunge está envolvida na produção de commodities agrícolas, como soja e milho, que têm sido associadas ao desmatamento e à degradação ambiental, especialmente no cerrado mineiro. A conversão de áreas naturais para monoculturas intensivas contribui para a perda de biodiversidade, a degradação do solo e a emissão de gases de efeito estufa.

O Triângulo Mineiro é uma região que conta com uma grande estrutura de produção do agronegócio. Podemos afirmar que é a mesorregião em que o capital agrário mais se desenvolveu no estado devido às suas características naturais favoráveis como, terras planas e com uma relativa regularidade de chuvas e à infraestrutura instalada foi sendo adequada para potencializar a produção de commodities. O desenvolvimento do agronegócio na região está associado ao desenvolvimento paulistano, se integra na lógica da produção em larga escala, com a forte presença do latifúndio e com o foco na produção para o mercado externo. A região conta com as principais cadeias produtivas estruturadas em Minas Gerais, dos grãos (milho e soja), do café, gado, cana de açúcar e ainda da silvicultura.

As mesorregiões Zona da Mata e Campo das Vertentes têm como principais atividades a agropecuária e a indústria, contando com uma considerável infraestrutura para escoamento da produção, são regiões próximas a grandes centros políticos do país estando entre Belo Horizonte e a cidade do Rio de Janeiro. Importante destacar a microrregião de Juiz de Fora, que possui um dos maiores centros urbanos do estado de MG, com presença de indústrias de grande porte. A indústria representa 19,9% do PIB regional, sendo os principais segmentos a indústria metalúrgica, automobilística, têxtil e moveleira (Bruziguessi *et.al*, 2021). A Zona da Mata é rica em histórico e biodiversidade, com seu território formado pelo bioma da mata atlântica que foi amplamente

devastado e enfrenta as contradições pelo modelo de produção presente na região, contando com mineradoras. Na pecuária, destacam-se a produção de leite como já destacado e a criação de bovinos, suínos e aves. A cadeia produtiva do café tem grande destaque histórico na região, ainda se mantém como um grande polo produtor, estando localizada na porção norte da região.

Para finalizar a caracterização da estrutura agrária presente nas diferentes mesorregiões de Minas Gerais, temos que analisar o Sul de Minas Gerais. Economicamente, a região pode ser considerada uma das que mais se destacam no estado, tem uma grande presença do agronegócio com o foco na cadeia produtiva do café, possui vastas plantações de café arábica, sendo a sua principal atividade econômica. A cafeicultura insere-se no âmbito do agronegócio global e desempenha um papel crucial no mercado brasileiro. Em 2019, o Brasil destacou-se como o maior produtor mundial dessa commodity, respondendo por 36,6% da produção global. Além disso, o país ocupou a 5ª posição nas exportações de commodities do agronegócio (CONAB, 2019). No entanto, a indústria cafeeira enfrenta diversas contradições sob diversas óticas, incluindo as econômicas, ambientais, políticas, sociais e territoriais, os quais se intensificam à medida que essa atividade se globaliza, gerando efeitos nas esferas locais e regionais.

A estrutura fundiária é caracterizada pela predominância das pequenas propriedades, de forma que o latifúndio não é tão comum como em outras regiões do estado, mas a presença de grandes empresas transnacionais constrói uma lógica em que os pequenos produtores são inseridos ao processo a partir de uma dependência criada, em que as ditas cooperativas compram as safras futuras, realizando empréstimos e condições de produção que depois são cobrados juros altos, situação que cria vínculos e compromete a capacidade da agricultura familiar de negociar suas safras a preços mais coerentes. Ao analisar a dimensão territorial da região e a presença de lavouras permanentes no sul de Minas, podemos afirmar que a cafeicultura é responsável por mais de 90% das áreas cultivadas e colhidas. É importante ressaltar que esse

montante de capital está se tornando alvo de crescente competição entre multinacionais, cooperativas e investidores que estão sendo atraídos para a região sul mineira.

Conclusão

Podemos considerar que as mesorregiões de Minas Gerais apresentam um mosaico de realidades que refletem a complexidade do desenvolvimento agrário, onde as características sociais, econômicas se assemelham, pois temos um processo cada vez mais intensificado de exploração e degradação ambiental. Cada mesorregião traz consigo desafios e potencialidades, havendo um processo de interligação na dominação do agronegócio que, vem se intensificando cada vez mais e contribuindo para o acirramento dos conflitos por terra no estado. Em síntese, as desigualdades regionais são consequências inerentes dos projetos de desenvolvimento econômico predatório que o modo de produção capitalista vem implementando. Em Minas Gerais, três características reforçam esta desigualdade:

1) não houve, até 1930, uma força “unificadora” que integrasse o território mineiro num conjunto unificado. O que existia eram várias regiões que não se relacionavam diretamente e mantinham relações com unidades federais ao redor;

2) as regiões mineiras têm um acentuado diálogo com os estados próximos das regiões (São Paulo com o Sul de Minas, Zona da Mata com o Rio de Janeiro e o Noroeste ligado à Brasília); e

3) a concentração da base mineral, que contribui para o agrupamento dos empreendimentos industriais se tornou base para os investimentos direcionados à produção de matérias-primas para os centros econômicos do país.

Com a aceleração das principais cadeias produtivas do agromineronegócio, muitas questões ambientais contribuem para a ampliação das sequelas geradas pela questão social. Cada vez mais, o capital necessita avançar para novos territórios, na busca de ampliar seus cultivos que são voltados para exportação, assim

como ampliar as áreas de extração de bens da natureza, sendo essas cadeias produtivas como cana, mineração, café, gado e grão extremamente danosas aos diferentes ecossistemas, gerando impactos profundos nos diferentes biomas e culturas que temos no estado de Minas Gerais.

Referências

ALCÂNTARA FILHO, José Luiz. **Análise exploratória dos fatores determinantes da estrutura fundiária em Minas Gerais**. 2010. 99 f. Dissertação (Mestrado em Economia) - Departamento de Economia, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2010.

BRITO, Isabel Cristina Barbosa. A rede movimento social dos geraizeiros do Norte de Minas. *In*: ENCONTRO NACIONAL DA ANPPAS, 6, 2012. Belém. **Anais** [...]. Belém: ANPPAS, 18 a 21 de setembro de 2012.

BRUZIGUESSI, Bruno; BEZERRA, Cristina Simões, DE JESUS, Nilo Marques. Questão agrária e políticas públicas na Zona da Mata de Minas Gerais: uma análise dos assentamentos Olga Benário e Dênis Gonçalves do MST. *In*: BRUZIGUESSI, Bruno et al. (org.). **Questão agrária e políticas públicas em Minas Gerais: conflitos sociais e alternativas populares**. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2021. p. 149-151. Disponível em: <questaoagrariaepoliticaspUBLICASemMinasGeraisconflitosociais.pdf>. Acesso em: 21 jan. 2026.

CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS EM ECONOMIA APLICADA - CEPEA/ESALQ. **PIB agro CEPEA: impulsionado por ramo agrícola, PIB cresce 4,48% em 2016**. São Paulo: CEPEA/ESALQ-USP, 2016. Disponível em: <<https://cepea.esalq.usp.br/br/releases/pib-agro-cepea-impulsionado-por-ramo-agricola-pib-cresce-4-48-em-2016.aspx>>. Acesso em: 21 jan. 2026.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO – CONAB. **Acompanhamento da safra brasileira de cana-de-açúcar**, v. 1. Brasília: Conab, 2013.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO – CONAB. **Calendário de plantio e colheita de grãos no Brasil 2019**. Brasília: CONAB, 2019. Disponível em: <https://www.conab.gov.br/outras-publicacoes/item/download/28424_34d371f808b23d9bd37b9101c8ed5094>. Acesso em: 03 fev. 2026.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA - EMBRAPA. **Agrotóxicos no Brasil**. Brasília: EMBRAPA, 2021. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/pt/web/portal/agencia-de-informacao-tecnologica/tematicas/agricultura-e-meio-ambiente/qualidade/dinamica/agrotoxicos-no-brasil>>. Acesso em 13 fev. 2026.

FEDERAÇÃO DE AGRICULTURA E PECUÁRIA DO ESTADO DE MINAS GERAIS - FAEMG. 'O agro tem sido a grande locomotiva de Minas', diz Zema. **FAEMG SENAR**, 13 fev. 2026. Disponível em: <<https://www.sistemaafaemg.org.br/noticias/o-agro-tem-sido-a-grande-locomotiva-de-minas-diz-zema>>. Acesso em: 13 fev. 2026.

FERNANDES, Florestan. **Poder e contrapoder na América Latina**. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

GRAIN; Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, Inter Pares; Solidarity Sweden Fundos de pensão estrangeiros e grilagem de terras no Brasil, **GRAIN - América Latina**, 16 nov. 2015. Disponível em: <<https://grain.org/en/article/5336-foreign-pensionfunds-and-land-grabbing-in-brazil>>. Acesso 20 fev. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo Agropecuário: Resultados definitivos**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo Agropecuário: Resultados definitivos**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo Agropecuário: Resultados definitivos**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MINERAÇÃO – IBRAM; SINDICATO NACIONAL DA INDÚSTRIA DA EXTRAÇÃO DO

FERRO DE METAIS. (org.). **Panorama da Mineração em Minas Gerais**. Brasília: IBRAM, 2015.

LAND MATRIX. Promoting transparency and accountability in land acquisitions. **Land Matrix**: the international land deals database, [s/l]; [s/d]. Disponível em: <<https://landmatrix.org/>>. Acesso em: 25 fev. 2026.

PEREIRA, Camila Amaral; MOTA, Ana Silva Nepomuceno. A questão agrária em Minas Gerais. **Revista Vozes dos Vales**: Publicações Acadêmica da UFVJM, Teófilo Otoni, n. 12, ano VI, v. 10, 2017.

PEREIRA, Carlos Olavo da Cunha. **Nas terras do rio sem dono**. Rio de Janeiro, Codecri, 1988.

PERÉT, Rodrigo de Castro Amédée. Os desafios da reforma agrária: a luta contra a criminalização e a violência no campo. *In*: JORNADA UNIVERSITÁRIA EM DEFESA DA REFORMA AGRÁRIA DA UFTM, 2, 2016, Uberaba, MG. **Anais [...]**. Uberaba, MG: Universidade Federal do Triângulo Mineiro, 2016.

SANTOS, Mariana Lucena Sousa. **Violações de direitos humanos em contextos extrativistas na América Latina**: a raça enquanto questão fundante. 2022. 193f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Instituto de Ciências Jurídicas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2022.

SANTOS, Selma de Fatima. **Metamorfoses da agricultura capitalista na região centro oeste do estado de São Paulo - 2000 a 2020**. 2021. 380f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2021

SOUZA, João Valdir Alves. Nota Científica - Fontes para uma reflexão sobre a história do Vale do Jequitinhonha. **Revista Unimontes Científica**, Montes Claros, v. 5, n. 2, p. 01-21, jul./dez., 2003.

CAPÍTULO 4

A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA COMO INSÍGNIA DA BARBÁRIE: DADOS, FATOS, POLÍTICAS E RESPOSTAS¹

Fábio da Silva Calleia

Introdução

Em entrevista à Folha de São Paulo, Robert Kurz ao comentar a dinâmica do sistema adverte que o

capitalismo, na verdade, nada mais é que um sistema industrial “bola de neve”, que converteu a transformação contínua e crescente de energia humana abstrata em dinheiro num fim em si mesmo. A revolução tecnológica microeletrônica põe fim a essa dinâmica, pois torna supérfluo, de maneira perene e absoluta, mais trabalho do que pode ser reabsorvido pela produção ampliada. Por isso os mercados financeiros se desvincularam, de modo estrutural, da economia de bases reais. A criação de moeda sem substância contradiz, entretanto, a lógica capitalista. Este é o verdadeiro nó da crise. Mas, enquanto não houver uma crítica prática, a agonia desse sistema pode arrastar-se sem prazo e criar novos surtos de pobreza e desespero (Kurz, 1997, n/p).

Essa advertência de Kurz (1997) é datada no final do século passado e, pouco menos de 20 anos depois, quando os surtos de pobreza e desespero se materializam drasticamente nas populações em situação de rua das grandes metrópoles brasileiras, sobretudo as da região sudeste, começaram os esforços governamentais específicos para com essa expressão da questão social decorrente da tal “bola de neve” descrita acima. No ano de 2008, em pesquisa

¹ O texto que segue corresponde ao último item da Tese de Doutorado intitulada “Mal-estar na civilização do capitalismo tardio: os supérfluos como insígnia da obsolescência programada humana do mundo do trabalho”. Assim, uma pequena parte desse item foi utilizado para a publicação desse capítulo.

inédita realizada à época para a contagem da população em situação de rua (Brasil, 2009a), o Brasil tinha uma estimativa de 31.922 pessoas nessa situação e em 2015, esta estimativa já estava em 101.854 (IPEA, 2016), um aumento percentual de aproximadamente 300% em sete anos. Até março de 2020 – mês chave para pensarmos a expansão da população em situação de rua por conta da crise proveniente da COVID-19 – a estimativa do IPEA já apresentava mais do que o dobro de 2015 e contabilizava 221.869 pessoas em situação de rua (IPEA, 2020). Em agosto de 2024, só entre os cadastrados na base do Governo Federal este número já ultrapassava as 300 mil pessoas. Ou seja, da primeira pesquisa realizada em 2008 até metade do ano de 2024 – em um intervalo de 16 anos conseguimos o admirável aumento aproximadamente na casa dos 1000%. Em 2020, de acordo com o censo realizado pela prefeitura de São Paulo já eram – só na cidade – um total de 24.000 pessoas e, apesar do número elevado, o principal Movimento social relacionado à população em situação de rua no Brasil – e não por acaso com atuação mais destacada na cidade paulista – contesta com veemência os números obtidos pelo censo e aponta números entre 30 e 35 mil pessoas em situação de rua na cidade de São Paulo (Oliveira; Souza, 2020). Em junho de 2024 – última estimativa – o número já estava 80.369 pessoas em situação de rua. Estamos falando de números de uma cidade brasileira que supera em mais de 100% os números de todo o território nacional em um período de 16 anos.

Apesar do Brasil ter passado por um longo período administrado por um governo supostamente de esquerda – o Partido dos Trabalhadores –, e de ter implementado diversos programas e políticas voltadas para a atenção à pobreza – e também especificamente voltados a população em situação de rua –, fica evidente que o saldo e resultado obtido não só não consegue alterar o curso da barbárie do desenvolvimento do sistema, como os próprios números vistos acima apontam exatamente para o sentido contrário – o irrefreável aumento das expressões da questão social. A lógica que busca incessantemente uma reparação dos danos

promovidos pelo sistema pela via do direito, portanto, pode ser apenas mais uma artimanha que oculta o real do que propriamente um caminho que ponha em xeque o seu avançar bárbaro.

Ainda assim, e de antemão, é vital, por mais que possa parecer contraditório, de que não há desmerecimento por toda a luta histórica que continua a ser travada em diversas trincheiras para que estes e outros direitos resistam às ofensivas do capital que, em seu momento de crise estrutural, avança perigosamente na retirada destes, até mesmo chegando ao limite de ir contra o reconhecido direito básico à vida. O que estamos desenhando nestas linhas críticas é de que haja um reconhecimento e transparência de que elementos como políticas públicas, serviços, direitos e o tão sonhado mundo do trabalho devem ser reconhecidos não apenas pelo seu lado “positivo”, mas também pela sua funcionalidade de manter todos nos seus devidos lugares para manutenção do *status quo*. Pastorini (2007) já alertava para uma tripla função das políticas sociais no capitalismo – social, econômica e política.

Por exemplo, a política de assistência social e sua expansão no Brasil não deve e nem pode ser interpretada apenas como um grande avanço no que tange a proteção daqueles que dela necessitam. Os próprios termos contidos dentro de seus documentos bases são ocultadores da lógica que conformam a questão social e suas expressões. As análises de Marx acerca das categorias centrais são substituídas pela centralidade da família, dos riscos sociais e da vulnerabilidade. Ganham força discursos que enveredam para o binômio exclusão/inclusão e empoderamento de indivíduos e famílias. A raiz da questão social, a lei geral, a mercadoria e a relação harmônico-conflituosa entre capital e trabalho tornam-se idiosincrasias acadêmicas que em nada contribuem para a atuação diante da realidade miserável de “quem necessita”.

Ainda sobre essa política de assistência – que será o carro-chefe na atuação com as populações supérfluas em diversas partes do mundo assim como no Brasil – sua centralidade a partir dos anos 2000, muito bem retratada por Mota (2010) serviu para

encobrir uma série de ataques e dismantelamentos de outras políticas públicas, entre elas, por exemplo, as outras duas que compõem a seguridade social²: saúde e previdência. Mota (2010) nos diz sobre isso que

as políticas que integram a seguridade social brasileira longe de formarem um amplo e articulado mecanismo de proteção, adquiriram a perversa posição de conformarem uma unidade contraditória: enquanto avançam a mercantilização e privatização das políticas de saúde e previdência, restringindo o acesso e os benefícios que lhe são próprios, a assistência social se amplia, na condição de política não contributiva, transformando-se num novo fetiche de enfrentamento à desigualdade social, na medida em que se transforma no principal mecanismo de proteção social no Brasil (Mota, 2010, p. 133-134).

Obviamente não se trata aqui de um ataque sobre a pertinência e importância da política de assistência social em um país de extrema desigualdade como o Brasil onde indivíduos e famílias – cada vez em maior quantidade – se utilizam dos direitos provenientes desta para a árdua tarefa básica de sobrevivência diante da barbárie. Mas, cada vez mais torna-se necessário o desocultamento sobre a necessidade ininterrupta dessa “ampliação”. Ampliação esta que também teve participação direta em influências de organismos internacionais tais como o banco mundial e a ONU.

Mota (2010) nessa tentativa de desocultar a essência da política de assistência social explica:

A assistência social, mais do que uma política de proteção social, se constitui num mito social. Menos pela sua capacidade de intervenção direta e imediata, particularmente através dos programas de transferência de renda que têm impactos no aumento do consumo e no acesso aos mínimos sociais de

² São diversos os livros e trabalhos acadêmicos que versam sobre a seguridade social brasileira e não vou me alongar sobre o assunto. Entretanto, a própria ideia de seguridade social composta por três políticas que deveriam ser entre si complementares, quando formatadas em um tempo histórico descompassado à sua ideia, foram se constituindo como políticas estanques e extremamente precarizadas ao longo do tempo e, ainda assim, com margens para piores.

subsistência para a população pobre, e mais pela sua condição de ideologia e prática política, robustecidas no plano superestrutural pelo apagamento do lugar que a precarização do trabalho e o aumento da superpopulação relativa tem no processo de reprodução social (Mota, 2010, p. 141).

A população em situação de rua enquanto “grupo prioritário” dessa política demorou para surfar nessa onda da centralidade da assistência. Somente ao final da década de 1990 nas cidades de São Paulo e Belo Horizonte foi possível ver algumas iniciativas públicas voltadas à esta população. É interessante ressaltar que o primeiro decreto municipal na cidade de São Paulo (São Paulo, 2001) de uma referência teórica do Serviço Social. Aldaíza Sposati vereadora à época elaborou o projeto de lei que versava sobre a obrigatoriedade do poder público no atendimento à população em situação de rua. Antes disso, todas as iniciativas voltadas para esse público se resumiam a sociedade civil como um todo. Cenário este que pode facilmente apresentar-se em um futuro próximo.

Apesar de algumas movimentações “favoráveis” começarem a acontecer com mais frequência após a eleição do primeiro governo Lula, ações mais concretas só começam mesmo após um evento de grande visibilidade midiática conhecido como chacina da praça da Sé (Sanz, 2022), em 2004, quando após ataques na madrugada homens com barras de ferro e pedaços de madeira assassinaram 7 e feriram gravemente 6 pessoas em situação de rua que dormiam na praça. O crime estabeleceu um marco para a criação do Movimento Nacional da População em Situação de Rua (MNPR) e instituiu a data para celebrar o dia nacional da luta da população em situação de rua no país.

A partir de 2004 com a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), o Brasil passou a desenvolver uma série de políticas, leis e decretos federais voltados ao atendimento dessa população. Em destaque o Decreto n. 7.053 de 23 de dezembro de 2009 (Brasil, 2009b) que institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua (PNPSR), decreto este que também criou o Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento (CIAMP),

além da previsão para implementação dos Centros de Referência Especializados para Atendimento da População em Situação de Rua (Centro POP); em 2011 no âmbito da saúde, através da Portaria GM nº 2.488 do Ministério da Saúde (Brasil, 2011) que incluiu, na Política Nacional de Atenção Básica (PNAB) as equipes de Consultório na Rua (CnR).

Obviamente que, do surgimento da LOAS em 1993 até o estabelecimento da PNAS em 2004, e mais a frente a PNPSR em 2009, a frase clássica atribuída a política não contributiva que versava que a assistência social seria prestada a quem dela necessitar ganhou proporções significativas ao longo destes anos. E, não por acaso, a centralidade da política de assistência social criticada por Mota (2010) ganha novos contornos e se torna ainda mais atual na contemporaneidade.

Entretanto, para além desse mote importante é necessário o reconhecimento de que, por maiores que sejam os esforços políticos à níveis federais, estaduais e municipais, – que claramente também é atravessado pelas precarizações, cortes de orçamento e toda as intempéries advindas da crise estrutural e de crises políticas advindas desta – o ritmo de crescimento dos supérfluos e, em específico, da população em situação de rua será incontrollável. Ou seja, por mais que a famigerada política de assistência social tente acompanhar e atuar com precisão na expressão da questão social ao longo do tempo – o que não vai acontecer por motivos óbvios advindos de um claro esgotamento da possibilidade de gestão da barbárie – esta não conseguirá mitigar o problema.

Se pegarmos os números de crescimento dessa população supérflua aqui e acolá, o que altera de um local para outro – quando muito – é o ritmo em que ela se dá, mesmo quando adotadas políticas de mitigação do problema como é o caso de diversos países que adotaram o *housing first*³. O sucesso momentâneo dessa

³ O *housing first* modelo de política para mitigar o número de pessoas em situação de rua que adota, tal como sua nomenclatura sugere, a medida de concessão permanente de casas sem pré-condições estabelecidas. O modelo que surgiu em

política, em específico, aconteceu em diversos territórios. O exemplo mais sólido e duradouro foi o da Finlândia. Em matéria⁴ veiculada em 2017 os números apontavam para o grande êxito finlandês com a política e apresentava da seguinte maneira:

Como a Finlândia conseguiu tirar da rua e reintegrar os sem-teto

Londres, Berlim, Paris e outras grandes cidades dos países mais prósperos da Europa têm algo em comum: tentam, sem sucesso, conter ou reduzir o número de sem-teto em suas ruas.

A cena de pessoas desabrigadas dormindo nas ruas ainda faz parte do cotidiano destas sociedades que, apesar de terem sistemas de bem-estar social robustos, não conseguem tirar das ruas e reintegrar os sem-teto na sociedade.

Mas há uma exceção. A Finlândia é apontada como o único país da União Europeia (UE) que resolveu a questão dos sem-teto (BBC News Brasil, 2017, n/p).

Entretanto, como tudo que é sólido desmancha no ar, atualmente a Finlândia já vê novamente um crescimento de pessoas em situação de rua, assim como todos os países que adotaram o *housing first* ou outras políticas na tentativa de conter tal avanço. Todos os países do G20 (Brasil, 2024), por exemplo, tiveram aumentos graduais que comprovam a irrefreabilidade dessa tendência – e novamente deixando claro que aqui não se trata de um ataque as políticas e ao aumento de direitos em prol das pessoas em situação de rua, e sim uma crítica de que estes não desembocarão em um mundo melhor.

Voltando ao Brasil: o desenrolar histórico posterior aos governos petistas nos apresentam que é sempre necessário manter um olho no peixe e outro no gato quando o assunto é manter os poucos direitos que nos restam – apesar destes cumprirem tacitamente o seu papel de manutenção do *status quo*. Experimentamos no ínterim desse processo de colapso civilizatório o que alguns autores adjetivaram como ultraneoliberalismo,

Nova Iorque na década de 1990 foi adotado em diversos países como: Canadá, Holanda, Portugal, Austrália, Dinamarca, Finlândia etc.

⁴ Consultar a reportagem da BBC News Brasil (2017).

necropolítica, extrema-direita, entre outros nomes – e podemos em breve, como demonstram países vizinhos e superpotências mundiais, retornar para esse insólito lugar. Um governo que para além de todas as suas deletérias ações e conduções ainda “ganhou” o presente de grego de atravessar por uma das piores pandemias da história da humanidade. Na operação básica de soma da catástrofe da pandemia com a catástrofe administrativa de Bolsonaro, o resultado no que tange a população em situação de rua foi a sua imediata ampliação. A atuação do governo federal ultrapassou tanto os limites do aceitável, o que levou o Supremo Tribunal Federal (STF) a emitir, em 25 de julho de 2023, uma medida cautelar na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 976 (Brasil, 2020). Tal medida tornou obrigatória a observância das diretrizes da PNPR, chancelada pelo Decreto nº 7.053/2009, por todos os entes federados, e determinou uma série de ações a serem adotadas pelos poderes públicos. A primeira delas é a elaboração, pelo Executivo federal, de um plano de ação e monitoramento para a efetiva implementação da PNPR. Este fato culmina no ano de 2024 na construção do Plano “Ruas Visíveis” (Brasil, 2023).

Os dados do IPEA apresentam que nos dois anos no curso da pandemia de COVID-19 aproximadamente 60 mil pessoas em situação de rua se somaram ao quadro pré-pandêmico. Devemos ainda ressaltar o não dito – e não pesquisado; e não estratificado; e não levantado –, que não houve em território nacional nenhum recorte qualitativo e confiável sobre o número de óbitos de pessoas em situação de rua durante a pandemia. Os dados são tão escassos, e quando existentes tão pequenos, que escancaram o aumento da invisibilidade destas pessoas durante o período.

Durante essa trajetória que vai do esforço do “Aprendendo a contar” de 2008 até o novíssimo Plano “Ruas Visíveis”, o aumento significativo de pessoas em situação de rua também nos leva a um acúmulo de informações, estimativas, pesquisas, serviços, equipamentos e trabalhos voltados para, e sobre, esta população. Ainda que seja necessária uma sistematização densa e cruzamentos

de dados, alguns autores e pesquisadores identificam que três dimensões aparecem como as causas principais desta expressão da questão social. São elas:

1) A exclusão econômica, envolvendo a insegurança alimentar, o desemprego e o déficit habitacional nos grandes centros. 2) A fragilização ou ruptura de vínculos sociais, particularmente os familiares e comunitários, por meio dos quais essas pessoas poderiam ser capazes de obter acolhimento em situações de dificuldade. 3) Os problemas de saúde – em especial, mas não somente, aqueles relacionados à saúde mental (IPEA, 2023, p. 18).

Obviamente essas dimensões se cruzam, são perpassadas uma sobre as outras e assim são de grande relevância para uma análise mais completa sobre o assunto. Entretanto iremos apenas nos ater à questão do trabalho, ou melhor, da significativa ausência dele.

Ainda flutuando sobre as três dimensões apresentadas podemos nos questionar o quão complexo se torna pensar em inserção no mercado de trabalho tendo em vista a questão de ausência de moradia e a presença significativa nesta população de problemas de saúde, mais especificamente de saúde mental e, sendo mais específico ainda, com um índice importante de uso abusivo de álcool e drogas. Não à toa a predominância na busca vital de dinheiro esteja atrelada a trabalhos informais, os famosos bicos.

Mas, podemos ir além desses questionamentos e perguntar o quão válido é essa inserção no mercado de trabalho? Novamente precisamos estar atentos para uma possível má interpretação sobre a importância de ainda restar no universo do improvável, vagas de trabalho que possam ser preenchidas por este grupo populacional e de que esta inserção seja de extrema relevância para sua vida já que nas circunscrições desta sociedade a vida humana só ganha valor se inserida na dinâmica de valorização do próprio valor.

Sendo assim precisamos pensar na razoabilidade dos fatos de que estas vagas que ainda restam são as que provavelmente deixarão de existir em breve. Fato este que serve tanto para esta população quanto para aqueles que ainda serão acometidos pela constante agudização dos números, tanto das pessoas em situação

de rua quanto aos de desempregados. São duas tendências imparáveis na dinâmica desta sociedade.

Sendo assim podemos analisar partes importantes das políticas voltadas a população em situação de rua quando versam sobre esse assunto. Seria uma mistificação da realidade ou apenas uma não aceitação do que já está concretizado? Apesar de tal pergunta causar um certo incômodo pelo fato de que nesta sociabilidade o trabalho seja algo central para o estabelecimento e acesso a uma vida digna, o contrário é que deveria exatamente causar tal incômodo. Por que nessa centralidade do trabalho toda a vida humana é inserida na dinâmica de valorização do valor? Para quê?

Mas o primeiro questionamento obviamente é o que impulsiona ações e conduções nas mais variadas políticas sociais voltadas a essa população. Ainda assim é interessante em uma análise mais refinada perceber que a menção sobre inserção socioproductiva, inserção no mundo do trabalho, cursos profissionalizantes etc., não possuem tanta incidência nos documentos. Por exemplo, na tipificação na área voltada aos serviços da população em situação de rua ela só aparece no serviço acolhimento em repúblicas – serviço este que não existe em grande parte do território nacional. Em relação ao equipamento mais comum – os Centros POP com 246 unidades em todo território nacional – não existe nenhuma referência direta a questão do trabalho e nos serviços de acolhimento institucional a questão da reinserção socioproductiva aparece em um dos objetivos específicos voltados para adultos e também na articulação de rede. No Plano “Ruas Visíveis” a questão do trabalho e as ações a serem desenvolvidas aparecem apenas no penúltimo eixo – com o investimento de R\$1.230.000,00 (0,1% do investimento total). O eixo apresenta o seguinte texto: “Ampliação do acesso da população em situação de rua ao mundo do trabalho, por meio de cooperativismo, associativismo, qualificação profissional, fomento a empreendimentos solidários e estímulo à contratação pela iniciativa privada e pelo setor público” (Brasil, 2024).

No Plano são dedicadas 3 páginas ao eixo com 3 objetivos de base: Fomento ao cooperativismo e associativismo, com quatro metas acerca do objetivo; Medidas para qualificação profissional, com uma meta estabelecida e Medidas de indução para empregabilidade via setor privado, também com uma meta estabelecida.

Apesar de ser um eixo com um reduzido escopo de metas e ações e que, em partes, responde aos anseios da própria população em situação de rua que clama pelo retorno ao mundo do trabalho, faz-se necessário deixar claro que tal caminho está para a resolução do problema do desemprego assim como o placebo está para a cura do câncer.

Ainda assim, essas doses homeopáticas presentes na tipificação e no novíssimo Plano, como disse acima, se encontra com o imaginário real de aproximadamente 40% da população em situação de rua que avalia o desemprego como o principal motivo para estarem ali⁵. Tal percepção também foi encontrada à nível local, e aqui abro um parêntese para alguns resultados do *Censo e diagnóstico da população em situação de rua no município de Juiz de Fora*⁶ do qual tive a oportunidade de participar enquanto membro da equipe. Uma das perguntas versava exatamente sobre a autopercepção destes sobre o que precisariam para sair daquela situação.

Neste bloco, dentre os 190 respondentes do diagnóstico, 22 pessoas (11,6%) não responderam o que é preciso para sair da situação de rua, e uma minoria, 2 pessoas (1,1%), afirmaram não saber responder a essa pergunta. Ou seja, foram 166 respostas ao todo. Além disso, como se tratava de uma pergunta aberta, houve

⁵ Inúmeras matérias e pesquisas apontam para esse percentual encontrado. Uma delas pode ser conferida em IPEA (2023).

⁶ Ver o Relatório final do *Censo e diagnóstico da população adulta em situação de rua em Juiz de Fora* (PJF; UFJF, 2023). Também à nível local o censo apresentou que em um curto período de apenas 6 anos o aumento da população em situação de rua chegou a 110%.

a possibilidade de mais de uma resposta por entrevistado. Segue abaixo a tabela geral das respostas da seção:

Tabela: O que mais você precisa para sair da situação de rua?

O que precisa	Sim		Não Citou		Total	
	N	(%)	N	(%)	N	(%)
Emprego	80	48,2	86	51,8	166	100
Moradia	74	44,6	92	55,4	166	100
Dinheiro	31	18,7	135	81,3	166	100
Acompanhamento médico	19	11,4	147	88,6	166	100
Acompanhamento psicológico	16	9,6	150	90,4	166	100
Família	4	2,4	162	97,6	166	100
Documentos	9	5,4	157	94,6	166	100
Não quero sair da rua	8	4,8	158	95,2	166	100
Outros	29	17,5	137	82,5	166	100

Fonte: Censo e diagnóstico da população em situação de rua de Juiz de Fora (2023)

Portanto, as principais resposta obtidas foram:

- 80 entrevistados (48,2%) disseram que precisam de um emprego para sair da situação de rua;
- 74 entrevistados (44,6%) disseram que precisam de moradia para sair da situação de rua;
- 31 entrevistados (18,7%) disseram que precisam de dinheiro para sair da situação de rua;
- 19 entrevistados (11,4%) disseram que precisam de acompanhamento médico e 16 entrevistados (9,6%) disseram que precisam de acompanhamento psicológico para sair da situação de rua.

Novamente percebe-se que a questão relativa ao emprego, e somado a ela a sua íntima relação com a necessidade de dinheiro, são os principais aspectos de entendimento desta população para deixar a situação de rua. Soma-se ao fato a necessidade de moradia que também perpassa pela ausência de emprego e dinheiro. Tais respostas apontam para questões de ordem estrutural de difícil resolução via políticas públicas. Tais questões que perpassam a

vida de inúmeras outras pessoas que não estão em situação de rua apontam para uma tendência ao aumento da população em situação de rua ao longo dos anos exatamente pela ausência destes três “elementos” – moradia, emprego e dinheiro, cuja tendência de aumento segue a própria dinâmica da lei geral da acumulação capitalista.

Ou seja, as respostas⁷ dadas por essa população corroboram com uma dominação abstrata que já está inculcada em todos. Como um feitiço, o capital aponta aos supérfluos “saídas” que, na verdade, são elas próprias os motivos que os levaram a sua condição de ser supérfluo.

Outro aspecto que precisamos apontar ao avaliamos essas respostas é que o tripé principal apresentado (emprego, moradia e dinheiro) como condições necessárias para sair da situação de rua cumpre também uma das funções essenciais de pressão dessa enorme gama de supérfluos sobre aqueles “privilegiados” que ainda possuem uma miserável vaga no mundo do trabalho; uma moradia precária mesma que alugada ou cedida e qualquer montante de dinheiro mesmo que irrisório. Ou seja, a própria autopercepção dessa população tem uma importância para a manutenção do *status quo* que a conforma e exponencia.

O que podemos atestar com isso é que naturalmente, a saída das ruas para esse universo de aproximadamente 40% - hoje já com números superiores a 300 mil pessoas no território nacional – está no sonho de um trabalho assalariado estável; ou em uma cooperativa; ou até mesmo em um empreendimento individual que altere essa condição.

Para finalizar queremos dizer que, seja em Juiz de Fora com um plano municipal, seja no Brasil com um Plano de orçamento

⁷ Ainda sobre as respostas obtidas neste diagnóstico, o campo da saúde também merece destaque, pois 35 (21%) apontaram sobre a necessidade de acompanhamento médico e psicológico como um fator importante para deixar a situação de rua. E, obviamente, essas péssimas condições de vida também são conseqüentes da configuração da sociedade capitalista interferindo direta e indiretamente na saúde da população em situação de rua.

bilionário ou em qualquer outro lugar do planeta, se estivermos certos com nossa análise, as ações de qualquer um deles, mesmo que bem-sucedidas na efetivação de suas metas, verá em seu “plano futuro” um horizonte ainda mais grave para resolução.

A população em situação de rua das grandes cidades – e as que caminham na mesma direção como é o exemplo de Juiz de Fora – é o retrato mais fiel de pessoas que perderam todos os meios para a realização das necessidades mais básicas. O crescimento ininterrupto dessa população – se tomarmos por base a ideia central de que não existe resolução na ordem estabelecida pelo capital – não pode mais ser encarado como um problema de falta de políticas públicas ou falta de direitos. Apresentá-las como algo positivo, progressista e com algum potencial assemelha-se mais a histórias folclóricas do que a trabalhos sérios e transparentes com suas finalidades. Políticas e direitos, nesse sentido, precisam ser analisados também como fenômenos a mais da barbárie do nosso tempo. Mota (2010) sobre isso nos traz uma reflexão necessária quando afirma:

Neste sentido, coloca-se o maior desafio para os que professam o pessimismo da razão e o otimismo da vontade: distinguir e compreender a necessidade objetiva da ampliação da assistência diante do agravamento da pobreza, sem a ela hipotecar o principal, e às vezes único mecanismo de enfrentamento da questão social (Mota, 2010, p. 145).

Ou seja, apesar de políticas públicas voltadas para essa população, o atendimento a todos se torna extremamente improvável. A filantropia, por sua vez, entra em ação e não por acaso um Padre⁸ seja o principal expoente na defesa desta população hoje no Brasil. Refilantropização da questão social, retrocesso de direitos sociais, desemprego estrutural, será que esta linha regressiva que aponta para um aprofundamento da barbárie é apenas mais uma crise cíclica? Ou será que estamos lutando

⁸ Aqui a referência é o Padre Júlio Lancelloti, figura importante na atuação junto a população em situação de rua, principalmente, na cidade de São Paulo.

arduamente por um tempo histórico que aconteceu em uma determinada parte do globo e que parece não existir a menor probabilidade no atual estágio de desenvolvimento do sistema capitalista de voltar a acontecer? O estado de mal-estar precisa ser encarado pela intelectualidade de forma a demonstrar que estamos em ruínas e submersos na barbárie!

Referências

BBC News Brasil. Como a Finlândia conseguiu tirar da rua e reintegrar os sem-teto. **BBC News Brasil**, São Paulo, 31 mar. 2017. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/geral-39453230>>. Acesso em: 04 fev. 2026.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Rua: aprendendo a contar**: pesquisa nacional sobre a população em situação de rua. Brasília, DF: MDS, 2009a.

BRASIL. Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009b. Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 24 dez. 2009. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7053.htm>. Acesso em: 14 dez. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria GM nº 2.488, de 21 de outubro de 2011. Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para a organização da Atenção Básica, para a Estratégia Saúde da Família (ESF) e o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS). **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 24 out. 2011. Seção 1. Disponível em: <https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt2488_21_10_2011.html>. Acesso em: 28 nov. 2024.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal - STF. **Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental ADPF nº 976**. Relator: Min. Ricardo Lewandowski. Brasília, DF: STF, 2020. Disponível

em: <<https://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticiaNoticiaStf/anexo/ADPF976MC1.pdf>>. Acesso em: 1 ago. 2024.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. **Plano Ruas Visíveis pelo Direito ao Futuro da População em Situação de Rua**. Brasília, DF: MDHC, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2023/dezembro/governo-federal-lanca-201cplano-ruas-visiveis-pelo-direito-ao-futuro-da-populacao-em-situacao-de-rua201d-com-investimento-de-cerca-de-r-1-bilhao/copy2_of_V3_plano_acoes_populacao_de_ua1.pdf/view>. Acesso em: 23 set. 2024.

BRASIL. Secretaria-Geral da Presidência da República. Participa + Brasil. **Pesquisa de dados da população em situação de rua dentro do bloco do G20**. Brasília, DF, 30 ago. 2024. Disponível em: <<https://www.gov.br/participamaisbrasil/pesquisa-de-dados-da-populacao-em-situacao-de-rua-dentro-do-bloco-do-g203>>. Acesso em: 11 dez. 2024.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA. **Estimativa da população em situação de rua no Brasil**. Brasília, DF: IPEA, 2016.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA. **Estimativa da população em situação de rua no Brasil**. Brasília, DF: IPEA, 2020.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA. **Briga de família e desemprego são os motivos mais citados por pessoas em situação de rua para explicar sua circunstância**. Brasília, DF: IPEA, 2023. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/portal/categorias/45-todas-as-noticias/noticias/14597-briga-de-familia-e-desemprego-sao-os-motivos-mais-citados-por-pessoas-em-situacao-de-rua-para-explicar-sua-circunstancia>>. Acesso em: 23 jul. 2024.

KURZ, Robert. Entrevista com o sociólogo Robert Kurz. **Folha de São Paulo**, São Paulo, +Mais, 14 dez. 1997, n/p. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs141205.htm> >. Acesso em: 24 jul. 2024.

MOTA, Ana Elizabete. **O mito da assistência social**. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2010.

OLIVEIRA, Caroline; SOUZA, Marina Duarte de. Movimentos denunciam subnotificação em censo sobre população de rua de SP. **Brasil de Fato**, Direitos, São Paulo, 31 já. 2020. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2020/01/31/movimentos-denunciam-subnotificacao-em-censo-sobre-populacao-de-rua-de-sp/>>. Acesso em: 04 fev. 2026.

PASTORINI, Alejandra. **A categoria questão social em debate**. São Paulo: Cortez, 2007.

PREFEITURA DE JUIZ DE FORA – PJF; UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA - UFJF. **Censo e diagnóstico da população adulta em situação de rua em Juiz de Fora – MG** (Relatório Final). Juiz de Fora: PJF; UFJF, 2023. Disponível em: <https://www.pjf.mg.gov.br/noticias/anexo/censo_pop.pdf>. Acesso em: 22 ago. 2024.

SANZ, Raphael. Massacre da Praça da Sé completa 18 anos e continua sem solução. **Revista Fórum**, São Paulo, 19 ago. 2022. Disponível em: <<https://revistaforum.com.br/brasil/massacre-da-praca-da-se-completa-18-anos-e-continua-sem-solucao/>>. Acesso em: 04 fev. 2026.

SÃO PAULO (Cidade). Decreto nº 40.232, de 2 de janeiro de 2001. Regulamenta o art. 182 da Lei Federal nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, para o Sistema Único de Assistência Social do Município de São Paulo - SUAS/SP. **Diário Oficial da Cidade de São Paulo**, São Paulo, 3 jan. 2001. Disponível em: <<https://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/decreto-40232-de-2-de-janeiro-de-2001/consolidado>>. Acesso em: 14 jul. 2024.

CAPÍTULO 5

POLÍTICAS DE EMPREGO NO CAPITALISMO DEPENDENTE BRASILEIRO

Patrícia da Silva Coutinho

Introdução

O desemprego é uma das maiores refrações da questão social e, em países de economia dependente, ele é mais perverso. As políticas de emprego são implementadas sob o discurso de amenizar os efeitos do desemprego estrutural e de longa permanência¹, os quais são acentuados pelo atual quadro de acumulação de capital, frente à crise contemporânea e à reestruturação produtiva, trazendo a precarização como resposta:

a política de emprego se revela como uma estratégia do capital para permitir a livre acumulação eliminando todas as barreiras para garantir a extração máxima da taxa de lucro através da exploração do trabalho. Ou seja, o objetivo é o de responsabilizar os trabalhadores pela sua condição precária de vida e de trabalho e apostar em saídas pontuais que estimulam o individualismo, a informalidade e o empreendedorismo. Portanto, longe de se configurar como um instrumento de (re)inserção no mercado de trabalho, as políticas de emprego apenas reiteram a precariedade (Oliveira, 2017, p. 11-12).

¹ Devido à gravidade da crise ativada na década de 1970, o desemprego transformou-se em uma questão mundial, que passou a ser denominado “desemprego crônico” (Mészáros, 2011), ou ainda, “desemprego estrutural” (Antunes, 2006), por permear praticamente todos os ramos da produção e dos serviços em escala mundial, constituindo um novo padrão de desemprego, que “como uma tendência socioeconômica adquire o caráter de um indicador do aprofundamento da crise estrutural do capitalismo atual” (Mészáros, 2011, p. 1005).

Netto (1992) ressalta que o capitalismo monopolista transfere a um patamar mais alto o sistema totalizante de contradições, que imprime à ordem burguesa traços basilares de exploração, alienação e transitoriedade histórica (Netto, 1992, p. 15), na busca incansável de reverter a queda da taxa de lucro. A organização monopólica introduz na dinâmica capitalista diversos fenômenos, em que destacamos a tendência em “economizar trabalho vivo”, frente à introdução de tecnologias, o que ocasiona elevação da taxa de afluência de trabalhadores ao exército industrial de reserva, ou melhor, à superpopulação relativa de trabalhadores (Netto, 1992, p. 17).

O desemprego, nesse contexto, bem como a precarização das condições de trabalho indica a exponenciação da questão social, característica marcante do capitalismo contemporâneo. Oliveira (2012) reforça que se observa uma tendência das políticas de emprego ao

fomento da cooperação solidária ou de ações empreendedoras que reforçam ainda mais o quadro de precariedade do trabalho. Esta lógica do empreendedorismo e do cooperativismo visa, sobretudo, estimular o trabalhador a ser independente e patrão de si mesmo, desonerando o Estado da responsabilidade de investimento em programas e políticas sociais, repassando tal responsabilidade para o indivíduo ou para a sociedade civil, revelando-se como uma flexinsegurança, pois retira ou flexibiliza direitos conquistados, além de não garantir a (re)inserção do trabalhador no mercado formal de trabalho. Se o objetivo fosse a geração de emprego, bastaria a redução da jornada de trabalho, a redução da idade de aposentadoria, a permanência dos jovens na escola, a reorganização do trabalho (Oliveira, 2012, p. 507).

De acordo com o Instituto Brasileiro da Qualidade e Produtividade (IBQP), por meio do Programa de Pesquisa da Global Entrepreneurship Monitor (GEM), em 2021, o Brasil avançou para a sétima posição no *ranking* mundial de Empreendedores Estabelecidos (com mais de 3,5 anos de operação), representando 14 milhões de pessoas adultas (IBQP, 2022). Em 2020, o Brasil estava classificado na décima terceira posição, indicando que o empreendedorismo continuou crescendo

no país. Nesse *ranking*, estão respectivamente os países: Coreia do Sul, Grécia, Guatemala, Cazaquistão, Polônia e Turquia. Segundo o Ministério da Economia (Brasil, 2023), o microempreendedor individual (MEI) é responsável por 57,6% dos negócios ativos no País, além de representar 74,7% das empresas abertas no último quadrimestre de 2022 (Brasil, 2023). Em 2022, a partir do grande incentivo do Governo Federal, seja com a agilidade para abertura de empresas, seja com o regime especial de tributação, seja com o facilitado acesso a crédito, foram abertas, em média, 7.2 mil empresas por dia.

A assistencialização da proteção social e a debilidade das políticas de emprego

Oliveira (2012) aponta que essas políticas são ineficazes e apenas reforçam a precarização das condições de vida e de trabalho da classe trabalhadora. Isso porque, ao flexibilizar direitos e contratos trabalhistas, criam-se programas de geração de renda que primam pelo assistencialismo ao promover renda aos comprovadamente pobres, distanciando-se da perspectiva de (re)inserção no mercado de trabalho².

No Brasil e em diversos países da América Latina, a vitória do neoliberalismo representou forte ataque ao Estado social na periferia do capitalismo, uma vez que as políticas sociais passaram a ser observadas como gastos sociais, geradores de desequilíbrio fiscal. Nessa lógica, os custos sociais da crise econômica tendem a ser transferidos para a classe trabalhadora, seja pela redução de direitos, pelo aumento do desemprego, pelos trabalhos

² Nesse sentido, “para reverter a crise do desemprego, as agências multilaterais têm preconizado a implementação de programas e políticas de geração de emprego e renda para esses países, ao mesmo tempo que defendem a criação de formas mais flexíveis de contratos de trabalho e a desregulamentação das leis trabalhistas, além, é claro, do empreendedorismo e da informalidade, acreditando ser o caminho mais eficaz para estimular os índices de empregabilidade” (Oliveira, 2012, p. 494).

precarizados e temporários, pelo empobrecimento e endividamento, seja ainda pela utilização do fundo público para ampliar a acumulação do capital: “a persistência do desemprego e a dificuldade de reabsorção do mercado de trabalho são as principais características da crise atual” (Boschetti, 2012, p. 768).

A década de 1990 no Brasil foi caracterizada pelo aumento da flexibilização e da desregulamentação das relações trabalhistas³, bem como pela “expansão do quadro de pobreza da população, resultado do desemprego, do avanço do trabalho informal e da queda do poder aquisitivo da classe trabalhadora” (Oliveira, 2012). Desse modo, observando os escassos investimentos e os ineficazes resultados das políticas de emprego, os governos passaram a adotar massivamente programas de transferência de renda. As políticas de emprego e de assistência social foram conjugadas, expressando tanto a “retirada de direitos com vistas a ampliar o número de vagas no mercado de trabalho”, quanto “políticas assistencialistas para os mais pobres” (Oliveira, 2012). Nessa conjuntura neoliberal, a seguridade social brasileira sofreu severos impactos frente à redução dos benefícios previdenciários, à mercantilização e à judicialização dos direitos sociais, à privatização da saúde e à debilidade dos programas socioassistenciais

De acordo com Mota (2007, p. 135), a seguridade social brasileira promove uma assistência social ampliada, transformando-a em um “fetiche de enfrentamento à desigualdade social”, já que reduz “a questão social à ausência de renda”. Esse fetiche, por meio de políticas compensatórias, além de buscar

³ De acordo com Oliveira (2012) as medidas de precarização das relações de trabalho podem também ser verificadas frente à “redução do tempo de repouso e alimentação para os trabalhadores, aumentando a produtividade do trabalho”. A autora aponta outros indicadores, como a criação da lei que estabelece o contrato temporário no setor rural, sem a assinatura da carteira, sendo regido apenas por um contrato, e a extensão dos contratos temporários para as empresas terceirizadas, reduzindo ou excluindo o trabalhador de qualquer direito trabalhista, com salário inferior, embora com jornada diária de trabalho de oito horas.

amenizar a condição de pauperização da população brasileira, acaba por deslocar o fenômeno da pobreza “da esfera da produção para a esfera da circulação e do consumo”.

No âmbito da organização bem como do planejamento da gestão dos serviços nos estados e municípios brasileiros, a Política de Emprego é débil e ineficaz. Nesse sentido, temos o exemplo do Sistema Nacional de Emprego (SINE), criado em 1975 (atendendo à determinação da Convenção nº 88 da Organização Internacional do Trabalho), sendo instituído pelo Decreto Federal nº 76.403, de 1975. Embora seu objetivo central fosse o de promover a intermediação de mão de obra, com a instituição do Programa do Seguro-Desemprego, os recursos financeiros de custeio e investimento do SINE passaram a ser provenientes do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)⁴. Desse modo, além da coordenação

⁴ O FAT é um fundo especial, de natureza contábil-financeira, vinculado ao MTE, destinado ao custeio de diversos programas, como o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial e o financiamento de “Programas de Desenvolvimento Econômico”. De acordo com o MTE, a principal fonte de recursos do FAT é composta pelas contribuições para o Programa de Integração Social – PIS (criado por meio da Lei Complementar nº 7, de 07 de setembro de 1970) e para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PASEP (instituído pela Lei Complementar nº 08, de 03 de dezembro de 1970). Com a promulgação da Constituição Federal de 1988 (como determina seu art. 239), os recursos provenientes da arrecadação das contribuições para o PIS e para o PASEP foram destinados ao custeio do Programa do Seguro-Desemprego, do Abono Salarial e, pelo menos quarenta por cento, ao financiamento de Programas de Desenvolvimento Econômico (estes a cargo do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES). A regulamentação do Programa do Seguro-Desemprego e do Abono a que se refere o art. 239 da Constituição ocorreu com a publicação da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990. Essa lei também instituiu o Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT e o Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador – CODEFAT, que é um órgão colegiado, de caráter permanente, deliberativo, tripartite e paritário, composto por representantes dos trabalhadores, dos empregadores e do governo, que atua como gestor do FAT. O CODEFAT apresenta em sua estrutura institucional os Conselhos do Trabalho, Emprego e Renda (CTER), instituídos nas esferas estadual, do Distrito Federal e municipal, e deveriam participar efetivamente na execução das políticas públicas de emprego, adequando as políticas ao mercado

e supervisão das ações, suas normas e diretrizes de atuação passaram a ser definidas pelo Ministério do Trabalho e pelo Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (CODEFAT).

O cenário dos anos de 1990, conforme já relatamos, apresentou altos índices de desemprego e de precarização do trabalho, que afetaram diretamente a proteção social, resultando na contração nos padrões de cobertura e na baixa qualidade da proteção aos trabalhadores, reverberando até os dias atuais. Sob esse panorama, apesar de, em 2003, o governo brasileiro manifestar junto à Organização Internacional do Trabalho (OIT) o compromisso de criar um programa de cooperação técnica para a elaboração de uma agenda nacional do “trabalho decente”⁵, com a promoção de emprego de qualidade, extensão da proteção social e respeito aos princípios e aos direitos fundamentais do trabalho, somente em 2010 foi instituído o “Plano Nacional de Emprego e Trabalho Decente” (PNETD) no Brasil. Isso ocorreu na ocasião da 1ª Conferência Nacional de Trabalho Decente, que buscou diálogo e cooperação entre diversos órgãos do governo, no entanto poucos foram os avanços conquistados.

O Plano perseguia como objetivo central reduzir a informalidade, a rotatividade no emprego, as desigualdades de gênero, raça e etnia, além de ampliar os rendimentos e a produtividade, melhorando as condições de segurança e de saúde nos locais de trabalho. Para essa finalidade, foram estabelecidas três prioridades que até hoje são desafiadoras para a política

de trabalho local, orientando sua execução, exercendo assim o controle social.
Fonte: <https://portalfat.mte.gov.br/sobre-o-fat/>. Acesso em: 20/02/2024.

⁵ A categoria “trabalho decente” foi formalizada em 1999 pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) e pode ser compreendida como trabalho adequadamente remunerado, exercido em condições de liberdade, equidade e segurança, capaz de garantir uma vida digna (OIT, 2006). De acordo com essa importante instituição, o trabalho decente é considerado condição fundamental para a superação da pobreza, a redução das desigualdades sociais, a garantia da governabilidade democrática e o desenvolvimento sustentável (OIT, 2006, p. 4).

nacional de emprego. A primeira consistia nas seguintes medidas: geração de mais (e melhores empregos), proporcionando igualdade de oportunidades e de tratamento, mediante investimentos em setores estratégicos; manutenção da política de valorização do salário-mínimo; fortalecimento do sistema público de emprego, trabalho e renda, para integrar as políticas de qualificação profissional, de intermediação de mão de obra e de seguro-desemprego; fortalecimento da proteção social aos trabalhadores e suas famílias; criação de políticas que possibilitem a transição da informalidade para atividades formais. A segunda prioridade foi erradicar o trabalho escravo e o trabalho infantil com implementação, monitoramento e avaliação dos Planos Nacionais de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e com o Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, além do II Plano Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo. Por fim, a terceira prioridade referia-se ao fortalecimento dos atores tripartites (governo, empregadores e trabalhadores), dos mecanismos e das instâncias de diálogo social, para possibilitar uma governabilidade democrática.

Para efetuar políticas públicas de emprego eficientes, em um país com vasta diversidade econômica, como é o caso do Brasil, destacamos que, além de fortalecer a proteção social aos trabalhadores, é fundamental a produção de informações sobre o mercado de trabalho coerentes com as realidades regionais. Além disso, é essencial fomentar ações de inspeção e fiscalização do trabalho, priorizando a destinação de recursos para esse fim.

Para Santos (2012) a questão social no Brasil tem como um dos focos sua expressão sob a forma de desemprego, que se apresenta de modo alarmante e particular no atual estágio de desenvolvimento do capitalismo. Embora esse fenômeno seja mais recente nos países centrais, de forma que sua presença ainda não tenha sido naturalizada, nos países dependentes o desemprego estrutural (principalmente o subemprego) está conectado à superexploração da força de trabalho.

No cenário contemporâneo, a espoliação e a miséria – fontes da acumulação capitalista – aumentam gradativamente, bem como crescem o trabalho informal, o setor de serviços e a terceirização. Diante disso, é essencial compreender as bases teóricas que destacam a existência de uma superpopulação relativa de trabalhadores, o que é crucial para refletir sobre o desenvolvimento socioeconômico do capitalismo brasileiro e sobre a intervenção do Estado frente ao desemprego de longa duração, uma vez que se observa tendência de ampliação anual do tempo médio de procura por trabalho.

Os exacerbados números de desemprego não podem mais ser ignorados ou justificados como “custos inevitáveis da modernização”, referentes à “substituição do trabalho não qualificado pelo qualificado, envolvendo grandes dispêndios de capital para o desenvolvimento industrial” (Mészáros, 2011b). Para o autor, esse novo padrão maciço e emergente de desemprego é entendido por alguns estudiosos como uma tendência socioeconômica e, de fato, “um indicador do aprofundamento da crise estrutural do capitalismo atual” (Mészáros, 2011b, p. 69), em que

o problema não mais se restringe à difícil situação dos trabalhadores não qualificados, mas atinge também um grande número de trabalhadores altamente qualificados, que agora disputam, somando-se ao estoque anterior de desempregados, os escassos – e cada vez mais raros – empregos disponíveis.

Desse modo, o que nos chama atenção é que praticamente todas as categorias de trabalhadores (qualificados e não qualificados) sofrem todas as consequências dessa situação, ou seja, a totalidade da força de trabalho da sociedade tem sido impactada pela fome, pela miséria e pelo desemprego, para além de países de economia dependente. Se, de modo geral, o desemprego em um sistema capitalista expressa a existência de uma superpopulação relativa de trabalhadores, no capitalismo dependente, observa-se, para além da alta taxa de desocupação, a expansão do trabalho precário e a superexploração da força de trabalho, que caracterizam

as formas de enfrentamento do Estado como mecanismos de controle do capital sobre o trabalho.

Nesse sentido, destacamos que as políticas de emprego têm sido ineficazes em relação à sua organização e tendência a generalizar particularidades regionais, servindo de esteio para a superexploração do trabalho, como buscaremos demonstrar. Como expressão das novas tendências de resposta ao desemprego crônico, o governo brasileiro apresenta a flexibilização dos direitos trabalhistas, a legitimação/institucionalização do trabalho informal, entre outras particularidades.

Desse modo, as análises da Teoria Marxista da Dependência ganham destaque na medida em que evidenciam o processo de transferência de valor, mediado pela superexploração do trabalho. Nesse contexto, os salários pagos são inferiores ao valor da força de trabalho, deteriorando o capital dos países periféricos em oposição aos países imperialistas (Marini, 1973). Nestes, hipoteticamente, as políticas de emprego são funcionais para a acumulação de capital, buscando mediar os limites da superpopulação relativa de trabalhadores, ao invés de reduzir a desigualdade social e atender às demandas trabalhistas de modo efetivo. Assim, o desemprego torna-se instrumento de controle e intervenção do Estado, de acordo com a necessária manutenção da acumulação de capital bem como da sobrevivência dos trabalhadores supérfluos.

Soares (2022) busca demonstrar como a flexibilização dos direitos, das leis trabalhistas e da legalização da subcontratação ou terceirização foi responsável pela precarização monumental do mundo do trabalho brasileiro, bem como por ampliar e intensificar a escravidão contemporânea. Esta é

fruto de um processo histórico de permanência de formas transitórias ou híbridas de exploração da força de trabalho, como também acentuada pelos elementos dinâmico-conjunturais que marcam a fase contemporânea do capitalismo (Soares, 2022, p. 110).

Para a autora, a escravização é a “expressão mais evidente” da superexploração da força de trabalho no capitalismo dependente

atual, que, para além do desemprego, demarca uma ilusão à ideia de “trabalho decente” no mundo⁶. Ou seja, a escravização é concebida como “uma forma estrutural da superexploração”, e não um aspecto remanescente do passado, já que é um mecanismo que opera dentro do ciclo do capital na economia dependente do Brasil contemporâneo (Soares, 2022, p. 145). De acordo com a autora, a escravidão contemporânea no Brasil é histórico-estrutural, e pode ser tipificada em: “servidão por dívida”, “condições degradantes de trabalho”, “jornada exaustiva” e “trabalho forçado e sem alternativas”. Nesse sentido, reforçamos a necessidade de políticas de emprego efetivas, além de ampliação de fiscalização das condições de trabalho, por meio das agências responsáveis, como o Ministério do Trabalho.

A expressão atual da escravidão ilegal convive com o desemprego, frente ao crescimento da precarização do trabalho (pela terceirização), à mistificação do empreendedorismo das plataformas digitais e dos aplicativos, e à sua erradicação da formação capitalista social brasileira, que é condição essencial para superação do próprio capitalismo. Soares (2022, p. 44) relata que no Brasil, entre os anos de 1995 e 2021, foram resgatadas mais de 57.644 pessoas em situação análoga à escravidão, em distintos setores econômicos. Esses trabalhadores(as) resgatados(as), em sua maioria, são migrantes internos ou externos em busca de alguma ocupação e, hegemonicamente, atraídos/as por falsas promessas. Assim, enfatizamos que, na atualidade, em países de economia dependente onde sobeja ampliada superpopulação relativa de

⁶ De acordo com Soares (2022, p. 223) “o denominado ‘trabalho decente’ promovido pela OIT e as políticas de direitos humanos de organismos como a Organização das Nações Unidas (ONU) – ambos enquadrados no modo de produção capitalista – são completamente incapazes de erradicar o trabalho escravizado no Brasil e no mundo. Pelo contrário: a prática histórico-social tem apresentado que a superexploração avança para além das periferias do mundo e que a condição antes restrita a migrantes, em situação irregular, torna-se o ‘lugar comum’ para o conjunto da força de trabalho dos Estados nacionais também das economias hegemônicas”.

trabalhadores e superexploração do trabalho, o pauperismo, resultado da relação do desemprego com o trabalho escravo, tornou comuns práticas de trabalho análogas à escravidão, além do tráfico de pessoa.

Nesse espectro de debate, existem ainda críticas à ineficácia das políticas de emprego, em contrapartida aos reajustes salariais e à disputa do fundo público⁷. Afirmamos que, para a presente proposta de estudo, não há como discutir a gestão do Estado sem analisar sistematicamente os índices de desemprego, perpassando pela análise marxiana da exploração da força de trabalho, segundo a qual o empobrecimento relativo dos trabalhadores é um aspecto inerente ao sistema capitalista e à superexploração da força de trabalho, que evidencia a gravidade do cenário nos países de economia dependente.

Estado, capitalismo monopolista e dependência: fundamentos teórico-críticos para analisar as políticas de emprego

Frente às considerações expostas, é necessário reafirmar a importância da análise das políticas de emprego, que advém da necessidade de refletir sobre a atual conjuntura do capitalismo, diante da realidade social caótica apresentada no plano nacional, regional e municipal. Face à desconstrução da seguridade social – saúde fortemente privatizada; assistência social reocupada pelo terceiro setor e “refilantropizada”; e previdência social como foco

⁷ Partimos da concepção de fundo público qual sintetiza Oliveira (1998, p. 53): “Ele não é, portanto, a expressão apenas de recursos estatais destinados a sustentar ou financiar a acumulação de capital; ele é um mix que se forma dialeticamente e representa na mesma unidade, contém na mesma unidade, no mesmo movimento, a razão do Estado que é sociopolítica, ou pública, se quisermos, e a razão dos capitais que é privada. O fundo público, portanto, busca explicar a constituição, a formação, de uma nova sustentação da produção e da reprodução do valor, introduzindo, mixando, na mesma unidade, a forma valor e o antivalor, isto é um valor que busca a mais-valia e o lucro, e uma outra fração, que chamo de antivalor, que busca não se valorizar per se, pois não é capital, ao juntar-se ao capital, sustenta o processo de valorização do valor”.

de retrocesso de direitos trabalhistas e de contrarreformas –, observamos o aprofundamento da desigualdade social e da pobreza. Reafirmamos, nesse sentido, a necessidade de tratar da exploração e do desemprego por meio das análises marxianas, com base na lei geral de acumulação capitalista, que explica a existência, a constituição e a permanência histórica de uma superpopulação relativa de trabalhadores no modo de produção e reprodução do capital. Observamos também que o estudo relativo à superexploração da força de trabalho em países dependentes como Brasil, a partir da Teoria Marxista da Dependência, corrobora as análises aqui propostas.

É importante destacar que, para compreender essas categorias, torna-se essencial analisar as particularidades do capitalismo brasileiro sob direcionamento de intervenções contínuas de um Estado dependente, conforme veremos ainda no primeiro capítulo deste estudo.

Segundo Mandel (1982), no capitalismo tardio, as funções do Estado são reatualizadas, ocorrendo maior intervenção do mesmo nos aspectos econômicos do modo de produção. O Estado burguês mantém algumas funções econômicas principais, como estabelecimento de leis, emissão de moeda, expansão do mercado, administração do Exército e barreiras alfandegárias nacionais. O autor ressalta que a expansão da legislação social bem como algumas ampliações das funções do Estado no estágio tardio do capitalismo monopolista – aumento do planejamento econômico do Estado bem como “socialização estatal dos custos (riscos) e perdas em um número constantemente crescente de processos produtivos” (Mandel, 1982, p. 339) – decorrem de características elementares dessa fase do capitalismo: diminuição da rotação do capital fixo, rápida inserção de inovação tecnológica e expressivo aumento do custo de projetos de acumulação de capital (devido à terceira revolução tecnológica). É importante destacar que, segundo o estudioso, há diferenciação no grau de desenvolvimento do capitalismo entre as nações. Essa diferenciação deve ser atribuída ao fato de o mercado mundial capitalista universalizar a

circulação de mercadorias, mas não a produção capitalista de mercadorias.

Na tradição teórica que vem de Marx, está consensualmente aceite que o capitalismo, no último quartel do século XIX, experimenta profundas modificações no seu ordenamento e na sua dinâmica econômicas, com incidências necessárias na estrutura social e nas instancias políticas das sociedades nacionais que envolvia. Trata-se do período histórico em que ao capitalismo concorrencial sucede o capitalismo dos monopólios, articulando o fenômeno global que, especialmente a partir dos estudos lenineanos, tornou-se conhecido como estágio imperialista (Netto, 1992, p. 15).

O circuito imperialista do capital apresenta como forma empresarial típica os monopólios, que subordinam aos seus interesses qualquer outra estrutura que sobreviva ao avanço da financeirização (micro, pequenas e médias empresas). Esses arranjos comerciais são incentivados pela política de emprego, no entanto, sob perspectiva de retrain o subconsumo, demonstram completa ineficácia desse direcionamento. Observa-se, assim, integração entre as grandes empresas e o mercado financeiro, com maior atuação dos bancos e das bolsas de valores. “A instaurada globalização econômica vincula-se a essa financeirização do capitalismo e a articulação supranacional das unidades produtivas, implicando uma desregulamentação da economia mundial” (Netto, 1992, p. 23).

Compreender a formatação e a essência das políticas sociais no capitalismo contemporâneo é crucial para analisar a política de emprego na atualidade, e de que forma o Estado operacionaliza seus programas e projetos. Oliveira (2013) afirma que o papel do “exército de reserva nas cidades” compõe os expedientes de rebaixamento do custo de reprodução da força de trabalho urbana, estando, por vezes, ocupado em atividades informais. O autor relata ainda que, já a partir dos anos de 1980, foi possível observar no Brasil estagnação na tendência à formalização das relações salariais, expandindo o chamado trabalho informal, que passa a participar da desconstrução da relação salarial, confluindo com a

chamada reestruturação produtiva dos anos de 1990 (Oliveira, 2013, p. 92).

Na lógica neoliberal imposta, há de se desonerar o Estado, e os direitos são vistos como gastos. Desse modo, diversas consequências do neoliberalismo confluem na substantiva redução dos salários e na precarização das políticas sociais. Boschetti (2009) indica que, no Brasil,

Os direitos conquistados pela classe trabalhadora e inseridos na carta constitucional foram submetidos ao ajuste fiscal, provocando um quadro de retrocesso social. (...) em toda a América Latina, ocorreu um aumento de demanda por benefícios e serviços, o que se explica pela permanência de 'Estado de mal-estar', em função da não implantação ou mesmo destruição dos incipientes sistemas de seguridade social, que vivem um processo de contenção, limitação ou desintegração (Boschetti, 2009, p. 09).

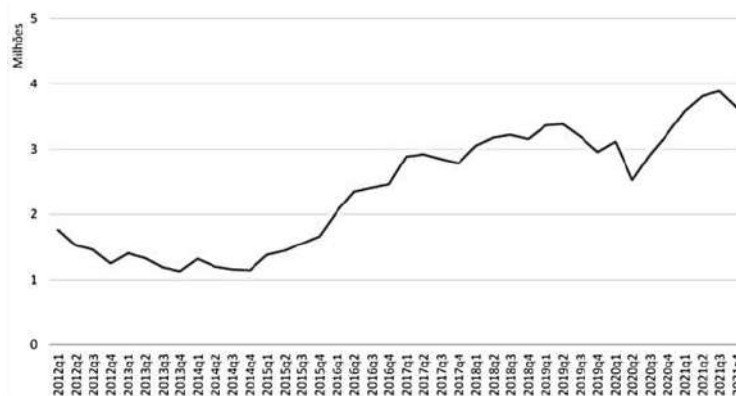
No Brasil e em todos os países capitalistas da economia mundial, pobreza e riqueza coabitam contraditoriamente as relações sociais e coexistem dialeticamente no desenvolvimento das forças produtivas em todos os níveis e setores do capitalismo, que apresenta como "lei absoluta a produção de mais-valia" (Marx 1980, p. 719). Ou seja, a contradição do capital demonstra que, para a classe trabalhadora, apesar do desenvolvimento da tecnologia, pobreza e exploração são ampliadas. Em 2019, no país, a pobreza extrema cresceu pelo quarto ano seguido, atingindo 13.88 milhões de pessoas, o equivalente a 6,2% da população, segundo dados da Pesquisa Nacional de Amostras por Domicílio (PNAD – IBGE). De acordo também com o IBGE, em 2019, o Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil apresentou crescimento de 1,1% em relação a 2018. Esses dados demonstram o crescimento tanto da produção da riqueza quanto de sua apropriação por parte desigual da população, o que gera pauperismo e miséria mediante a exploração.

A expressão da desigualdade social é importante para compreensão das nuances do capitalismo e desse quadro contraditório e estrutural da economia. Nesse quadro, pobreza e

acumulação de riqueza são partes constitutivas do modo de produção e reprodução capitalista bem como da dinâmica social contemporânea, segundo a qual, ao reduzir as taxas do desemprego, é possível combater a pobreza.

De acordo com a Fundação Getúlio Vargas (FGV), o desemprego de longa duração aumentou significativamente durante 2020 e 2021, no período de pandemia de COVID 19, e ameaçou severamente a reinserção de brasileiros no mercado de trabalho. Segundo a FGV, em 2021, a recuperação do emprego foi resgatada pela informalidade, com aumento de 8,9% de ocupações informais e 2,3% de formais. O desemprego, durante a pandemia, foi maior do que o estimado nesse período, já que o número de desempregados ultrapassou 15 milhões de pessoas no início de 2021 no Brasil, o que, apesar de demonstrar recuperação do trabalho, a informalidade continuou crescente (FGV, 2022).

Gráfico 1: Desempregados de longa duração (procuram emprego por dois anos ou mais) no Brasil – 2012 a 2021.



Fonte: FGV / IBGE – Dados do PNAD Contínua (IBGE).

O estudo “Lucrando com a Dor” (OXFAM), divulgado em 2022, no encontro do Fórum Econômico Mundial na Suíça, relata que a riqueza dos bilionários no mundo obteve alta recorde durante a pandemia de COVID-19 (a fortuna dos bilionários aumentou, em 24 meses, o equivalente a 23 anos). A Organização afirma que, de acordo com dados da Forbes, em 2022, existiam 2.668 bilionários no mundo, 573 a mais do que em 2020, quando a

pandemia do novo coronavírus teve início. A fortuna total desses bilionários totalizava US\$ 12,7 trilhões, o que representa aumento de 42% durante a pandemia de COVID-19. Essa riqueza era equivalente a 13,9% do PIB global, acima dos 4,4% registrados em 2000. Outro dado importante divulgado é que a renda de 99% da humanidade caiu em 2022 em virtude da COVID-19, já que 125 milhões de empregos em tempo integral foram perdidos em 2021. Nesse mesmo ano, a renda de 40% da população mais pobre registrou queda mais acentuada, em média de 6,7%, ocasionando aumento na desigualdade de renda. Essa desigualdade vinha diminuindo desde os anos 2000, de acordo com o índice de Gini, que em 2020 aumentou 0,3% nas economias emergentes e em desenvolvimento (OXFAM, 2022).

Destacamos que, para realização o estudo sobre as políticas de emprego, duas importantes contribuições marxianas são essenciais: a da criação de um exército industrial de reserva e da queda da taxa de lucro. Marx (1980), ao analisar o capitalismo entre várias determinações, tendências e contratendências pesquisadas, constatou que o empobrecimento relativo dos trabalhadores é um aspecto inerente ao sistema capitalista, revelado na teoria do valor-trabalho. Nesse ínterim, o que ocorre é que para o capital produtivo ser ampliado, e a mais-valia se manter ativa, reproduz-se substancialmente as relações de exploração, apartando a classe trabalhadora dos meios de produção. O autor compreende que a busca capitalista por lucros frente à centralização e à concentração de capitais realiza a condição máxima de redução dos salários reais, limitando objetivamente também um parâmetro mínimo de empobrecimento absoluto dos trabalhadores no atendimento das necessidades mais básicas determinado pelo próprio desemprego, ou melhor, por aspectos que regulam a disponibilidade da força de trabalho (exército industrial de reserva – exército internacional de reserva) e do trabalho assalariado.

Desse modo, quando os níveis de desemprego crescem (e que se reivindicam medidas do Estado com políticas sociais ou medidas

econômicas), o exército industrial de reserva⁸ amplia-se, possibilitando a redução máxima dos salários reais, até mesmo abaixo do nível de subsistência da força de trabalho, como será abordado no capítulo seguinte. Em outros termos, a análise marxiana indica que a busca pela acumulação gera essencialmente a miséria, ou seja, ao se perseguir a centralização e a concentração de capital, expressa-se o pauperismo. Com efeito, para Santos (2012b),

a queda nas taxas de desemprego não significa necessariamente queda nos níveis de desigualdade. Isto porque o desemprego continua alto entre as pessoas de baixa renda, reforçando, por sua vez, a concentração de renda que em 2010 continuava apontando que 1% dos brasileiros mais ricos detém uma renda próxima à dos 50% mais pobres. Essa flagrante ‘expansão de políticas de exceção, de ingressos, em substituição ao direito do trabalho (...), dá corpo ao que tem sido chamado de ‘assistencialização da seguridade social’ (...). Isso significa dizer que a ‘questão social’ passa a ser enxergada, predominantemente, como sinônimo de “exclusão social’ e reduzida à pobreza (Santos, 2012b, p. 440-441).

Apontamentos finais

É indispensável afirmar que, embora a pobreza e a exploração não sejam fenômenos inaugurados pelo capitalismo, elas são nele intensificadas e reconfiguradas, dada a dinâmica específica de produção social da riqueza e de sua apropriação privada sob a forma de mais-valor. Nesse sentido, a produção da pobreza sofre inflexões estruturais: à medida que a produção se torna cada vez mais coletiva, os frutos do trabalho social permanecem concentrados, aprofundando desigualdades, miséria e pauperismo. Assim, os dados mobilizados ao longo desta introdução não cumprem função meramente ilustrativa; ao contrário, constituem mediações imprescindíveis para uma

⁸ Para Mészáros (2011), o exército industrial de reserva não se constituiu como “uma ameaça ao sistema”, já que “enquanto se mantiver a dinâmica da expansão e da acumulação lucrativa do capital, ao contrário, é um elemento bem-vindo e necessário para a boa saúde do capital” (Mészáros, 2011, p. 332).

apreensão crítica do real, sobretudo quando se busca distinguir, com rigor analítico, categorias frequentemente tratadas de modo indistinto no debate público, como pobreza e exploração.

Ao examinar os antagonismos inerentes ao capital enquanto relação social, Marx (1980) ilumina os movimentos históricos que, ao mesmo tempo em que reproduzem a sociabilidade capitalista, abrem a possibilidade de sua superação. Sua crítica da economia política articula teoria e história, considerando o protagonismo dos sujeitos sociais e a materialidade das contradições que estruturam a vida social. É nessa tradição que se insere o presente estudo — originado em inquietações amadurecidas no percurso formativo da pesquisadora e retomado, agora, no âmbito do doutorado —, ao buscar evidenciar a centralidade da exploração da força de trabalho, da superpopulação relativa e dos processos de acumulação, concentração e centralização do capital como fundamentos para compreender o desemprego e suas formas contemporâneas de gestão.

As inquietações que orientam esta pesquisa também se vinculam à experiência profissional, na qual se observa o agravamento das refrações da questão social e o surgimento de novas expressões da desigualdade, em uma realidade marcada por precarização, insegurança e regressão de direitos. Discutir os impactos desse processo sobre a classe trabalhadora é, portanto, indispensável não apenas para interpretar o presente, mas para qualificar estratégias coletivas de enfrentamento, luta e resistência situadas na particularidade do capitalismo dependente latino-americano. Nessa direção, o Serviço Social constitui um campo estratégico de produção de conhecimento e intervenção crítica, por articular a leitura das determinações estruturais às mediações institucionais que conformam a gestão da questão social.

Diante desse quadro, torna-se fundamental examinar as formas de intervenção do Estado no âmbito do trabalho, especialmente por meio das políticas de emprego. Parte-se do entendimento de que uma política de pleno emprego, nos termos keynesianos, não se apresenta como horizonte factível no interior

de uma dinâmica capitalista estruturalmente marcada pela produção de superpopulação relativa, pela tendência à precarização e pela permanente produção de pauperismo. Isso não implica, contudo, renunciar à disputa por políticas públicas mais qualificadas; ao contrário, indica a necessidade de analisar criticamente seus limites, seus alcances e suas funcionalidades, tendo em vista a melhoria concreta das condições de vida e sobrevivência da classe trabalhadora.

Nessa mesma trilha, é relevante distinguir analiticamente políticas de emprego e políticas de transferência de renda, estas últimas situadas no âmbito da assistência social e direcionadas, em grande medida, ao enfrentamento do pauperismo. Tal distinção não é meramente classificatória: ela reforça a diferença entre exploração e pobreza e permite compreender como, em determinados contextos, a assistência tende a ocupar lugar de “política de proteção social” para parcelas da população, ao mesmo tempo em que o direito ao trabalho e a proteção vinculada ao trabalho permanecem fragilizados.

Por fim, reafirma-se a importância de aprofundar o debate sobre os fundamentos da crítica da economia política e da lei geral da acumulação capitalista, de modo a compreender a relação entre acumulação primitiva, consolidação do modo de produção capitalista e formação sócio-histórica da classe trabalhadora brasileira. Nesse percurso, a Teoria Marxista da Dependência oferece contribuições decisivas ao evidenciar a superexploração como mediação constitutiva do capitalismo periférico, permitindo apreender, com maior densidade, as particularidades nacionais de um processo que reatualiza e intensifica a questão social. Considerando a complexidade e a dinamicidade do real, este estudo busca aproximar-se do objeto em seu movimento contraditório e histórico, contribuindo para a produção de conhecimento crítico e para o desvelamento dos desafios e possibilidades que atravessam as políticas de emprego no capitalismo dependente brasileiro.

Referências

BOSCHETTI, Ivanete. A insidiosa corrosão dos sistemas de proteção social europeus. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 112, p. 754-803, out./dez. 2012.

BOSCHETTI, Ivanete. Seguridade social no Brasil: conquistas e limites à sua efetivação. In: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL – CFESS; ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL – ABEPSS. (org.). **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS; ABEPSS, 2009.

BRASIL. Ministério da Economia. Mapa de Empresas – **Boletim do 3º quadrimestre de 2022**. Brasília: ME, 2023. Disponível em: <<https://www.gov.br/empresas-e-negocios>>. Acesso em: 13 fev. 2026.

CASSIN, Marcia Pereira da Silva. **Política social no capitalismo dependente brasileiro**. 2021. 251f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS - FGV. **Desemprego de longa duração aumenta com a pandemia e ameaça reinserção de brasileiros no mercado de trabalho**. Rio de Janeiro: FGV, 2022. Disponível em: <<https://ibre.fgv.br>>. Acesso em: 15 jan. 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DA QUALIDADE E PRODUTIVIDADE - IBQP. **Global Entrepreneurship Monitor – GEM Brasil 2021**. Curitiba: IBQP, 2022. Disponível em: <<https://static.poder360.com.br>>. Acesso em: 10 dez. 2024.

MANDEL, Ernest. **Capitalismo tardio**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MARANHÃO, César Henrique. Acumulação, trabalho e superpopulação: crítica ao conceito de exclusão social. In: MOTA, Ana Elizabete (org.). **O mito da assistência social: ensaios sobre Estado, Política e Sociedade**. São Paulo: Cortez, 2006. p. 93-130.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da dependência**. México: ERA, 1973.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Livro I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Livro III. São Paulo: Nova Cultural, 1986.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MÉSZÁROS, István. **A crise estrutural do capital**. São Paulo: Boitempo, 2011b.

MOTA, Ana Elizabete. Serviço social e seguridade social: uma agenda recorrente e desafiante. **Em Pauta** - Teoria Social e Realidade contemporânea, Rio de Janeiro, v. 20, p. 127–140, 2007.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e serviço social**. São Paulo: Cortez, 1992.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

OLIVEIRA, Ednéia Alves de. A política de emprego no Brasil: o caminho da flexinsegurança. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 111, p. 493-508, jul./set. 2012.

OLIVEIRA, Ednéia Alves de. **A política de emprego na Itália e no Brasil**: a precarização protegida e a precarização desprotegida. Curitiba: CRV, 2017.

OLIVEIRA, Ednéia Alves de. Superpopulação relativa e nova questão social: um convite às categorias marxianas. **Katálisis**, Florianópolis, v. 13, n. 2, p. 276–283, 2010.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista**: o ornitorrinco. São Paulo: Boitempo, 2013.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO - OIT. **Agenda Nacional de Trabalho Decente**. Brasília: OIT, 2006. Disponível em: <<https://www.ilo.org>>. Acesso em: 20 fev. 2026.

OXFAM. **Lucrando com a dor**. Oxford, maio, 2022. Disponível em: <<https://materiais.oxfam.org.br>>. Acesso em: 22 fev. 2026.

SANTOS, Josiane Soares. **Questão social**: particularidades no Brasil. São Paulo: Cortez, 2012.

SANTOS, Josiane Soares. Particularidades da “questão social” no Brasil. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 111, p. 430-449, jul./set. 2012b.

SOARES, Marcela. **Escravidão e dependência: opressões e superexploração da força de trabalho brasileira**. Marília: Lutas Anticapital, 2022.

PARTE II

SUJEITOS, LUTAS, MOVIMENTOS E POLÍTICAS SOCIAIS

CAPÍTULO 6

CAPITALISMO E VIOLÊNCIA COLONIAL MODERNA: O ENFRENTAMENTO POR MEIO DA *ESCREVIVÊNCIA*¹

Thaisa Silva Martins

Introdução

O presente capítulo desenvolve algumas reflexões advindas da minha tese de doutorado, a saber: *Erguendo a voz: um ensaio sobre o enfrentamento à violência através das escrevivências de mulheres negras*, defendida em 2025, no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora (PPGSS/UFJF).

Escrevivência é um termo cunhado pela escritora Conceição Evaristo², que começou a trabalhá-lo na construção da sua dissertação de mestrado, em 1994. Trata-se de uma expressão que comunga a escrita com experiências da população negra, especialmente mulheres. É uma prática literária vinculada à resistência histórica desta população e, portanto, não se vincula a um conceito fechado, mas ao fato de experimentar um processo.

A pesquisa advinda desse termo, que culminou na minha tese de doutorado, desenvolveu um exercício de escrita ensaística,

¹ Por se tratar de um neologismo criado por Conceição Evaristo, e por ser um termo de destaque neste texto, será usado em formato itálico.

² A referida autora inicia as suas publicações na Série *Cadernos Negros*, nos anos 1990, embora só tenha se tornado reconhecida recentemente. Ela é poetisa, contista, romancista, ensaísta e mãe de Ainá Evaristo de Brito. Formou-se em Letras pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), tornando-se, em 1996, mestra em Literatura Brasileira pela Pontifícia Universidade Católica (PUC-RJ) e, em 2011, doutora em Literatura Comparada pela Universidade Federal Fluminense (UFF).

analisando, a partir da *escrevivência*, o conteúdo sobre violência sofrida por mulheres negras decorrente do capitalismo, e seu processo de exclusão racial, social e de gênero. Realizou uma análise documental do livro *Raízes: resistência histórica*, escrito por vinte mulheres negras, e publicado em 2018 pela editora *Venas Abiertas*, de Belo Horizonte-MG.

Para este capítulo, há uma discussão acerca do sentido de *escrevivência*, através do histórico que sustenta a violência sofrida por mulheres negras, e que se constitui como fundamento para o enfrentamento por meio desse registro. Parto da hipótese de que a *escrevivência* é uma forma de resistência às opressões vivenciadas, em comum, por mulheres negras no capitalismo.

Diante disso, o presente capítulo objetiva discutir fundamentos históricos acerca do colonialismo e da modernidade, e as inerentes faces violentas, as quais são fundamentos do capitalismo. E com isso, pretende problematizar o enfrentamento às violências criada por este sistema, destacando a *escrevivência*. Vejamos.

Reflexões sobre o legado da modernidade e violência colonial

Não serei interrompida
(Marielle Franco, 2018, *YouTube*)

À primeira vista, o que esta imagem apresenta?

Figura 1: Fotografia da escravizada Anastácia feita por Jacques Aragno



Fonte: Grada Kilomba (2019)

A presente seção inicia com a imagem da escravizada Anastácia utilizando uma máscara de metal, para um convite à reflexão. Esta também é provocada pela epígrafe, frase de Marielle Franco, na qual a vereadora, brutalmente assassinada em 2018, falava acerca do dia internacional das mulheres. Enquanto discursava, alguém defendeu a ditadura, e a ela protestou: “Não serei interrompida”.

Portanto, afirmo: nós, mulheres negras, não seremos interrompidas. Destruiremos as máscaras que insistem em nos calar, conforme a assertiva de bell hooks³, de que “nós sempre precisaremos promover e encorajar o ato de ‘erguer a voz’” (2019, p. 21), como a *escrivivência* nos possibilita.

Com base em Grada Kilomba (2019), a imagem que abre este item se vincula à violência do projeto colonial moderno, que utilizou por mais de trezentos anos uma peça de metal instalada no interior da boca dos/as escravizado/as. O uso dessa máscara se deu

³ A referida autora assina com letras minúsculas, a fim de dar maior projeção às suas ideias do que à figura autoral. Por isso, justifico que toda vez que mencioná-la, estarei respeitando esta escolha, e subvertendo as regras do uso da letra maiúscula em nome próprio. Além disso, cabe comentar que bell hooks trata de um pseudônimo inspirado na bisavó materna da autora, em celebração ao legado de mulheres fortes. O seu verdadeiro nome é Gloria Jean Watkins.

com o objetivo principal de criar um senso de mudez e de medo, a partir da defesa de uma hierarquização racial que negou a humanidade a quem foi colonizado/a.

Conforme a reflexão realizada pela autora mencionada, sem história oficial, ainda não se sabe se Anastácia era de origem africana ou brasileira. A máscara, a qual é ilustrada pela referida imagem, “era composta por um pedaço de metal colocado no interior da boca do *sujeito negro*, instalado entre a língua e o maxilar e fixado por detrás da cabeça por duas cordas, uma em torno do queixo e a outra em torno do nariz e da testa” (Kilomba, 2019, p. 33, *grifo da autora*).

Ao partir dessa compreensão, como será desenvolvido neste capítulo, *escrivivência* é uma forma de resistência às opressões vivenciadas em comum por mulheres negras no capitalismo, sendo que este se fundamentou, também, por meio do projeto colonial moderno, o qual pode ser ilustrado na imagem de Anastácia. E é por isso que, como afirma Federici (2017), não podemos considerar o sistema capitalista como um mero produto evolutivo da humanidade.

O capitalismo, como modo de produção globalizado, se mantém fundamentando, também, no projeto de colonização e escravização europeia na América⁴, a partir de finais do século XV, se dando até meados do século XIX. Este sistema escravizou e dizimou, por meio da hierarquização racial, criando novas identidades históricas, como a do *negro* e a do *índio* – os/as

⁴ Cabe destacar que a denominação “América” é uma invenção colonial. Com base em Porto-Gonçalves (2009), o termo *Abya Yala* vem sendo utilizado, pelos povos originários, como uma contraposição à expressão “América”, com o intuito de favorecer a construção de um sentimento de identidade e pertencimento, daqueles e daquelas que já se encontravam aqui, antes da colonização europeia. Ao considerar a denominação “América”, como invenção colonial, a escritora Lélia González, por exemplo, desenvolveu a categoria político-cultural de *amefricanidade*. Ao constatar e valorizar a presença negra na construção do continente americano, visto o contexto diaspórico que trazia as pessoas africanas para serem escravizadas na “América”, a referida autora desenvolveu a ideia de uma unidade entre África e América, o que formaria a *Améfrica*.

colonizados/as⁵, e redefinindo outra identidade, como a do Europeu – o colonizador (Quijano, 2005).

Este contexto ainda foi marcado pela acentuada e violenta perseguição às mulheres e aos seus corpos, configurando o fenômeno de “caça às bruxas”, como expressa Federici (2017). Ele foi importante para o desenvolvimento do sistema capitalista, sobretudo, entre os séculos XVI e XVII, sendo não apenas na Europa, mas nas colônias do *Novo Mundo*, na América. Pois, “assim como na Europa, a caça às bruxas na América foi, sobretudo, um meio de desumanização e, como tal, uma forma paradigmática de repressão que servia para justificar a escravidão e o genocídio” (Federici, 2017, p. 382).

Com base em Quijano (2005), é possível afirmar que a colonização na América propiciou para que pudesse existir um protótipo de *sujeito universal*, criado pelo colonizador. Este modelo esteve articulado à perspectiva de um sujeito masculino, branco, europeu, heterossexual, entre outras características não identificadas nos/as colonizados/as. Logo, quem foi considerado “humano”, dentro deste protótipo defendido pelo projeto colonial, tinha direito à vida. Quem não era considerado, se tornava alvo da escravização e do extermínio, como as mulheres negras.

O próprio surgimento do modo de produção capitalista, segundo o referido autor, é vinculado ao projeto colonizador da América, que fundou a própria modernidade. Por isso, o sentido do *sujeito universal*, mencionado anteriormente, é vinculado à concepção de *homem moderno*.

Tendo em vista este processo de colonização, ao compreendermos o capitalismo como um sistema mundial que foi se globalizando, a partir de finais do século XV, cabe destacar o que Dussel (1993, p. 188, *grifos do autor*) assevera: “A modernidade

⁵ Cabe comentar que os termos “negro” e “índio” estão em destaque, porque se configuram como denominações do aparato colonial. Por isso, no caso do segundo termo, especificamente, hoje tal identidade é defendida por eles/as mesmos como *indígenas* ou *povos originários*.

nasce *realmente* em 1492: essa é a nossa tese”. Ou seja, capitalismo e modernidade nasceram juntos e estão associados à colonização da América. Então, o referido *sujeito universal* é associado ao *homem moderno*.

Portanto, com base em Quijano (2005), o capital como relação social, baseada na mercantilização da força de trabalho, provavelmente, existe desde o século XI e XII. O referido autor expõe que o capital surgiu em algum lugar na região meridional das penínsulas ibérica e/ou itálica e, conseqüentemente, no mundo islâmico. Mas esclarece que é, a partir de finais do século XV, com o processo de colonização da América pela Europa, que se pode falar de predominância mundial do capital e, desse modo, de um sistema capitalista, assim sendo, da emergência de um modo de produção de mercadorias com vocação para se tornar globalizado. Vejamos:

o capital existiu muito tempo antes que a América. Contudo, o capitalismo como sistema de relações de produção, isto é: a heterogênea engrenagem de todas as formas de controle do trabalho e de seus produtos sob o domínio do capital, no que dali em diante constituiu a economia mundial e seu mercado, constituiu-se na história apenas com a emergência da América (Quijano, 2005, p. 126).

Tendo em vista tal consideração, cabe destacar que Williams (2012) discute o caráter eminentemente econômico da escravização no continente americano. Esse processo foi articulado à gênese do mundo moderno, o que contribuiu, significativamente, para o capitalismo, e para a sua centralidade europeia, sobretudo, considerando a Revolução Industrial na Inglaterra no século XVIII.

Ao analisarmos o contexto de colonização europeia na América, cabe comentar que existiu uma divisão racial do trabalho para a produção de mercadorias, e, portanto, para gerar capital. Tal divisão favoreceu para que as formas assalariadas não se associassem, conseqüentemente, aos povos colonizados. Afinal, como explica Quijano (2005, p. 120), “fato é que já desde o começo da América, os futuros europeus associaram o trabalho não pago

ou não-assalariado com as raças dominadas, porque eram raças inferiores”.

É por isso que Gonçalves (2018), ao estudar este contexto, assevera que a criação das categorias *negro* e *índio* estiveram associadas à implementação de relações de produção não-assalariadas no processo de colonização.

Desse modo, o protótipo de *sujeito universal* associou-se, também, ao trabalho assalariado e aos postos de mando da administração colonial (Quijano, 2005). Tal fato favoreceu o desenvolvimento de “uma nova perspectiva de conhecimento dentro da qual o não-europeu era o passado e desse modo inferior, sempre primitivo” (Quijano, 2005, p. 127).

Portanto, cabe a assertiva de Federici (2017, p. 207, *grifo da autora*), ao alegar que “o capitalismo não poderia sequer ter decolado sem a ‘anexação da América’ e sem o ‘sangue suor’ que durante dois séculos fluíram das *plantatitons* para a Europa”.

Com base na referida autora, cabe argumentar que nas origens do capitalismo, não encontramos apenas a sua intrínseca relação com a escravização racial, mas também, e junto dela, a exploração e o extermínio de mulheres. Tal debate leva a compreender os fundamentos do que Marx (2013) contextualizou como a “assim chamada acumulação primitiva”⁶ de capital, e a relação deste processo com a violência colonial que esteve no cerne das origens do capitalismo.

Isso também fundamenta a violência contra mulheres, por meio do fenômeno de “caça às bruxas”, algo que esteve como substancial para o desenvolvimento do sistema capitalista, sobretudo entre os séculos XVI e XVII, ocorrendo não apenas na Europa, mas nas colônias americanas, conforme a referida autora.

⁶ Este é o nome do capítulo 24 de *O capital* de Karl Marx, presente no livro I desta obra. O referido autor coloca como a “assim chamada” por fazer referência, de forma jocosa, à interpretação equivocada que a economia burguesa tinha acerca do processo de expropriação dos/as trabalhadores/as, neste contexto, a qual é sintetizada na denominação realizada por eles de *acumulação primitiva*. Por isso a expressão é usada entre aspas.

Tratou-se de um meio para confinar as mulheres aos âmbitos privado e reprodutivo, destruindo as suas práticas de controle, saberes e conhecimentos sobre os seus corpos, e sobre a própria vida social, por meio de um processo de perseguição e assassinato. Como explica Federici (2017), tal violência tinha o intuito de forjar os ideais de feminilidade e de domesticidade, que fossem compatíveis com a ordem capitalista que se instituía.

Afinal a ampla variedade de práticas femininas vinha ameaçando a organização capitalista do trabalho, pois se associavam, principalmente, à ideia de magia. Isso comprometia o poder da racionalidade imposta pelo mundo capitalista, masculino, porque, como afirma Federici (2017, p. 313): “o mundo devia ser ‘desencantado’ para ser dominado”. Assim, “foi principalmente devido a essas capacidades – como feiticeiras, curandeiras, encantadoras ou adivinhas – que as mulheres foram perseguidas, pois, ao recorrerem ao poder da magia, debilitavam o poder das autoridades e do Estado” (Federici, 2017, p. 314)⁷.

Ao considerarmos que a modernidade funda uma civilização violenta, cabe asseverar que embora não exista um consenso, entre os/as historiadores/as, em torno do nascimento da era moderna, costuma-se tratá-la como um impulso positivo da humanidade, segundo a crítica de Gonçalves (2018). Com base no pensamento de Robert Kurz, a referida autora explica que as origens do capitalismo foram destrutivas, tendo em vista, sobremaneira, a invenção das armas de fogo.

Por isso, cabe asseverar que a colonização europeia na América não é um sombrio desvio desta história. Tratou-se da

⁷ Federici (2019) argumenta que a violência contra as mulheres não desapareceu com o fim do fenômeno “caça às bruxas” e a abolição da escravização nas Américas, sendo, ao contrário, institucionalizada. A meu ver, isso indica a histórica violência contra as mulheres no capitalismo, sendo, inclusive, o terreno de enfrentamento realizado, também, pela *escrevivência*. A autora contextualiza, por exemplo, que: “nos anos 1920 e 1930, no auge do movimento eugenista, a “promiscuidade sexual” feminina, retratada como doença mental, era punida com internação em hospitais psiquiátricos ou esterilização” (Federici, 2019, p. 92).

demonstração de seus fundamentos, seu ponto de partida e sua natureza evidente, o que nos leva a afirmar que esse processo deva ser compreendido, também, por meio da colonização de subjetividades (Botelho, 2013).

Porque ao entender este contexto, no âmbito de disputas geográficas para o favorecimento da expansão e da consolidação capitalista, devemos associá-lo, também, ao coroamento da subjetividade moderna, que solidificou o padrão de humanidade associado ao *sujeito universal*: branco, europeu, heterossexual etc.

Portanto, isso coloca o terreno necessário de enfrentamento por meio da *escrevivência*, através da autoria de mulheres negras. Afirmando isso, uma vez que parto da hipótese de que a *escrevivência* se articula à resistência às opressões do capitalismo, que estão atreladas ao processo de desumanização de pessoas negras, especialmente mulheres, algo que atravessa sobremaneira a nossa história, como aprofundaremos na próxima seção.

Escrevivência e o enfrentamento ao silenciamento de mulheres negras

Evaristo (2023) afirma que foi a partir do momento que diversas áreas de conhecimento foram se aproximando do termo *escrevivência*, é que surgiu a possibilidade de interpretá-lo como conceito. Mas ela não teve esta pretensão ao formular.

Em entrevista ao *Itaú Cultural*, em 2020, a referida autora comenta acerca do surgimento do referido termo:

É uma longa história. Se eu for pensar bem a genealogia do termo, vou para 1994, quando estava ainda fazendo a minha pesquisa de mestrado na PUC. Era um jogo que eu fazia entre a palavra “escrever” e “viver”, “se ver” e culmina com a palavra “escrevivência”. Fica bem um termo histórico. Na verdade, quando eu penso em *escrevivência*, penso também em um histórico que está fundamentado na fala de mulheres negras escravizadas que tinham de contar suas histórias para a casa-grande. E a *escrevivência*, não, a *escrevivência* é um caminho inverso, é um caminho que borra essa imagem do passado, porque é um caminho já trilhado por uma autoria negra, de mulheres, principalmente (Evaristo, 2020a, p. 2, *grifos da autora*).

Com base na referida citação, a *escrevivência* é um caminho inverso à realidade escravocrata, pois surge para enfrentar a imagem da violência colonial do passado. Mostra que, hoje, como mulheres negras, podemos contar as nossas próprias histórias, inclusive, as boas e as ruins. *Escrevivência* surge para mostrar que *não seremos interrompidas*, como dito anteriormente, e que enfrentamos a máscara do silenciamento, expressa na imagem de Anastácia.

Ao continuar a explicar sobre o termo em evidência, cabe destaque que em entrevista ao *Jornal Suplemento Literário de Minas Gerais*, no ano de 2018, em razão de, em ano anterior, ter ganhado o *Prêmio Governo de Minas Gerais de Literatura*, a referida escritora também comenta o seguinte:

em 1994, quando terminei o mestrado, tentava a aglutinação entre escrever, viver e se ver. Quer dizer...Na verdade era escrita voltada para a experiência. Em algumas passagens da dissertação tem lá: escrevivendo, escrevendo-se. E ficou (Evaristo, 2018, p. 5, grifo meu).

Segundo o livro *Escrevivência: a escrita de nós - reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo* (Duarte; Nunes, 2020), este termo se encontra como objeto de estudo de profissionais de diversas áreas, sendo discutido tanto nacional quanto internacionalmente, compreendido como advindo da população afrodescendente, de acordo com as inúmeras reflexões propostas na referida coletânea.

De acordo com um dos textos iniciais do livro mencionado, que trata de um depoimento da escritora que cunha o termo, e que objetiva discutir o seu sentido gerador, é possível considerar que Evaristo (2020b) o defende como uma prática literária, sobretudo, de mulheres negras e trabalhadoras.

Isso se dá porque o termo “extrapola os campos de uma escrita que gira em torno de um sujeito individualizado [...]. *Escrevivência* surge de uma prática literária cuja autoria é negra, feminina e pobre” (Evaristo, 2020b, p. 38, grifo meu). Assim, por se conectar com as experiências de vida deste grupo, tem uma direção e um

sentido, não é qualquer tipo de escrita e não precisa ser expressa apenas no tradicional ato de escrever.

Evaristo (2007), por exemplo, mostra o símbolo criativo da *escrevivência* no ato de a mãe lavadeira desenhar o sol em um chão lamacento, com um graveto, para chamar este sol, em um gesto em que corpo e escrita se comungam. Tal simbologia, usada pela referida autora, é descrita no contexto de exploração, onde a mulher lavadeira cuida das roupas das patroas escravocratas.

Desse modo, compreendo que a *escrevivência* se articula à resistência às opressões do capitalismo, discutidas no item anterior deste texto, que estão atreladas ao processo de desumanização das mulheres negras. Inclusive, isso pode ser exemplificado na seguinte argumentação da escritora que cria o termo:

Quando digo que nossa *escrevivência* não é para adormecer os da casa grande, nasce da imagem que a gente tem no passado da *mãe preta* dentro da casa grande contando história para adormecer a prole colonizadora. Essa imagem me incomoda muito. A imagem da *mãe preta*. Está no imaginário brasileiro *essa passividade das mulheres negras. Que está na literatura brasileira. A construção dessa personagem da mulher negra. [...] As mulheres africanas escravizadas e suas descendentes eram obrigadas a contar história para adormecer os da cada grande. Essa autoria negra de mulheres vai escrever história. A escrevivência dessas mulheres é justamente para acordar os da casa grande. Com essa escrevivência quero borrar a imagem do passado. É uma outra imagem. A africana e suas descendentes escravizadas dentro de casa nunca podiam contar suas histórias, nunca podiam contar suas vivências. Imagina mãe preta contando para o senhorzinho da casa que ela apanhava, era escravizada, não podia viver com a família e que ela alimentou aquela criança enquanto o filho dela morria de fome. Nessas histórias, as mulheres se calavam. A nossa escrevivência pretende trazer essas histórias à tona* (Evaristo, 2018, p. 5, grifos meus).

Com base nesta citação, a *escrevivência* enfrenta essa imagem do passado, calcada na violência, onde o corpo da *mãe preta* ao ser escravizado, tem a sua fala, também, escravizada, como pode ser exemplificado na imagem de Anastácia, mostrada anteriormente, que expressa a violência do projeto colonial moderno. Afinal “a fala também é um utensílio de trabalho escravizado” (Evaristo, 2021, p. 4).

Assim sendo, a *escrevivência* “borra” essa imagem, criando outra, como elucidada a autora, por meio de um processo autônomo e libertador, expresso na escrita: “ora, se a fala dessa mulher da casa grande é uma fala escravizada, a nossa escrita não. Pelo contrário. A nossa *escrevivência* é pra acordar os da casa grande” (Evaristo, 2021, p. 4, *grifos da autora*). Por isso, é uma forma de enfrentamento à violência sofrida por mulheres negras no capitalismo, como defendo neste texto.

Desse modo, esta violência pode ser exemplificada na figura da escravizada Anastácia, mostrada anteriormente. Mas, também, pode ser comprovada em diversos outros casos.

Temos como exemplo o assassinato da historiadora Beatriz Nascimento pelo companheiro de uma amiga, em 1995. A morte de Claudia Ferreira, auxiliar de Serviços Gerais, que foi baleada e teve seu corpo arrastado pela política militar, em 2014, na cidade do Rio de Janeiro. Ainda, podemos referenciar o brutal assassinato da ex-vereadora Marielle Franco, em 2018, vítima de racismo, de misoginia, de violência política e homofobia. Também cabe exemplificar o assassinato da líder quilombola Mãe Bernadete, em 2023, que vivia em um território que é alvo de exploração e ataques, desde o período colonial, localizado em Simões Filho (BA).

Em todas essas situações, a mulher negra é vítima de violência. Assim, a máscara do silenciamento presente na imagem de Anastácia, ainda serve para pensarmos a atualidade que atravessa a vida de mulheres negras.

Por exemplo, em 2023, de acordo com *Fórum Brasileiro de Segurança Pública* (2024), o Brasil atingiu um novo recorde de estupros e estupros de vulneráveis consumados – 83.988 vítimas. O país chegou a registrar um crime de estupro a cada 6 minutos. Esta fonte revela que as vítimas de estupro são, de forma geral, femininas (88,2%), negras (52,2%), de no máximo 13 anos (61,6%), que são estupradas por familiares ou conhecidos (84,7%) e dentro de seus próprios lares (61,7%). Isso revela o quanto querem nos silenciar, por meio da violência sexual.

No que diz respeito ao perfil étnico-racial das vítimas, *Fórum Brasileiro de Segurança Pública* (2024) mostra um trabalho recente, o qual analisou dados do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) do Ministério da Saúde. Neste documento, há a informação de que a proporção de mulheres negras entre as vítimas da violência sexual saltou de 56,4% dos registros em 2012, para 63,2% em 2021. Além disso, as taxas de vitimização para mulheres negras foram superiores às de mulheres brancas em toda a série histórica analisada (2012-2021).

No que diz respeito à Lesão corporal dolosa, *Fórum Brasileiro de Segurança Pública* (2024) apontou, em 2023, 258.941 vítimas mulheres. Também descreve diversos tipos de violência contra a mulher, como assassinatos, nas modalidades consumadas e tentadas, bem como agressões em contexto de violência doméstica: ameaça, perseguição, violência psicológica e estupro. Ao expor isso, a referida fonte constata que quando somados todos esses tipos, chegam-se a 1.238.208 de vítimas mulheres, somente em 2023. E ao levarmos em consideração o perfil das mulheres mortas de forma violenta, observamos que são negras (66,9%), e com idade entre 18 e 44 anos (69,1%).

Assim, ao afirmar que a *escravivência*, em sua concepção inicial, se constitui como uma proposta que vem enfrentar opressões e apagamentos que, principalmente, mulheres negras vivenciaram ao longo do processo de escravização dos seus corpos, Evaristo (2020b) nos permite pensar a amplitude atemporal desta violência, como os dados atuais citados nos levam a constatar. A violência está no passado e também no presente.

É por isso que ao pensarmos a história brasileira, González (2020a) nos explica que o que veio a ser a nossa nação, Brasil, se forma a partir de acontecimentos, a exemplo da violentação de mulheres negras através da minoria branca dominante, como os próprios senhores de engenho. Esse envolvimento interracial, que forçou o processo de miscigenação, favoreceu a ideia de que o

racismo nunca existiu no Brasil⁸, justamente por conta dessa mestiçagem – fruto da violência colonial.

A referida autora destaca também a figura da *mãe preta*. Esta, conforme foi mostrado anteriormente, em citação de Conceição Evaristo, foi aquela que cuidou e educou os filhos da família escravocrata, contando-lhes histórias, possibilitando, ainda, a criação de uma língua denominada por González (2020a) de *pretuguês*, a qual contribuiu, conseqüentemente, para o aprofundamento da africanização da cultura brasileira.

Ela explica que o idioma português falado no Brasil é profundamente africanizado. A junção dele com as origens do povo negro fez surgir o que a autora chama de *pretuguês*, que é uma linguagem mais rítmica, calcada em tradições dos antepassados da *mãe preta* escravizada. Esta, por cuidar da família escravocrata, disseminou sua cultura e seus dialetos, mesmo que na condição de exploração.

Portanto, com base em Evaristo (2020b), cabe reforçar que a imagem fundante da *escrivivência* é aquela, ainda que borrada, onde a *mãe preta* vivia a sua condição de escravizada dentro da “casa grande”, silenciada na sua condição de humanidade. Não tinha o direito, inclusive, de cuidar dos seus próprios filhos, tendo que, contraditoriamente, dispensar uma afetividade às crianças da família escravocrata. Estava inserida no trabalho escravizado dentro de um processo que objetificava e violentava o seu corpo.

Por enfrentar essa realidade colonial de silenciamento, é que a referida autora menciona a célebre frase: “a nossa *escrivivência* não é para adormecer os da casa-grande, e sim acordá-los de seus sonos injustos” (Evaristo, 2020b, p. 30, *grifo meu*). É para mostrar que se

⁸ González (2020a) aproveita para fazer a crítica ao “mito da democracia racial”. Tal ideia favoreceu, e ainda favorece, o *racismo por denegação*, segundo a autora, que se mostra no discurso de que as relações interraciais, no Brasil pós colonização, promoveram harmonia entre as raças. Conforme a crítica de Gonzalez, o historiador e sociólogo Gilberto Freyre foi o principal articulador desse pensamento, sobretudo, a partir dos anos 1930, mas essa ideia ainda se apresenta na sociedade brasileira, e favorece a reprodução do racismo.

antes não podíamos contar as nossas histórias, hoje nós podemos, ao enfrentar o apagamento que nos foi imposto.

Diante disso, a *escrevivência*, por se conectar, especialmente, com as experiências de vida das mulheres negras, através de um processo de resistência e enfrentamento à permanente violência, não é qualquer tipo de escrita. Tem uma direção e um sentido, afinal: “nossa *escrevivência* traz a experiência, a vivência de nossa condição de pessoa brasileira de origem africana” (Evaristo, 2020b, p. 30, *grifo da autora*). Tal constatação permite conexão tanto com os povos africanos, como com a diáspora africana, conforme Conceição Evaristo reforça, o que conecta diretamente com o processo de escravização e colonização europeia na América.

Por isso, o presente texto discutiu o histórico deste processo, como fundamento do capitalismo, conectando-o ao debate acerca da *escrevivência*, uma vez que partiu do pressuposto de que a *escrevivência* também contribui para a luta anticapitalista. Afinal desvela a história de silenciamento de mulheres negras, algo que compõe o capitalismo, através do seu processo de exclusão racial, social e de gênero.

Considerações finais

O objetivo deste capítulo foi discutir fundamentos históricos acerca do colonialismo e da modernidade, e as inerentes faces violentas, as quais sustentam, também, o capitalismo. Com isso, adensou o debate acerca do enfrentamento desse contexto de violências, destacando a *escrevivência*.

Assim sendo, como considerações finais, cabe pensar – ao se discutir sobre silenciamento de mulheres negras como lembra hooks (2019) – que este não é meramente o impedimento da fala, mas, também, o impedimento de um determinado tipo de fala.

Tal constatação leva a considerar, em termos conclusivos, que historicamente existiu enfrentamento a este silenciamento, mesmo diante de um contexto constante de opressão. Afinal, segundo Lugones (2014), é necessário superar a ideia de que o sistema global

capitalista colonial, nos termos da autora, foi exitoso em todos os sentidos na destruição dos povos, das relações, dos saberes etc. daqueles/as que foram colonizados/as. É necessário compreender que o capitalismo foi e é continuamente resistido, até os dias de hoje.

E para concluir este capítulo, cabe destacar que aqui foi realizada uma tentativa de refletir sobre a possibilidade deste enfrentamento ao capitalismo, trazendo à baila a discussão e a pertinência da *escrevivência*. Desse modo, Evaristo (2020b) assevera que este termo é um exercício que extrapola uma escrita de si ou narcisista, porque está inserido em um contexto de resistência histórica de um povo, o que leva à sua relevância, inclusive, nas conduções de trabalhos acadêmicos como este.

Referências

- BOTELHO, Maurílio Lima. Colonialidade e forma da subjetividade moderna: a violência da identificação cultural na América Latina. **Espaço e Cultura**, Rio de Janeiro, n. 34, p. 195-230, jul./dez., 2013.
- DUARTE, Constância Lima; NUNES, Isabella Rosado. (org.). **Escrevivência - a escrita de nós: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo**. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020.
- DUSSEL, Enrique. **O encobrimento do outro: a origem do mito da modernidade**. Rio de Janeiro: Vozes, 1993.
- EVARISTO, Conceição. “Escrevivência: escrever, viver e ser”. [Entrevista a Márcia Maria Cruz]. **Jornal Suplemento Literário de Minas Gerais**, Belo Horizonte, n. 1.378, p. 4-11, maio/jun., 2018.
- EVARISTO, Conceição. **A escrevivência - a literatura a partir do pensamento negro: Curso Ler o Brasil - Casa Sueli Carneiro**, 2023. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Xd8eLFPDdzE>>. Acesso em 24 fev. 2026.
- EVARISTO, Conceição. A Escrevivência e seus subtextos. *In*: DUARTE, Constância Lima; NUNES, Isabella Rosado. (org.). **Escrevivência - a escrita de nós: reflexões sobre a obra de**

Conceição Evaristo. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020b. p. 26- 46.

EVARISTO, Conceição. Conceição Evaristo - “A escrevivência serve também para as pessoas pensarem”. **Agência de Notícias**, Itaú Social, 9 nov. 2020a. Disponível em: <<https://www.itausocial.org.br/noticias/conceicao-evaristo-a-escrevivencia-serv-e-tambem-para-as-pessoas-pensarem/>>. Acesso em 20 fev. 2026.

EVARISTO, Conceição. Conceição Evaristo por Conceição Evaristo. **LiterAFRO: o portal da literatura afro-brasileira**. Belo Horizonte: Faculdade de Letras, UFMG, 14 nov. 2025. Disponível em: <<http://www.letras.ufmg.br/literafro/autoras/188-conceicao-evaristo>>. Acesso em 01 fev. 2026.

EVARISTO, Conceição. Conceição Evaristo: a escrevivência das mulheres negras reconstrói a história brasileira. **Geledés**, 29 jul. 2021. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/conceicao-evaristo-a-escrevivencia-das-mulheres-negras-reconstroi-a-historia-brasileira/>>. Acesso em 22 fev. 2026.

EVARISTO, Conceição. Da grafia desenho de minha mãe, um dos lugares de nascimento de minha escrita. *In*: ALEXANDRE, Marcos Antônio. (org.). **Representações performáticas brasileiras: teorias, práticas e suas interfaces**. Belo Horizonte: Maza Edições, 2007. p. 16-21.

EVARISTO, Conceição. Literatura negra: uma poética de nossa afro-brasilidade. **SCRIPTA**, Belo Horizonte, v. 13, n. 25, p. 17-31, 2009a.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. São Paulo: Elefante, 2017.

FEDERICI, Silvia. **Mulheres e a caças as bruxas**. São Paulo: Boitempo, 2019.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA - FBSP. **18º Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo: FBSP, 2024. Disponível em: <<https://publicacoes.forumseguranca.org.br/items/f62c4196-561d-452d-a2a8-9d33d1163af0/full>>. Acesso em: 19 jan. 2026.

FRANCO, Marielle. **Não serei interrompida |08-03-2018”**. Instituto Marielle Franco: (17:10 min). Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=fl8czAgJGUE>. Acesso em 23 fev. 2026.

GONÇALVES, Scheilla Nunes. “**Mulheres dos escombros**”: a condição das mulheres periféricas em tempos de catástrofes. 2018. 208f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

GONZÁLEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. *In*: RIOS, Flavia; LIMA, Marcia. (org.). **Por um feminismo afro-latino-americano**: Lélia González. Rio de Janeiro: Zahar, 2020b. p. 127-138.

GONZÁLEZ, Lélia. A mulher negra na sociedade brasileira: Uma abordagem político-econômica. *In*: RIOS, Flavia; LIMA, Marcia. (org.). **Por um feminismo afro-latino americano**: Lélia González. Rio de Janeiro: Zahar, 2020a. p. 49-64.

hooks, bell. **Erguer a voz**: pensar como feminista, pensar como negra. São Paulo: Elefante, 2019.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LITERAFRO. Dados biográficos de Conceição Evaristo. **LiterAFRO**: o portal da literatura afro-brasileira. Belo Horizonte: Faculdade de Letras, UFMG, 14 nov. 2025. Disponível em: <https://www.lettras.ufmg.br/literafro/autoras/188-conceicao-evaristo>. Acesso em 01 fev. 2026.

LUGONES, Maria. Rumo a um feminismo descolonial. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis. v. 22. n. 3. p. 935-952, 2014.

MARTINS, Thaisa Silva. Autoria insubmissa de Conceição Evaristo: considerações sobre o enfrentamento à violência por meio da *escrevivência*. **Revista Re-UNIR**, Porto Velho, v. 11 n. 2. p. 207-225, 2024. Disponível em: <https://periodicos.unir.br/index.php/RE-UNIR/article/view/8184>. Acesso em 06 fev. 2026.

MARTINS, Thaisa Silva. **Erguendo a voz**: um ensaio sobre o enfrentamento à violência através das *escrevivências* de mulheres negras. 2025. 192f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de

Fora, 2025. Disponível em: <<https://repositorio.ufjf.br/jspui/bitstream/ufjf/18707/1/thaisasilvamartins.pdf>>. Acesso em 27 jul. 2025.

MARX, Karl. **O Capital: Crítica da Economia Política**. Livro 1. São Paulo: Boitempo, 2013.

OLIVEIRA, Karine. (org.). **Raízes: resistência histórica (escritoras negras)**. Belo Horizonte: *Venas Abiertas*, 2018.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Entre América e *Abya Yala* – tensões de territorialidades. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, n. 20, p. 25-30, jul./dez. 2009. Editora UFPR.

POSTONE, Moishe. **Tempo, trabalho e dominação social**. São Paulo: Boitempo, 2014.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. *In: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLACSO (org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005. Disponível em: <<http://www.liberdadeerevoluc.aopopular.com.br/wp-content/uploads/2018/02/49715997-Colonialidade-do-poder-eurocentrismo-e-America-Latina-Anibal-Quijano.pdf>>. Acesso em 22 fev. 2026.

WILLIAMS. Eric. **Capitalismo e escravidão**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

CAPÍTULO 7

ENTRE A AUTONOMIA PROCLAMADA E A AGUDIZAÇÃO DA PRECARIZAÇÃO VIVIDA: TRABALHO EM PLATAFORMAS DIGITAIS E A DISPUTA JURÍDICA SOBRE O VÍNCULO EMPREGATÍCIO NO BRASIL

Isaura Barbosa de Oliveira Lanza

Introdução

O presente artigo constitui apertada síntese do 4º capítulo da tese intitulada O trabalho na era digital e a atuação do Poder Judiciário: uma análise dos direitos trabalhistas dos motoristas em empresas-plataforma, defendida em fevereiro de 2024, no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora. Seu objetivo consiste em apresentar a análise das condições de trabalho dos motoristas vinculados a empresas-plataforma no Brasil e o tratamento jurídico que vem sendo conferido a essa relação no âmbito do Poder Judiciário brasileiro.

A discussão parte do reconhecimento de que a expansão do trabalho mediado por plataformas digitais se insere nas transformações contemporâneas do mundo do trabalho, marcada pela intensificação da flexibilização e da precarização, pela ampliação de formas atípicas de contratação e pelo enfraquecimento das garantias trabalhistas historicamente conquistadas.

Inicialmente, o texto apresenta breve análise da realidade concreta vivenciada pelos motoristas de aplicativos no país, a partir de estudos empíricos desenvolvidos por pesquisadores como Kalil (2020) e Cardoso *et al.* (2022). Esses trabalhos evidenciam aspectos centrais da composição social da categoria, das condições de

trabalho e dos mecanismos de gestão e de controle exercidos pelas plataformas digitais, revelando um cenário caracterizado por jornadas extensas, transferência de custos aos trabalhadores e ausência de proteção social.

Na sequência, o artigo examina o posicionamento do Tribunal Superior do Trabalho acerca da natureza jurídica da relação estabelecida entre motoristas e empresas-plataforma, com base na análise de decisões proferidas entre 2019 e 2022. A investigação identifica divergências entre Turmas e Ministros do Tribunal quanto ao reconhecimento do vínculo empregatício, evidenciando tanto decisões que reconhecem a existência da relação de emprego quanto aquelas que a afastam, a partir de distintos fundamentos jurídicos, econômicos e políticos.

Por fim, o texto apresenta orientação que vem sendo construída no âmbito do Supremo Tribunal Federal, cuja jurisprudência recente tem se inclinado majoritariamente a afastar o reconhecimento do vínculo empregatício entre motoristas e empresas-plataforma, enfatizando a autonomia contratual e a necessidade de regulamentação legislativa específica para essas novas formas de trabalho. Cumpre esclarecer que a análise sistemática dessas decisões não integrou o escopo da tese que deu origem a este artigo, sendo aqui apresentada de forma sintética com o objetivo de contextualizar o debate jurídico mais amplo acerca da matéria no país.

Ao reunir a análise empírica das condições de trabalho dos motoristas e o exame crítico das decisões judiciais sobre o tema, busca-se contribuir para o debate acerca do papel do Direito na mediação das relações entre capital e trabalho no contexto da chamada economia de plataformas, problematizando em que medida determinadas interpretações jurídicas podem atuar na legitimação ou no enfrentamento dos processos contemporâneos de precarização do trabalho.

Do ponto de vista metodológico, o estudo fundamenta-se em pesquisa de natureza qualitativa, de caráter bibliográfico e documental, orientada pelo método materialista histórico-

dialético, formulado por Karl Marx. Essa perspectiva permite compreender o trabalho mediado por plataformas digitais como expressão das transformações contemporâneas do capitalismo e das contradições presentes nas relações entre capital e trabalho. Inicialmente, realizou-se revisão da literatura especializada sobre o trabalho em plataformas e a realidade dos motoristas de aplicativos no Brasil. Em seguida, procedeu-se à análise documental de decisões judiciais proferidas pelo Tribunal Superior do Trabalho entre 2019 e 2022, identificadas por meio de pesquisa jurisprudencial com as palavras-chave “motorista” e “Uber”. Complementarmente, examinou-se a orientação recente do Supremo Tribunal Federal acerca da matéria, a fim de compreender como o Poder Judiciário tem interpretado juridicamente essas relações de trabalho.

A precarização cada vez mais agudizada das condições de trabalho: análise dos trabalhadores motoristas em plataformas digitais

Inicialmente, procede-se à análise da realidade concreta vivenciada pelos motoristas vinculados a empresas-plataforma no Brasil, a partir de estudos empíricos produzidos sobre essa categoria, com destaque para as pesquisas desenvolvidas por Kalil (2020) e Cardoso *et al.* (2022). Tais investigações permitem delinear aspectos relevantes da composição social e das condições de trabalho desses trabalhadores.

De modo geral, os estudos indicam que a categoria é predominantemente formada por homens, com idade média em torno de 40 anos e, em sua maioria, com nível de escolaridade correspondente ao ensino médio completo. As pesquisas também evidenciam que o ingresso na atividade ocorre, em grande medida, como estratégia de enfrentamento ao desemprego ou à insuficiência de renda proveniente de outras ocupações, levando muitos trabalhadores a depender economicamente do trabalho mediado pelas plataformas digitais. Ademais, os dados empíricos

apontam para a presença de jornadas extensas de trabalho, frequentemente superiores a oito ou dez horas diárias, além da realização da atividade ao longo da maior parte da semana, o que revela um padrão de intensa dedicação laboral associado à necessidade de obtenção de rendimentos mínimos para a subsistência.

As investigações evidenciam ainda a precariedade das condições de trabalho, uma vez que os motoristas assumem integralmente os custos necessários à execução da atividade, como combustível, manutenção e aquisição de veículos e equipamentos. Além disso, identificam-se mecanismos de controle exercidos pelas plataformas por meio de sistemas de avaliação e gestão algorítmica, frequentemente marcados pela falta de transparência e pela inexistência de canais efetivos de contestação.

Durante a pandemia de covid-19, tais condições foram agravadas, intensificando a vulnerabilidade econômica e social desses trabalhadores, que, em razão da ausência de vínculo formal de emprego, não tiveram acesso a diversas formas de proteção trabalhista.

Nesse contexto, os estudos apontam que o discurso empresarial de autonomia, flexibilidade e parceria não corresponde às condições efetivamente experimentadas pelos trabalhadores, uma vez que as plataformas definem unilateralmente regras, remuneração e formas de organização do trabalho.

Assim, pode-se concluir que o modelo de trabalho mediado por plataformas digitais vem se estruturando sobre bases marcadas por elevados níveis de precarização e desproteção social. A transferência de custos e riscos da atividade para os trabalhadores, aliada à ausência de garantias típicas da proteção trabalhista, contribui para a configuração de um cenário em que a estabilidade da renda, a previsibilidade das condições de trabalho e o acesso a direitos sociais permanecem profundamente fragilizados. Nesse contexto, têm emergido diferentes formas de mobilização coletiva por parte desses trabalhadores, bem como reivindicações voltadas à melhoria das condições de trabalho, à ampliação da transparência

nos mecanismos de gestão e controle das plataformas e ao reconhecimento de garantias mínimas de proteção laboral.

A controvérsia jurídica sobre o vínculo de emprego nas plataformas digitais: decisões do TST e do STF

Diante da crescente insatisfação dos trabalhadores com as condições em que se desenvolve o trabalho em empresas-plataforma, tem-se observado a intensificação do recurso ao Poder Judiciário como estratégia de reivindicação de direitos. A ausência de garantias trabalhistas, a instabilidade da renda, as jornadas extensas e os mecanismos opacos de gestão e controle exercidos pelas plataformas têm levado motoristas a buscar, por meio da via judicial, o reconhecimento de direitos e a definição da natureza jurídica da relação estabelecida com essas empresas.

Nesse contexto, o debate acerca do enquadramento jurídico desse trabalho tem ganhado centralidade no âmbito do Judiciário brasileiro, especialmente nas decisões proferidas pelo Tribunal Superior do Trabalho e pelo Supremo Tribunal Federal, que vêm sendo chamados a se posicionar sobre a existência — ou não — de vínculo empregatício entre motoristas e empresas-plataforma.

Assim, importante apresentar análise do posicionamento do Tribunal Superior do Trabalho acerca da natureza jurídica da relação entre motoristas e empresas-plataforma, a partir do exame dos votos de Ministros e das decisões das Turmas do Tribunal no período de 2019 a 2022, em processos que discutem o reconhecimento do vínculo empregatício.

O estudo parte da premissa de que caberia ao Poder Legislativo regulamentar essa relação, dada sua competência constitucional para legislar sobre Direito do Trabalho, estabelecendo parâmetros normativos capazes de assegurar proteção jurídica aos trabalhadores de plataformas digitais. No entanto, diante da ausência de regulamentação específica, a definição sobre a natureza dessa relação tem sido levada ao Poder Judiciário, o que torna relevante a análise dos fundamentos

jurídicos utilizados nas decisões, inclusive como subsídio para o debate legislativo.

Com base em pesquisa jurisprudencial realizada no sítio eletrônico do Tribunal Superior do Trabalho, utilizando as palavras-chave “motorista” e “uber”, foram identificadas 36 decisões distribuídas entre diferentes Turmas do TST, das quais 18 foram selecionadas para análise aprofundada. Os resultados evidenciam divergências entre Turmas e entre Ministros quanto ao reconhecimento do vínculo empregatício. A investigação busca, assim, cotejar os fundamentos das decisões favoráveis e contrárias ao vínculo, examinando se tais posicionamentos refletem a mediação do Direito na legitimação de processos de precarização do trabalho nas plataformas digitais, à luz de interpretações críticas sobre a relação entre Estado, Direito e capitalismo.

No período analisado, quatro das oito Turmas do Tribunal Superior do Trabalho foram instadas a se manifestar sobre o reconhecimento de vínculo empregatício entre motoristas e empresas-plataforma, havendo divisão no entendimento do Tribunal. Enquanto a 3ª e a 8ª Turmas reconheceram a existência de vínculo — em votos dos Ministros Mauricio Godinho Delgado e Alexandre Agra Belmonte —, a 4ª e a 5ª Turmas afastaram essa caracterização, por entenderem ausentes os elementos da relação de emprego, conforme votos dos Ministros Ives Gandra da Silva Martins Filho, Breno Medeiros e Alexandre Luiz Ramos.

A análise dos votos busca identificar os fundamentos jurídicos, políticos, econômicos e sociais que embasam tais posições. Inicialmente, examinam-se os votos favoráveis ao reconhecimento do vínculo, com destaque para o proferido pelo Ministro Mauricio Godinho Delgado no processo RR-100353-02.2017.5.01.0066. O Ministro ressaltou a relevância jurídica da matéria diante das controvérsias sobre a aplicação da legislação trabalhista às novas formas de trabalho mediadas por plataformas digitais e analisou provas e depoimentos que indicariam a presença dos elementos caracterizadores da relação de emprego. Em sua fundamentação, destacou as transformações no mundo do trabalho

decorrentes das inovações tecnológicas e das estratégias empresariais de redução de custos, enfatizando que tais mudanças não afastam a necessidade de aplicação do Direito do Trabalho como instrumento de proteção social e de regulação das relações laborais no capitalismo contemporâneo.

O voto do Ministro Mauricio Godinho Delgado dialoga com a perspectiva teórica segundo a qual o Direito, no capitalismo, atua na regulação das relações de produção, mas também constitui espaço de disputa e conquista de direitos pela classe trabalhadora, consoante explicitou Poulantzas (1985)¹. Nessa linha, o Ministro sustenta que a ordem jurídica brasileira não admite relações de trabalho desprovidas de proteção mínima à dignidade humana, fundamento presente tanto na CLT quanto no artigo 7º da Constituição.

Em sua análise, o Ministro diferencia plataformas digitais de compartilhamento — que apenas intermedeiam serviços — daquelas que exploram intensivamente trabalho humano, como as empresas de transporte e entrega por aplicativo. Aplicando o princípio da primazia da realidade, conclui que a Uber atua, na prática, como empresa de transporte e que os motoristas integram sua atividade econômica. A partir das provas do processo, identifica a presença dos elementos caracterizadores da relação de emprego — pessoa física, pessoalidade, onerosidade, não eventualidade e subordinação — destacando especialmente a subordinação em suas formas contemporâneas, incluindo a subordinação algorítmica, exercida por meio de sistemas digitais de controle, avaliação e gestão do trabalho. Com base nesses elementos, o Ministro conclui pela existência de vínculo empregatício entre motorista e plataforma.

Outra decisão paradigmática que merece ser destacada foi a proferida pelo Ministro Alexandre Agra Belmonte, que, ao analisar caso semelhante, reconhece igualmente a presença dos requisitos

¹ Para uma compreensão mais aprofundada da discussão acerca do pensamento de Poulantzas, recomenda-se a leitura integral do primeiro capítulo da tese (Lanza, 2024).

da relação de emprego, ressaltando mecanismos de controle da empresa sobre a atividade dos motoristas, como avaliação por usuários, incentivos algorítmicos e definição unilateral de preços e regras da prestação do serviço.

Conforme o Ministro em sua decisão, a análise do Tribunal Regional do Trabalho demonstrou que os Termos e Condições da plataforma estabelecem diversas regras de conduta e funcionamento para os motoristas, cujo descumprimento pode resultar em suspensão ou desativação da conta. Entre essas regras estão a obrigação de aceitar corridas, dirigir-se ao local indicado pela plataforma, aguardar o passageiro, manter comportamento profissional e evitar cancelamentos frequentes, sob pena de sanções aplicadas unilateralmente pela empresa.

Assim, o acórdão destacou que tais mecanismos revelam um sistema de controle exercido por meio do algoritmo, que monitora a atividade dos motoristas, utiliza dados de geolocalização, envia mensagens de incentivo para prolongar o tempo de trabalho e aplica punições com base em avaliações e taxas de cancelamento. Esse modelo caracteriza a chamada subordinação algorítmica, na qual o poder diretivo e disciplinar do empregador se manifesta por meios digitais e telemáticos.

Também ressaltou que o fato de o motorista utilizar veículo e celular próprios não o torna detentor dos meios de produção, pois o elemento central da atividade econômica — o aplicativo, a base de dados, a tecnologia e a organização do serviço — pertence à empresa-plataforma. Diante disso, concluiu que a Uber exerce controle sobre a forma de prestação do serviço e sobre a permanência do trabalhador na plataforma, configurando subordinação jurídica e, conseqüentemente, a existência de vínculo de emprego.

Diante de tais elucidações, o Ministro Alexandre Agra Belmonte analisou os elementos do processo à luz das transformações do mundo do trabalho decorrentes das revoluções tecnológicas e da digitalização dos processos produtivos. Para ele, as novas formas de organização empresarial exigem releitura dos critérios clássicos da relação de emprego, especialmente quanto à

subordinação, que passa a se manifestar também por meios tecnológicos e algorítmicos de controle, conforme reconhecido pelo artigo 6º, parágrafo único, da CLT.

O Ministro sustentou que a Uber atua, na realidade, como empresa de transporte que utiliza a tecnologia apenas como instrumento de intermediação e gestão do serviço. Com apoio em experiências do direito comparado e na análise da realidade brasileira — marcada por desemprego elevado e expansão do trabalho em plataformas — destacou que esse modelo tende a intensificar a precarização das relações laborais, com jornadas extensas, remuneração incerta e ausência de proteção social.

A partir da verificação dos requisitos previstos nos artigos 2º e 3º da CLT, concluiu que estão presentes os elementos caracterizadores da relação de emprego: pessoalidade, não eventualidade, onerosidade e subordinação. Esta última se manifesta pelo controle exercido pela empresa sobre preços, critérios de cadastro, avaliação dos motoristas, regras de funcionamento da plataforma e possibilidade de desligamento unilateral, evidenciando dependência do trabalhador em relação à organização empresarial. Dessa forma, o Ministro reconheceu a existência de vínculo empregatício entre o motorista e a empresa-plataforma.

Por sua vez, a 4ª Turma do Tribunal Superior do Trabalho proferiu quatorze decisões sobre a relação entre motoristas de aplicativo e empresas-plataforma, sendo treze do Ministro Ives Gandra da Silva Martins Filho e uma do Ministro Alexandre Luiz Ramos, todas rejeitando o reconhecimento de vínculo empregatício. Como os votos de Ives Gandra apresentam fundamentação praticamente idêntica, o estudo analisa apenas a decisão mais recente, de 2022.

No entendimento do Ministro, reconhecer vínculo empregatício nas novas formas de trabalho mediadas por plataformas poderia prejudicar o desenvolvimento econômico e social, refletindo uma concepção liberal e positivista do Direito. Assim, ele conclui pela ausência de elementos essenciais da relação de emprego, previstos nos arts. 2º e 3º da CLT, especialmente

habitualidade e subordinação. Para o Ministro, os motoristas têm autonomia para definir horários e frequência de trabalho, podendo desligar o aplicativo livremente, o que afastaria a subordinação. Além disso, o fato de os motoristas arcarem com custos do serviço (veículo, combustível, manutenção) reforçaria o caráter autônomo da atividade.

O voto também rejeita a aplicação de conceitos como subordinação estrutural, por não estarem expressamente previstos na legislação trabalhista, e entende que as plataformas atuam apenas como intermediadoras tecnológicas que conectam motoristas e usuários. Nesse sentido, não haveria fraude na contratação de trabalhadores como autônomos.

Essa posição comporta uma série de críticas por adotar compreensão do Direito marcada por forte formalismo e pela pretensão de neutralidade², desconsiderando as condições concretas em que o trabalho é efetivamente realizado e as transformações contemporâneas do mundo laboral. Sob essa perspectiva crítica, argumenta-se que interpretações dessa natureza acabam por privilegiar a lógica de reprodução do capital, na medida em que contribuem para legitimar formas de organização do trabalho baseadas na flexibilização e na precarização das relações laborais. Em contrapartida, sustenta-se que o Direito do Trabalho, historicamente constituído como instrumento de regulação das assimetrias existentes entre capital e trabalho, deveria desempenhar papel central na proteção social dos trabalhadores, assegurando a eles um patamar mínimo de direitos e garantias também no contexto do trabalho mediado por plataformas digitais.

Outra decisão que não reconhece o vínculo empregatício, também da 4^a Turma e com o mesmo número de páginas da decisão anterior (14), foi proferida pelo Ministro Alexandre Luiz Ramos, no processo AIRR-10575-88.2019.5.03.0003. E, já no início de sua

² Para uma compreensão mais aprofundada sobre a discussão inexistência de neutralidade do Direito, ver primeiro capítulo da tese (Lanza, 2024).

decisão, Ramos afirmou que a relação de emprego definida pela CLT tem como padrão a relação clássica de trabalho industrial, comercial e de serviços. Entendeu o Ministro que as novas formas de trabalho devem ser reguladas por lei própria e, enquanto o legislador não a edita, não pode o julgador aplicar indiscriminadamente o padrão da relação de emprego.

Dessa maneira, compreende o Ministro que o enquadramento da relação estabelecida entre o motorista e a respectiva plataforma de trabalho deve se dar com aquela prevista no ordenamento jurídico com maior afinidade, como é o caso da definida pela Lei nº 11.442/2007, do transportador autônomo, assim configurado aquele que é proprietário do veículo e tem relação de natureza comercial.

Assim, ratificando as decisões de 1ª e 2ª instâncias e com fulcro em decisão do STF, decidiu o Ministro que a natureza jurídica da relação de trabalho é autônoma por não estarem presentes os elementos dos artigos 2º e 3º da CLT, uma vez que o trabalho é realizado pela plataforma tecnológica e não para ela. Diante disso, compreendeu que não há, por parte do trabalhador, qualquer sujeição ao poder diretivo — que possibilita a fiscalização e, por conseguinte, a aplicação de sanções.

Sobre esse aspecto, o Ministro se coaduna, então, com o entendimento conservador do Ministro Ives Gandra, o que afronta as pesquisas científicas realizadas sobre as punições a que são submetidos os motoristas que não atendem às demandas e que não ficam à disposição da empresa-plataforma.

De acordo com o levantamento realizado, vê-se que o Ministro Breno Medeiros, da 5ª Turma do TST, prolatou duas decisões a respeito do tema aqui tratado. Contudo, uma vez que elas possuem a mesma fundamentação jurídica, apenas a última decisão por ele proferida será aqui analisada: com 15 páginas, o acórdão diz respeito ao processo AIRR-1001160-73.2018.5.02.0473 e sustenta posição contrária ao reconhecimento do vínculo empregatício, conciliando-se, portanto, com a 4ª Turma do mesmo Tribunal.

Para fundamentar juridicamente sua análise, o Ministro consignou a inexistência do vínculo empregatício, haja vista que,

segundo sua apreciação sobre essa relação de trabalho, não há subordinação jurídica, mas sim autonomia. Entendeu: “Isso porque é fato indubitável que o reclamante aderiu aos serviços de intermediação digital prestados pela reclamada, utilizando-se de aplicativo que oferece interface entre motoristas previamente cadastrados e usuários dos serviços” (Brasil, 2021b, p. 9). Sua compreensão foi então ilustrada pelo valor que a empresa-plataforma paga a seus motoristas, o equivalente a 75%-80% do valor pago pelo usuário, que seria uma quantia superior à evidenciada em contratos de parceria.

Observa-se, uma vez mais, uma decisão que não se propõe a aprofundar a análise da realidade dos trabalhadores e de como esse vínculo de trabalho se estabelece, restando preocupada, tão somente, em apresentar uma visão conservadora do Direito que não se coaduna com os interesses e as realidades vivenciadas pelos trabalhadores e que precisam ser analisadas conforme as metamorfoses do trabalho surgem no tempo histórico.

Outra decisão da 4ª Turma do Tribunal Superior do Trabalho que rejeitou o reconhecimento de vínculo empregatício foi proferida pelo Ministro Alexandre Luiz Ramos no processo AIRR-10575-88.2019.5.03.0003. Em seu voto, o Ministro argumenta que o modelo de relação de emprego previsto na CLT foi concebido para a realidade clássica do trabalho industrial, comercial e de serviços, e que novas formas de trabalho deveriam ser reguladas por legislação específica. Enquanto essa regulamentação não existir, o Judiciário não deveria aplicar automaticamente os critérios tradicionais da relação de emprego.

Ramos sustenta que a relação entre motoristas e plataformas deve ser aproximada da figura do transportador autônomo prevista na Lei nº 11.442/2007, destacando que o trabalhador é proprietário do veículo e mantém relação de natureza comercial. O Ministro também menciona decisão do Supremo Tribunal Federal que reconheceu a constitucionalidade desse enquadramento em julgamento relatado por Luís Roberto Barroso. Com base nisso,

conclui que nem todo trabalho pessoal e remunerado precisa ser regido pela CLT.

Segundo o voto, não há subordinação jurídica porque o motorista pode decidir livremente quando e se irá trabalhar, sem exigência de jornada mínima, número mínimo de corridas ou metas impostas pela plataforma. Assim, o trabalho seria prestado por meio da plataforma tecnológica e não para ela, caracterizando autonomia.

Essa interpretação tem sido alvo de críticas por se aproximar de uma posição de caráter conservador, frequentemente associada às manifestações do Ministro Ives Gandra da Silva Martins Filho, além de desconsiderar resultados de pesquisas empíricas que evidenciam a existência de mecanismos de controle, avaliação e punição exercidos pelas plataformas sobre os trabalhadores. Tais estudos demonstram que, embora mediadas por tecnologias digitais, essas relações de trabalho não se desenvolvem em um contexto de plena autonomia, mas envolvem formas relevantes de gestão e direção da atividade laboral. Ademais, questiona-se o argumento segundo o qual empresas-plataforma deveriam receber tratamento jurídico diferenciado apenas por utilizarem recursos tecnológicos para intermediar atividades econômicas já consolidadas, como o transporte individual de passageiros, o que poderia resultar na legitimação de regimes jurídicos menos protetivos para esses trabalhadores.

Por fim, importante mencionar decisão semelhante do Ministro Breno Medeiros, da 5ª Turma do TST, que também afastou o vínculo empregatício ao considerar que a relação entre motorista e plataforma é autônoma, destacando o percentual elevado da remuneração repassada ao trabalhador como indicativo de parceria, e não de emprego.

Percebe-se que, na medida em que tendem a privilegiar uma interpretação marcada por forte formalismo e por uma concepção conservadora do Direito, essas decisões relegam a segundo plano a análise das condições concretas em que o trabalho é efetivamente realizado nas plataformas digitais. Ao desconsiderar os elementos

empíricos que revelam dinâmicas de controle, dependência econômica e intensificação do trabalho, tais interpretações acabam por limitar a capacidade do Direito do Trabalho de enfrentar as novas formas de organização laboral que emergem no contexto da economia de plataformas.

Já no âmbito do Supremo Tribunal Federal, o entendimento que vem se consolidando nos últimos anos é majoritariamente contrário ao reconhecimento do vínculo empregatício entre motoristas e empresas-plataforma. Cumpre registrar que a análise sistemática das decisões dessa Corte não integrou o objeto da tese que deu origem ao presente artigo. Ainda assim, sua abordagem mostra-se relevante neste momento, em razão das alterações e dos desdobramentos recentes verificados na jurisprudência sobre o tema. Em diferentes decisões — muitas delas proferidas em reclamações constitucionais — o Tribunal tem anulado decisões da Justiça do Trabalho que reconheceram esse vínculo, afirmando que tais decisões contrariam precedentes do próprio STF sobre liberdade de organização produtiva e formas de contratação no mercado de trabalho.

Grande parte das decisões contrárias ao reconhecimento do vínculo empregatício do Tribunal Superior do Trabalho aqui analisadas apoia-se em precedentes estruturantes do STF, como a ADPF 324 e o RE 958252, nos quais o Tribunal afirmou a constitucionalidade da terceirização e reconheceu maior liberdade das empresas para definir seus modelos de contratação. Com base nessa orientação, Ministros da Corte têm entendido que a existência de trabalho pessoal e remunerado não implica, necessariamente, na configuração de vínculo empregatício regido pela CLT.

Além disso, o TST também vem utilizando como referência a decisão proferida na ADC 48, relatada pelo Ministro Luís Roberto Barroso, que considerou constitucional o regime de trabalho autônomo no transporte rodoviário de cargas. Em alguns votos, essa decisão é mencionada para sustentar a possibilidade de que atividades de transporte possam ser exercidas sob regime jurídico autônomo, sem a incidência automática da legislação trabalhista.

Mais recentemente, o STF reconheceu a repercussão geral da matéria no Tema 1291, que trata especificamente da definição da natureza jurídica da relação de trabalho estabelecida entre motoristas de aplicativos e empresas-plataforma. A controvérsia submetida à Corte consiste em definir se a relação entre essas empresas e os trabalhadores que utilizam seus aplicativos configura vínculo de emprego ou se se trata de relação de natureza civil ou comercial. Com o reconhecimento da repercussão geral, a decisão a ser proferida pelo Tribunal deverá orientar a atuação de todo o Poder Judiciário brasileiro, conferindo maior uniformidade ao tratamento jurídico da questão.

Nessa linha, o STF tem enfatizado que as plataformas digitais se apresentam como intermediadoras tecnológicas que conectam prestadores de serviço e usuários, sustentando que o reconhecimento ou não de vínculo empregatício demandaria análise legislativa mais específica, ainda inexistente no ordenamento jurídico brasileiro. Assim, o Tribunal tem indicado que a eventual criação de um regime jurídico próprio para o trabalho em plataformas seria tarefa primordial do Poder Legislativo, e não do Judiciário.

Esse posicionamento, contudo, não significa que o STF tenha produzido até o momento uma decisão definitiva que fixe tese vinculante sobre o vínculo entre motoristas e plataformas. O que se observa, até aqui, é a formação de uma tendência jurisprudencial marcada pela valorização da autonomia contratual e pela cautela em aplicar diretamente o modelo clássico da relação de emprego às novas formas de trabalho mediadas por aplicativos, tendência que deverá ser definitivamente enfrentada quando do julgamento do Tema 1291.

Sob uma perspectiva crítica, essa orientação tem sido objeto de questionamentos em razão do risco de que tal interpretação se apoie excessivamente em uma leitura formal das relações contratuais, desconsiderando as condições concretas em que o trabalho é efetivamente realizado nas plataformas digitais. Argumenta-se que, ao minimizar ou relativizar os mecanismos de

gestão, controle e avaliação exercidos por essas empresas sobre os trabalhadores, esse entendimento pode acabar contribuindo para a legitimação jurídica de formas contemporâneas de organização do trabalho marcadas pela intensificação da exploração laboral e pela ampliação de processos de precarização.

Conclusão

A análise desenvolvida ao longo deste artigo evidencia que o trabalho em plataformas digitais, especialmente no setor de transporte por aplicativos, insere-se em um contexto mais amplo de reconfiguração das relações de trabalho no capitalismo contemporâneo. Os estudos empíricos examinados demonstram que, embora frequentemente apresentado pelas empresas como expressão de autonomia, flexibilidade e empreendedorismo, o trabalho desempenhado pelos motoristas de empresas-plataforma é marcado por jornadas extensas, transferência de custos e riscos ao trabalhador, remuneração instável e pela ausência de garantias trabalhistas e proteção social.

Nesse cenário, os mecanismos de gestão algorítmica utilizados pelas plataformas assumem papel central na organização e no controle do trabalho, revelando formas contemporâneas de subordinação que não afastam a dependência econômica e organizacional dos trabalhadores em relação às empresas que controlam a tecnologia, os dados e o acesso ao mercado. A realidade concreta vivenciada por esses trabalhadores, portanto, coloca em evidência as tensões existentes entre as novas formas de organização produtiva e os instrumentos jurídicos historicamente construídos para a proteção do trabalho.

No âmbito do Poder Judiciário trabalhista, a análise das decisões do Tribunal Superior do Trabalho revela um cenário de dissenso interpretativo quanto à natureza jurídica da relação entre motoristas e empresas-plataforma. Enquanto alguns Ministros reconhecem a presença dos elementos caracterizadores da relação de emprego, especialmente a partir de uma leitura que considera

as transformações do mundo do trabalho e as formas contemporâneas de controle empresarial, outros afastam tal enquadramento, apoiando-se em uma interpretação mais restritiva da legislação trabalhista e na defesa da autonomia contratual.

Paralelamente, a orientação que vem sendo construída no Supremo Tribunal Federal tem se mostrado, até o momento, predominantemente contrária ao reconhecimento do vínculo empregatício, enfatiza a liberdade de organização produtiva e a necessidade de regulamentação legislativa específica para essas novas formas de trabalho.

Essas divergências evidenciam que o debate jurídico sobre o trabalho em plataformas está longe de se encerrar. Ao contrário, trata-se de um campo de disputa no qual se confrontam diferentes concepções acerca do papel do Direito na regulação das relações entre capital e trabalho. Nesse sentido, a discussão ultrapassa a mera interpretação normativa e envolve questões estruturais relacionadas à proteção social, à dignidade do trabalhador e aos limites da flexibilização das relações laborais.

Diante disso, torna-se cada vez mais urgente a construção de marcos regulatórios capazes de responder às transformações do mundo do trabalho sem abrir mão dos princípios fundamentais que orientam a proteção jurídica do trabalho. Mais do que enquadrar formalmente essas relações em categorias previamente existentes, o desafio contemporâneo consiste em assegurar que os avanços tecnológicos e as novas formas de organização produtiva não sejam utilizados como instrumentos de aprofundamento da precarização, mas sim como oportunidades para a construção de formas de trabalho socialmente mais justas, dignas e protegidas.

Referências

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 324/DF**. Direito do Trabalho. Responsabilidade Solidária / Subsidiária. Terceirização /

Tomador de Serviços. Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público. Garantias Constitucionais. Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público. Controle de Constitucionalidade. Requerente: Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG). Relator: Min. Luís Roberto Barroso. 1 de outubro de 2021a. Disponível em: <<https://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=4620584>>. Acesso em: 9 maio 2025.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Recurso Extraordinário com Agravo 1121633/TST-GO**. Direito do Trabalho. Direito Coletivo do Trabalho. Recorrente: Mineração Serra Grande S.A. Recorrido: Adenir Gomes da Silva. Relator: Min. Gilmar Mendes. 2 de junho de 2022a. Disponível em: <<https://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=5415427>>. Acesso em: 9 maio 2025.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. *Tema 725*. **Recurso Extraordinário Eletrônico 958252**. Recurso extraordinário em que se discute, à luz dos arts. 2º, 5º, II, XXXVI, LIV e LV e 97 da Constituição federal, a licitude da contratação de mão-de-obra terceirizada, para prestação de serviços relacionados com a atividade-fim da empresa tomadora de serviços, haja vista o que dispõe a Súmula 331 do Tribunal Superior do Trabalho e o alcance da liberdade de contratar na esfera trabalhista. Requerente: Celulose Nipo Brasileira S/A (CENIBRA). Requerido: Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Extrativas de Guanhões e Região (SITIEXTRA). Relator: Min. Luiz Fux. 15 de outubro de 2024. Disponível em: <<https://portal.stf.jus.br/jurisprudenciaRepercussao/verAndamentoProcesso.asp?incidente=4952236&numeroProcesso=958252&classeProcesso=RE&numeroTema=725>>. Acesso em: 9 maio 2025.

BRASIL. Tribunal Superior do Trabalho. **Agravo de Instrumento em Recurso de Revista n.º 10575-88.2019.5.03.0003**. Relação de emprego. Reconhecimento de vínculo. Trabalhador motorista. Impossibilidade. Autônomo. Aplicativo. Uber. Transcendência jurídica reconhecida. Não provimento. Agravante: Ricardo Ramos de Sá. Agravado: Uber do Brasil Tecnologia Ltda. Relator: Min. Alexandre Luiz Ramos. Brasília, DF. 9 set. 2020. Disponível em:

<<https://www.conjur.com.br/dl/pr/processo10575-8820195030003.pdf>>. Acesso em: 9 maio 2025.

BRASIL. Tribunal Superior do Trabalho. **Agravo de Instrumento em Recurso de Revista n.º 1001160-73.2018.5.02.0473**. Acórdão Publicado na vigência da Lei nº 13.467/2017. Vínculo de emprego. Motorista de aplicativo. Uber. Ausência de subordinação. Transcendência jurídica reconhecida. Agravante: Leandro Dias da Costa. Agravado: Uber do Brasil Tecnologia Ltda. Relator: Min. Breno Medeiros. Brasília, DF. 4 ago. 2021b. Disponível em: <<https://consultadocumento.tst.jus.br/consultaDocumento/acordao.do?anoProcInt=2020&numProcInt=132584&dtaPublicacaoStr=20/08/2021%2007:00:00&nia=7676541>>. Acesso em: 9 maio 2025.

BRASIL. Tribunal Superior do Trabalho (4. Turma). **Agravo de Instrumento em Recurso de Revista do Reclamante n.º 1092-82.2021.5.12.0045**. Vínculo de emprego entre motorista e plataformas tecnológicas ou aplicativos captadores de clientes (Uber do Brasil Tecnologia Ltda.) — Impossibilidade de reconhecimento diante da ausência de subordinação jurídica — Transcendência — Desprovisionamento. Agravante: Diego Augusto Perboni. Agravado: Uber do Brasil Tecnologia Ltda. e Outros. Relator: Min. Ives Gandra da Silva Martins Filho. Brasília, DF. 29 nov. 2022b. Disponível em: <<https://consultaprocessual.tst.jus.br/consultaProcessual/consultaTstNumUnica.do?consulta=Consultar&conscsjt=&numeroTst=1092&digitoTst=82&anoTst=2021&orgaoTst=5&tribunalTst=12&varaTst=0045&submit=Consultar>>. Acesso em: 9 maio 2025.

BRASIL. Tribunal Superior do Trabalho (3. Turma). **Recurso de Revista 100353-02.2017.5.01.0066**. Processo sob a égide da Lei 13.015/2014 e anterior à Lei 13.467/2017. Uber do Brasil Tecnologia Ltda. Natureza jurídica da relação mantida entre os prestadores trabalhadores de serviços e empresas que organizam, ofertam e efetivam plataformas a gestão de digitais de disponibilização de serviços de transporte ao público, no caso, o transporte de pessoas e mercadorias. Recorrente: Elias do Nascimento Santos. Recorrido: Uber do Brasil Tecnologia Ltda. Relator: Min. Mauricio Godinho

Delgado. Brasília, DF. 6 abr. 2022c. Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/tst/1456803327>>.

Acesso em: 9 maio 2025.

BRASIL. Tribunal Superior do Trabalho (8. Turma). **Recurso de Revista n.º 100853-94.2019.5.01.0067**. A Uber, empresa americana que originalmente se chamava Ubertaxi, não é empresa de aplicativos porque não vive de vender tecnologia digital para terceiros. O que ela vende é transporte, em troca de percentual sobre as corridas e por meio de aplicativo desenvolvido para ela própria. Cabeleireiros e manicures, quando mudam de salão, a clientela vai atrás. Os motoristas de táxi buscam passageiros e formam clientela. Recorrente: Uber do Brasil Tecnologia Ltda. Recorrido: Viviane Pacheco Câmara. Relator: Alexandre Agra Belmonte. Brasília, DF. 19 dez. 2022d. Disponível em: <<https://consultaprocessual.tst.jus.br/consultaProcessual/consultaTstNumUnica.do?consulta=Consultar&conscsjt=&numeroTst=100853&digitoTst=94&anoTst=2019&orgaoTst=5&tribunalTst=01&varaTst=0067&submit=Consultar>>. Acesso em: 9 maio 2025.

CARDOSO, Ana Claudia Moreira *et al.* A pandemia da Covid-19 e o agravamento da precariedade do trabalho dos motoristas em empresas-plataforma de transporte individual em uma cidade brasileira de médio porte. **Revista da ABET**, Brasília, v. 21, n. 1, p. 33-51, 2022. Disponível em: <<https://periodicos.ufpb.br/index.php/abet/article/view/55759/36026>>. Acesso em: 27 dez. 2022.

KALIL, Renan Bernardi. **A regulação do trabalho via plataformas digitais**. São Paulo, Bluscher, 2020.

LANZA, Isaura Barbosa de Oliveira. **O trabalho na era digital e a atuação do poder Judiciário: uma análise dos direitos trabalhistas dos motoristas em empresas-plataforma**. 2024. 301f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2024.

POULANTZAS, Nicos. **O Estado, o poder, o socialismo**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

CAPÍTULO 8

O SERVIÇO SOCIAL NA HISTÓRIA: RELAÇÕES DA PROFISSÃO COM OS MOVIMENTOS SOCIAIS EM JUIZ DE FORA-MG

Juliano Zancanelo Rezende
Maria Lúcia Duriguetto

Introdução

Na esteira dos apontamentos de Netto (2016) acerca da necessidade de reconstruções analíticas das quais derivarão *histórias novas* do Serviço Social, compartilhamos parte dos resultados obtidos em nossa pesquisa¹, voltada à elucidação de relações históricas da profissão com as lutas e movimentos sociais em Juiz de Fora. No que se refere às requisições de ordem acadêmica, a construção de *histórias novas* do Serviço Social implica em sistematizações do conhecimento científico sobre os acontecimentos históricos que entrelaçam a profissão e seus fundamentos, evidenciando o que ainda não foi profundamente explorado pelas investigações acumuladas e, neste mesmo processo, também “visa à reprodução ideal (teórica) do processo histórico efetivo da profissão — a sua funcionalidade social na sua emergência e desenvolvimento, [...] as tendências e colisões próprias do seu movimento, [...] e as modalidades pelas quais buscou e encontrou sua legitimação social” (Netto, 2016, p. 58).

¹ Refere-se à pesquisa desenvolvida na tese de doutorado de Juliano Zancanelo Rezende, sob orientação da Prof. Dra. Maria Lúcia Duriguetto — resultado do trabalho coletivo realizado junto ao Grupo de Pesquisa Luta de Classes e Serviço Social (LUCLASS).

Por estar implicado e, ao mesmo tempo, constituir uma expressão particular no desenvolvimento mais amplo do processo profissional na história, o Serviço Social em Juiz de Fora pode ser compreendido numa espécie de diagrama desse processo, em que destacamos a dinâmica histórica e sociopolítica de renovação crítica da profissão, cujas manifestações, nessa particularidade, necessitam ser explicitadas. Dessa forma, através de recursos metodológicos que envolveram análise documental e entrevistas semiestruturadas, buscamos desocultar experiências e evidenciar outras até então pouco visibilizadas, que revelam formas de relação entre a profissão e os movimentos sociais, como expressões particulares do processo de renovação crítica do Serviço Social brasileiro. Como veremos, trata-se de experiências em que estagiárias e profissionais do Serviço Social estiveram envolvidas em processos de mobilização e organização popular, entre as décadas de 1960 e 1990 — período que abrange a emergência, o desenvolvimento e a consolidação da vertente renovadora denominada por Netto (2015) como Intenção de Ruptura com o Conservadorismo.

Como apresentaremos a seguir, embora as relações da profissão com as lutas e movimentos sociais se construa desde a instalação do Serviço Social na cidade², a partir dos pressupostos conservadores inerentes ao tradicionalismo profissional, procuramos destacar aquelas experiências em que sujeitos do Serviço Social estabeleceram um envolvimento com as lutas sociais no sentido da parceria e da potencialização dos processos organizativos e reivindicatórios das classes subalternas. Dessa forma, abordaremos os vínculos progressistas com as lutas e movimentos sociais nas experiências de mobilização e organização popular que se aproximam de uma “heterodoxia” do Desenvolvimento de Comunidade (Ammann, 2013), ocorridas entre 1969 e a década de 1980; nas práticas profissionais e de estágio

² De acordo com Campos (1966, p. 29), o SESI foi responsável por introduzir o Serviço Social em Juiz de Fora na segunda metade da década de 1940.

diretamente inseridas junto a organizações da classe trabalhadora, a partir do final dos anos 1970; e no percurso histórico em que o Serviço Social avançou — teórica, política e operativamente — no trabalho profissional junto aos processos de mobilização, organização e reivindicação das classes subalternas, a partir da segunda metade dos anos 1980. Elementos para uma *história nova* da profissão em Juiz de Fora, que envolvem não apenas o resgate da memória, mas também a reconstrução histórico-analítica do processo profissional, especialmente no que se refere à sua renovação crítica.

Serviço social, lutas e movimentos sociais em Juiz de Fora-MG

Partimos da tese segundo a qual as relações do Serviço Social com as lutas e movimentos sociais são, duplamente e de forma simultânea, constitutivas dos fundamentos sócio-históricos da profissão e determinadas em sua dimensão ideopolítica (Rezende, 2025). Isto é, trata-se de relações perpassadas pelo significado sócio-histórico do Serviço Social, tendo a “questão social” e a luta de classes como mediações privilegiadas e centrais, ao mesmo tempo em que são relações estabelecidas na postura ético-política dos agentes profissionais e na perspectiva ideopolítica que orienta historicamente a direção social da profissão.

Dessa forma, longe de um falso dilema entre distanciamentos e aproximações, compreendemos que o Serviço Social se relaciona com a dinâmica das lutas e movimentos sociais desde sua institucionalização no Brasil, tendo no tradicionalismo profissional e em sua direção conservadora os parâmetros dessa interação (direta e indireta), a qual se expressa em medidas interventivas voltadas à despolitização das demandas sociais, à desmobilização de focos insurgentes, ao apassivamento e à cooptação das classes subalternas e de seus processos organizativos e de luta. Essas medidas, operadas por meio dos suportes materiais e ideológicos da atividade assistencial realizada pelo profissional, cujos efeitos políticos convergem com o ajustamento dos trabalhadores às

relações sociais desta sociabilidade (Iamamoto; Carvalho, 2014), manifestam-se também desde a instalação do Serviço Social em Juiz de Fora, quando a profissão buscava atuar como “*elemento apaziguador no seio da classe operária*”, alertando, inclusive, sobre os “*inconvenientes das greves*” e suas consequências supostamente “*desvantajosas*” (Barros, 1961, p. 80 *apud* Silva, 2018, n/p).

Embora não tenha sido o foco de nossa investigação, no período em que o Serviço Social foi institucionalmente mobilizado para dar seus primeiros passos em Juiz de Fora, a realidade local era marcada pelo agravamento das desigualdades sociais, com destaque para o desemprego, ao mesmo tempo em que se observava uma ascendente de lutas e mobilizações das organizações sindicais, que pressionavam por melhores condições de vida e trabalho (Jacometti, 1993). Em nossa avaliação, essa requisição institucional emergente da profissão na cidade, mediada pelas demandas contraditórias entre capital e trabalho, evidencia as conexões entre os fundamentos do Serviço Social e, neste caso, também o caráter da direção ideopolítica assumida, com a dinâmica das lutas e movimentos sociais nesse contexto histórico.

Constatamos que a perspectiva conservadora que incidia na relação ideopolítica do Serviço Social com as lutas e movimentos sociais em Juiz de Fora começa a ser tensionada e a se modificar entre o final da década de 1960 e os anos 1970, mesmo em um período marcado pelo auge repressivo da ditadura civil-militar no Brasil. Isso se deve à penetração de influências progressistas em algumas experiências de Desenvolvimento de Comunidade, como o pensamento de Paulo Freire, a militância das juventudes da esquerda católica e as elaborações derivadas do Movimento de Reconceituação do Serviço Social na América Latina. Apesar de o ensaio “heterodoxo” das experiências de Desenvolvimento de Comunidade (Ammann, 2013) não ter tido Juiz de Fora como palco no período de 1961 a 1964, esses antecedentes, cujas bases sociopolíticas e teórico-culturais contribuíram, inclusive, para a posterior experiência do Método BH (Batistoni, 2021), também repercutiram na cidade, expressando-se no envolvimento do

Serviço Social em processos de mobilização e organização popular a partir de 1969.

Fortalecendo os canais de problematização da profissão e tensionando a formação profissional de orientação conservadora, cinco experiências foram desenvolvidas por estagiárias de Serviço Social em bairros periféricos da cidade, cuja finalidade consistia em contribuir para o processo de organização e “conscientização” das classes subalternas, de forma muito similar aos objetivos definidos na emblemática experiência belorizontina³. Assim como os vetores mais contestatórios da Reconceituação incidiram em Belo Horizonte, também estiveram presentes em Juiz de Fora nesse contexto, ainda que em menor escala.

Embora a abordagem das experiências de militância política em organizações da classe trabalhadora por parte de agentes do Serviço Social não tenha sido um objetivo de nossa investigação, chama-nos a atenção que a experiência de Desenvolvimento de Comunidade que nos parece ter sido mais expressiva em termos de mobilização e organização popular nesse período contou com a atuação de Marilda Yamamoto, então militante da Ação Popular (AP) e liderança do Diretório Acadêmico da Faculdade de Serviço Social. Tal envolvimento diferencia-se do perfil majoritário das estagiárias das demais experiências progressistas de DC, que possivelmente não atuavam externamente como militantes de movimentos sociais, ainda que pudessem participar de mobilizações vinculadas à base do movimento estudantil. Se pensarmos, por exemplo, na rica experiência de Belo Horizonte, ocorrida logo em seguida, lá estavam pessoas envolvidas na

³ O Método BH foi elaborado a partir da revisão do chamado Método Básico chileno, incorporando um referencial teórico-metodológico e princípios políticos que vão desde o pensamento de Paulo Freire até perspectivas do campo marxista, sendo elencada como objeto de intervenção a “ação social da classe oprimida” (ESS-UCMG, 1974 apud Batistoni, 2021, p. 84), conectado “a transformação da sociedade e do homem” através da “conscientização, capacitação e organização” (Ibidem), respectivamente, enquanto objetivo-meta e objetivos-meios.

militância política, como a professora Leila Lima Santos e Rosângela Batistoni, então estudante e ambas quadros da AP.

De todo modo, compreendemos que as experiências do Serviço Social em processos de mobilização e organização popular na cidade, por meio das práticas de Desenvolvimento de Comunidade, que “abria[m] uma fenda num horizonte de preocupações basicamente microssociais” (Netto, 2015, p. 180) e visavam ao fortalecimento de iniciativas de emancipação política das classes subalternas, tiveram seu potencial de expansão crítica e contestatória significativamente restringido pelo contexto de forte repressão da ditadura civil-militar. Não obstante as barreiras impostas pelo aparato repressivo do Estado no auge do regime político autoritário, tais experiências lograram, ainda que circunscritas por seus próprios limites, contribuir para processos de grupalização que favoreciam o desenvolvimento de uma consciência com certo nível reivindicatório. Esses processos organizativos e de mobilização passaram a tensionar a inércia e o conformismo historicamente cultivados diante de determinadas expressões refratárias da contradição entre capital e trabalho, as quais aqueles segmentos das classes subalternas já não mais aceitavam com plena passividade e naturalização.

Essas ações de mobilização e organização popular, intermediadas pelas práticas de DC, foram estendidas a partir de 1975, momento em que se torna mais evidente a influência do pensamento de Paulo Freire em mais cinco experiências de estágio. Nesse contexto, observa-se, por exemplo, a incorporação mais explícita, por parte do Serviço Social nas comunidades, da “opção pela mudança e o engajamento da práxis libertadora” (Teixeira, 1979, p. 30), em estreita articulação com a concepção freireana segundo a qual “a práxis é reflexão e ação dos homens sobre o mundo para transformá-lo” (Freire, 2019, p. 52). As influências do espírito contestatório da Reconceitualização também se explicitavam em articulação com a noção freireana de “conscientização”, no diálogo com interpretações de autores marxistas. Isso expressa-se, por exemplo, na leitura de Vidon e Faria (1976, p. 10), que, ao se

referirem a Vicente de Paula Faleiros, afirmam que “a conscientização como objetivo central da profissão é entendida na relação dialética entre ação, comunicação e luta de classes”. Trata-se de postulados que desaguavam em uma equivocada compreensão do assistente social como uma espécie de educador popular, “um animador de fora” (Vidon; Faria, 1976), fomentador da suposta “conscientização” popular nos processos de mobilização e organização da “classe oprimida” — sendo esta uma noção política que sugere uma realidade dicotômica entre opressores e oprimidos, encobrindo as determinações da exploração capitalista (Batistoni, 2021).

Como já nos ensina Iamamoto (2015, p. 210), “o assistente social não é um educador ou um agente voluntarista, mas um trabalhador inscrito na divisão sociotécnica do trabalho, cujo exercício profissional é determinado pelas condições históricas que conformam a prática social”, podendo, no âmbito de sua autonomia relativa, assumir uma direção ideopolítica voltada ao fortalecimento dos interesses de classe dos trabalhadores, diante da contradição que atravessa a própria natureza da profissão. Essa assertiva se manifesta, por exemplo, nas experiências locais desenvolvidas pelo Serviço Social no âmbito sindical em Juiz de Fora, a partir de 1979.

Parte significativa dessas experiências contaram com a atuação da assistente social Marilene Sansão, que foi pioneira em Juiz de Fora na relação progressista do Serviço Social com as ações sindicais. Uma delas ocorreu no interior da empresa Companhia Ferreira Guimarães, através de atividades grupais de formação sindical do operariado. Com o andamento das atividades, a possibilidade de debater, refletir coletivamente e pensar alternativas de ação conjuntas foi estimulando a participação espontânea de mais operários, que também eram incentivados por seus pares já assíduos nas reuniões promovidas pelo Serviço Social. Os frutos dessa iniciativa político-profissional passaram a se expressar no cotidiano da fábrica, inclusive com desdobramentos posteriores.

No mesmo período em que ainda realizava o trabalho de formação sindical na Companhia Ferreira Guimarães, Sansão envolveu-se, de forma voluntária, em outra experiência, que consistia na prestação de assessoria direta a uma organização sindical de trabalhadoras domésticas. A participação do Serviço Social nos processos de organização e mobilização vinculados a essa entidade de caráter sindical foi inicialmente constatada por meio da análise documental de monografias de graduação da Faculdade de Serviço Social da UFJF, ocasião em que identificamos o trabalho de Neto *et al.* (1987), que aborda os movimentos sociais como “um tema privilegiado no processo de reflexão dos assistentes sociais, devido à emergência dos movimentos populares” na conjuntura brasileira da época. O ponto de partida para esse Trabalho de Conclusão de Curso foi uma experiência de estágio realizada na Associação Profissional das Empregadas Domésticas de Juiz de Fora (APED), desenvolvida na segunda metade da década de 1980, no qual as autoras relatam, ainda que parcialmente, as atividades então desenvolvidas.

No período de realização dessas experiências, as condições sociopolíticas que impulsionaram a renovação crítica da profissão, bem como os acúmulos teórico-políticos legados pela Reconceituação, pelo Método BH e pelos processos organizativos de segmentos da categoria, com destaque para a militância sindical, resultaram em uma “virada de mesa” no Serviço Social — metafórica e literalmente — publicizada no marco simbólico do III CBAS (Duriguetto; Rezende, 2019). A partir de então, os avanços da Intenção de Ruptura com o Conservadorismo (Netto, 2015) e da articulação progressista com as lutas e os movimentos sociais passaram a se expressar com mais força nas dimensões constitutivas da profissão, em meio às disputas entre projetos profissionais. Esses avanços críticos da renovação repercutiram em experiências do Serviço Social, como as desenvolvidas em Juiz de Fora a partir da década de 1980 e, ao mesmo tempo, foram reafirmados e fortalecidos pelas iniciativas de segmentos mais combativos da categoria profissional.

Com as condições históricas e a ação do sujeito político, processa-se uma redução substantiva da conformação conservadora no Serviço Social, e afirma-se um “protagonismo da renovação profissional que se adensa e avulta” (Netto, 2008, p. 22). Essa inflexão histórica ocorre em meio a uma conjuntura marcada pela derrota do regime ditatorial e pelo prolongamento da dinâmica pulsante das lutas e movimentos sociais na chamada “transição democrática”, que arejam as condições políticas nacionais. Inclusive, são nessas circunstâncias que o projeto profissional de direção crítica do Serviço Social, “que teve raízes no início dos anos de 1960 e floresceu no projeto da escola belorizontina” (Duriguetto; Batistoni; Maia, 2021, p. 60), se desenvolve e passa a corporificar seus valores e princípios no âmbito jurídico-normativo da profissão, com a aprovação do Código de Ética de 1986, refletindo-se também nos espaços da formação profissional, da produção acadêmica pós-graduada e das entidades representativas da profissão. Esse processo da renovação crítica, que vai se espalhando para o conjunto da categoria profissional (Netto, 2015), com seus acertos e equívocos, manifesta-se no prolongamento das experiências da profissão em Juiz de Fora, entre as quais destacamos aquelas diretamente envolvidas com as lutas e movimentos sociais.

Não é uma mera coincidência do acaso que o Serviço Social em Juiz de Fora, apesar de ações voluntárias na primeira metade da década de 1980, passasse a abrir campos de estágio e a atuar profissionalmente em entidades envolvidas ou diretamente representativas das lutas das classes subalternas a partir de 1986. Veja que aqui reside diferenças em relação àquelas experiências progressistas de Desenvolvimento de Comunidade, sobretudo pela constituição de espaços sócio-ocupacionais e de estágio em organizações de trabalhadores. Nesse período, já contávamos com o currículo mínimo da formação profissional de 1982, que vinha sendo objeto de discussão e aperfeiçoamento no âmbito da então ABESS — discussão na qual a Faculdade de Serviço Social da UFJF

participava desde 1977 (ABESS, 1977) — além da aprovação do novo Código de Ética Profissional, justamente em 1986.

Novos construtos teórico-metodológicos com nítida vinculação de classe, elaborados a partir de uma apropriação mais fidedigna ao pensamento marxiano e a pensadores da tradição marxista não pertencentes ao “marxismo vulgar”, eram desenvolvidos pela vanguarda acadêmica da profissão, apesar da persistência de certos equívocos teóricos e ilusões políticas que sustentavam uma visão voluntarista e basista em parte da categoria. Ainda que atravessado por uma linha tênue com a postura messiânica, mas já apresentando avanços na compreensão do significado social da profissão, o Serviço Social em Juiz de Fora consolida, nesse período, sua inserção ocupacional e formativa em organizações de trabalhadores, o que possibilita a ampliação do contato direto com diversos movimentos e lutas das classes subalternas. Além da abertura de um campo de estágio no Sindicato dos Bancários, em 1987, cujos estagiários afirmam textualmente um compromisso com a classe trabalhadora na realização de atividades de assessoria à diretoria do sindicato, mobilização dos trabalhadores e formação sindical, destacamos aquela que, em nossa avaliação, foi a experiência mais expressiva do Serviço Social em processos de mobilização e organização popular na cidade: o trabalho desenvolvido no Centro de Defesa dos Direitos Humanos de Juiz de Fora (CDDH-JF), a partir de 1986.

Envolvendo especialmente a questão habitacional e a regularização fundiária, o Serviço Social do CDDH-JF desenvolvia um trabalho sistemático de organização e mobilização popular em diversas comunidades do município, que não se restringia à demanda emergente por habitação, mas possibilitava a identificação coletiva de outras necessidades. Estas, por sua vez, ampliavam a agenda de lutas das comunidades, incorporando um conjunto mais amplo de reivindicações aos processos organizativos. Tal atuação perpassava não apenas o envolvimento com equipamentos sociais existentes, como escolas, postos de saúde e formas eventuais de organização comunitária, a exemplo

das associações de moradores, mas também a inserção das lutas locais em uma dinâmica política mais abrangente, por meio da constante articulação com movimentos sociais já constituídos e com certo grau de estabilidade organizativa.

Ainda, no mesmo período em que as ações do Serviço Social do CDDH-JF se consolidavam, a sociedade brasileira era atravessada por repercussões teórico-práticas de noções como “ator social” e “sujeito popular”, que acabavam por dissolver a categoria de classe social, apartando-a das fragmentadas práticas “autogestionárias” dos novos “ativismos” — concepções difundidas pelas premissas mais ressonantes dos chamados “novos movimentos sociais” (Rezende, 2025). Esses postulados, que favoreciam visões culturalistas e desvinculadas das determinações econômicas sobre as lutas e os movimentos sociais, situando-os na esfera supostamente indiferenciada de uma sociedade civil desclassizada, acabaram por contagiar o pensamento social e as práticas políticas de cunho reivindicatório, centradas na busca por direitos de cidadania, muitas vezes compreendidos como sinônimo de democratização (Duriguetto, 2007). Consideramos incontestado que tais elementos permeiam parcelas do campo progressista do Serviço Social, mas, sobretudo, também encontram certa impermeabilidade para se expandir, em razão dos constantes avanços teórico-metodológicos e ideopolíticos da renovação crítica da profissão, expressos no projeto profissional em ascensão.

Esse processo se manifesta em Juiz de Fora quando, na análise das monografias de graduação desse período, verificamos que, no debate sobre a conjuntura brasileira, há um privilegiamento da concepção marshalliana de cidadania, mas também uma recorrência ao pensamento de Florestan Fernandes e de Carlos Nelson Coutinho, especialmente no que se refere à abordagem da “democracia” brasileira. No tratamento teórico dos movimentos sociais, boa parte dos trabalhos recorre à perspectiva acionalista, como a de Evers, mas também aos contributos do campo marxista, como Lojkin e o “primeiro” Castells (das “contradições urbanas”). Ainda, o que se mostra mais preponderante são as tentativas de

apropriação teórica de contributos da vanguarda acadêmica da profissão a partir do marxismo, que vão desde as elaborações com rigor teórico-metodológico de Yamamoto até produções de autores que reatualizam equívocos da Reconceituação, ao atribuírem ao assistente social um suposto papel de “intelectual orgânico”, numa leitura enviesada de Gramsci. A partir dessa noção desfigurada de “intelectual orgânico”, boa parte das monografias reabre um diálogo com a pedagogia freireana, posicionando o assistente social como “educador popular”, numa visão messiânica do trabalho profissional — embora situem a profissão na relação contraditória entre capital e trabalho, reconheçam a condição assalariada do assistente social e seu pertencimento de classe.

É pela recorrência ao ecletismo teórico, embora com predominância da tradição marxista, que as práticas político-profissionais e de estágio junto aos movimentos sociais se realizam em Juiz de Fora, a partir da segunda metade da década de 1980. Também, aqueles pressupostos de autonomização da sociedade civil frente ao âmbito estatal, em busca de uma democratização “cidadã”, repercutiam nas experiências do Serviço Social em processos de organização e mobilização popular, muito em função do próprio movimento das classes subalternas contra a tradição autoritária do Estado, em um país que havia recém-saído de uma ditadura.

Contudo, na análise dessas experiências, pudemos observar que as agentes do Serviço Social não compartilhavam da ideia de uma sociedade civil indiferenciada na luta comum por direitos e democracia, pois as posturas e ações por elas empreendidas junto aos movimentos sociais demonstram claramente uma compreensão da contradição entre interesses de classes opostas em luta na sociedade do capital. Evidencia-se, ainda, todo um esforço dessas agentes na articulação de classe entre os distintos movimentos assessorados, o que se expressa em interlocuções no cotidiano das lutas e em espaços como a Comissão de Posseiros e o Fórum do Movimento Popular e Sindical, nos últimos anos da década de 1980, o Fórum pela Moradia e pelo Emprego, a partir de 1995, além de iniciativas que extrapolavam os limites de Juiz de

Fora, como os envolvimento com a ANAMPOS, MST, CUT, CPT, ANSUR, CMP e outros. Inclusive, materiais produzidos por essas organizações nacionais da classe trabalhadora eram utilizados como parte dos subsídios para as atividades de organização e formação política desenvolvidas pelo Serviço Social junto aos movimentos sociais — tanto no Sindicato dos Bancários quanto nos movimentos de bairro assessorados pelo CDDH-JF.

Importa, também ponderarmos, que a dinâmica institucional desses dois espaços de trabalho e estágio do Serviço Social favorecia a ampliação da autonomia relativa da profissão diante da relação contraditória entre a condição assalariada do assistente social e o projeto profissional crítico. No caso do Sindicato dos Bancários, trata-se de uma organização de trabalhadores cujas requisições institucionais ao Serviço Social tendiam a convergir com a direção ideopolítica assumida pelos sujeitos profissionais, embora sem deixar de se constituir como uma instituição contratante portadora de interesses eventualmente conflitantes. Isso porque o sindicato não se configura como uma instância impermeável à ideologia dominante, podendo, inclusive, restringir suas iniciativas ao particularismo dos interesses imediatos da própria categoria e/ou assumir posições de colaboração com o capital, a partir de um projeto político de amoldamento à ordem social — possibilidade que não se verificou no material analisado sobre essa experiência do Serviço Social em específico.

Em relação ao CDDH-JF, uma entidade civil fundada por pessoas de posição progressista evidente — como o emblemático Padre Jaime Snoek — e que mantinha uma herança de valores católicos, a qual sofreu um ofuscamento com a vinculação da entidade aos princípios do MNDDH e pela aproximação de parte de seus sócios-dirigentes e profissionais com a ambiência das lutas sociais cujo eixo de gravitação era o PT, a profissão também encontrava boas condições para o exercício do trabalho a partir de uma direção ideopolítica comprometida com os interesses de classe dos trabalhadores — isso sem desconsiderarmos as possíveis contradições próprias de um espaço sócio-ocupacional. De todo

modo, esse espaço de trabalho apresentava uma ampla abertura para que o projeto profissional edificado no processo da renovação crítica do Serviço Social se expressasse no cotidiano interventivo dos sujeitos profissionais.

Observamos que no mesmo período histórico em que o CDDH-JF consolida as ações de assessoria aos processos de organização e mobilização popular em Juiz de Fora, ocorre, em âmbito nacional, uma movimentação teórico-prática de transmutação da sociedade civil em esfera pública não estatal (Duriguetto, 2007). Esse processo resulta na gradativa generalização de ONGs que buscavam atuar junto a mobilizações de segmentos subalternos, com o objetivo de canalizar as pressões sociais desses grupos para um enfrentamento “comum” no âmbito “indiferenciado” da sociedade civil, contra as manifestações mais agudizadas da “questão social”. Essas entidades — que logo em seguida conformam o chamado “terceiro setor”, ao lado de inúmeras outras ONGs inseridas no processo de desresponsabilização estatal e desoneração do capital — mesmo intencionando contribuir para o acesso a direitos por parte de segmentos miserabilizados e mais violentados da classe trabalhadora, acabavam por enfatizar o particularismo e o imediatismo de lutas frequentemente locais e pontuais. Assim, sem compartilhar de um projeto político que buscasse articular essas diversas lutas na amplitude dos enfrentamentos históricos da luta de classes.

Todavia, embora essa cultura política influenciasse a realidade do CDDH-JF, sobretudo no que diz respeito à profissionalização de iniciativas voltadas a auxiliar na cobrança pelo cumprimento de direitos de cidadania, em nossa avaliação, o caminho trilhado por seus profissionais e estagiárias se diferenciava das perspectivas reduzidas ao imediatismo e à particularidade estrita do “problema”. Isso porque imprimiam ao seu trabalho uma direção ideopolítica que permitia suscitar a problematização crítica das condições de vida junto aos sujeitos atendidos, levando a politização de necessidades convertidas em lutas coletivas e articuladas na publicização das refrações da “questão social”.

Contudo, quando o processo de institucionalização das lutas sociais por meio dos conselhos de direitos se intensifica, em um contexto de arrefecimento político dos movimentos sociais e de cooptação de lideranças, fica evidente os rebatimentos no CDDH-JF. Embora a entidade reconhecesse a importância dos conselhos como espaços de controle social das políticas sociais e não os desvalorizasse, as discussões em torno de possíveis novos objetivos e finalidades da entidade, bem como sobre os modos operacionais de suas frentes de trabalho que preservassem a perspectiva de politização das necessidades sociais por meio das lutas coletivas, não se delinearão.

Como aponta Tatagiba (2002, p. 47), no esforço para sua criação, os conselhos de direitos representaram um questionamento ao “padrão centralizador, autoritário e excludente que vem marcando a relação entre as agências estatais e os beneficiários das políticas públicas, enfatizando a necessidade de democratização do processo”. A possibilidade de se constituírem como espaços capazes de contribuir para a ampliação do Estado (nos termos gramscianos) chegou a impulsionar a atuação do Serviço Social do CDDH-JF em torno desses espaços institucionais de participação⁴. No entanto, quando as ações dos movimentos sociais passaram a se restringir à institucionalidade, sem a manutenção de uma fortalecida via extrainstitucional de luta — a “primeira via”, e que deve ser privilegiada — observamos as dificuldades impostas por um contexto de regressividade de direitos em um país de capitalismo dependente e marcado por profundas desigualdades sociais.

Consideramos que as condições objetivas são imprescindíveis, mas não constituem determinações exclusivas, pois isso envolve a ação histórica do sujeito no movimento contraditório e passível de

⁴ Para uma análise crítica sobre os conselhos de direito, consulte Duriguetto (2013), que, inclusive, apresenta uma pesquisa acerca dos referenciais teóricos e da intervenção profissional do Serviço Social nessas instâncias de participação e controle social em Juiz de Fora, nos anos 2000.

transformação da realidade. Obviamente, as alternativas de ação dos movimentos sociais, voltadas ao enfrentamento das sequelas mais deletérias da sociabilidade do capital, tendo como horizonte, inclusive, sua superação, estão longe de poder ser atribuídas à atuação profissional do Serviço Social, tanto por se tratar de uma tarefa do movimento histórico da própria classe na luta de classes quanto pelos limites inerentes à profissão. Contudo, o fortalecimento de uma direção ideopolítica que preserve e atualize os valores do nosso projeto profissional crítico é, a nosso ver, indispensável para a realização de um trabalho que busque contribuir para a politização das lutas locais e sua elevação a um patamar organizativo de articulação com a diversidade das lutas sociais das classes subalternas, que, mesmo difusas, borbulhavam na realidade brasileira.

Considerações finais

Acreditamos que as contribuições que nossa pesquisa vem a oferecer à problematização da dimensão ideopolítica da profissão e de seus vínculos com as lutas e movimentos sociais — somando-se ao conjunto de outras iniciativas da categoria na construção de *histórias novas* do Serviço Social — têm o potencial de favorecer a reflexão teórico-prática e o encaminhamento de ações voltadas ao enfrentamento dos desafios impostos pela realidade contemporânea, especialmente no que se refere aos processos de organização e mobilização das classes subalternas.

Rever o passado para iluminar o presente, elucidando as constelações que ligam presente e passado, é um movimento heurístico fundamental para compreender tanto o passado recente quanto o ineditismo das atuais condições históricas e para recriar a práxis de enfrentamento a esses tempos de regressão conservadora, contribuindo para formas de resistência política (Iamamoto; Santos, 2021, p. 27-28).

Compreendemos que tais desafios não dependem apenas da intencionalidade e da atitude do corpo profissional, pois envolvem

processos macrosociais e exigem a vitalidade de uma projeção societária de rebeldia crítica e das ações dela decorrentes, capazes de construir uma contra-hegemonia articulada pelo movimento sociopolítico de intervenção histórica da classe trabalhadora na realidade da luta de classes. Todavia, como não é viável permanecer à espera das condições perfeitas de um momento “ideal” que venha a surgir sem a ação histórica do sujeito, torna-se imperativo que a categoria profissional — ou ao menos boa parte de seus protagonistas — reflita e coloque em prática um conjunto de ações concretas que confrontem as contradições do real. Trata-se de iniciativas capazes de superar tanto o pessimismo das posições fatalistas e imobilizadoras quanto o discurso do possibilismo pragmático diante da barbárie do capital, sem, contudo, incorrer no exagero do otimismo da vontade política.

Esse é um caminho com múltiplos percursos, sem um “mapa” pré-definido, mas que pode ter no legado crítico da profissão uma bússola orientadora ao longo do trajeto. A iniciativa de organização política dos próprios profissionais, para além das entidades representativas do Serviço Social (sem, no entanto, abandoná-las), incluindo um engajamento sindical que extrapole o circuito corporativista, pode ser uma das primeiras atitudes. Não estamos afirmando que seja necessário retomar as mesmas estratégias e ações do passado, até porque isso seria inviável diante das mudanças históricas e da nova conjuntura em que a realidade se inscreve. No entanto, com o suporte das reflexões teóricas acumuladas e constantemente desenvolvidas pelo campo crítico, podemos analisar a trajetória do Serviço Social na história e apreender indicativos que se articulem a uma compreensão apurada da conjuntura da luta de classes, orientando novas estratégias e ações de enfrentamento aos desafios atuais e àqueles que ainda virão.

Referências

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO DE SERVIÇO SOCIAL - ABESS. **Relatório da XX Convenção Nacional da Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social**. Belo Horizonte: ABESS, 1977.

AMMANN, Safira Bezerra. **Ideologia do desenvolvimento de comunidade no Brasil**. 12^a ed. São Paulo: Cortez, 2013.

BATISTONI, Rosângela Maria. Aproximações à tradição marxista no projeto da Escola de Serviço Social de Belo Horizonte: problematizações necessárias. *In*: IAMAMOTO, Marilda Villela; SANTOS, Claudia Mônica dos. (org.). **A história pelo avesso: a reconceituação do serviço social na América Latina e interlocuções internacionais**. São Paulo: Cortez, 2021.

CAMPOS, Sueli Netto. **O serviço social profissionalmente organizado em Juiz de Fora visto por seus Assistentes Sociais**. 1966. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 1966.

CARVALHAL, Juliana Pinto. **A serviço da vida: a influência da Igreja Católica na formação do Movimento Nacional de Defesa dos Direitos Humanos (1982-1986)**. 2007. 269f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2007.

DURIGUETTO, Maria Lúcia; BATISTONI, Maria Rosângela; MAIA, Susana Maria. A dimensão ideopolítica no método pedagógico de Paulo Freire: questões e perspectivas investigativas para o serviço social a partir da experiência do Método BH. *In*: SCHEFFER, Graziela *et al.* (org.). **Serviço social e Paulo Freire: diálogos sobre educação popular**. Curitiba: CRV, 2021.

DURIGUETTO, Maria Lúcia; REZENDE, Juliano Zancanelo. Movimentos sociais e serviço social: a virada de 1979. **Temporalis**, Brasília-DF, v. 19, n. 38, p. 11-23, 2019.

DURIGUETTO, Maria Lúcia. Conselhos de direitos e intervenção profissional. *In*: BRAVO, Maria Inês de Souza; MENEZES, Juliana

Souza Bravo de. (org.). **Saúde, serviço social, movimentos sociais e conselhos**: desafios atuais. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2013.

DURIGUETTO, Maria Lúcia. *Sociedade civil e democracia*: um debate necessário. São Paulo: Cortez, 2007.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 71ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.

JACOMETTI, Rita de Cassia. **Formação profissional em Juiz de Fora**: criação da Faculdade de Serviço Social e graduação de sua primeira turma 1958-1961. 1993. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1993.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e serviço social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 41ª ed. São Paulo: Cortez, 2014.

IAMAMOTO, Marilda Villela; SANTOS, Cláudia Mônica dos. Introdução. In: IAMAMOTO, Marilda Villela; SANTOS, Cláudia Mônica dos. (org.). **A história pelo avesso**: a reconceituação do serviço social na América Latina e interlocuções internacionais. São Paulo: Cortez, 2021.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. 9ª ed. São Paulo: Cortez, 2015.

NETO, Dalva Justino *et al.* (org.). **Movimentos sociais**: uma proposta de estudo da Associação Profissional dos Empregados Domésticos de Juiz de Fora e do Grupo Consciência Negra. 1987. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 1987.

NETTO, José Paulo. Conferência na comemoração dos 50 anos de fundação da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora. **Libertas**, Juiz de Fora, v. 8, n. 2, p. 7-23, 2008.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e serviço social**: uma análise do serviço social no Brasil pós-64. 17ª ed. São Paulo: Cortez, 2015.

NETTO, José Paulo. Para uma história nova do Serviço Social no Brasil. In: SILVA, Maria Liduína de Oliveira e. (org.). **Serviço social**

no Brasil: história de resistências e de ruptura com o conservadorismo. São Paulo: Cortez, 2016.

REZENDE, Juliano Zancanelo. **Serviço social e movimentos sociais:** contribuições analíticas para uma história nova da profissão em Juiz de Fora. 2025. 317f. Tese (Doutorado em Serviço Social), Faculdade de Serviço Social, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2025.

SILVA, Nicole Cristina Oliveira. **Entre conservadorismos e rupturas:** análise das concepções de profissão orientadoras do trabalho dos/das assistentes sociais em empresas expressas da formação acadêmico-profissional de Serviço Social em Juiz de Fora de 1961 a 2016. 2018. 341f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Faculdade de Serviço Social, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2018.

TATAGIBA, Luciana. Os conselhos gestores e a democratização das políticas públicas no Brasil. *In:* DAGNINO, Evelina (org.) **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil.** São Paulo: Paz e Terra, 2002.

TEIXEIRA, Maria F. S. **Coesão no processo grupal.** 1979. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 1979.

VIDON, Leila Marcia Carneiro; FARIA, Maria Isabel de. **A importância da dinâmica do processo na emergência e formação de líderes na comunidade.** 1976. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 1976.

CAPÍTULO 9

APONTAMENTOS SOBRE AS CONTRIBUIÇÕES DO MÉTODO EM MARX PARA A APREENSÃO DA QUESTÃO ÉTNICO-RACIAL NO BRASIL

Nicole Cristina Oliveira Silva

Introdução

O conhecimento da trajetória do Serviço Social brasileiro - sobretudo a partir dos desdobramentos de seu processo de “virada” em fins da década de 1970 (Netto, 2010) - demonstra com nitidez o compromisso ético-político que esta categoria profissional vem construindo junto às lutas sociais que visam enfrentar desigualdades, violências e explorações atinentes ao modo de produção capitalista.

Na atualidade, nossa profissão encontra, coletivamente, legado de importantes embates históricos empreendidos no cenário nacional e acúmulo teórico que, associados, nos possibilitam inscrevermo-nos, de forma ativa e com direção social crítica, nas lutas democráticas caras e precisas para o povo brasileiro, cuja vida concreta é repleta, no mesmo processo, de tantos enfrentamentos e suplícios, mas também de tanta resistência, luta e historicidade.

Em uma conjunção na qual as ofensivas do capital sobre a classe trabalhadora têm sido cada vez mais irrefreáveis e vis, intervir na realidade conforme a direção social preconizada em nosso Projeto Ético-político (Abramides, 2019) ratifica a importância de conhecê-la em sua totalidade. E isto requer que estudemos constantemente, visto que “para uma profissão cujo real da vida das pessoas é tão fortemente presente, torna-se imprescindível o embasamento teórico-metodológico em matrizes do pensamento que possibilitam o

desvelamento da realidade de maneira minuciosa e sob a perspectiva de totalidade” (Silva, 2025, p. 26).

Para tal, o embasamento no campo teórico marxista e no método de análise do real que o fundamenta é, neste texto, compreendido como crucial diante de seu entendimento

como a matriz do pensamento científico que melhor permite aproximar, conhecer e interpretar a realidade sob a qual o Serviço Social intervém. Pela perspectiva teórico-metodológica marxista, podemos apreender categorias universais do modo de produção capitalista – como trabalho, mercadoria, valor, dentre outras (Marx, 2017), entender como estas se particularizam na realidade latino-americana e se expressam no Brasil, articuladas aos componentes próprios de nossa formação sócio-histórica, como a colonização e a escravidão (Moura, 2019; Nascimento, 2016). No mesmo processo, situamos o Serviço Social no bojo das relações sociais capitalistas (cf. Iamamoto; Carvalho, 2014), identificando seu significado social (Yazbek, 2009), os entraves e limites de sua intervenção, mas também - e isso nos interessa mais - as possibilidades reais de, nas condições de cada conjunção histórica, edificar um exercício profissional alinhado a princípios e valores emancipatórios, como liberdade e justiça social (CFESS, 1993) (Silva, 2025, p. 26).

Neste bojo, o Serviço Social brasileiro, hegemonicamente orientado por este campo do crítico do pensamento científico, tem se colocado para responder e se articular - no âmbito da formação, da produção do conhecimento e do exercício profissional - às demandas prementes da classe trabalhadora, objetivando participar e fortalecer um conjunto de lutas contra as formas de exploração existentes no capitalismo, destacando-se, neste escrito, a luta contra o racismo, elemento constitutivo e inerente à realidade brasileira desde sua formação sócio-histórica até os dias atuais (Moura, 2019; Nascimento, 2016).

Nossa categoria tem desempenhado papel importante na luta antirracista, sendo necessário mencionar a importância das ações de nossas entidades representativas: conjunto CFESS/CRESS, ABEPSS e ENESSO (Silva, 2025). Mas, em articulação, a produção do conhecimento e o trabalho intelectual de assistentes sociais no campo da pesquisa - compondo a dimensão investigativa da

profissão (Guerra, 2009) - também se inserem no esforço coletivo e no compromisso ético-político da profissão com projetos societários de emancipação humana que, exatamente por essa razão, não podem se furtar da luta antirracista como essencial à luta anticapitalista.

Nesta discussão, cabe ressaltar, como nos demonstra Guerra (2009), que a precisão do conhecimento está em sua imprescindibilidade para a intervenção profissional:

Considerando que o Serviço Social é uma profissão inscrita em relações sociais concretas (cf. Iamamoto; Carvalho, 2014), conhecer e intervir nas diversas expressões da “questão social” que incidem sobre o cotidiano da classe trabalhadora com direção social, constitui uma exigência central de seu projeto ético-político (Abramides, 2019). No contexto brasileiro, essa tarefa adquire contornos particulares dado que a formação social do país está profundamente marcada por processos históricos de violência e expropriações, entre os quais o racismo se destaca como elemento constitutivo (cf. Moura, 2019) (Silva, 2025).

Assim, o exercício reflexivo não apenas é indispensável para nossa profissão, como é uma exigência dos tempos para apreendermos e intervirmos em uma realidade cujas complexidades se acentuam continuamente no mundo, mas cujos contornos são particularizados em cada realidade.

Colocadas estas ponderações iniciais, o texto em voga apresenta parte das reflexões e resultados presentes na tese de minha autoria intitulada *A contribuição teórico-metodológica do marxismo para a apreensão da questão étnico-racial no Brasil: reflexões para o Serviço Social* (Silva, 2025).

Defendida em meados de 2025 no âmbito do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora – PPGSS/SS, a tese teve como objetivo geral demonstrar, a partir de uma análise bibliográfica e reflexiva, a contribuição teórico-metodológica do marxismo para apreensão da questão étnico-racial no Brasil. A pesquisa foi feita através dos recursos a estudos e leituras de autoras/es do campo marxiano e marxista, do

pensamento social latino-americano e brasileiro e do Serviço Social que contribuem para o estudo da questão étnico-racial.

As produções centrais estudadas foram selecionadas por apreenderem criticamente o modo de produção capitalista no campo do marxismo e, dentre elas, destacam-se no presente texto as de Eiras (2024), Guerra (2009, 2023), Marx (2007), Moura (2023), Nascimento (2016), Netto (2011) e Teixeira (2019).

Sem dúvida, os limites das linhas do texto em curso não permitem a apresentação integral da pesquisa desenvolvida na tese (Silva, 2025), o que requereria sua leitura completa. Apesar disso, buscou-se apresentar, com o auxílio de trechos de seu texto original, elementos que deram substância ao argumento central que a fundamentou: “a perspectiva teórico-metodológica marxista, compreendida enquanto unidade articulada e indissociável entre teoria e método (Netto, 2011), oferece contribuições indispensáveis para a análise e apreensão crítica da questão étnico-racial no Brasil, permitindo sua compreensão como constitutiva e ineliminável do capitalismo” (Silva, 2025, p. 60).

Assim, o presente texto objetiva trazer à luz, brevemente, apontamentos presentes na tese mencionada referentes ao método em Marx e à maneira como suas categorias constitutivas – totalidade, contradição e mediação – podem contribuir para a apreensão da questão étnico-racial no Brasil.

Buscando demonstrar as articulações presentes no objeto de análise, as reflexões propostas visam contribuir para o aprofundamento do debate sobre a questão étnico-racial no Serviço Social, somando-se às já existentes e necessárias pesquisas que contribuem, com as devidas mediações, para o fortalecimento da luta antirracista em nossa profissão.

O método em Marx: breves considerações

A análise profícua de Marx sobre o modo de produção capitalista permanece, até os tempos atuais, como importante nos debates no âmbito do pensamento científico, com ênfase nas

Ciências Sociais. Debates estes que envolvem tanto intelectuais que, pertencentes à tradição marxista, dão continuidade a seus estudos, quanto aqueles que a contestam e buscam analisar e apreender o real por prisma distinto da crítica da economia política.

No Serviço Social, a perspectiva marxista assume posição central na compreensão e análise da realidade, visto que oferece uma leitura do real que se propõe a apreendê-lo em sua essência, sob perspectiva de totalidade, e não via conhecimento meramente aparente. Dessa forma, os estudos de Marx fornecem fundamentos teórico-metodológicos (Guerra, 2023) que orientam a formação acadêmica de modo a incidir, de forma mediada, no exercício da profissão. Em face disso, torna-se fulcral aprofundar a compreensão dos elementos constitutivos da realidade sob a qual nosso trabalho se realiza, como a questão étnico-racial no Brasil, a partir das ferramentas analíticas proporcionadas por essa matriz de pensamento.

Conforme mencionado, Marx (2017) elucidou as categorias universais fundamentais do modo de produção capitalista, tais como mercadoria e valor. Em sua obra seminal, *O Capital*, nos três volumes que a compõem, analisou os processos de produção, circulação e reprodução ampliada do capitalismo, demonstrando o funcionamento universal desse modo de produção, tomado como objeto de investigação que mobilizou seu trabalho no curso da vida (Cf. Netto, 2011).

Fundamentados no método crítico-dialético, seus construtos teóricos apresentam perspectiva revolucionária. Isto porque, em Marx, a função da teoria não se restringe à mera constatação da realidade, mas visa, sobretudo, a criação de possibilidades para sua transformação com vistas à superação do capital (Guerra, 2023). Portanto, fazer este debate supõe que partamos do pressuposto de que “a questão do método na teoria social de Marx deve ser tomada em sua tríplice sustentação: método crítico-dialético, a teoria do valor-trabalho e a perspectiva revolucionária” (Teixeira, 2019, p. 45).

Neste texto, as breves reflexões se concentram no método crítico-dialético, com o objetivo de demonstrar as contribuições da

perspectiva teórico-metodológica marxista para a apreensão da questão étnico-racial no Brasil, conforme mencionado anteriormente.

Aprioristicamente, é preciso ratificar que, conforme aponta Netto (2011, p. 54), não se pode cindir “a indissociável conexão que existe em Marx entre elaboração teórica e formulação metodológica”. Desse modo, só se pode pensar a teoria social construída por Marx a partir da intrínseca relação que esta possui com seu método de conhecimento e apreensão do real.

Para alcançar a essência de seu objeto de investigação - o modo de produção capitalista – de maneira radicalmente crítica, Marx (2017) parte de sua aparência imediata. N’*O Capital* (Marx, 2017) começa, portanto, pela investigação da mercadoria e de seus atributos constitutivos, como valor de uso e valor de troca. Neste processo de pesquisa que parte do real, capta as mediações concretas e as contradições que o conformam e que foram necessárias para desvelar as relações subjacentes à aparência da mercadoria que, ao longo de sua obra, conduzem à compreensão da essência desse modo de produção fundamentado na teoria do valor-trabalho (cf. Marx, 2017).

Neste mote e tomando como referência as contribuições de Netto (2011), observamos que em Marx

(...) o processo de investigação do objeto parte de sua aparência, mas não se detém a ela: seu esforço está em reconstruir, idealmente, aquilo que constitui sua estrutura e dinâmica. Ou seja, o movimento que permite alcance de sua essência. Assim, dado o entendimento de que, na realidade social, aquilo que se apresenta do ponto de vista do fenômeno aparente nem sempre revela todos os aspectos constitutivos de sua essência (Guerra, 2009), torna-se premente a necessidade de caminhos que possibilitem o acesso à esta essencialidade. Mas, como alcançá-la de fato? Pelo método que aciona a razão crítico-dialética (Guerra, 2009) para apreender o real, ou seja, o método crítico-dialético.

(...) partindo da aparência e objetivando alcançar a essência do objeto, o pesquisador, por meio da razão crítico-dialética (Guerra,

2009), pode percorrer um caminho de pesquisa que, ao alcançar a estrutura do objeto, propicie a elaboração teórica. Tal movimento requisita a mobilização de procedimentos de análise para produção de síntese de modo que o pesquisador consiga reproduzir o conhecimento do real no plano ideal (Netto, 2011).

É neste sentido que se reafirma a conexão indissociável existente entre elaboração teórica e formulação metodológica em Marx (Netto, 2011), visto que não é possível alcançar a essência do objeto sem o percurso metodológico preciso para transpor sua aparência (Silva, 2025, p. 81-82).

Com base no exposto e segundo Teixeira (2019, p. 48), podemos afirmar que o método marxista “é um caminho que permite ao sujeito, por meio da razão, da consciência, captar a materialidade do real”. Contudo, para que isto seja factível, é necessário o acionamento de um conjunto de categorias concretas e históricas, ou seja, existentes na realidade. Isto porque não extraímos do marxismo normas, regras, orientações que se “aplicam” a um objeto, mas sim a lógica metodológica que possibilita que o apreendamos no real.

Isso quer dizer que Marx não nos apresentou o que “pensava” sobre o capital, a partir de um sistema de categorias previamente elaboradas e ordenadas conforme operações intelectivas: ele (nos) descobriu a estrutura e a dinâmica reais do capital: não lhe “atribuiu” ou “imputou” uma lógica: extraiu da efetividade do movimento do capital a sua (própria, imanente) lógica - numa palavra, deu-nos a teoria do capital: a reprodução ideal de seu movimento real (Netto, 2011, p. 52-53).

Diante do exposto, depreende-se que a relevância central de compreender a obra de Marx reside na apropriação de seu método. Este, por sua vez, não deve ser tomado como um conjunto de etapas a serem rigidamente seguidas por quem investiga. Mas, sim, como uma forma de conhecimento que permite capturar a essência do real pelo ideal, pela razão crítico-dialética (Guerra, 2023) e, neste

processo, chegar a elaborações teóricas (Netto, 2011) explicativas da realidade. Assim, reitera-se o entendimento desta perspectiva teórico-metodológica como aquela que alcança a totalidade do real, permitindo, no mesmo processo, a captura de suas determinações, seu movimento, suas mediações e suas contradições.

Frente às reflexões colocadas, o campo do pensamento marxista é elementar para o Serviço Social, profissão que, como mencionado anteriormente, tem no real as bases concretas para sua intervenção. Dessa maneira, conhecer este real é imprescindível para nossa categoria. Não obstante, conhecê-lo sob perspectiva de totalidade implica em conhecer, também, a forma particular como o modo de produção capitalista se desenvolve e se expressa em cada realidade.

No que se refere à realidade brasileira, um elemento central para a compreensão deste país diz respeito à apreensão da questão étnico-racial como constitutiva, inerente e inseparável de nossa formação sócio-histórica – como bem demonstram nossos intelectuais negros e negras¹ -, sendo central, ainda, na conformação do capitalismo neste país até os dias atuais. É neste sentido que é preciso avançar no debate que relaciona método crítico-dialético e questão étnico-racial, o que nos conduz ao momento seguinte das reflexões aqui propostas.

Totalidade, contradição e mediação: as categorias do método em Marx e suas relações com o debate da questão étnico-racial

Neste texto, as categorias centrais do método marxiano - totalidade, contradição e mediação - têm sido empregadas nos apontamentos até aqui apresentados. Portanto, após a exposição

¹ Aqui, cabe mencionar as contribuições de intelectuais como Clóvis Moura, Abdias Nascimento, Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro, Milton Santos, Beatriz Nascimento, Conceição Evaristo, Luiz Gama, dentre tantos outros cuja leitura, conhecimento e apropriação são indispensáveis para qualquer pessoa que, tendo compromisso com um projeto societário antirracista, deseje conhecer a realidade concreta deste país.

das bases fundamentais do método crítico-dialético, concebido como um modo de conhecimento que, por meio da razão crítico-dialética (Guerra, 2009), permite a transposição da aparência à essência do real, propõe-se agora examinar como suas categorias constitutivas contribuem para a compreensão da questão étnico-racial no Brasil. Iniciemos, assim, pela categoria da totalidade:

Para Marx, a sociedade burguesa é uma totalidade concreta. Não é um “todo” constituído por “partes” funcionalmente integradas. Antes, é uma totalidade concreta inclusiva e macroscópica, de máxima complexidade, constituída por totalidades de menor complexidade. Nenhuma destas totalidades é “simples” – o que as distingue é o seu grau de complexidade (Netto, 2011, p. 56).

Em Marx, não é o “somatório” das “partes” do real que compõe a totalidade concreta da sociedade burguesa (Netto, 2011; Eiras, 2024), mas sim a articulação de totalidades que, em processo (Guerra, 2011), conformam a totalidade concreta deste modo de produção. Nesse sentido, importa a compreensão de que “toda totalidade é complexa, mas que existem totalidades mais determinantes do que outras” (Silva, 2025, p. 89) e o que as diferencia é

(...) a legalidade que as rege: as tendências operantes numa totalidade lhe são peculiares e não podem ser trasladadas diretamente a outras totalidades. Se assim fosse, a totalidade que é a sociedade burguesa seria uma totalidade amorfa - o seu estudo nos revela que se trata de uma totalidade estruturada e articulada. Cabe à análise de cada um dos complexos constitutivos das totalidades esclarecer as tendências que operam especificamente em cada uma delas (Netto, 2011, p. 54-55).

Assim, trata-se de entender que existem especificidades que conferem particularidades às totalidades que se articulam e compõem, em relação, a totalidade concreta que é o modo de

produção capitalista (Eiras, 2024). Neste sentido, o que conforma uma totalidade não pode ser transposto de maneira imediata para caracterizar outra (Silva, 2025). Fosse desse modo e a sociedade burguesa seria, como aponta Netto (2001), uma totalidade amorfa, cujas formas não poderiam ser nem determinadas e nem diferenciadas.

Do contrário, porém, ela é uma totalidade estruturada, articulada de maneira tal que é necessário que aqueles que se colocam na tarefa de investigá-la analisem e captem a complexidade e os nexos que conformam cada totalidade em processo (Guerra, 2009) e elucidem, ainda, quais determinações operam de modo particular em cada uma delas.

Logo, compreende-se que é preciso entender como a totalidade concreta que conforma a sociedade burguesa

(...) expressa sua dimensão universal de modo particular em cada realidade, ou seja, como esta totalidade concreta de grande complexidade (Netto, 2011) é constituída por totalidades de complexidades diferentes não como soma de “partes” que formam o “todo” (Netto, 2011), mas como totalidades em processo (Guerra, 2009) cujas particularidades devem ser apreendidas pela pesquisa da realidade. (Silva, 2025, p. 90).

Neste ínterim, a análise de Guerra (2009) é elementar ao explicitar que

Ao ser apreendida como processo de totalização e interpretada numa perspectiva de totalidade, a realidade é concebida de maneira mais abrangente: como totalidade em permanente processo de totalização. As partes que a compõem devem ser analisadas também como totalidades em processo, de modo que elas não possam ser explicadas por si mesmas, mas em relação, através de seus nexos com outras partes (Guerra, 2009, p. 9).

Tal apreensão coloca a necessidade de conhecer os processos de decomposição e recomposição da realidade no sentido de

entender, como coloca Guerra (2009), as totalidades de menor complexidade que conformam a totalidade concreta da sociedade burguesa (Eiras, 2024) e, no mesmo processo, apreender como estas totalidades parciais se articulam, com mediações, a essa totalidade ampla (Silva, 2025).

Assim, no que se refere à questão étnico-racial, mote deste texto

(...) se trata de compreendê-la tanto como uma totalidade pertencente e articulada à totalidade concreta do modo de produção capitalista (Eiras, 2024), mas também e no mesmo movimento, como uma totalidade que confere especificidades ao próprio capitalismo em cada realidade particular. Em outras palavras, trata-se do entendimento de que a questão étnico-racial é parte constitutiva do capitalismo, mas também lhe atribui particularidades que conformam sua configuração em cada realidade. Assim, são totalidades em processo (Guerra, 2009).

Portanto, afirma Guerra (2009, p. 11) que “em toda realidade social, manifestam-se características de âmbito universal, particular e singular. Totalidade indica, pois, que as três dimensões que compõem uma realidade, universal, particular e singular, são partes constitutivas de um mesmo objeto, são sempre articuladas entre si, se autoimplicam e se autoexplicam, e a interpretação do objeto (instituição) tem em vista captá-las. (...) A ciência visa à descoberta do universal que tem que ser concebido como a universalidade de singulares (uma totalidade complexa composta de totalidades parciais: singulares), e como tal, sua manifestação é sempre um particular”.

É nessa direção que importa compreender como as dimensões que compõem o real se expressam na totalidade que é a questão étnico-racial no Brasil, ou seja, como a universalidade do capitalismo se manifesta de modo particular na realidade brasileira e, da mesma maneira, como esta particularidade nacional, que é também uma totalidade, é constitutiva da dimensão universal da totalidade concreta deste modo de produção (Silva, 2025, p. 90-91).

Se compreendemos que as categorias constitutivas do método em Marx precisam ser entendidas de modo articulado, é central demonstrar como a categoria da totalidade se articula com a categoria da contradição. Novamente, recorreremos à contribuição de Netto (2011) que estabelece tal relação da seguinte maneira:

(...) a totalidade concreta e articulada que é a sociedade burguesa é uma totalidade dinâmica - seu movimento resulta do caráter contraditório de todas as totalidades que compõem a totalidade inclusiva e macroscópica. Sem as contradições, as totalidades seriam totalidades inertes, mortas – e o que a análise registra é precisamente a sua contínua transformação (Netto, 2011, p.57).

Com base na acepção de Netto (2011), podemos perceber que a sociedade burguesa é uma totalidade concreta, mas cujo movimento é conferido pela dinâmica contraditória das totalidades que a compõem. Sem estas, ou seja, sem as contradições, as totalidades permaneceriam estáticas e o que a realidade evidencia é exatamente o contrário (Netto, 2011): registram-se, no curso da história, processos contínuos de transformações sociais mobilizados pelas contradições do real.

Em seus escritos, Marx e Engels (2017) demonstraram que a história das sociedades é a história da luta de classes. Assim, o movimento do real ocorre pelas contradições relacionadas aos interesses das classes antagônicas que se defrontam em cada conjunção histórica e em cada realidade particular.

No contexto do debate sobre a questão étnico-racial no Brasil, a categoria da contradição se revela fundamental para compreender não só a produção do racismo, mas também as lutas antirracistas que historicamente confrontam essa forma de exploração. Lutas estas que, desde os quilombos (Moura, 2023), manifestam as contradições inerentes à exploração do trabalho fundamentada no racismo que prevaleceu no Brasil pelos quase quatro séculos em que a escravidão perdurou e que, na atualidade,

persiste no capitalismo nacional de forma central e violenta para o povo negro.

Logo, o mesmo processo que produziu as violências raciais produziu - e continua a produzir -, em seu contraponto, contradições que engendram lutas capazes de tensionar a realidade. É nesse sentido que a categoria da contradição, constitutiva do método crítico-dialético, pode contribuir para a apreensão da questão étnico-racial no Brasil: possibilitando a apreensão do dinamismo contraditório que relaciona, no mesmo processo, racismo e antirracismo.

Por fim, outra questão elementar, segundo Netto (2011, p. 57), “reside em descobrir as relações entre os processos ocorrentes nas totalidades constitutivas tomadas na sua diversidade e entre elas e a totalidade inclusiva que é a sociedade burguesa”. Se trata, neste esteio, da categoria teórico-metodológica da mediação (Silva, 2025, p. 92).

Aqui, a centralidade está em entender que as especificidades existentes tanto na particularidade de cada totalidade, quanto nas relações que estas possuem com a sociedade burguesa enquanto uma totalidade concreta (Netto, 2011; Eiras, 2024), não se estabelecem de forma direta, mas sim mediada.

Sem as mediações, “a sociedade burguesa seria uma totalidade indiferenciada” (Netto, 2011, p. 57-58).

Segundo Teixeira (2019, p. 56), “como categoria reflexiva, a mediação permite apreender os nexos causais de uma totalidade social. Como salientamos, a totalidade compõe a análise da dimensão dialética da realidade, ou seja, uma totalidade complexa de maior grau de complexidade relaciona-se com totalidades menos complexas. Encharcada pela negatividade, pois esta tensiona e coloca em movimento essas totalidades. O papel da mediação como categoria reflexiva está em apreender esse movimento por meio de particularidades, do movimento que expressa a relação singular e universal”

Assim, a mediação é a categoria que permite apreender os nexos entre as dimensões constitutivas das totalidades. Capturando as mediações do real, podemos compreender como a universalidade se particulariza em cada realidade das totalidades em processo (Guerra, 2009). Totalidades estas que, como coloca Teixeira (2019), são permeadas por negatividade, ou seja, por contradições. (Silva, 2025, p. 93).

Com base nestes apontamentos, é a categoria da mediação que possibilita a captura dos nexos explicativos de como a relação entre a totalidade que é a questão étnico-racial e a totalidade concreta do modo de produção capitalista têm expressões particulares em nossa realidade nacional. Expressões estas fundamentadas pelas características específicas do nosso processo de formação sócio-histórica, como a colonização e a escravidão.

Estes breves apontamentos elucidam como a apreensão das categorias do método em Marx, ao serem acionadas do ponto de vista intelectual e reflexivo, contribui para compreendermos que as totalidades constitutivas do real não são inertes, mas sim permeadas de contradições que lhes imputam movimento dinâmico e que requisitam a captura de suas mediações concretas para apreensão da realidade.

Ao acionar a formulação teórico-metodológica marxista para apreensão da questão étnico-racial no Brasil, torna-se possível compreendê-la como uma totalidade integrante do modo de produção capitalista, caracterizada por contradições, como as lutas antirracistas. A compreensão aprofundada desta totalidade, a questão étnico-racial, exige a consideração e a apreensão das mediações que a conformam, o que pressupõe o conhecimento das particularidades do processo de formação sócio-histórica brasileira, incluindo as já mencionadas colonização e a escravidão.

Frente aos breves apontamentos até aqui colocados, o que se depreende é que a perspectiva teórico-metodológica marxista, compreendida enquanto uma unidade indissociável entre teoria e método (Netto, 2011), oferece contribuições fundamentais para a

análise e apreensão crítica da questão étnico-racial no Brasil, permitindo sua compreensão como constitutiva e indissociável do capitalismo (Silva, 2025). E, para tal, é necessário conhecer e acionar as categorias que constituem seu método de análise do real - totalidade, contradição e mediação – como buscou-se demonstrar, ainda que de modo breve, no presente texto.

Considerações finais

As linhas que conformam este texto, como pontuado anteriormente, trouxeram apontamentos breves diante da integralidade das reflexões presentes na tese que os fundamentaram. Ainda assim, houve o esforço de exprimir parte das reflexões realizadas para demonstrar a contribuição do método em Marx para a apreensão da questão étnico-racial no Brasil.

Logo, foi partir do método crítico-dialético e do acionamento de suas categorias constitutivas – totalidade, contradição e mediação - que foi possível, na tese original, redigir uma concepção de questão étnico-racial que ora reproduzo neste texto.

Trata-se de compreendê-la como totalidade em processo (Guerra, 2009) e constitutiva da totalidade concreta do capitalismo (Eiras, 2024) em sua dimensão de universalidade, com expressões particulares em cada realidade (no que toca este estudo, a realidade brasileira), composta por uma dupla dimensão: a do racismo e a do antirracismo. (Silva, 2025, p. 40).

Assim, ao fim do processo de investigação, concluiu-se que a perspectiva teórico-metodológica marxista contribui para a apreensão da questão étnico-racial no Brasil conforme elucidado na seguinte síntese:

Por seu método indissociável de sua formulação teórica (Netto, 2011), o marxismo possibilita, pela pesquisa, transpor a aparência e apreender a essência do real em seus movimentos constitutivos e articulados. Assim, no que concerne o objeto de análise desta tese, tal

perspectiva teórico-metodológica contribui para que possamos: compreender os nexos que articulam a questão étnico-racial, enquanto totalidade, à totalidade concreta da sociedade burguesa e de seu modo de produção capitalista (Netto, 2011; Eiras, 2024); conhecer sua dimensão racista, mas também apreender as contradições que engendram, no mesmo processo, sua dimensão antirracista; entender como as lutas sociais negras movimentam a realidade (Moura, 2019) e, também, captar as mediações que demonstram como a universalidade do capitalismo se expressa em nossa realidade de modo particular tanto em nossa formação sócio-histórica quanto na atualidade, cujas especificidades podem ser conhecidas com as contribuições do pensamento social latino-americano e brasileiro (...). Neste esteio, o aprofundamento destas leituras também se coloca como fundamental para fortalecimento do debate em nossa categoria profissional. (Silva, 2025, p. 132).

Ao fim dos apontamentos aqui colocados, cabe ratificar que a importância do aprofundamento teórico-metodológico dos debates caros à nossa categoria, como a questão étnico-racial no Brasil, não é mero embate de ideias. Em uma conjunção, como aponta Souza (2021), na qual o extermínio da juventude negra e indígena é aprofundado, há um campo de disputas “que se acirra também no controle ideológico e na mistificação dos fundamentos da miséria que se espalha sob a sociabilidade ao capital” (Souza, 2021, p.5).

Neste cenário, a questão central que subjaz consiste na seguinte reflexão: qual a importância dos teóricos-metodológicos marxistas neste debate? Novamente, trazemos a contribuição de Souza (2021, p. 7).

O mais relevante é compreendermos que a batalha das ideias em torno dos debates acerca do racismo além de epistemologias ou meras narrativas, são disputas políticas por projetos societários. Assim, é preciso atenção à reprodução mecânica das ideias importadas, dos jargões da moda, assim como é urgente, ao campo crítico, ultrapassar a superficialidade da crítica aos “identitarismos” e reconhecer as contradições que atravessam a questão. A disputa em torno do direcionamento do debate sobre raça, assim como do

debate de sexualidade, gênero, etc., é parte da mudança do paradigma imperialista, desde as últimas décadas do século XX, para o qual a dominação cultural torna-se cada vez mais essencial.

Corresponde a tal mudança, a construção ideológica comandada pelas classes dominantes - por meios das suas instituições financiadoras de produção e difusão ideopolíticas, empreendidos pela cooptação dos movimentos de contestação à ordem burguesa - e pelas academias imperialistas - em particular norte-americanas - que esvaziam a capacidade de crítica radical ao capitalismo, ao passo que apresentam “novas” pseudo-teorias de luta pela igualdade (individualista), para as quais o inimigo das/dos oprimidas/os (não se fala em trabalhadoras/es) é o comunismo marxista, e não o imperialismo capitalista e sua pilhagem e destruição do mundo.

Isto posto, finalizo o presente texto enfatizando que a centralidade do aprofundamento dos debates teóricos no campo da teoria social crítica é essencial para que possamos contribuir com a análise e, principalmente, intervenção no real (Guerra, 2023) na direção do projeto societário emancipador ao qual nosso Projeto Ético-político profissional se vincula e na contramão do projeto mistificador do capital, que continuamente, adensa a exploração do povo negro. Nesta finalidade,

O marxismo, enquanto perspectiva teórico-metodológica que, pela razão crítico-dialética (Guerra, 2009), alcança o desvelamento da sociedade burguesa, de seu modo de produção capitalista e das relações que se desdobram a partir dele, oferece, através de seu método, uma abordagem robusta, precisa e necessária para analisar diversas estruturas de exploração, incluindo aquelas baseadas no racismo.

A obra de Marx não trata especificamente da questão étnico-racial e seria infrutífero tentar extrair qualquer elaboração específica a esse respeito, posto que seu objeto de análise é bem determinado: a sociedade burguesa (Netto, 2011). Contudo, (...) a perspectiva teórico-metodológica marxista, compreendida enquanto unidade articulada entre teoria e método (Netto, 2011), oferece contribuições indispensáveis para a análise e apreensão crítica da questão étnico-

racial no Brasil, permitindo sua compreensão como constitutiva e indissociável do capitalismo. Logo, não se trata da tentativa de extrair do marxismo uma teorização sobre a questão étnico-racial, mas sim de considerá-lo como imprescindível para sua análise e interpretação. (Silva, 2025, p. 101-102).

Nesta direção, o recurso à perspectiva teórico-metodológica marxista para apreender a questão étnico-racial no Brasil, dada sua indissociabilidade entre teoria e método (Netto, 2011), amplia o debate. Assim, ir a Marx, cujas formulações têm intuito transformador, nos qualifica para interpretar e, sobretudo, para agir no real. Dessa maneira, para nossa profissão é imperativo, urgente e necessário que aprofundemos os debates que nos são elementares orientados por esta teoria social e por seu método de apreensão do real. Portanto, se almejamos, no horizonte, a superação do racismo e do capitalismo no mesmo processo (Gonçalves, 2018), precisamos, no presente, adensar e contribuir com a luta antirracista também no plano da produção do conhecimento e, para tal, a contribuição teórico-metodológica do marxismo é essencial.

Referências

ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa. **O projeto ético-político do serviço social brasileiro: ruptura com o conservadorismo**. São Paulo: Cortez, 2019.

EIRAS, Alexandra Aparecida Leite Toffanetto Seabra. Totalidade concreta, capitalismo e serviço social. **Libertas**, Juiz de Fora, v. 24, n. 1, p. 187-211, jan./jun., 2024. Disponível em: <<https://periodicos.ufjf.br/index.php/libertas/article/view/44257/27585>>. Acesso em: 06 fev. 2026.

GUERRA, Yolanda. A dimensão investigativa no exercício profissional. *In*: CFESS/ABEPSS (org.). **Serviço social: Direitos sociais e competências profissionais**, Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

GUERRA, Yolanda. A dimensão teórico-metodológica no trabalho de assistentes sociais. *In*: CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL DE MINAS GERAIS – CRESS-MG (Org.). **A dimensão técnica-operativa no trabalho de assistentes sociais**. Belo Horizonte: CRESS-MG, 2023.

GONÇALVES, Renata. Quando a questão racial é o nó da questão social. *Katálysis*, Florianópolis, v. 21, n. 3, p. 514-522, set./dez., 2018. Disponível em: <[https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/1982-](https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/1982-02592018v21n3p514/37966)

02592018v21n3p514/37966>. Acesso em: 28 fev. 2026.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do partido comunista**. 3ª ed. São Paulo: Sundermann, 2017.

MARX, Karl. **O capital**. crítica da economia política. Livro I: o processo de produção do capital. 2ª ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

MOURA, Clovis. **Brasil**: as raízes do protesto negro. São Paulo: Editora Dandara, 2023.

MOURA, Clovis. **Sociologia do negro brasileiro**. 2ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2019.

NASCIMENTO, Abdias do. **O genocídio do negro brasileiro**. Processo de um racismo mascarado. 3ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2016.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e serviço social**. uma análise do serviço social no Brasil nos pós 64. São Paulo: Cortez, 2010.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

SILVA, Nicole Cristina Oliveira. **A contribuição teórico-metodológica do marxismo para a apreensão da questão étnico-racial no Brasil**: reflexões para o serviço social. 2025. 145f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2025. Disponível em: <<https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/19222>>. Acesso em: 22 fev. 2026.

SOUZA, Cristiane Luiza Sabino de. Marx e o estudo da questão racial: elementos para uma análise desde a América Latina. **Revista Fim do Mundo**, Marília, n. 4, jan.–abr., 2021.

TEIXEIRA, Rodrigo José. **Fundamentos do serviço social**: uma análise a partir da unidade dos Núcleos de Fundamentação das Diretrizes Curriculares da ABEPSS. 2019. 331f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

CAPÍTULO 10

SERVIÇO SOCIAL E SAÚDE ANIMAL: CONTRIBUIÇÕES PARA A ÁREA DA SAÚDE

Luzia Amélia Ferreira

Introdução

Este capítulo resulta de um amplo estudo e da sistematização dos questionamentos surgidos ao longo da trajetória de exercício profissional da autora, principalmente a partir da inserção no campo da saúde animal. Sendo assim, compreender a relação entre Serviço Social e saúde animal tornou-se o tema central que norteou os estudos que compõem este texto.

A tese apresentou um estudo exploratório e inédito no Serviço Social, que proporcionou contribuições singulares ao debate sobre a ampliação da inserção profissional do assistente social na saúde animal. Os dados indicaram que o hospital veterinário universitário se constitui como um novo espaço sócio-ocupacional para o Serviço Social, com tendência ao crescimento na atualidade. O estudo possibilitou o aprofundamento acadêmico-científico e, conseqüentemente, a compreensão sobre as interfaces que são estabelecidas entre a saúde, a saúde única/saúde animal e o Serviço Social na contemporaneidade.

Entende-se que a inserção do Serviço Social na área da saúde possui um legado e um acúmulo de produções e sua relação com o campo da saúde é bem demarcada inclusive pelo seu reconhecimento como uma das profissões que compõem a área. Contudo, na área de Serviço Social, o campo da “saúde animal” é uma vertente que carece de conhecimento e produção, configurando-se como demanda de estudo da relação entre saúde humana/saúde animal, dentro da concepção ampliada de saúde (e

seus determinantes histórico-sociais) e, também, das possibilidades de inserção sócio-ocupacional e atuação para a(o) assistente social.

O tema saúde animal e saúde única, foram tratados na tese a partir de uma pesquisa inédita na área de Serviço Social, tendo como fundamento metodológico a análise crítica sobre sua gênese e inserção na dinâmica das relações sociais capitalistas. Por sua vez, a análise da inserção do Serviço Social em hospitais veterinários abrangeu a totalidade das experiências realizadas até 2024, no Brasil, contribuindo para um registro histórico dessa inserção e atuação. Além disso, a tese contribui para compartilhar e refletir sobre as ações do Serviço Social em hospitais veterinários, indicando potencialidades ainda não exploradas, e caminhos operacionais para responder às requisições institucionais e às demandas trazidas pelos tutores tendo em consideração o seu perfil e necessidade de acesso aos serviços.

Serviço social e saúde – para uma compreensão crítica acerca da aproximação com a saúde única/saúde animal

A saúde é um tema que tem destaque e que perpassa o ambiente de estudos de diferentes profissões. No Serviço Social este tema possui significativo acúmulo no debate interno da profissão, tanto por sua inserção na área, desde as protoformas da profissão, e na atualidade, tem muita visibilidade pela produção vinculada aos Programas de Residência Multiprofissionais na área da saúde, que incorpora o assistente social.

Além dos artigos elaborados pela autora e assistentes sociais inseridas em Hospitais Veterinários (Lima; Ferreira, 2019) constatou-se que na produção bibliográfica do Serviço Social – artigos, dissertações e teses – este tema ainda não aparece.

Assim, ao iniciar este percurso de investigação, a principal dúvida era como nos apropriarmos, compreendendo a temática da saúde única que dá suporte às ações na área de saúde animal, estabelecendo um diálogo com o Serviço Social, visibilizando a

inserção da profissão nesta área, que possui potencial para expansão.

Deste modo, a pesquisa de tese realizada por Ferreira (2024), sob orientação de Alexandra Aparecida Leite Toffanetto Seabra Eiras, na FSS/UFJF¹, permitiu explorar este campo temático, sobretudo na relação entre saúde única/saúde animal, para o entendimento da inserção profissional do assistente social em Hospitais Veterinários Universitários.

Na tese vários conteúdos foram desenvolvidos, dentre eles, destacamos: a historicidade do campo “saúde” e sua complexidade na particularidade das relações sociais capitalistas; a relação entre o Serviço Social e o conceito ampliado de saúde, na particularidade da realidade brasileira, sobretudo na aproximação ao projeto de Reforma Sanitária, nos anos 1970 e 1980; a aproximação com o conceito de saúde única e às instituições, grupos e sujeitos que dialogam com este tema.

Neste sentido, analisou-se parte da produção acadêmica sobre saúde única (no período de 2017 a 2021) em diferentes áreas (medicina veterinária, ciência animal, biotecnologia, saúde animal, epidemiologia e doenças tropicais) e no “calor” dos debates sobre a pandemia de Covid 19, também exploramos os artigos a esse respeito, sobretudo na produção do Serviço Social, visando identificar se nela estaria presente alguma remissão ao conceito de saúde única.

Apropriou-se das reflexões sobre a formação profissional do Serviço Social, no âmbito das residências na área de saúde e nela identificamos elementos que remetiam à saúde animal, ainda que de modo pontual e indicativo.

Tratando-se, ainda, da inserção do assistente social na saúde animal a partir dos hospitais veterinários universitários; das problematizações acerca das demandas e repostas profissionais; para traçar o panorama da inserção do Serviço Social nesta área e

¹ A tese foi indicada e selecionada pelo colegiado do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFJF ao Prêmio CAPES de Tese de 2025.

apresentar o exercício profissional na saúde animal, tecendo-se considerações e contribuições específicas sobre a profissão, como também para a área da saúde em geral.

A produção de conhecimento teórico em Serviço Social na área da saúde possibilita reflexões que fortalecem a formação e o trabalho profissional, impactando também em outras áreas de inserção profissional. A possibilidade de desenvolvimento desta temática representou a ampliação dos conhecimentos na área do Serviço Social e da saúde, despertou um repensar sobre o exercício profissional do assistente social na saúde animal e ofereceu reflexões e problematizações que poderão estimular outros estudos e aprofundamentos futuros.

Durante a pesquisa para a tese, Ferreira (2024) identificou um conjunto de publicações (artigos e teses), em diferentes áreas de produção acadêmica, a respeito do conceito de saúde única. Identificou-se uma capilaridade deste tema e que a definição de saúde única frequentemente é resumida em poucos termos: “os animais e os seres humanos compartilham seus ambientes (como ecossistema, solo, clima) e estes são afetados pelo interesse socioeconômico dos seres humanos (como produção de alimentos, comércio, turismo) e sofrem pressões externas (como urbanização, migração, demografia)” (Schneider; Oliveira, 2020, p. 89).

No conteúdo dos artigos dessas áreas as três temáticas centrais identificadas foram a pandemia de Covid 19, a educação e promoção em saúde (considerando a perspectiva da saúde única), a epidemiologia e controle de zoonoses (Ferreira, 2024).

Em nossa compreensão, pensamos que há uma condição de interação simultânea (seres humanos, animais, meio ambiente) na particularidade das relações sociais capitalistas, configurando-se em uma totalidade que possui uma dimensão global/planetária, onde o “meio ambiente” constituído por relações históricas de transformação no intercâmbio entre seres humanos/natureza, constitui o espaço das trocas nesse modo de produção/reprodução social, de trânsito de pessoas e intercomunicação, intensificando-

se, inclusive, as possibilidades de contágio e transmissão de doenças entre humanos e animais e a emergência de pandemias.

Já no debate/produção acadêmica e nos fóruns da profissão identificamos um desconhecimento sobre a área de saúde única/saúde animal, o que nos coloca o desafio de explicitar essa nova possibilidade de atuação profissional no âmbito da saúde.

Deste modo, a aproximação com o conceito de saúde única e a experiência da autora no Hospital Veterinário Universitário da Escola de Veterinária da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG colocou a questão sobre qual a “novidade” ou relevância deste conceito e sua contribuição para a área de saúde de um modo geral, e para o debate específico do Serviço Social na área da saúde.

Nos artigos e materiais específicos do Serviço Social os conteúdos que mais se aproximaram a essa reflexão foram àqueles relacionados com o debate sobre a pandemia da Covid 19, mas estes evidenciaram a ausência de menção ou interrelação com a saúde única. Isto porque na análise dos artigos percebeu-se que as temáticas são muito diversas e representam a pluralidade dos espaços sócio-ocupacionais em que o assistente social está inserido, como também o compromisso em responder às demandas emergenciais que estão sendo postas (Ferreira, 2024).

No que se refere à produção científica, as informações encontradas demonstraram a necessidade de construção de uma discussão crítica sobre a relação entre Serviço Social e saúde única, o que proporcionará uma reflexão que contribua para o entendimento desta e para a definição de caminhos e possibilidades aos profissionais e alunos que tenham interesse pela área em destaque.

Neste sentido, cumpre destacar que nas elaborações teóricas sobre o conceito ampliado de saúde já se indicava a relação entre preservação ambiental e manutenção da saúde em consonância com as questões relacionadas à saúde animal.

No campo de produção e debates na área da saúde engloba-se a perspectiva do conceito de saúde única, ao considerar as conexões e inter-relações presentes entre a saúde humana, animal e

ambiental na sociedade capitalista. No entanto, na área de Serviço Social, no campo da saúde, não há uma explicitação ou referência à saúde animal, e não aparece a análise sobre a inserção do Serviço Social neste espaço sócio-ocupacional, em sua particularidade.

Deste modo, Ferreira (2024) indicou a aproximação entre a produção/debate na área de saúde e a saúde única/saúde animal, apontando como esta relação se efetiva a partir do conceito ampliado de saúde e de outras possibilidades/necessidades de construção conjunta entre áreas.

Por sua vez, conforme observado por diferentes estudiosos², há uma vasta literatura científica e expressiva produção técnica, em diferentes áreas, enfocando a saúde única. “No entanto, embora as bibliotecas estejam cheias de livros e reflexões sobre conceitos a ele relacionados, nota-se a gritante falta de políticas, programas e ações concretas, principalmente nos países de baixa renda” (Ventura *et al.*, 2024, p. 05). Tais apontamentos evidenciam a ausência de políticas públicas específicas, de ações concretas e a desarticulação entre os ministérios governamentais no que se refere ao enfoque saúde única/saúde animal.

Para Ferreira (2024) ficou evidente a ausência de política pública adequada à saúde animal face à identificação e apreensão das demandas e limitações de acesso aos serviços pelos “tutores” /usuários.

Serviço social em hospitais veterinários universitários

A inserção do assistente social na área da saúde não é algo novo na profissão, ao contrário, o Serviço Social tem uma longa trajetória de contribuição nesta área, que remonta ao século XX. Atualmente são muitos os espaços sócio-ocupacionais que a profissão ocupa na área da saúde, desde à implementação do SUS

² Aqui nos referimos ao grupo de especialistas que compõem o GT Acordo sobre pandemias e reforma do RSI, coordenado pela USP e FIOCRUZ, conforme informações da Nota Técnica n. 4, de 26 de julho de 2024.

e da possibilidade de intervenção interdisciplinar e intersetorial. Então, qual a novidade da inserção do assistente social na área de saúde animal? É o que pretendemos evidenciar neste item, a partir da referência de inserção do Serviço Social em Hospitais Veterinários Universitários³.

O Hospital Veterinário Universitário é considerado um órgão de assistência médica veterinária hospitalar que tem como objetivo principal o ensino, a pesquisa e o desenvolvimento da extensão da medicina veterinária. Possuem uma equipe técnica multidisciplinar que favorece o processo ensino-aprendizagem através da prestação de serviços à sociedade em geral.

Em 2024 identificamos 42 Hospitais Veterinários Universitários de Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) que pertenciam ao Fórum Nacional dos Dirigentes de Hospitais Veterinários Universitários (FORDHOV)⁴, representação ligada a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES). Este quantitativo de hospitais veterinários (HVs) corresponde a 71% do total de instituições federais que possuem o curso de medicina veterinária no Brasil, o que representa um número expressivo de estabelecimentos de atendimento em saúde animal que compõem o Fórum em comparação ao total identificado (59).

Importa considerar que mesmo com um quantitativo significativo de HVs, o Serviço Social está presente em apenas 04 deles, sendo 03 em HVs de IFES e 01 em uma universidade estadual. Como somente os HVs de IFES pertencem ao FORDHOV, o Hospital Veterinário da Universidade Estadual Paulista – HV/UNESP – Campus Botucatu, não faz parte do Fórum. Sendo assim, considerou-se que a presença de assistentes sociais em HVs de IFES

³ Este item reproduz parte da tese de doutorado elaborada por Ferreira (2024)

⁴ O Fórum Nacional dos Dirigentes de Hospitais Veterinários Universitários das Instituições Federais de Ensino Superior (FORDHOV), criado em 2004 é um órgão de assessoramento da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES), que discute as questões relacionadas aos Hospitais Veterinários das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES).

corresponde a apenas 7,14%, do total de hospitais veterinários vinculados ao FORDHOV.

Pode-se afirmar que o Serviço Social em Hospitais Veterinários Universitários não é tão recente quanto se pensava até o início deste estudo. Embora ainda sejam poucas as experiências conhecidas e relatadas, conforme documentação da UNESP o primeiro registro data do ano de 1978.

Na pesquisa bibliográfica verificou-se que o primeiro relato ocorreu no Hospital Veterinário Universitário da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), no Campus de Botucatu, em 23 de outubro de 1978, ou seja, até o momento da pesquisa havia 46 anos que o Serviço Social estava presente naquela instituição, como campo profissional do assistente social em hospital veterinário universitário.

Ainda, em relação ao surgimento das experiências do Serviço Social nos HV's temos o Hospital Veterinário da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB, em Cruz das Almas - BA que iniciou suas atividades no ano de 2015, seguido do Hospital Veterinário da UFMG, em Belo Horizonte – MG no ano de 2018 e o Hospital Veterinário da Universidade Federal da Bahia - UFBA, em Salvador- BA, no ano de 2021.

Ficou demonstrado que há um grande número de estabelecimentos universitários que oferecem o serviço em saúde animal. Mas, porque apenas em 04 HV's o assistente social está presente e na maioria não? Foi uma das perguntas que norteou este estudo. Sobre tal questão, foi indagado à coordenação nacional do Fórum, à época (2024), se havia algum direcionamento institucional para que o assistente social fosse solicitado para compor o quadro técnico dos HV's. A resposta foi negativa e a informação era que a decisão parte da gestão de cada HV que tem a autonomia para solicitar os perfis profissionais necessários à sua realidade institucional. Tal resposta confirmou a percepção que se tinha anteriormente, pois pela observação empírica e diálogo com outros profissionais da área percebeu-se que o assistente social não é

considerado, pela maior parte dos gestores, como um profissional essencial para dinamizar o atendimento na saúde animal.

A argumentação para a ausência do assistente social é fundamentada pela definição quanto à composição do quadro de profissionais prioritários, ou seja, relacionado ao déficit de pessoal que compõem os cargos essenciais para favorecer e ampliar a melhoria no serviço prestado. Sendo assim, a prioridade são as solicitações para os cargos de médico veterinário, farmacêutico, técnico de enfermagem, técnico de laboratório, administrador, dentre outros, antes de se pensar na possibilidade de requisição de vaga para um profissional de Serviço Social. Aliado a esta justificativa tem-se que, mesmo com as solicitações de vagas específicas, dentro das universidades é necessário haver negociação interna nas IFES para que as vagas criadas/disponibilizadas sejam efetivamente destinadas aos HVs.

A nosso ver este debate se alinha com duas questões que merecem destaque, quais sejam: de um lado o sucateamento e a falta de investimento nas universidades públicas e de outro o entendimento sobre o acesso a serviços pagos em instituições públicas, pela parcela da população mais vulnerável economicamente.

O sucateamento e a falta de investimento nas universidades públicas reflete uma política que potencializa o desmonte da educação pública, desvaloriza a docência, fortalece o projeto econômico ultraliberal e incentiva o lucro de grandes corporações de educação privada.

Outro ponto é a viabilização e a garantia do acesso a serviços de saúde animal em instituições públicas pela parcela da população mais vulnerável economicamente. A população que demanda estes serviços são, geralmente, os tutores que têm renda mensal de até três salários mínimos e não tem condições de pagar pelo atendimento em serviços privados; protetores e acumuladores de animais e a população em situação de rua. E para atendimento a demanda, há a seleção conforme os critérios definidos pelas

instituições em consonância com aqueles que são utilizados pelos governos para o acesso aos programas de renda mínima.

Diante deste cenário, nos perguntamos: se não há a presença de assistentes sociais na maioria das instituições, qual o profissional que tem feito a análise quanto ao direito e normatização do acesso aos serviços? É possível falar em criação de novas vagas nesses espaços sócio-ocupacionais para os assistentes sociais em uma conjuntura de redução de profissionais?

Embora pareça um debate segmentado que tende a favorecer uma determinada categoria profissional, é necessário provocá-lo, pois mesmo em uma arena de tensão e conflitos de interesses orçamentários, as lutas envolvendo a viabilização das políticas públicas, especialmente aquelas relacionadas à saúde e educação, precisam permanecer ativas.

Serviço social e saúde animal

Na pesquisa de Ferreira (2024) observa-se que os assistentes sociais, no exercício cotidiano de suas ações nos HVs, têm como guia e orientação o projeto ético-político profissional, contribuindo para a sua consolidação. Mas, apresentam uma grande dificuldade em articular sua prática com os processos político-organizativos (conjunto CFESS/CRESS) e os espaços de debate e formação específicos da categoria (ABEPSS). Tal fato gera distanciamento e a invisibilidade quanto às ações que podem ser desempenhadas pelos profissionais de Serviço Social com a saúde única/saúde animal, o que dificulta o debate interno e a possibilidade de ampliação de profissionais nos espaços sócio-ocupacionais desta área.

As contribuições do Serviço Social e as possibilidades de ampliação das ações profissionais na saúde única/saúde animal também estão relacionadas com os espaços sócio-ocupacionais em que o assistente social se insere na saúde. E dentre os espaços sócio-ocupacionais da área da saúde em que o Serviço Social está presente, o hospital é um deles e representa um local dinâmico e complexo ao

mesmo tempo, devido às inúmeras requisições que são direcionadas aos profissionais e também ao ambiente do “saber médico”.

Neste contexto mais amplo de atendimento em saúde, o assistente social torna-se um profissional estratégico e sua ação contribui sobremaneira na dinâmica institucional. Partindo da noção de garantia e acesso aos direitos, o Serviço Social é por excelência uma das profissões que tem em sua essência e razão de existir tal prerrogativa.

Ressalta – se que no cotidiano de inserção profissional em um hospital veterinário, o assistente social realiza ações muito parecidas com aquelas executadas no hospital de atendimento humano, uma vez que a organização e dinâmica interna de um HV é bem similar a de um hospital para humanos. Estas ações podem envolver a porta de entrada (acolhimento), o pronto atendimento (demanda imediata), as emergências (internações e cirurgias), as enfermarias (internações clínicas e pós cirúrgico), o âmbito geral do hospital (relação com a equipe de trabalho) e as parcerias para encaminhamentos para a rede socioassistencial (contato com assistentes sociais da rede de atendimento social para encaminhamento de demandas dos tutores).

Outro aspecto que merece destaque é que a inserção no ambiente hospitalar seja ele para atendimento humano ou animal exige uma postura profissional alicerçada no Projeto Ético Político Profissional, tendo a dimensão ética como orientação central. A ética na atuação em saúde é algo que merece destaque, pois ultrapassa o conceito formalmente conhecido e cuja orientação está descrita no Código de Ética do Assistente Social (1993), que é a “ética como pressuposto teórico-político que remete ao enfrentamento das contradições postas à profissão, a partir de uma visão crítica, e fundamentada teoricamente, das derivações ético-políticas do agir profissional” (CFESS, 1993, p. 22) e que, conseqüentemente exige um profissional competente teórica, técnica e politicamente.

A partir desta concepção é possível fazer uma aproximação com as características da atuação do assistente social na saúde

humana e na saúde animal, em que o fundamental em ambas é o respeito ético pela vida, seja ela humana ou animal. Com importância também para a orientação no exercício profissional.

É o Código de Ética Profissional que dá suporte aos assistentes sociais em seu cotidiano de exercício profissional, mas ele é apenas um instrumento de orientação que precisa ser apreendido pelos assistentes sociais. Sobre este instrumento Behring (2013) considera que o Código de 1993 continua atual, devido aos posicionamentos e caminhos escolhidos e que uniram “tática e estratégia, meios e fins”.

Na área da saúde, onde há múltiplas identidades em interação e inúmeros desafios, o que “está em jogo é a construção de uma prática competente, na qual o valor humano, a qualidade de vida e a dignidade da morte, no caso dos pacientes fora de possibilidades terapêuticas, sejam alicerces fundantes e objetivos comuns para toda a equipe”. (Martinelli, 2011, p. 498).

A ética “não pode ser tomada como uma abstração que preconiza princípios e valores, desprovidos de materialidade. Ela não é um conjunto de regras que normatiza a ação individual, profissional e coletiva”, cabe ao assistente social por meio do seu compromisso ético-político-profissional “oferecer contribuição ao processo de transformação desta sociedade” (Ramos; Ortiz; Paula, 2023, p. 133).

Ao longo desta pesquisa percebeu-se que as ações identificadas nos eixos de inserção do assistente social na saúde se aproximavam do trabalho realizado pelo assistente social no HV e estas estão relacionadas com as denominações que o CFESS considerou no material em que descreve sobre os Parâmetros para atuação do assistente social na saúde.

No atendimento direto aos usuários temos três frentes: as ações socioassistenciais, as ações de articulação com a equipe de saúde e as ações socioeducativas. Com relação as ações socioassistenciais podemos perceber as seguintes ações nos HV's: prestar atendimento individual aos tutores que demandam o serviço, realizar avaliação socioeconômica e construir o perfil socioeconômico. Nas ações de articulação com a equipe de saúde,

os assistentes sociais dos HV's realizam diálogos assertivos com a equipe médico veterinária; esclarecem as suas atribuições e competências para os demais profissionais da equipe de saúde; facilitam e possibilitam o acesso dos usuários aos serviços e conhecem e mobilizam a rede de serviços. Como terceira frente de atendimento direto aos usuários temos as ações socioeducativas que na saúde animal são realizadas por meio da elaboração de materiais informativos, palestras e envolvimento com outros setores da Escola e do HV, como também a realização de atividades socioeducativas nas campanhas preventivas.

A mobilização, participação e controle social é um dos eixos propostos pelo CFESS, as ações profissionais possíveis de realização são assim descritas: conhecer as condições sócio-históricas a que são submetidos os usuários; contribuir para a discussão democrática e a viabilização das decisões aprovadas nos espaços de controle social e outros espaços institucionais; favorecer o alargamento dos direitos sociais que podem ser acessados através dos encaminhamentos e identificar e articular as instâncias de controle social e movimentos sociais no entorno dos serviços de saúde.

O outro eixo refere-se a investigação, planejamento e gestão, cujas atividades são assim definidas: elaborar planos e projetos de ação profissional para o Serviço Social; realizar análises a fim de possibilitar o conhecimento da realidade do usuário; produzir relatórios técnicos; realizar estudos e investigações com relação aos determinantes sociais da saúde; realizar estudos da política de saúde local, regional, estadual e nacional e sensibilizar os gestores da saúde para a relevância do trabalho do assistente social nas ações de planejamento, gestão e investigação.

A assessoria, qualificação e formação profissional é o eixo final e se organiza a partir das seguintes ações: estabelecer relações de parceria e diálogo permanente com profissionais da área; participar de cursos, congressos, seminários, encontros de pesquisas, objetivando apresentar estudos, investigações realizadas e troca de informações entre os diversos trabalhadores da saúde; qualificar o trabalho do assistente social e/ou dos demais profissionais da

equipe de saúde por meio de assessoria e/ou educação continuada e assessorar as atividades de ensino, pesquisa e extensão universitária em conjunto com os departamentos da Escola de Veterinária.

A partir destes eixos de intervenção podemos perceber a proximidade do assistente social que está inserido na saúde animal com os demais profissionais que atuam em outros espaços sócio-ocupacionais na área da saúde. As ações profissionais descritas representam o que já é realizado nos HV's como também algumas das possibilidades de ampliação das ações, inclusive aquelas que estão intrinsecamente relacionadas com a saúde única/saúde animal. Sendo assim, as informações consideradas contribuem para dar visibilidade e concretude à ampliação das ações profissionais na saúde única/saúde animal em hospitais veterinários universitários.

É importante salientar que as possibilidades reais para a realização das ações referidas, muitas vezes podem estar ligadas as condições de trabalho enfrentadas pelos profissionais em seu cotidiano, a partir das relações que desenvolve com os outros e com o seu meio, o que se configura na realidade cotidiana. Compreender esta realidade é fazer com que o assistente social construa novas relações sociais, baseadas na afirmação do Projeto Ético Político Profissional e nos demais instrumentos que dão materialidade à profissão.

Considerações finais

A proposta desta tese foi realizar um estudo exploratório sobre a proximidade do Serviço Social com a saúde única/saúde animal e apresentar as possibilidades e cenários que ainda não haviam sido explorados por outros autores no interior da profissão.

De acordo com a hipótese formulada os dados até aqui levantados indicaram que o hospital veterinário universitário se constitui como um novo espaço sócio ocupacional na área do Serviço Social e há elementos que apontaram para uma tendência

ao crescimento da inserção profissional de assistentes sociais neste campo, na atualidade. Ou seja, podemos considerar a saúde animal como uma ampliação dos espaços sócio-ocupacionais de atuação profissional do assistente social dentro do campo da saúde.

Podemos considerar que o tema da saúde única/saúde animal guarda estreita relação com a apreensão das demandas sociais a partir da inserção no espaço sócio-ocupacional dos hospitais veterinários universitários, o que possibilitará oferecer contribuição da área de Serviço Social para a ampliação deste debate.

Durante a análise dos achados da pesquisa uma questão que foi recorrente e que merece ser destacada é que podemos afirmar que há uma interseção entre a saúde humana, a saúde animal, a questão ambiental e o Serviço Social. A compreensão sobre a indissociabilidade entre saúde única e o Serviço Social não está expressa em nenhuma literatura reconhecida pela profissão, nem em títulos que orientam os trabalhos de eventos da categoria dos assistentes sociais, mas ainda assim pode ser percebida, principalmente, porque todas estas questões (humana, animal e ambiental) têm no acesso à saúde, os principais elementos que configuram as demandas direcionadas ao Serviço Social nesta área.

A aproximação com o conceito de saúde única e a experiência da autora no Hospital Veterinário Universitário da Escola de Veterinária da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG colocou a questão sobre qual a “novidade” ou a relevância deste conceito e sua contribuição para a área da saúde de um modo geral, e para o debate específico da profissão na área da saúde.

Através da pesquisa e ampliação do conhecimento sobre a temática, foi possível perceber o distanciamento e a fragilidade quanto ao reconhecimento das possibilidades de contribuição para uma vinculação dos profissionais de Serviço Social com a saúde única/saúde animal nos diversos espaços sócio-ocupacionais existentes na área da saúde. Mas que, apesar do desafio em dar visibilidade ao Serviço Social em interação com a saúde única/saúde animal, este era um tema que perpassava o cotidiano

profissional do assistente social e necessitava que seu conteúdo fosse explorado.

Sendo assim, ao adentrarmos na pesquisa e descrição do conteúdo sobre a saúde única, em interface com o Serviço Social, ficou evidente que a proximidade com esta área, em especial com a saúde animal, se torna algo mais amplo e complexo do que se podia supor. Isso, pois reúne elementos específicos e deciframentos que precisam ser considerados no processo de trabalho dos assistentes sociais inseridos neste contexto, tais como: o desconhecimento sobre a área no interior da profissão; a afirmação da necessidade profissional; a ausência de política pública adequada; a identificação e apreensão das demandas; a limitação de acesso aos serviços pelos usuários; as relações sociais capitalistas no contexto de inserção profissional; a adesão da proposta de trabalho dos assistentes sociais pela gestão institucional; o trabalho interdisciplinar; a perspectiva crítica adotada pelos assistentes sociais, dentre outros.

Percebeu-se que os assistentes sociais, no exercício cotidiano de suas ações nos HVs, têm como guia e orientação o projeto ético-político profissional, contribuindo para a sua consolidação. Mas, apresentam uma grande dificuldade em articular sua prática com os processos político-organizativos possibilitados pelo conjunto CFESS/CRESS e os espaços de debate e formação específicos da categoria favorecidos pela ABEPSS. Tal fato gera distanciamento e a invisibilidade quanto às ações que podem ser desempenhadas pelos profissionais de Serviço Social com a saúde única/saúde animal, o que dificulta o debate interno e a possibilidade de ampliação do quantitativo de profissionais nos espaços sócio-ocupacionais desta área.

As contribuições do Serviço Social e as possibilidades de ampliação das ações profissionais na saúde única/saúde animal estão relacionadas com os espaços sócio-ocupacionais em que o assistente social se insere na saúde. E dentre os espaços sócio-ocupacionais da área da saúde em que o Serviço Social está presente, o hospital é um deles e representa um local dinâmico e complexo ao

mesmo tempo, devido às inúmeras requisições que são direcionadas aos profissionais e também ao ambiente do “saber médico”.

O espaço sócio-ocupacional na saúde animal é uma das identificações mais recentes de inserção do assistente social na área da saúde e que estabelece proximidade com os princípios do SUS, com o conceito ampliado de saúde e com os parâmetros propostos pelo CFESS para orientação do Serviço Social na área da saúde. Apesar de ser um novo espaço sócio- ocupacional, podemos afirmar que as requisições direcionadas ao profissional são antigas e já existiam na área da saúde, como por exemplo, a realização de estudo socioeconômico para acesso a serviços, o que podemos considerar como uma requisição arcaica em um lugar novo. A prática profissional dos assistentes sociais nos hospitais ainda é muito voltada a um atendimento pontual e por vezes imediato.

Por ser um espaço ainda pouco explorado no Serviço Social, uma perspectiva que se coloca é que ainda há muito a ser feito e um longo caminho a ser percorrido no sentido de dar visibilidade à profissão dentro dos locais de atendimento em saúde animal, uma vez que o assistente social tem sido reconhecido, na maioria das vezes, apenas pelo trabalho de análise socioeconômica e de concessão de descontos.

Neste sentido, há que se fazer um estreitamento das relações e buscar o entendimento quanto ao espaço veterinário como um espaço sócio-ocupacional possível e campo real que assegure o acesso e garantia aos direitos sociais e ao exercício profissional qualificado do assistente social. É necessário ter a compreensão e o compromisso profissional pela construção do conhecimento, de novos saberes e práticas e pela busca de melhorias na forma de intervenção.

Reconhece-se que ainda são muitas as lacunas e os limites estabelecidos devido à invisibilidade que este tema tem no Serviço Social. Desta forma, considerando-se a lacuna existente sobre estudos em que se evidencia a relação entre a profissão e a saúde animal, a concretização desta pesquisa representou um importante passo na investigação de algumas variáveis que

poderão oferecer subsídios tanto no âmbito da formação quanto do exercício profissional do Serviço Social. Para além destes limitantes, o desafio maior a que o assistente social está sujeito, em sua intervenção profissional cotidiana, consiste em romper com a imediatividade e contribuir efetivamente para a construção de uma política pública para a saúde animal.

Referências

BEHRING, Elaine Rossetti. Ética, política e emancipação: a atualidade das nossas escolhas. *In*: Conselho Regional de Serviço Social do Rio de Janeiro – CRESS-RJ (org.). **Projeto ético-político e exercício profissional em Serviço Social**: os princípios do Código de Ética articulados à atuação crítica de assistentes sociais. Rio de Janeiro: CRESS-RJ, 2013. (p. 10-19)

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL - CFESS. **Lei N° 8.662**, de 7 de junho de 1993. Dispõe sobre a profissão de assistente social e dá outras providências. Brasília: CFESS, 1993. Disponível em: <https://www.cfess.org.br/arquivos/legislacao_lei_8662.pdf>. Acesso em: 28 fev. 2026.

FERREIRA, Luzia Amélia. **Serviço social e saúde animal**: contribuições para a área da saúde. 2024. 251f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2024.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O serviço social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. São Paulo: Cortez, 1998.

LIMA, Sara Izabeliza Moreira; FERREIRA, Luiza Amélia. Serviço social e saúde animal: desafios e possibilidades para atuação do assistente social em um Hospital Veterinário Universitário. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 16, 2019, Brasília. **Anais [...]**. Brasília: CFESS, 2019.

MARTINELLI, Maria Lúcia. *O trabalho do assistente social em contextos hospitalares: desafios cotidianos*. Revista Serviço Social e Sociedade 107, Cortez Editora: São Paulo, jul/set 2011.p. 497-508.

RAMOS, Adriana; ORTIZ, Fátima Grave; PAULA, Luciana Gonçalves Pereira de. **O trabalho profissional do/a assistente social e suas possibilidades**: reflexões sobre as dimensões constitutivas do serviço social. Juiz de Fora: Editora UFJF; Selo do Serviço Social, 2023.

SCHNEIDER, Cristina; OLIVEIRA, Marilia Santini de. Saúde única e a Pandemia de Covid-19. *In*: BUSS, Paulo Marchiori; FONSECA, Luiz Eduardo (org.). **Diplomacia da saúde e Covid-19**: reflexões a meio caminho. Rio de Janeiro: Observatório Covid 19; Editora Fiocruz, 2020. p. 83-96.

VENTURA, Deisy *et al.* Enfoque “Uma sósaúde” (One Health): análise crítica e debate sobre inclusão no acordo sobre pandemias. Grupo de trabalho – GT Acordo sobre pandemias e reforma do Regulamento Sanitário Internacional. São Paulo; Rio de Janeiro: Universidade de São Paulo (USP); Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ). **Nota técnica n. 4**, 26 de julho de 2024. Disponível em <<https://saudeglobal.org/wp-content/uploads/2024/07/GT-NT-4.pdf>>. Acesso em: 28 fev. 2026.

PARTE III

**SERVIÇO SOCIAL, FORMAÇÃO E
TRABALHO PROFISSIONAL**

CAPÍTULO 11

A ORGANIZAÇÃO POLÍTICA DOS ASSISTENTES SOCIAIS E A VIRADA CRÍTICA DA PROFISSÃO: UMA ANÁLISE SOBRE A IMPORTÂNCIA DA ORGANIZAÇÃO SINDICAL NO SERVIÇO SOCIAL E A DIREÇÃO CRÍTICA DA PROFISSÃO

Tháise Seixas Peixoto de Carvalho
Carina Berta Moljo

Introdução

Este trabalho é parte integrante da Tese de Doutorado (Carvalho, 2025) apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS) da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e orientada pela Professora Carina Berta Moljo. O objetivo da tese foi o de conhecer a construção da cultura política e a organização político-profissional do Serviço Social, no processo da virada crítica da categoria profissional do Serviço Social que se deu entre as décadas de 1960 e 1990, culminando no que ficou conhecido como processo de “Renovação crítica do Serviço Social” brasileiro, concentrando-se especialmente no caso de Minas Gerais. Neste sentido, a tese analisou o que consideramos dois dos principais espaços de organização política dos assistentes sociais, sendo escolhida a organização sindical dos assistentes sociais, bem como a participação do conjunto Conselho Federal de Serviço Social/Conselhos Regionais de Serviço Social (CFESS/CRESS).

Como já amplamente tratado por diversos autores do Serviço Social, a virada crítica da profissão¹ se deu dentro de um longo

¹ O processo de virada crítica da profissão que se inicia ainda na década de 1960 e irá se consolidar nos anos de 1990 foi amplamente discutido no interior da

processo com múltiplas expressões. Não se trata de um episódio estanque e estático onde, magicamente, ocorreu uma virada de chave no Serviço Social, mas sim de um processo enraizado na própria dinâmica societal brasileira, assim como, nas questões internas da profissão. Assim, assumimos que a virada é histórica e rica em influências e determinações tanto internas quanto externas ao Serviço Social².

O caminho metodológico para a apreensão de um novo conhecimento sobre o tema proposto na tese, foi o da pesquisa qualitativa, entendendo que a abordagem qualitativa se mostra a mais adequada, por reconhecer a singularidade do fenômeno, permitindo uma melhor compreensão deste a partir do contexto em que este ocorre e do qual também faz parte, analisando-o de um ponto de vista integrador. Dessa forma, buscou-se a apreensão do fenômeno a partir da perspectiva dos sujeitos nele envolvidos considerando todos os aspectos relevantes (Godoy, 1995).

A nossa pesquisa contou com revisão bibliográfica, revisão da literatura, pesquisa documental e entrevistas em profundidade com atores considerados chaves para a compreensão desse processo. Embora o nosso recorte geográfico tenha sido o estado de Minas Gerais, o levantamento documental realizado, concentrou-se no acervo da Pontifícia Universidade Católica de Belo Horizonte no campus Coração Eucarístico (PUC-BH) que foi palco do movimento de vanguarda mineiro que ficou conhecido como “Método BH”. Além disso, foi realizada pesquisa documental junto ao CFESS, sendo pesquisado todas as atas de posse da instituição que se encontravam disponíveis desde 1975 até 1993, bem como a pesquisa documental do acervo do CRESS-6^a região, Minas Gerais,

profissão por diferentes autores como Abramides (2016; 2017), Batistoni (2017), Faleiros (2012), Iamamoto (2012; 2019), Netto (1989; 1991; 2005) e Moljo *et al.* (2025), Oliveira *et al.* (2025) entre outros.

² O que estamos afirmando é que o Serviço Social, somente pode ser compreendido com campo mais amplo das relações sociais, como totalidade em movimento, e que processo da virada, foi fruto da ação dos seus agentes, assim como pela direta influência do contexto no qual se inseriu.

além das atas de posse de suas diretorias. O CRESS também tem sob sua guarda grande parte da documentação remanescente do Sindicato de Assistentes Sociais do Estado de Minas Gerais (SASEMG), cujas atas de posse, teses, recortes de jornais e outros documentos foram analisados, a fim de compreender o papel destas instituições, enquanto espaço de organização política da profissão, na virada crítica. A pesquisa documental foi o processo mais desafiador de elaboração da tese, já que, boa parte dos documentos do SASEMG encontram-se fragmentados, incompletos e com lacunas temporais.

Conforme já mencionamos, concomitantemente à revisão bibliográfica e à pesquisa documental foi realizado trabalho de campo com a pretensão de colher informações diretamente dos sujeitos envolvidos no objeto da pesquisa, ou seja, de assistentes sociais que participaram da construção e consolidação do processo de virada crítica da profissão no estado de Minas Gerais.

Para o levantamento dos dados referentes ao campo de estudo, foi realizada entrevista aberta com a assistente social Consuelo Quiroga que atuou como docente da ESS/UC-MG durante o processo de construção e implementação do “Método BH”, além de ser uma das fundadoras do Centro Latino-americano de Trabajo Social (CELATS). Também foi entrevistada a assistente social Léa Lúcia Cecílio Braga, que fez parte da diretoria do SASEMG, foi membro da diretoria da ANAS, entre 1989-1991, Vice-presidente do CFESS, na gestão 1999-2002 e presidente do CFESS gestão 2002-2005. Léa atuou nestas instâncias, quando a categoria fazia a opção pela sindicalização por ramo de atividade. Ela também foi presidente do CRESS-MG na gestão 1993-1996 e na gestão 1996-1999. Estas profissionais tiveram um significativo papel na construção da cultura política profissional de caráter social crítico que se despontou na primeira metade da década de 1970, em Minas Gerais e que mais tarde ressoou para o conjunto da categoria.

Foram contemplados todos os requisitos referentes a pesquisa com seres humanos presente na plataforma Brasil³.

Posto isto, é válido esclarecer que, devido ao limite deste capítulo, nos limitaremos à análise de um espaço fundamental na organização política dos assistentes sociais e sua importância no direcionamento crítico da profissão⁴: a organização sindical. Consideramos que a profissão, historicamente, vem se organizando e se somando às lutas sociais em diferentes espaços sendo eles o conjunto CFESS/CRESS, a ABEPSS, ENESSO (base de organização política estudantil). Contudo, os sindicatos de assistentes sociais tiveram (e ainda têm em alguns estados como é o caso do Rio de Janeiro) um papel extremamente relevante na organização e na direção política dos assistentes sociais, especialmente, de meados da década de 1970 a início dos anos 2000. Acreditamos também que estes se constituíram como espaços privilegiados na consolidação e difusão da cultura política profissional hegemônica ainda nos dias de hoje.

Antes, cabe elucidar que estamos de acordo com Behring (2012, p. 98) no sentido de que:

Parto do pressuposto de que organização política é muito mais que forma (as entidades, suas estruturas, suas atribuições formais e legais), mas envolve conteúdo: direção ético-política, campo programático e campo de alianças. Estes elementos são decisivos para desencadear ações políticas táticas e estratégicas na conjuntura, com as quais os assistentes sociais

³ A pesquisa se insere dentro de uma pesquisa em rede internacional denominada *Serviço social na história: questão social, movimentos e lutas sociais, América Latina e Europa* (1960-2022) e das pesquisas: Fundamentos históricos e teóricos metodológicos do serviço social no Brasil e Portugal: antecedentes, memória e desafios contemporâneos e Brasil (Fapemig) e Serviço social crítico no Brasil: antecedentes, história e memória (CNPq). A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisas (CEP) da UFJF (Parecer nº 6.056.692 de 12/5/2023).

⁴ Sobre o direcionamento crítico da profissão, entendemos como a aproximação e filiação da profissão com a teoria social crítica e o rompimento com suas bases conservadoras que terá como marco finais dos anos de 1970 e começo da década de 1980.

coletivamente (mas também individualmente) fazem disputa social, disputa de hegemonia, dentro e fora da categoria.

Portanto, não se confunde organização política com organização sindical e com instâncias representativas apenas. Nosso entendimento é de que a organização política é movimento, é ação, é aproximação e distanciamento, a organização política não é só forma, mas também é conteúdo. Portanto, a organização política é *práxis*.

Dito isto, nosso objetivo neste capítulo é apresentar, mesmo que brevemente, a história da formação desses espaços, as disputas internas pela sua direção política, bem como sua incidência no espraiamento da cultura política profissional do Serviço Social, especialmente no estado de Minas Gerais.

No que diz respeito ao movimento que se deu no interior da profissão, a organização sindical, decisivamente, impactou no processo de virada crítica. Nossa opção pela análise do movimento sindical da categoria se dá por reconhecermos seu protagonismo nesse processo, bem como na construção dos primeiros passos do projeto ético-político profissional, que se deu, como veremos, numa profunda sintonia com o processo de redemocratização da sociedade brasileira, com destaque para o nascimento do novo sindicalismo⁵ (Behring, 2012).

⁵ Segundo Abramides e Cabral (1995, p. 15) “o novo sindicalismo no Brasil se manifesta no âmbito da independência e autonomia de classe em relação ao Estado e o patronato e se direciona para um sindicalismo de lutas, de massas, de base, que rompe com a estrutura sindical vertical prevista pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e constrói a nova estrutura sindical a partir da CUT.” A concepção e a prática desse novo sindicalismo se vincula ao compromisso imediato e histórico com a defesa dos interesses da classe trabalhadora, a luta por melhores condições de vida e trabalho e o engajamento no processo de transformação da sociedade brasileira rumo à democracia e ao socialismo.

Os sindicatos de assistentes sociais - percurso e legado histórico na organização política profissional

A crise da ditadura civil-militar (1964-1985) no Brasil⁶ que se evidenciará a partir do fim da década de 1970 (Netto, 1991), impulsionou a reinserção da classe trabalhadora novamente na cena política brasileira, agudizando e até mesmo acelerando o processo de derrocada da autocracia burguesa e de retomada da democracia no Brasil. Nesse mesmo período, a profissão vivenciou um denso processo de Renovação Crítica⁷, quando, juntamente com a apropriação de um referencial teórico crítico da realidade social, pôde refletir criticamente sobre sua história e de sua inserção na divisão social e técnica do trabalho (Iamamoto, 2012), apontando para os limites e as possibilidades históricas da superação do lastro conservador que a acompanhava (Toniolo; Zanetti, 2011, p. 7).

As lutas operárias que serão travadas nos últimos anos da década de 1970, e aqui destacamos o movimento gestado em 1977 no ABC paulista que culmina com a declaração de uma massiva greve em 1978 e se alastra por toda a grande São Paulo, darão início a um tipo de organização sindical de massas que será conhecido como *novo sindicalismo* (Abramides; Cabral, 1995). Esse novo sindicalismo que surgiu a partir de 1978, foi um marco na luta de classes brasileira por conta de sua diferença abissal em relação aos sindicatos

⁶ No ano de 1964 foi instaurada no Brasil a ditadura civil-militar, através de um golpe de Estado que depôs o então presidente João Goulart, que foi substituído pelo regime militar. A ditadura, que contou com amplo apoio da sociedade civil, perdurou até o ano de 1985 e foi responsável pela perseguição e morte de milhares de brasileiros, considerados inimigos políticos.

⁷ O Processo de Renovação do Serviço Social aconteceu no Brasil de 1964 a 1985. Terminologia cunhada por Netto (1991) para denominar esse processo que contou com três direções: A modernização conservadora, a reatualização do conservadorismo e a intenção de ruptura, sendo a terceira vertente a única a romper com o conservadorismo profissional, articulada ao Movimento de Reconceitualização da América Latina (1965-1975). Dessa forma denominamos aqui de renovação crítica as propostas vinculadas a terceira direção.

existentes nos períodos anteriores e durante a ditadura militar que se caracterizava por sua institucionalização e burocracia.

O *novo sindicalismo* “promoveu mudanças significativas na cultura sindical e política brasileira ao instituir novas práticas, mecanismos e instituições” (Antunes; Silva, 2015, p. 511). Tratava-se, pois, do surgimento mais confrontativo, que exigia ampliação dos espaços para a representação dos interesses da classe trabalhadora e se expandiu enormemente durante estas décadas. Do ponto de vista político, essas novas forças insurgentes colocaram em xeque os ordenamentos políticos da transição do fim da ditadura militar para o rearranjo civil que estava sendo articulado, que excluía o movimento sindical e dos trabalhadores, e atacava frontalmente a política econômica desenvolvida pela ditadura (Antunes; Silva, 2015).

Todo esse contexto social e político que efervescia entre o fim da década de 1970 e o início dos anos 1980 propiciou ao Serviço Social o seu reconhecimento como classe trabalhadora, na condição de trabalhador assalariado “condição esta fetichizada na literatura tradicional da profissão como o ‘profissional da ajuda’, o ‘profissional do desenvolvimento’ ou, ainda, o ‘agente da mudança’” (Ibidem, p. 7). Tanto o messianismo quanto o voluntarismo, influenciados pela vinculação congênita com a Igreja Católica, como a vinculação com os projetos das classes dominantes escamoteavam as particularidades da profissão como inserida na divisão social e técnica do trabalho dentro das relações cunhadas no sistema de produção capitalista (Toniolo; Zanetti, 2011). Desse modo, a conjuntura societal da época irá rebater na profissão e será refletida na sua forma e conteúdo de organização política interna da categoria.

Sendo assim, o processo de organização e lutas dos assistentes sociais, nesse período, se dará articulado à reorganização do movimento sindical em nível nacional, “ancorado no solo histórico de lutas e respostas organizativas no âmbito político sindical que imprimiu uma direção classista às suas reivindicações” (Abramides, 2014, p. 231). A conjuntura da luta de classes que se

despontava no cenário brasileiro estabeleceu uma direção político-sindical que incidiu na direção política da profissão no fim dos anos de 1970 e início de 1980.

Desse modo, os assistentes sociais irão se organizar, em nível nacional, em sindicatos através da Comissão Executiva Nacional de Entidades Sindicais (CENEAS), de 1978 a 1983 e da Associação Nacional de Assistentes Sociais (ANAS), entre 1983 e 1988. Essa organização teve início em agosto de 1978 com a realização do I Encontro Nacional de Entidades Sindicais de Assistentes Sociais que aconteceu na capital mineira e contou com a presença de 4 entidades com sedes em São Paulo, Bahia, Goiás e o Sindicato de Assistentes Sociais de Minas Gerais. O evento contou com os dirigentes das 4 entidades e participação da base mineira. O Encontro foi realizado em meio ao irrompimento desse *novo sindicalismo* classista e os assistentes sociais, reconhecendo-se como parte da classe trabalhadora, retomam a sua organização reativando suas entidades sindicais e pré-sindicais em todo o país a partir de 1977. Já neste momento, a categoria compreende a necessidade de uma articulação em âmbito nacional, bem como, a inserção de suas lutas no conjunto das lutas da classe trabalhadora (Abramides; Cabral, 1995).

Nos dois outros encontros nacionais organizados posteriormente, verifica-se uma forte adesão dos assistentes sociais e de suas entidades sindicais representativas. Um exemplo disso é que no II Encontro Nacional de Entidades Sindicais de Assistentes Sociais ocorrido ainda no ano de 1978, participaram 10 entidades⁸ e no III Encontro Nacional, ocorrido em 1979, participaram 21 entidades da categoria (Abramides; Cabral, 1995, p. 126-128), entre elas: sindicatos e Associação Profissional dos Assistentes Sociais (APAS), pró entidades, oposição sindical e entidades culturais com

⁸ Compareceram, ao II Encontro Nacional de Entidades Sindicais de Assistentes Sociais, os representantes dos sindicatos do Rio de Janeiro, Porto Alegre, Rio Grande do Norte, Ceará e Minas Gerais, representantes das APAS de São Paulo, Bahia e Goiás, da ABAS de Sergipe e da ARAS de Ribeirão Preto – SP (Abramides; Cabral, 1995, p. 123).

ação sindical (Abramides; Cabral, 1995, p. 127-128). Com a amplitude da participação, os representantes das entidades compreenderam como necessário a criação da CENEAS para que este pudesse dialogar com as diferentes entidades sindicais e pré-sindicais de todo país e assim, pudessem unificar as lutas nacionais deliberadas nos encontros (Abramides; Cabral, 1995)

Posto isto, a CENEAS também se destaca como uma importante instância de organização política da categoria sendo responsável pela articulação nacional das instâncias sindicais do Serviço Social e funcionará até 1983, quando da criação da Associação Nacional Pró-federação dos Assistentes Sociais. Cabe aqui destacar, a importância da CENEAS que, durante o III CBAS⁹, o famigerado “Congresso da Virada”, contribuiu para colocar em cena o descontentamento dos assistentes sociais presentes no congresso, dando nova direção política ao mesmo. A movimentação nos bastidores do III CBAS realizada pelos assistentes sociais participantes da CENEAS foi responsável por dar voz ao campo crítico do corpo profissional e sua articulação conquistou três pontos importantes:

- A deliberação da plenária de depor a comissão de honra e eleger como tal todos os trabalhadores que morreram e lutaram pelas liberdades democráticas;
- transformar o congresso em assembleia de deliberação política da categoria;
- a deliberação de que caberia às entidades sindicais, por meio da CENEAS, organizar os próximos congressos (Abramides; Cabral, 1995, p. 129).

A CENEAS ficará responsável pela coordenação ainda tanto do IV como do V Encontro Nacional de Entidades Sindicais dos

⁹ O III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais foi realizado entre os dias 23 e 27 de setembro de 1979 na cidade de São Paulo. O evento acontece em um contexto marcado pela ascendente luta de classes no país. Assim como no fim dos anos de 1970 aconteceu uma reinserção da classe operária na arena política brasileira, o III Congresso irá operar uma decisiva transformação na dinâmica profissional no país marcando o rompimento da profissão com o conservadorismo (Netto, 2009).

Assistentes Sociais, lembrando que o V encontro teve como tema principal a elaboração do IV Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais - CBAS que, pela primeira vez, se daria sob a coordenação de entidades sindicais dos assistentes sociais. o IV Congresso terá um conteúdo sindical e apontará para a necessidade da criação da I Assembleia Nacional Sindical dos Assistentes Sociais, entendendo que, já era o momento de os assistentes sociais consolidarem um fórum máximo de deliberação sindical (Abramides; Cabral, 1995)

A ANAS - Associação Nacional dos Assistentes Sociais foi criada em outubro de 1983, no mesmo ano de fundação da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e só foi extinta em setembro de 1992. Nesses anos de história a ANAS será responsável pela inserção, organização e luta da categoria junto aos trabalhadores no serviço público e da classe trabalhadora no geral, além da articulação com a categoria no continente latino-americano. A sua extinção acontecerá após a IV Assembleia Nacional Sindical, quando a organização sindical da categoria dará um passo à frente no patamar político. O Serviço Social compreenderá, nesse momento, a necessidade de se inserir em espaços sindicais majoritários e se incorporar nas lutas mais gerais da classe trabalhadora (Abramides; Cabral, 1995).

Como pudemos perceber, a organização sindical da categoria foi bastante expressiva entre meados dos anos 1970 e fim da década de 1980. Essa atividade permitiu aos assistentes sociais se vincularem às lutas mais gerais da classe trabalhadora, como já dito anteriormente

Vale ressaltar que a história da ANAS também foi permeada de disputas e tensionamentos internos com uma forte polarização de interesses. A direção da entidade estava dividida entre duas forças, que era o que Abramides e Cabral denominaram de polo cutista, vinculado à CUT e o outro pólo vinculado à CGT (Central Geral dos Trabalhadores). O pólo cutista consolidou-se como maioria no interior da ANAS com cerca de 75 a 80% dos componentes.

As diferenças políticas e disputas internas no interior da organização sindical dos assistentes sociais

A atividade sindical da categoria teve um papel muito mais ativo nos primeiros anos do processo que culminou na “virada crítica” do Serviço Social brasileiro, dadas as matrizes teóricas e políticas com as quais se filiava, do que as instâncias representativas como Conselho Federal dos Assistentes Sociais (CFAS) e Conselho Regional dos Assistentes Sociais (CRAS), propriamente ditos. A ruptura com o conservadorismo se dará mais tardiamente nestes dois últimos espaços que serão palco de intensa disputa política, como veremos no próximo tópico.

O período entre 1979 e 1982 foi marcado por divergências políticas de caráter secundário no interior da organização sindical da categoria (Abramides; Cabral, 1995). As divergências e embates se iniciaram, mais especificamente, no interior do CENEAS a partir do V Encontro de entidades ocorrido em 1982. Duas vertentes se formam nesse período estando, de um lado, o chamado bloco cutista que se identificava com o movimento nacional conhecido como Polo Combativo, opositor da estrutura sindical da época que estava vinculada e subordinada ao Estado. Este Polo tinha como base um sindicalismo classista em oposição ao atrelamento dos sindicatos ao aparelho estatal e o imposto sindical e a favor da auto-sustentação financeira do movimento sindical pelos trabalhadores. Em outras palavras, o polo combativo, defendia um sindicalismo independente e auto-gestionado pela classe trabalhadora, vinculado à perspectiva socialista e responsável pela fundação da CUT (Abramides; Cabral, 1995).

Por outro lado, havia um segundo polo nacional que se agrupava em torno da Unidade Sindical e defendia reformas na estrutura sindical. Ademais defendia que os sindicatos deveriam se organizar a partir da supremacia das diretorias sindicais em detrimento da democracia de base. Esse polo foi responsável pela fundação da Central Geral dos Trabalhadores (CGT) em 1985 e não acataram a deliberação do 1º Congresso Nacional da Classe

Trabalhadora (1º CONCLAT) acontecido em agosto de 1981 em Praia Grande, São Paulo (lembrando que a deliberação pela criação da CUT sai do 1º CONCLAT) (Abramides; Cabral, 1995, p. 156).

Dessa forma, como dito anteriormente, essas duas vertentes em oposição, também se manifestaram no interior do Serviço Social, especialmente, a partir do V Encontro de entidades, em 1982. Essas divergências no movimento sindical, no que tange à construção da CUT, tornam-se mais explícitas e mais acirradas, visto a diferenciação das concepções sindicais para os assistentes sociais. Neste momento trava-se uma luta política em nível nacional no interior da categoria (Abramides; Cabral, 1995).

Vale lembrar que a CENEAS nasce integrada à construção do novo sindicalismo brasileiro, sendo influenciada diretamente por essa concepção em toda a sua trajetória, inclusive na criação da ANAS. Desse modo, o bloco cutista se consolida como maioria perfilando a organização e sua hegemonia não chegou sequer a ser ameaçada (Ibidem).

Posto isto, percebe-se que já no início da década de 1980 a organização sindical dos assistentes sociais irá assumir a hegemonia em torno do Polo Combativo, numa perspectiva societal vinculada aos interesses da classe trabalhadora. Esse fato se expressa nos dados apresentados por Abramides e Cabral (1995) em que apontam, no quadro das entidades da categoria e da ANAS, que se formaram no movimento sindical a partir de 1983, que 72,7% das entidades sindicais eram filiadas à CUT, 6% filiadas a CGT e 20,6% sem filiação.

A história da organização dos assistentes sociais se mescla de forma viva com o surgimento e construção do novo sindicalismo no Brasil. Sua presença é contínua e comprometida com o projeto sindical em que os sujeitos coletivos vão dando contornos à prática sindical (Abramides; Cabral, 1995, p. 159).

Sendo assim, tendo a profissão sido permeada pela luta sindical do conjunto dos trabalhadores no país, cujo polo combativo, do qual o Serviço Social se filiou em sua maioria, era crítico do “sindicalismo corporativo”

- típico do movimento sindical brasileiro - e ainda, o seu amadurecimento teórico-político e o reconhecimento da categoria enquanto classe trabalhadora, os assistentes sociais irão avançar no debate sobre a organização sindical, especialmente no fim da década de 1980, para o investimento do “sindicalismo por ramo” (Toniolo; Zanetti, 2011).

A mudança se deu pelo fato de que o chamado “sindicalismo corporativo” teve, em diferentes momentos históricos, o papel de fragmentação e desmobilização das lutas dos trabalhadores. No fim da década de 1980 o quadro que se tinha era de uma crescente inserção de assistentes sociais em entidades sindicais organizadas por ramo de produção. Isto afetou inclusive a recomposição dos quadros nos sindicatos da categoria, ademais, houve entre os profissionais o entendimento sobre o fortalecimento de entidades sindicais que abrangiam o conjunto dos trabalhadores (Ibidem). Neste sentido, abordaremos melhor o assunto no próximo tópico deste trabalho.

A opção do serviço social pela sindicalização por ramo de atividade

Como discutido no tópico anterior, a luta política e a organização sindical dos assistentes sociais é marcada pelo processo de ruptura com o conservadorismo da profissão e com a sua “virada crítica”. Entre fins da década de 1970 e fim da década de 1980 a organização sindical do Serviço Social é marcada, preponderantemente, por uma organização por categoria profissional. É a partir de 1989 que o corpo profissional opta, em sua maioria, pela organização sindical por ramo de atividade econômica (Abramides, 2014).

Como já afirmamos e reafirmamos neste capítulo, a história da profissão não se descola da história da classe trabalhadora brasileira. Dessa maneira, a explicação pela opção política que o Serviço Social faz por uma organização sindical por ramo de atividade, e não por categoria, tem suas bases explicativas numa conjuntura societal impressa entre fins da década de 1970 e 1980,

cuja luta de classes estabelecida no Brasil, incidirá na direção social que a profissão irá assumir, se posicionando em favor dos interesses imediatos e históricos dos trabalhadores. Há, neste momento, uma clara articulação entre o projeto profissional de ruptura - cujo marco histórico se deu em 1979 com os acontecimentos do III CBAS - e o projeto societário emancipatório em que a organização político-sindical assume um papel central (Abramides, 2014,).

É importante lembrar que a estrutura sindical existente no Brasil desde os anos de 1930, na “Era Vargas”, era uma estrutura corporativista, vinculada ao Estado, balizada pela carta “Del Lavoro” de Mussolini, herdeira do período da Itália Fascista (Abramides, 2014). Em 19 de março de 1931, o Governo Provisório da época, expediu a primeira Lei de Sindicalização, que obrigava todos os sindicatos a se registrarem no recém-criado Ministério do Trabalho e impunha uma série de limitações à sua organização e atuação como contrapartida desse reconhecimento oficial (Boito Junior, 1991). Esse modelo sindical fundou uma rígida estrutura que se distanciou do modelo de liberdade sindical, estabelecendo assim, um sistema de agrupamento de profissões idênticas, similares e conexas em categorias organizadas pelo Estado através de comissão de enquadramento sindical (Souza; Souza, 2012).

Dessa forma, o sindicalismo combativo dos anos de 1930 acabou disputando os sindicatos oficiais com o sindicalismo pelego, de colaboração de classe, já que não seria reconhecido nos processos de negociação das categorias por intermédio do sindicato livre e se desvincularia da classe trabalhadora, caso não disputasse os sindicatos legalizados. O sindicalismo combativo assumiu então, os sindicatos oficiais, travando constantemente uma luta pela autonomia sindical, pela organização classista, organizada desde a base e que tivesse protagonismo na direção social e de lutas (Abramides, 2014).

Nessa trajetória histórica os assistentes sociais também iniciaram sua organização sindical a partir dos anos de 1950, organizando-se por categoria, já que eram os sindicatos existentes

por legislação. As principais lutas dentro dessas organizações serão travadas por reivindicações trabalhistas, salários, serviços públicos de qualidade, dentre outros. Até a década de 1970, eram 5 estados com sindicatos de assistentes sociais que foram fechados, assim como a maioria dos sindicatos durante a ditadura militar iniciada em 1964 (Abramides, 2014, p. 232). Os anos iniciais da década de 1970 foram os mais sangrentos do período ditatorial militar brasileiro, sendo que muitos sindicalistas, operários e outras categorias de trabalhadores brasileiros foram presos, torturados, assassinados e muitos exilados. Nesse mote, houve um expressivo enfraquecimento do sindicalismo nacional, restando assim, um sindicalismo pelego, de conciliação de classe e de sustentação ideológica da ditadura militar.

É só no fim da década de 1970, que num movimento de resistência, o Movimento de Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo - MOSMP, organizou-se formando militantes aguerridos que se vincularam ao sindicalismo classista e deram a direção, no fim dos anos 1970, no processo de organização sindical que ficou conhecido como o “novo sindicalismo” (Abramides, 2014). Todo este cenário irá impactar na organização política dos assistentes sociais que irão reorganizar seus sindicatos no fim da década de 1970 e suas direções, de imediato, se alinharam ao sindicalismo classista e irão desenvolver a ação sindical voltada aos interesses imediatos da classe trabalhadora (Abramides, 2014).

Portanto, os assistentes sociais, quando retomam sua organização sindical no final dos anos 1970, retomam já articulados à ANAMPOS, que era a Articulação Nacional dos Movimentos Populares e Sindical, participam dos encontros de oposição sindical, ou seja, estão colados naquilo que viria a se construir com autonomia e independência sindical, um sindicalismo de luta, classista (Abramides, 2011, p. 20).

Diante deste quadro, o Serviço Social, mesmo tendo um sindicalismo de categoria, suas ações, historicamente, assim como em outras categorias profissionais como bancários, médicos e engenheiros, estiveram voltadas para uma trajetória classista como

trabalhadores e trabalhadoras. Além disso, como já se sabe, historicamente a profissão teve como seu maior empregador o Estado, sendo assim, havia na época um grande número de assistentes sociais que eram servidores públicos tanto no âmbito municipal, quanto estadual e federal e até a Constituição Federal de 1988, os servidores públicos eram proibidos por legislação de se organizarem sindicalmente¹⁰. Dessa forma, entre 1978 e 1988 as entidades sindicais de categorias profissionais que se aliaram ao sindicalismo classista e que tinham um grande contingente de profissionais em serviço público, como era o caso dos assistentes sociais, tiveram um papel decisivo na luta sindical dos trabalhadores em serviço público, incentivando suas lutas e organização (Abramides, 2014).

Os acontecimentos aqui descritos, ocorridos da década de 1978 a 1988, contribuíram para o processo de amadurecimento político dos assistentes sociais, bem como, a compreensão da profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho coletivo, como apontado anteriormente. Neste sentido, Abramides (2011) aponta que no interior desses sindicatos de ramo, estariam todos os trabalhadores, porque estão na divisão sociotécnica do trabalho e, portanto, são trabalhadores coletivos e estariam sendo abarcados por estes ramos. Sobre isso a autora aponta que:

Ora, se o trabalhador é coletivo, partícipe do trabalho socialmente combinado, a luta sindical deve-se desenvolver a partir da inserção das (os) trabalhadoras (es) na divisão social e técnica do trabalho. Posto que é nessa relação direta da inserção no mundo do trabalho que se negociam as questões trabalhistas e sindicais nas esferas da produção e reprodução social (Abramides, 2014, p. 236).

¹⁰ Já desde o início da década de 1930 o Decreto nº. 19.770 de 19 de março de 1931 que regulamentou as sindicalizações das classes patronais e operárias no país, excluiu desse direito os funcionários e empregados públicos. Já a CLT, por sua vez, proibiu, em seu art. 566, as sindicalizações de servidores estatais e paraestatais.

Dessa forma, a compreensão é de que os sindicatos por categoria representaram um grande avanço na luta e resistência da classe trabalhadora, especialmente em espaços, como era o caso do serviço público, em que a organização sindical não era possível. Todavia, com o advento da Constituição Federal de 1988, onde a atividade sindical passou a se constituir por atividade, como é o caso dos trabalhadores da saúde e da previdência, por exemplo, e por contratação, como no caso dos sindicatos de servidores municipais, os sindicatos por categoria perderam a razão de ser. Neste sentido, no ano de 1992, durante a IV ANAS (Assembleia Sindical da Associação Nacional dos Assistentes Sociais), numa ação histórica, a categoria deliberou, unanimemente, pela organização sindical por ramo de atividade e pela extinção da ANAS.

Compreende-se aqui uma maturação política por parte da categoria, na medida em que a profissão se compreende partícipe da divisão do trabalho coletivo e inserida no conjunto das lutas sociais empreendidas pela classe trabalhadora. Neste sentido, a organização política da categoria a partir da década de 1990 se dará, especialmente, dentro do conjunto CFESS/CRESS, além da ABEPSS, até mesmo em razão da capilaridade dessas duas entidades.

Concluimos que não há dúvidas da importância da organização sindical para o amadurecimento crítico da profissão e de sua opção histórica pela defesa dos direitos mais gerais da classe trabalhadora. A organização sindical e a aproximação da categoria com outras organizações dos trabalhadores foi preponderante para o processo de virada crítica do Serviço Social em Minas Gerais e no Brasil.

Como já amplamente tratado por diversos autores do Serviço Social, a virada crítica da profissão se deu dentro de um longo processo com múltiplas expressões. Não se trata de um episódio estanque e estático onde, magicamente, ocorreu uma virada de chave no Serviço Social, mas sim de um processo enraizado na própria dinâmica societal brasileira, assim como, nas questões internas da profissão. Assim, assumimos que a virada é histórica e rica em influências e determinações tanto internas quanto externas ao Serviço Social.

Referências

- ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa. Histórico da organização dos trabalhadores **Revista Em Foco**, Rio de Janeiro, n. 7, p. 20-24, set., 2011.
- ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa, CABRAL, Maria do Socorro Reis. **O novo sindicalismo e o Serviço social**: trajetória e processo de luta de uma categoria: 1978 – 1988. São Paulo: Cortez, 1995.
- ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa. Movimento sindical e serviço social: organização sindical por ramo de atividade ou por categoria profissional. *In*: ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa; DURIGUETTO, Maria Lúcia. (org.) **Movimentos sociais e serviço social**: uma relação necessária. São Paulo: Cortez, 2014.
- BATISTONI, Maria Rosângela. O movimento de reconceituação no Brasil: o projeto profissional da Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais (1964-1980). **Em Pauta – Teoria Social e Realidade Contemporânea**, Rio de Janeiro, n. 40, v. 15, p. 136 – 150, dez., 2017.
- BEHRING, Elaine Rossetti. Notas sobre a organização política e sindical dos assistentes sociais. **Praia Vermelha**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, p. 97-107, jan./jul., 2012.
- BOITO JUNIOR, Armando. **O sindicalismo de Estado no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1991.
- CARVALHO, Thaíse Seixas Peixoto de. **Cultura política e a organização política dos assistentes sociais na virada do serviço social crítico**: o caso de Minas Gerais. 2025. 226f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2025. Disponível em: <<https://repositorio.ufjf.br/jspui/bitstream/ufjf/19867/1/thaiseseixaspeixotodecarvalho.pdf>>. Acesso em: 28 fev. 2026.
- FALEIROS, Vicente de Paula. O congresso brasileiro de assistentes sociais na conjuntura dos anos 70. *In*: Conselho Federal de Serviço Social – CFESS (org.). **Seminário Nacional**: 30 anos do congresso da virada. Brasília: CFESS, 2012.
- IAMAMOTO, Marilda Villela. Palestra. 30 anos do Congresso da Virada. *In*: Conselho Federal de Serviço Social – CFESS (org.).

Seminário nacional: 30 anos do congresso da virada. Brasília: CFESS, 2012.

IAMAMOTO, Marilda Villela. Renovação do serviço social no Brasil e desafios contemporâneos. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 136, p. 439-461, 2019.

MOLJO, Carina Berta et al. Da organização política do serviço social: a virada crítica no contexto da autocracia burguesa. **Em Pauta – Teoria Social e Realidade Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 23, p. 41-56, 2025.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e serviço social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64.** São Paulo: Cortez, 1991.

NETTO, José Paulo. III CBAS: algumas referências para a sua contextualização. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 100, p. 650-678, 2009.

NETTO, José Paulo. O movimento de reconceituação - 40 anos depois. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 84, 2005.

NETTO, José Paulo. O serviço social e a tradição marxista. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, v. 10, n. 30, p. 89-102, 1989.

OLIVEIRA, Ana Luiza Avelar de *et al.* Serviço social no Brasil: organização política e a virada crítica. **Eleuthera - Revista Iberoamericana de Desarrollo Humano y Social**, Manizales, v. 27, n. 1, p. 167-186, jan./jun., 2025.

SOUZA, Adrianycy de; SOUZA, Daniela Neves de. Do Congresso da virada ao projeto ético-político: a maturação da intenção de ruptura. **Praia Vermelha**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, p. 23-36, jan./jul., 2012.

TONIOLO, Charles; ZANETTI, Moara. Prefácio. **Revista Em Foco**, Rio de Janeiro, v. 7, p. 7-11, set., 2011.

CAPÍTULO 12

O PROCESSO DE VIRADA CRÍTICA DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL

Daniela Leonel de Paula Mendes
Carina Berta Moljo

Introdução

Este texto apresenta uma síntese da tese de doutorado denominada *A virada crítica da formação profissional em serviço social no Brasil: o protagonismo da ABESS e os marcos históricos, teóricos e políticos*, defendida em setembro de 2025 no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) de autoria de Daniela Leonel de Paula Mendes, sob a orientação da professora Dra. Carina Berta Moljo.

A pesquisa da tese se insere dentro de uma pesquisa em rede internacional denominada *Serviço Social na história: questão social, movimentos e lutas sociais, América Latina e Europa (1960-2022)* e das pesquisas: *Fundamentos históricos e teóricos metodológicos do serviço social no Brasil e Portugal: antecedentes, memória e desafios contemporâneos* (FAPEMIG) e *Serviço social crítico no Brasil: antecedentes, história e memória* (CNPq). Considerando o caráter conciso do capítulo, apresentaremos uma síntese da tese, no intuito de despertar no leitor o interesse pela leitura integral do estudo (Mendes, 2025).

A tese analisou o processamento da virada crítica da formação profissional durante o Processo de Renovação do Serviço Social brasileiro no período de 1964 a 1985, buscando identificar seus marcos históricos, teóricos e políticos e o papel desempenhado pela

Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social (ABESS¹) neste processo. O estudo se debruçou sobre a importância da organização política da ABESS, destacando a ativa participação de seus protagonistas, que pode ser observada na dinâmica assumida nas Convenções da ABESS, assim como nos Relatórios e Resoluções da entidade no período analisado.

Partindo do entendimento de que a realidade só pode ser compreendida a partir da totalidade concreta e de que essa totalidade é multideterminada e contraditória, nosso estudo foi realizado por meio de uma pesquisa qualitativa de caráter exploratório, embasada em uma perspectiva materialista, histórica e dialética, com fundamentação na Teoria Social crítica de Karl Marx. Logo, nosso método de desvelamento da realidade foi o método marxista (Souza Filho, 2003; Kosik, 1976; Marx, 2009; 1982; Netto, 2009b).

Os procedimentos metodológicos utilizados para apreensão do objeto de estudo foram: pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e entrevista semiestruturada de final aberto. Em nossa análise bibliográfica utilizamos artigos (impressos e on-line), livros (impressos e on-line) e textos de sites de autores e instituições relacionados ao campo progressista dos Fundamentos do Serviço Social, os quais nos ajudaram a aprofundar a reflexão sobre os temas centrais da investigação. A pesquisa documental foi realizada no Centro de Memória e de Pesquisa Histórica da PUC Minas. Foram analisados documentos de 99 caixas do “Fundo Instituto de Ciências Sociais/Departamento de Serviço Social” e do “Fundo Escola de Serviço Social”. Utilizamos na tese relatórios, folders, informativos, ofícios, currículos, textos, documentos gerais, dentre outros. Por fim, realizamos entrevistas com oito mulheres², assistentes sociais,

¹ Atual Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS).

² A pesquisa foi aprovada pelo Comitê em Pesquisas com Seres Humanos da UFJF (Parecer 6.056.692 de 12/5/2023).

docentes e protagonistas político-acadêmicas da virada crítica da formação profissional no Brasil³.

A tese foi organizada em dois grandes capítulos. O primeiro abordou “A ruptura com o conservadorismo e a constituição do Serviço Social crítico: análise do processo de renovação brasileiro e a articulação com o Serviço Social latino-americano”. Já o segundo capítulo tratou sobre “As particularidades da formação profissional em Serviço Social no Brasil e sua constituição histórico-crítica: um estudo sobre o processo da virada”.

Imprescindível demarcar que a tese se fundamenta em uma concepção crítica do Serviço Social, compreendendo a profissão a partir de sua inserção na sociedade capitalista e de sua participação na reprodução das relações contraditórias entre capital e trabalho. Nessa perspectiva, a profissão é entendida como uma especialização do trabalho coletivo dentro da divisão social e técnica do trabalho própria da sociedade industrial. Sua institucionalização ocorreu com a consolidação do capitalismo monopolista (Netto, 2011), marcada pelo desenvolvimento industrial, pela expansão urbana e pela formação e crescimento do proletariado e da burguesia industrial, conforme discutido por Yamamoto (2005) e Yazbek (2009).

Nesse contexto, a exploração do trabalho pelo capital e as desigualdades geradas por esse processo produzem a chamada “questão social”, cujas expressões constituem o campo de atuação do assistente social.

A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção, mais além da caridade e repressão (Yamamoto, 2005, p. 77).

³ Devido à limitação deste texto, optamos por não inserir os documentos pesquisados e os trechos das entrevistas. Contudo, as reflexões apresentadas são fruto da análise de dados em sua totalidade.

Assim, o Serviço Social se configura como uma profissão socialmente necessária, pois oferece serviços que atendem às necessidades da classe trabalhadora ao mesmo tempo em que responde a demandas do próprio sistema capitalista (Iamamoto, 2005). Consolidada e reconhecida socialmente, a profissão atua na defesa e ampliação de direitos e é regulamentada no Brasil pela Lei nº 8.662/1993, sob orientação de um Código de Ética do mesmo ano.

A configuração atual do Serviço Social resulta de seu processo histórico-social, especialmente do Processo de Renovação Crítica do Serviço Social brasileiro, ocorrido entre 1964 e 1985, momento em que o país vivia sob a tutela de um regime empresarial militar e uma parcela significativa da categoria profissional se contrapôs, pela primeira vez, ao conservadorismo profissional histórico, como analisou Netto (2008).

Esse processo foi decisivo para redefinir o Serviço Social, permitindo sua diferenciação teórica e política e aproximando-o da teoria social crítica, especialmente da tradição marxista. Com isso, a profissão passou a se alinhar aos interesses da classe trabalhadora desenvolvendo uma postura crítica em relação à estrutura da sociedade capitalista (Netto, 2008). Além disso, essa concepção crítica impulsionou mudanças importantes na formação profissional, orientando a construção de projeto de profissão (e de formação) comprometido com a defesa de direitos e com a perspectiva de uma sociedade mais justa e igualitária.

Conforme já mencionamos, apresentaremos uma síntese dos dois capítulos da tese e os princípios achados da pesquisa.

A ruptura com o conservadorismo e a constituição do serviço social crítico: análise do processo de renovação brasileiro e a articulação com o serviço social latino-americano

O período da ditadura empresarial militar no Brasil (1964 - 1985), caracterizado por José Paulo Netto como autocracia burguesa, foi decisivo para a transformação do Serviço Social brasileiro. Nesse contexto ocorreu o Processo de Renovação da

profissão, marcado por mudanças na natureza da atuação profissional, nas demandas institucionais, na formação acadêmica e nos referenciais teóricos, políticos e ideológicos. Segundo a interpretação de Netto (2008), esse processo expressou uma relação contraditória com a tradição profissional anterior (conservadorismo), combinando continuidade, mudança e ruptura. A partir dessa dinâmica emergiu, especialmente nos anos finais do período, a base do que hoje é conhecido como Projeto Ético-Político, vinculado a perspectiva histórico-crítica.

No plano internacional, a Renovação do Serviço Social brasileiro ocorreu em meio às transformações do capitalismo no pós-segunda guerra mundial, período marcado pela hegemonia do imperialismo norte-americano durante as chamadas “três décadas de ouro” do capital (1945 -1973). Esse ciclo foi acompanhado por tensões estruturais que levariam à crise do sistema na década de 1970, evidenciada, por exemplo, na crise do petróleo (Mészáros, 2009). Na América Latina, os Estados Unidos impulsionaram uma contrarrevolução preventiva, temendo o avanço de projetos socialistas após a Revolução Cubana de 1959. Por meio de iniciativas como a Aliança para o Progresso e a atuação da *United States Agency for International* (USAID), promoveram políticas de modernização econômica e militarização que contribuíram para a instalação de regimes autoritários no continente, reforçando a dependência econômica e política da região (Iamamoto, 2022; Iamamoto *et al.*, 2022; Iamamoto; Santos 2021).

No Brasil, o golpe de 1964 resultou da convergência entre interesses das elites nacionais e do imperialismo, com o objetivo de conter forças sociais que defendiam reformas estruturais, como o movimento operário, camponês e estudantil. O regime instaurado baseou-se na doutrina de segurança nacional, combinando repressão política, controle ideológico e reorganização da economia para favorecer a expansão do capital monopolista. Embora tenha ocorrido crescimento econômico acelerado durante o chamado “milagre econômico brasileiro” (1968-1974), esse processo foi interpretado por Netto (2008) como uma modernização conservadora, caracterizada

pela industrialização e expansão do capital ao lado da intensificação da desigualdade social, concentração de renda e superexploração da força de trabalho.

Apesar do autoritarismo e da repressão, o período também foi marcado por fortes movimentos de resistência social e cultural. Estudantes, trabalhadores, setores da Igreja Católica e diversos movimentos sociais protagonizaram mobilizações pela democratização do país, pelas Reformas de Base, assim como pela ampliação de direitos. A partir do final da década de 1970, com a crise econômica e o desgaste político do regime, intensificaram-se as lutas sociais que contribuíram para a abertura política e a redemocratização. Nesse ambiente de disputas ideológicas, crítica cultural e reorganização das forças progressistas, consolidaram-se condições para a Renovação Crítica do Serviço Social, no qual parte da categoria profissional passou a questionar o conservadorismo histórico da profissão e a buscar novos referenciais teóricos, especialmente vinculados à tradição marxista (Netto, 2008).

Conforme Netto (2008) já destacou, o processo de Renovação do Serviço Social no Brasil trouxe novas características para a profissão, inéditas até os anos 1960. A primeira delas e, sem dúvida uma das mais significativas, foi o processo de laicização da profissão, implicando na revisão e questionamento das bases religiosas, típicas da emergência da profissão no Brasil. Assim, foram se construindo novas formas de compreender a profissão, que implicaram em novas formas de atuação, ou seja, no contexto da autocracia burguesa no Brasil eram construídas novas formulações profissionais, tensionando e disputando a hegemonia profissional pela primeira vez.

Embora o regime empresarial militar tenha reforçado um Serviço Social sob a modernização conservadora, que era funcional à manutenção da ordem e à execução das políticas sociais estatais, o próprio desenvolvimento econômico e institucional do período, ao mesmo tempo, ampliou o mercado de trabalho, considerando as complexas demandas profissionais que a nova ordem exigia, o que acabou por impulsionar mudanças na formação dos assistentes

sociais. A inserção do ensino de Serviço Social no âmbito universitário, a expansão das agências formadoras e o diálogo com as ciências sociais favoreceram a maturação acadêmica, a incorporação da pesquisa e a produção de conhecimento, ao mesmo tempo em que mantinham influências positivistas e funcionalistas. Esse cenário contraditório abriu espaço para reflexões sobre a profissão (Netto, 2008).

Como já mencionamos, ao longo desse processo, a Renovação do Serviço Social caracterizou-se pela laicização, pelo pluralismo teórico e pela crescente diferenciação de concepções profissionais, com disputas entre perspectivas conservadoras e críticas. Mudanças nas condições sociais e políticas, especialmente a ampliação da Questão Social e a reorganização do Estado, ampliaram as demandas por assistentes sociais e exigiram novas competências técnicas e teóricas. Assim, destacamos o papel desempenhado pela Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social (ABESS) que desde a sua gênese nos anos 1940 vinha debatendo a formação profissional e, nos anos de 1970, processou a virada crítica da formação, o que está expresso em suas Convenções do período, como mostraremos no segundo item deste capítulo. É importante destacar a XXI Convenção Nacional da ABESS realizada em Natal em 1979⁴, na qual foi aprovado o primeiro currículo crítico para o Serviço Social. Essa Convenção precedeu o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), conhecido como o Congresso da virada⁵.

⁴ Novo currículo mínimo aprovado pelo MEC em 1982.

⁵ O III CBAS, realizado em São Paulo em setembro de 1979, ficou conhecido como Congresso da Virada por marcar um momento decisivo na ruptura do Serviço Social brasileiro com o conservadorismo profissional e com a neutralidade diante da ditadura empresarial militar. Embora inicialmente organizado com uma pauta conservadora e com a participação prevista de representantes do governo, uma forte mobilização política de assistentes sociais, estudantes, docentes e entidades sindicais - especialmente articuladas pela CENEAS (Comissão Executiva Nacional de Entidades Sindicais de Assistentes Sociais) - alterou o rumo do congresso. Assembleias, intervenções nos grupos de trabalho e mudanças na programação resultaram na destituição da mesa oficial de encerramento, que incluía um

O Processo de Renovação do Serviço Social no Brasil desenvolveu-se por meio de três diferentes vertentes que coexistiram e disputaram a direção teórica e política da profissão, sendo elas: a perspectiva modernizadora, a reatualização do conservadorismo e a intenção de ruptura.

A perspectiva modernizadora foi a primeira a se afirmar, especialmente nos Seminários de Araxá (1967) e Teresópolis (1970), concebendo o Serviço Social como instrumento técnico de apoio às políticas de desenvolvimento dentro da ordem capitalista sendo, sem dúvidas, a mais alinhada com a ditadura empresarial militar. Inspirada no estrutural-funcionalismo e no neopositivismo, essa vertente buscou conferir base científica e eficiência metodológica à profissão, enfatizando planejamento, diagnóstico e intervenção técnica, alinhando-se ao projeto de modernização conservadora do regime. Já a perspectiva de reatualização do conservadorismo emergiu posteriormente, tendo como marcos o Documentos de Sumaré (1978) e Alto de Boa Vista (1984), resgatando elementos tradicionais da profissão sob nova roupagem teórica, especialmente por meio da fenomenologia e de valores de inspiração cristã, reafirmando a centralidade da ajuda psicossocial e deslocando a intervenção para o âmbito subjetivo e relacional. Embora ambas tenham incorporado elementos técnicos e acadêmicos, não romperam com a herança conservadora da profissão, mantendo-se distantes de análises estruturais da realidade social e das contradições de classe, o que limitou seu potencial renovador no interior do Serviço Social brasileiro (Netto, 2008).

A terceira direção do Processo de Renovação do Serviço Social brasileiro, denominada por Netto (2008) de intenção de ruptura, caracterizou-se pela busca de superação do Serviço Social tradicional e conservador, rompendo tanto com sua herança positivista quanto fenomenológicos. Essa vertente, considerada

ministro da ditadura, substituída por representantes dos movimentos sociais e trabalhadores, simbolizando a aproximação da profissão com as lutas democráticas e da classe trabalhadora (Abramides; Cabral, 2009; Netto, 2009a),

como uma das expressões do Movimento de Reconceituação Latino-Americano no Brasil, teve sua emergência entre 1972 e 1975, principalmente, na Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais (ESS/UCMG), onde foi formulado o chamado Método Belo Horizonte (BH). A experiência mineira articulou formação profissional, pesquisa e extensão, inspirada por influências do marxismo, da pedagogia de Paulo Freire, da esquerda católica e das lutas sociais do período. O projeto propunha uma profunda reestruturação curricular baseada na integração entre teoria e prática, na investigação da realidade social e na formação crítica do assistente social. Contudo, apesar de sua importância pioneira, a experiência foi interrompida em 1975 em meio à repressão da ditadura militar e a conflitos políticos que levaram à “demissão” coletiva de docentes. Mesmo interrompida, a proposta da escola mineira deixou um legado fundamental para a profissão (Batistoni, 2019; 2021).

Conforme Netto (2008), será no final dos anos 1970 e início dos 1980, com a crise da ditadura e a rearticulação dos movimentos sociais, que a perspectiva de intenção de ruptura passará por um processo de consolidação acadêmica, marcado pela produção intelectual crítica nas universidades e pela aproximação mais rigorosa com o marxismo. Um marco desse momento foi o livro *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil* (1982), de Marilda Yamamoto e Raul de Carvalho, que analisou a profissão inserida nas relações sociais capitalistas e criticou visões fatalistas e voluntaristas do trabalho profissional. Netto sinaliza um terceiro momento da Intenção de Ruptura, no qual essa perspectiva se espraia para a categoria profissional, influenciando debates profissionais, currículos de formação e organizações representativas. Assim, a intenção de ruptura consolidou-se como vetor central do Processo de Renovação do Serviço Social brasileiro, contribuindo para a construção de uma análise crítica da profissão e para a formulação de seu Projeto Ético-Político (Abramides; Cabral, 2009; Netto, 2009a).

Dessa forma, podemos afirmar que o processamento da virada foi resultado de um acúmulo político construído ao longo das

décadas de 1960 e 1970, marcado pela reorganização sindical da categoria, pela influência do Movimento de Reconceituação Latino-Americano, pela atuação de assistentes sociais em movimentos sociais e pela crítica crescente ao conservadorismo na formação e no exercício profissional. O III CBAS expressou a inserção do Serviço Social nas lutas pela redemocratização do país e contribuiu para quebrar a hegemonia conservadora nas entidades profissionais⁶, impulsionando mudanças na organização política da categoria, na formação acadêmica e na produção de conhecimento. Assim, o III CBAS tornou-se um marco histórico da virada crítica do Serviço Social brasileiro (Abramides; Cabral, 2019; Netto, 2009a).

O Movimento de Reconceituação Latino-Americano (MRLA), ocorrido em diferentes países da América Latina durante os anos de 1965 e 1975, teve profundas relações com a direção da intenção de ruptura do processo renovador brasileiro, representando um marco histórico na construção da perspectiva crítica do Serviço Social no continente, marcado pela contestação ao tradicionalismo profissional, às influências teóricas importadas e ao caráter conservador do trabalho profissional. Pode ser considerado como seu marco fundacional o I Seminário de Serviço Social Face às Mudanças Sociais na América Latina, realizado em Porto Alegre em 1965 (Aquino; Batistoni; Scheffer, 2022), mas, é importante destacar que o movimento foi impulsionado pelas transformações sociais e políticas da época, pelo florescimento e radicalização das lutas sociais, assim como pela crítica ao imperialismo, buscando construir um Serviço Social “verdadeiramente latino-americano” comprometido com as trabalhadoras. Conforme destacam Moljo, Silva e Zampani (2017), o Movimento de Reconceituação recebeu influências teóricas da Teologia da Libertação, da Teoria da Dependência, do pensamento de Paulo Freire e de diferentes vertentes do marxismo, ainda que inicialmente apropriadas de

⁶ Entendemos que a quebra da hegemonia conservadora no âmbito da ABESS iniciou em sua XXI Convenção, a qual é anterior ao III CBAS.

forma parcial ou mediada por diversas interpretações. O movimento promoveu debates sobre os fundamentos da profissão, criticou o pragmatismo e o tecnicismo do Serviço Social tradicional e impulsionou mudanças na formação, na pesquisa e na organização profissional, com destaque para o papel de entidades como a Associação Latino-Americana de Escolas de Trabalho Social (ALAETS) e o Centro Latinoamericano de Trabajo Social (CELATS). Apesar de suas heterogeneidades internas e das dificuldades impostas pelas ditaduras latino-americanas, o MRLA contribuiu decisivamente para a construção de uma perspectiva crítica no Serviço Social e para a aproximação da profissão com as lutas sociais e os projetos societários da classe trabalhadora no continente (Alayón, 2023a; Iamamoto, 2008a; Lopes, 2016; Moljo; Silva; Zampani, 2017).

As particularidades da formação profissional em serviço social no Brasil e sua constituição histórico-crítica: um estudo sobre o processo da virada

Neste capítulo em análise a nossa principal questão foi compreender as transformações operadas na formação profissional no período que analisamos, destacando os pressupostos teórico, metodológicos, ético e políticos com os quais rompemos e buscando responder os motivos que balizaram a virada. Para compreender esse processo foi necessário analisar a formação profissional em Serviço Social no Brasil com foco no período da renovação profissional (1964 a 1985), sem deixar de referenciar o percurso tradicional/conservador que estruturou de forma medular a formação acadêmica desde sua gênese até o período da Renovação. Sabemos que o projeto tradicional/conservador não deixou de existir nas disputas pela direção social da profissão em toda sua história, todavia, deixou de ser a direção central a partir do fim da década de 1970 e início dos anos 1980, seguindo o currículo mínimo aprovado pelo ABESS em 1979 e pelo MEC em 1982.

A formação em Serviço Social no Brasil teve início na década de 1930, acompanhando o surgimento da profissão no país, e desde então tem sido marcada por diferentes projetos político-pedagógicos que expressam disputas sobre a direção social da profissão. O primeiro curso foi criado em 1936 na Escola de Serviço Social de São Paulo, em um contexto de industrialização e ampliação da intervenção do Estado diante da questão social. Nesse período inicial, a formação foi fortemente influenciada pela Igreja Católica e por seu pensamento social, baseado no neotomismo e em uma perspectiva moralizadora e conservadora, que entendia os problemas sociais como desajustes individuais e atribuía ao assistente social um papel educativo e disciplinador da classe trabalhadora, em consonância com os interesses do Estado, do empresariado e do projeto de manutenção da ordem social vigente (Cardoso, 2016; Yamamoto, 2008b; Yazbek, 2018).

Essa formação inicial do Serviço Social no Brasil, destacando seus primeiros currículos⁷, era fortemente influenciada por perspectivas morais, biológicas e religiosas, com disciplinas voltadas à compreensão e correção dos “desajustes” individuais segundo princípios cristãos e conservadores. A partir da década de 1940, com a expansão da industrialização, do proletariado urbano e da intervenção estatal nas expressões da questão social, a profissão passou por um processo de profissionalização e tecnificação, incorporando metodologias do Serviço Social norte-americano (caso, grupo e comunidade) e influências positivistas e funcionalistas das ciências sociais. Nesse contexto, o Serviço Social se institucionalizou como profissão assalariada, vinculada à execução de políticas sociais estatais e empresariais, voltada à gestão da questão social no capitalismo. Paralelamente, ocorreu a organização institucional da formação profissional, com a criação

⁷ A Escola de São Paulo teve 10 currículos (1936 a 1945), os quais expressavam a concepção tradicional/conservadora que norteou a profissão nesse período, tendo em vista que foram estes os currículos usados pelas demais escolas, já que não havia ainda um currículo nacional (Cardoso, 2016).

da ABESS em 1946, a expansão das escolas e a regulamentação do ensino e da profissão nas décadas seguintes, consolidando a hegemonia de um projeto formativo conservador alinhado às demandas do Estado e do capital (Carvalho, 2005; Iamamoto, 2008b; Yazbek, 2018).

Desde a origem do Serviço Social no Brasil até o final do período de renovação profissional foram instituídos quatro currículos mínimos nacionais (1953, 1962, 1970 e 1979/1982), sendo que apenas o último representou efetivamente o início da ruptura crítica com o conservadorismo. O primeiro currículo mínimo, criado em 1953, padronizou nacionalmente a formação, que antes seguia principalmente o modelo da Escola de Serviço Social de São Paulo, e foi definido pelas entidades da categoria com aprovação do Ministério da Educação. Nesse mesmo contexto, a Lei nº 1.889/1953 oficializou a inserção do curso no ensino superior e regulamentou a formação em nível nacional, abrindo espaço para disputas sobre a direção social do projeto formativo. Apesar desse avanço institucional, o currículo de 1953 manteve a hegemonia de um projeto profissional conservador e modernizador, evidenciado tanto pela organização dos conteúdos quanto por exigências como o “atestado de idoneidade moral” para matrícula, refletindo a orientação tradicional e moralizante que marcava a formação técnica do período (Cardoso, 2016; Santos, 2024).

No início da década de 1960 ocorreu a revisão do currículo mínimo de 1953, resultando no Parecer nº 286/1962 e na Resolução nº 512/1964, que instituíram um novo currículo para os cursos de Serviço Social. Esse período foi marcado pela expansão da profissão e pela modernização de seu aparato teórico e técnico, com maior sofisticação de métodos e técnicas baseados na teoria social positivista e na influência do Serviço Social norte-americano, expressa nas disciplinas de Serviço Social de caso, grupo e comunidade, além de administração. Ao mesmo tempo, permaneceram disciplinas tradicionais, como higiene e medicina, evidenciando a continuidade de elementos tradicionais. Inicialmente, o curso tinha duração de três anos, mas, a partir de

solicitação da ABESS e das escolas, foi ampliado para quatro anos letivos em 1964. Apesar das mudanças, os documentos da época revelam a permanência de uma concepção profissional tradicional e moralizante, que enfatizava a formação moral do assistente social para atuar como orientador e conselheiro de indivíduos, famílias e grupos considerados “desajustados” (Cardoso, 2016; Santos, 2024).

Em 1970, o currículo mínimo do Serviço Social passou por nova revisão, com duração mínima definida de três e máxima de cinco anos e mantendo a perspectiva conservadora modernizadora predominante desde 1953. Estruturado sob forte influência do positivismo, funcionalismo e fenomenologia, o currículo priorizava a aplicação prática da teoria, focando na preparação técnica do assistente social para atuar com indivíduos, grupos e comunidades, com ênfase em métodos e instrumentos específicos, mantendo valores ético-morais e uma visão da Questão Social centrada no ajuste do indivíduo às condições sociais. O impulso da modernização conservadora, nos marcos do Processo de Renovação do Serviço Social na formação profissional, pode ser observado na introdução da disciplina de Política Social, sob influência dos resultados dos Seminários de Araxá (1967) e Teresópolis (1970). Dessa forma, o currículo permaneceu alinhado ao projeto político-pedagógico conservador, subordinado à lógica capitalista e ao humanismo cristão, fortalecendo uma identidade profissional marcada pelo assistencialismo, caridade e paternalismo (Cardoso, 2016; Santos, 2024).

Portanto, a vigência dos currículos iniciais da Escola de São Paulo e dos currículos nacionais de 1953, 1962 e 1970 consolidaram quase cinquenta anos de hegemonia conservadora, preparando assistentes sociais para o mercado de trabalho e para a manutenção da ordem social vigente, ainda que tensões internas e a emergência de concepções críticas já começassem a desafiar esse paradigma (Cardoso, 2016; Santos, 2024).

A mudança só foi concretizada a partir dos processos ocorridos no decorrer da década de 1970 e meados de 1980, os quais

culminaram na aprovação, em 1979/1982, do primeiro currículo nacional considerado crítico.

Na tese privilegiamos a síntese e análise dos acontecimentos das Convenções da ABESS realizadas ao longo da década de 1970 e primeira metade da década de 1980, a fim de compreender as particularidades da formação profissional e o caminho da virada crítica expresso nesses encontros. As Convenções analisadas foram: Convenção de Florianópolis/SC realizada em 1971; Convenção de São Luís/Maranhão realizada em 1973; Convenção de Piracicaba/São Paulo realizada em 1975; Convenção de Belo Horizonte/Minas Geras realizada em 1977; Convenção de Natal/RN realizada em 1979; Convenção de Vitória/Espírito Santo realizada em 1981; Convenção de João Pessoa/Paraíba realizada em 1983 e Convenção de Niterói/Rio de Janeiro realizada em 1985.

Entre 1970 e 1985, o Serviço Social brasileiro processou a virada crítica da formação profissional, superando a hegemonia conservadora dos currículos anteriores. Esse período foi marcado por intensos debates, articulações e reflexões teóricas e políticas nos espaços da ABESS, especialmente durante suas Convenções, que funcionaram como centros de definição de rumos para a formação profissional. A análise desses encontros - de Florianópolis (1971) a Niterói (1985) - revela como se estruturou a constituição crítica da formação, destacando a construção coletiva de uma consciência profissional que começou a questionar práticas assistencialistas e a subordinação à ordem social capitalista, preparando o terreno para o rompimento com a tradição conservadora e a emergência de perspectivas críticas no Serviço Social (Mendes, 2025).

O Processo de Renovação crítica da formação profissional em Serviço Social no Brasil se consolidou ao longo da década de 1970 e meados da década de 1980, articulando mudanças curriculares, expansão da pós-graduação, acesso a novas bibliografias e pesquisas universitárias. Os intensos debates que aconteceram nas Convenções da ABESS, assim como as decisões nessas Convenções revelaram a importância do caráter político e teórico da militância docente e profissional, que impulsionou a virada crítica. É possível

analisar o processamento da virada profissional demonstrado na Convenção de 1973, na qual se apresenta, não sem debate, a experiência da ESS/UCMG e a discussão sobre o Movimento de Reconceituação Latino-Americana, marcando o início de um debate crítico e democrático dentro da própria ABESS, sinalizando a necessidade de revisão da formação profissional (Mendes, 2025).

Ao longo das Convenções de 1975, 1977 e 1979, o processo de virada se desenvolveu de forma gradual e dialética, refletindo tensões entre conservadorismo e intenção de ruptura. A Convenção de 1979 representou o ápice do movimento crítico, com a aprovação do primeiro currículo mínimo nacional voltado à perspectiva crítica, ainda que com limites e lacunas herdadas do tradicionalismo. Esse currículo foi oficialmente reconhecido pelo MEC em 1982 por meio do Parecer nº 412 de 05/08/1982 e da Resolução nº 6 de 23/09/1982, consolidando a democratização da ABESS e permitindo a eleição de lideranças críticas, como Josefa Batista Lopes em 1981, reforçando a articulação entre ensino, pesquisa e extensão, além de conectar a profissão às lutas sociais e à realidade política da época (Mendes, 2025).

Embora o currículo mínimo de 1979/1982 representasse um avanço, ainda apresentava desarticulações internas e certo ecletismo, refletindo a tensão entre forças conservadoras e renovadoras e mantinha desafios na questão de metodologia e sustentação teórica. Ainda assim, ele marcou a virada crítica da formação em Serviço Social no Brasil, iniciando o rompimento com o conservadorismo dos currículos anteriores. Inspirado em concepções marxistas e influenciado pelo Movimento de Reconceituação Latino-Americano, introduziu uma base estruturada no eixo história/teoria/método, com compromisso político voltado aos setores subalternos e à realidade social (Netto, 1986).

Considerações finais

A nossa pesquisa demonstrou que a virada crítica da formação profissional não ocorreu de forma repentina, mas constituiu-se em

um processo prolongado, especialmente entre 1973 e 1982, com marcos iniciais na Convenção da ABESS de 1973 em São Luís (MA), culminando na regulamentação do currículo mínimo pelo MEC em 1982. As convenções de 1973, 1975, 1977 e 1981 desempenharam papéis importantes na construção gradual dessa virada, consolidando a perspectiva crítica que confrontava o conservadorismo profissional. A XXI Convenção de 1979 e o currículo mínimo de 1979/1982 representaram a concretização política e acadêmica dessa transformação, sendo que a militância crítica também se articulou em outros espaços, como sindicatos, movimentos estudantis, organismos internacionais e instituições de ensino (Mendes, 2025).

A pesquisa também evidenciou a influência internacional, especialmente do Movimento de Reconceituação Latino-Americano (1965-1975) e de experiências formativas locais como a da ESS/UCMG em Minas Gerais (1972-1975), que introduziu o chamado “Método BH” como primeiro projeto pedagógico crítico no país. Esse intercâmbio latino-americano e a presença de protagonistas de BH nas Convenções nacionais foram decisivos para consolidar a perspectiva crítica e vincular a formação profissional brasileira a debates progressistas e marxistas, reforçando a aproximação do Serviço Social com projetos societários democráticos e de transformação social (Mendes, 2025).

O estudo mostrou que a virada crítica da formação profissional foi fruto de disputas entre conservadorismo e progressismo, expressas em encontros, currículos e posicionamentos profissionais, culminando em uma vitória histórica do campo crítico-progressista. A ABESS e seus protagonistas desempenharam papel central nesse processo coletivo e multideterminado, consolidando uma perspectiva de ruptura que orientou a formação do Serviço Social brasileiro e o posicionamento crítico da profissão durante e após a ditadura empresarial militar. O currículo mínimo de 1979/1982 simbolizou o início de uma nova hegemonia acadêmico-profissional, refletindo

a perspectiva crítica na formação, vinculada à transformação social e à resistência ao conservadorismo (Mendes, 2025).

O estudo da virada crítica da formação profissional evidenciou que, mesmo sob a ditadura empresarial militar, houve resistência e mobilização coletiva da categoria, com destaque para a atuação da ABESS e de seus protagonistas. Ao resgatar memórias, documentos e entrevistas, a pesquisa demonstrou como se consolidou a perspectiva crítica no Serviço Social.

Referências

ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa; CABRAL, Maria do Socorro Reis. 40 ANOS DO “Congresso da Virada”. In: SILVA, Maria Liduína de Oliveira e (org.). **Congresso da virada e o serviço social hoje: reação conservadora, novas tensões e resistências**. São Paulo: Cortez, 2019.

ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa; CABRAL, Maria do Socorro Reis. A organização política do Serviço Social e o papel da CENEAS/ANAS na virada do Serviço Social brasileiro. In: Conselho Federal de Serviço Social (CFESS); Conselho Regional de Serviço Social - S. Paulo (CRESS- 9ª Região); Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS); Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO). (org.). **30 anos congresso da virada**. Brasília: CFESS; CRESS-SP; ABEPSS; ENESSO, 2009.

ALAYÓN, Noberto. El movimiento de reconceptualización - una mirada crítica - 2004. In: ALAYÓN, Noberto (org.). **El trabajo social en contexto histórico**. Guatemala: Universidad de San Carlos de Guatemala (USAC) - Escuela de Trabajo Social, 2023a.

ALAYÓN, Noberto. La reconceptualización del trabajo social 50 años después - 2015. In: ALAYÓN, Noberto (org.). **El trabajo social en contexto histórico**. Guatemala: Universidad de San Carlos de Guatemala (USAC) - Escuela de Trabajo Social, 2023b.

AQUINO, Isaura Gomes de Carvalho; BATISTONI, Maria Rosângela; SCHEFFER, Graziela. Expressões da reconceituação do serviço social no Brasil: projetos profissionais em disputa. *In*: EIRAS, Alexandra Aparecida Leite Toffanetto Seabra; MOLJO, Carina Berta; DURIGUETTO, Maria Lúcia (org.) **Perspectivas histórico-críticas no serviço social**: América Latina, Europa e EUA. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2022.

BATISTONI, Maria Rosângela. Aproximações à tradição marxista no projeto da Escola de Serviço Social de Belo Horizonte: problematizações necessárias. *In*: IAMAMOTO, Marilda Villela; SANTOS, Claudia Mônica dos. (org.). **A história pelo avesso**: a reconceituação do Serviço Social na América Latina e interlocuções internacionais. São Paulo: Cortez, 2021.

BATISTONI, Maria Rosângela. O projeto da Escola de Serviço Social de Belo Horizonte – 1960/1975: uma reconstrução histórica. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 136, p. 538-558, set./dez. 2019.

CARDOSO, Priscila Fernanda Gonçalves. 80 anos de formação em serviço social: uma trajetória de ruptura com o conservadorismo. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 127, p. 430-455, 2016.

CARVALHO, Raul de. Aspectos da história do Serviço Social no Brasil. *In*: IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e serviço social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 17ª ed. São Paulo: Cortez, 2005.

IAMAMOTO, Marilda Villela *et al.* A importância da pesquisa acadêmica do Centro Latinoamericano de Trabajo Social (CELATS) no contexto da reconceituação do serviço social na América Latina. *In*: EIRAS, Alexandra Aparecida Leite Toffanetto Seabra; MOLJO, Carina Berta; DURIGUETTO, Maria Lúcia (org.) **Perspectivas histórico-críticas no serviço social**: América Latina, Europa e EUA. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2022.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O serviço social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 15ª ed. São Paulo: Cortez, 2008a.

IAMAMOTO, Marilda Villela. Prefácio. *In*: EIRAS, Alexandra Aparecida Leite Toffanetto Seabra; MOLJO, Carina Berta;

DURIGUETTO, Maria Lúcia (org.) **Perspectivas histórico-críticas no serviço social**: América Latina, Europa e EUA. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2022.

IAMAMOTO, Marilda Villela. Proposta de interpretação histórico-metodológica. *In*: IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e serviço social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 17ª ed. São Paulo: Cortez, 2005.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Renovação e conservadorismo no serviço social**: ensaios críticos. 10ª ed. São Paulo: Cortez, 2008b.

IAMAMOTO, Marilda Villela; SANTOS, Claudia Mônica dos. Introdução. *In*: IAMAMOTO, Marilda Villela; SANTOS, Claudia Mônica dos. (org.). **A história pelo avesso**: a reconceituação do Serviço Social na América Latina e interlocuções internacionais. São Paulo: Cortez, 2021.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 3ª ed., 1976.

LOPES, Josefa Batista. O Movimento de reconceituação do serviço social na América Latina como marco na construção da alternativa crítica na profissão: a mediação da organização acadêmico-política e o protagonismo do serviço social brasileiro. *In*: SILVA, Maria Liduína Oliveira e (org.). **Serviço social no Brasil**: história de resistências e de ruptura com o conservadorismo. São Paulo: Cortez, 2016. p. 311-344.

MARX, Karl. **Miséria da filosofia**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MARX, Karl. **Para a crítica da economia política**. Salário, preço e lucro. O rendimento e suas fontes. A economia vulgar. São Paulo: Civita, 1982.

MENDES, Daniela Leonel de Paula. **A virada crítica da formação profissional em serviço social no Brasil**: o protagonismo da ABESS e os marcos históricos, teóricos e políticos. 2025. 621f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2025. Disponível em: <https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/19728?locale=pt_BR>. Acesso em 28 fev. 2026.

MÉSZÁROS, István. **A crise estrutural do capital**. Tradução Francisco Raul Cornejo. São Paulo: Boitempo, 2009, p. 17-46.

MOLJO, Carina Berta; SILVA, José Fernando Siqueira da; ZAMPANI, Roberto. Movimento de reconceituação e serviço social argentino. Rio de Janeiro: **Em Pauta – Teoria Social e Realidade Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 40, p. 118-135, dez., 2017.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e serviço social**. 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e serviço social: uma análise do serviço social no Brasil pós-1964**. 12ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.

NETTO, José Paulo. III CBAS: algumas referências para a sua contextualização. *In*: Conselho Federal de Serviço Social (CFESS); Conselho Regional de Serviço Social - S. Paulo (CRESS- 9ª Região); Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS); Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO). (org.). **30 anos congresso da virada**. Brasília: CFESS; CRESS-SP; ABEPSS; ENESSO, 2009a.

NETTO, José Paulo. Introdução ao método da teoria social. *In*: Conselho Federal de Serviço Social (CFESS); Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS). (org.). **Serviço social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília-DF: CFESS; ABEPSS, 2009b.

NETTO, José Paulo. Teoria, método e história na formação profissional. **Cadernos ABESS**, n. 1 - O processo de formação do assistente social. São Paulo: Cortez; ABESS/CEDEPSS, 1986.

SANTOS, Sandra Rodrigues dos. **Incidência do marxismo no serviço social brasileiro (1960-1979)**. 2024. 446f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2024.

SOUZA FILHO, Rodrigo de. Apontamentos sobre o materialismo dialético. **Libertas**, Juiz de Fora, v. 2, n. 2, jul./dez., 2002 - v. 3, n.1/2, p. 115-130, jan./dez., 2003.

YAZBEK, Maria Carmelita. Fundamentos históricos e teórico-metodológicos e as tendências contemporâneas no serviço social. *In*:

GUERRA, Yolanda *et al.* (org.). **Serviço social e seus fundamentos: conhecimento e crítica.** Campinas: Papel Social, 2018.

YAZBEK, Maria Carmelita. O significado sócio-histórico da profissão. *In:* Conselho Federal de Serviço Social (CFESS); Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS). (org.). **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais.** Brasília: CFESS/ABEPS, 2009.

CAPÍTULO 13

O PROJETO ACADÊMICO-PROFISSIONAL DA ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL DA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS (1972-1975): ALGUNS APONTAMENTOS DE SEU SIGNIFICADO E LEGADO

Gabriele Ponciano da Silva

Introdução

A reestruturação curricular ocorrida na então Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais (ESS-UCMG) no limiar da década de 1970 possui um significado ímpar no bojo do Movimento de Reconceituação latino-americano. Reconhecida por seu caráter pioneiro e ousado — particularmente pela consolidação do Método BH — essa reformulação consolidou-se a partir da reelaboração teórica que revisitou criticamente o Método Básico chileno¹; da reestruturação curricular do projeto de formação profissional da Escola; e da experimentação concreta em projetos de extensão e campos de estágio (Batistoni, 2021).

É nesse processo que a perspectiva da “intenção de ruptura”, no contexto do Serviço Social brasileiro, teve seu núcleo inicial. A partir de um giro teórico-metodológico — que questionava o Serviço Social tradicional e sua base de fundamentação —, a escola belo-horizontina encaminhou uma profunda reformulação das

¹ O Método Básico chileno foi a proposta metodológica desenvolvida durante o movimento de Reconceituação do Serviço Social, na Universidad Católica do Chile/Santiago. Apresentada no Encontro de Caracas (1969), surgiu como uma crítica radical à fragmentação do método tradicional (caso, grupo, comunidade), defendendo um processo metodológico único e integrado que permitisse uma compreensão e atuação mais totalizante e crítica perante a realidade latino-americana.

disciplinas, suas ementas, com a adoção de novos referenciais teóricos de cariz crítico, os quais refletiram em práticas inovadoras de estágio e extensão. Em suma, afirmou-se em um projeto acadêmico-profissional marcado pelo confronto ao conservadorismo historicamente reverberado no Serviço Social brasileiro, além de estabelecer-se, concretamente, por um “ineliminável caráter de oposição” à ditadura empresarial militar e seu projeto de modernização conservadora e tecnocrata (Silva, 1991; Netto, 2011; Batistoni, 2021).

Contudo, observa-se que a experiência reconceituadora da ESS-UCMG permaneceu insuficientemente decifrada pela produção teórica do Serviço Social brasileiro, em razão dos condicionamentos impostos pela ditadura empresarial militar e pela predominância da perspectiva de uma modernização conservadora no meio profissional (Portella, 1992; Netto, 2011; Batistoni, 2021).

A partir dessas considerações, que nos dedicamos a pesquisar reestruturação curricular da ESS-UCMG ocorrida na entrada da década de 1970, em sintonia com Movimento de Reconceituação latino-americano. Tomou-se tal experiência como objeto de estudo a partir da hipótese de que ela ainda não foi apreendida em sua inteireza. Desse modo, o resgate da reestruturação curricular, por meio do conhecimento das ementas e programas das disciplinas, bem como das experiências de estágio e de extensão desenvolvidas no período, configurou-se elemento central para uma reconstrução analítica da experiência reconceituadora belo-horizontina.

Neste capítulo, sistematizamos os elementos centrais da tese intitulada *Serviço Social na História: Apontamentos ao legado do projeto acadêmico-profissional da Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais (1972-1975)*². A elucidação aqui contribui

²Tese realizada sob a orientação da Professora Dra. Maria Lúcia Duriguetto e coorientação da Professora Dra. Maria Rosângela Batistoni, a partir do estreito diálogo possibilitado pelo Grupo de Pesquisa Luta de Classes e Serviço Social (LUCLASS), que integra a pesquisa em rede, *O Serviço Social na História: questão social, movimentos e lutas sociais na América Latina e Europa (1960-2020)*. O trabalho

para apreensão dos significados da experiência belo-horizontina, situando-a como um marco na particularidade brasileira, a partir do diálogo profícuo estabelecido com os aportes críticos proporcionados no bojo da Reconceituação latino-americana e que legou as bases do atual projeto acadêmico-profissional.

A experiência reconceituadora da ESS-UCMG: alguns apontamentos ao seu significado e legado

Ao revisitar a experiência da ESS-UCMG, foi possível identificar as linhas de continuidade e descontinuidade que possibilitaram o avanço da “intenção de ruptura” no Serviço Social brasileiro. Para tanto, inspirou-se no provérbio africano: *Nunca é tarde para voltar e apanhar o que ficou para trás*, representado pela *adinkra* Sankofa, que reconhece a importância de se aprender com o passado. Ao considerar a relação entre passado, presente e futuro, o provérbio indica que, para compreender o presente e construir o futuro, é necessário rever o passado.

O contato com a reestruturação curricular da ESS-UCMG, entre 1972 e 1975, no bojo da Reconceituação latino-americana, guiou-se por um movimento de Sankofa, a partir do reconhecimento do significado da experiência mineira para o Serviço Social. Buscou-se, assim, identificar os caminhos possíveis explicitados no ousado projeto acadêmico-profissional belo-horizontino, desenvolvido em um contexto de profundas adversidades devido ao regime da ditadura empresarial-militar. Tais caminhos são capazes de inspirar o enfrentamento dos desafios do presente, que estão marcados pelo avanço da extrema direita e pelas consecutivas derrotas ao campo do trabalho, e que se verificam no enfrentamento da crise estrutural do capital,

vincula-se ao subgrupo de pesquisadores alinhado ao eixo temático: aproximações da profissão com as lutas sociais na organização das classes trabalhadoras e suas expressões nos Fundamentos do Serviço Social.

expressa pela reestruturação produtiva, contrarreforma do Estado e avanço da hegemonia das finanças (Iamamoto, 2008).

Revisitar o passado é fundamental para se considerar os desafios do presente, na medida em que tal movimento é crucial para compreender tanto o passado recente quanto o ineditismo das atuais condições históricas (Iamamoto; Santos, 2021). Alinha-se, assim, ao que Netto (2016) aponta como a tarefa fundamental do Serviço Social: aprofundar o conhecimento da sua história, superando a escassez de sistematizações com abordagens abrangentes. Essa escassez se verifica pela prevalência de pesquisas de cunho mais localizados e particulares, que embora possuam um significado ímpar para o Serviço Social na produção do conhecimento, geraram uma hipertrofia de estudos nesse viés e de atrofia das abordagens históricas. Requer-se, portanto, a necessidade de estudos que comportem elementos para uma “nova história do Serviço Social no Brasil”, em um movimento que não se restringe ao mero conhecimento do passado, mas que busque explicitar o processo histórico da profissão (Netto, 2016).

Nessa direção o processo de reconstrução analítica da experiência reconceituadora da ESS-UCMG, valeu-se da articulação entre pesquisa bibliográfica e documental, tanto de produções acadêmicas - com destaque para as contribuições de Santos (1985); Silva (1991); Portella (1992), Barbosa (1998); Netto (2011); Batistoni (2017; 2021) e Iamamoto e Santos (2021) - quanto de documentos fundamentais como: a) o documento básico para reforma do currículo; b) o texto *A prática como fonte de teoria*; c) o projeto de reestruturação da ESS-UCMG; d) a “Análise histórica da orientação metodológica da Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais”, além do acesso a um Trabalho de Estágio de Campo (T.E.C.) sistematizado na experiência piloto do Método-BH em Itabira-MG.

Essa diversidade de fontes permitiu uma abordagem densa do objeto de estudo apreendido a partir de uma concepção histórica, que contribuiu para a realização de um panorama histórico, econômico, sociopolítico e cultural do Brasil e da América

Latina na década de 1960, explicitando as bases sociopolíticas e socioprofissionais que fundamentaram a experiência da ESS-UCMG nos anos 1970. Nessa direção, nossas análises valeram-se das contribuições do método de investigação da teoria social desenvolvida por Marx, recorrendo às categorias da totalidade, da contradição e da mediação. Ao resgatarmos o significado do aspecto histórico para uma apreensão da realidade em perspectiva de totalidade, consideramos que a totalidade histórica é determinada pelos processos vigentes em cada tempo histórico, o que nos permitiu identificar as linhas de continuidade e descontinuidade na trajetória do Serviço Social brasileiro.

As análises desenvolvidas a partir desta concepção teórico-metodológica nos permitiram não apenas caracterizar o Serviço Social brasileiro em seu processo de emergência e institucionalização, mas principalmente identificar as linhas de continuidade e descontinuidade em sua trajetória. Essa verificação foi realizada considerando as particularidades sociopolíticas e socioprofissionais que se explicitam através de mediações que articulam os aspectos históricos, econômicos, sociopolíticos e culturais.

Sob essa ótica, os primeiros anos da década de 1960 revelam-se cruciais. Verificou-se naquele período a intensificação da tensão entre os interesses dos setores subalternizados, influenciados pelo “populismo e sua política de massas”, e os segmentos da classe dominante. Estes últimos buscavam concentrar o poder político, visando influenciar as organizações e movimentos das classes subalternas para dar continuidade ao seu projeto de “modernização” associado ao capital estrangeiro, com o mínimo de entraves possível. Explicitavam-se, naquele momento, os antagonismos entre projetos societários distintos que incidiam diretamente sobre a profissão.

A crescente mobilização desses segmentos aliou-se à organização de estudantes, professores e intelectuais de diversas áreas, incluindo o Serviço Social, que passou a atuar ativamente no desenvolvimento de programas, movimentos e partidos. Esses

grupos articularam-se em torno de um objetivo central: as Reformas de Base, que propunham mudanças estruturais como requisito fundamental para o avanço social e econômico do país (Ammann, 1987).

No tocante à organização dos setores subalternizados, tratava-se de um campo diverso de organizações e movimentos sociais envolvendo setores do movimento estudantil, sindicatos (operário e rural) e partidos. Silva (1991, p. 83) destaca o papel desempenhado pelos sindicatos nesse período, que já vinham se expressando desde meados da década de 1950, com a articulação de trabalhadores da cidade e do campo, e alcançam maiores proporções com a criação de organizações intersindicais como Pacto de Unidade de Ação (PUA), Pacto de Ação Conjunta (PAC), Comando Geral dos Trabalhadores, bem como as confederações como as Ligas Camponesas, o Grupo dos Onze etc.

É importante sublinhar que, nesse momento, a hegemonia exercida pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB) no plano político e cultural das esquerdas, na entrada da década de 1960, passa por uma refração como desdobramento do cenário internacional que explicitou os desvios protagonizados por Stalin, e que pautaram a autocritica do partido apresentada no pós XX Congresso dos PCUS. Ao se alinhar às novas orientações do Partido Soviético, o PCB passa por um processo de revisão interna e de crítica ao stalinismo que rendeu momentos de acirramentos e rupturas. As dissidências explicitadas no interior do partido culminaram na conformação do PCdoB, em 1962 (Silva, 1991)³.

No conjunto das referidas organizações passa a ser notória a influência de um segmento vinculado a Igreja Católica e designado por “esquerda católica”, sendo um setor que explicita um distanciamento das posições clássicas da Igreja, enunciadas desde o final do século XIX e atualizadas no contexto da década de 1930, com o avanço de reflexões e ações de cunho político que colocavam

³ Observa-se ainda nesse período o surgimento de outras organizações de esquerda como POLOP, em 1961; MR-8, em 1966; ALN e PCBR, em 1968.

em questão o tradicional entendimento de “apostolado social” (Silva, 1991).

Na América Latina e no Brasil, as reflexões se voltaram à situação da miséria e opressão que marcavam amplos segmentos da população e à situação do subdesenvolvimento e dependência das nações do Terceiro Mundo. Entendendo ser missão do cristão a transformação das estruturas injustas, esses segmentos dedicaram-se a amplas campanhas de conscientização e de mobilização de trabalhadores urbanos e rurais, assim como de estudantes e intelectuais. Especialmente os militantes dos movimentos de juventude ligados à Ação Católica e ao MEB (Movimento de Educação de Base), destacaram-se na luta pela construção de uma sociedade que, superando o capitalismo, fosse além dos impasses do “socialismo real” (Silva, 1991, p. 83).

A emersão deste setor ganha contornos com a interlocução estabelecida através da inserção da Juventude Universitária Católica (JUC) no espaço universitário que possibilitou a aproximação as correntes de pensamento de inspiração socialista e comunista (Ridenti, 1998). Cabe destacar que, a JUC explicita-se no bojo da Ação Católica Brasileira (ACB), a princípio, nos moldes de Associação dos Universitários Católicos criada em 1929. Avança em sua organização enquanto JUC ao longo da década de 1930, mas só por volta de 1950 passa ter uma abrangência nacional no interior da ACB. Seu desenvolvimento e atuação são permeados pelos atravessamentos da Igreja Católica, pela conjuntura nacional e regional, configurando-se em um movimento social significativo no interior do movimento estudantil brasileiro bem como na conformação da chamada “esquerda católica” (Portella, 1992; Ridenti, 1998).

Além das interlocuções estabelecidas através da atuação da JUC no meio universitário, Ridenti (1998, p.5) nos chama atenção para as discussões teóricas que vinham sendo feitas no interior da própria Igreja, a partir das obras de Jacques Maritain, Emmanuel Mounier e Pierre Teilhard de Chardin influenciados pelo pontificado progressista do Papa João XXIII, na década de 1950. O conjunto desses acontecimentos no bojo da Igreja, aliados a dinâmica de acirramentos entre os setores subalternizados e os

segmentos da classe dominante na realidade brasileira que propiciaram a conformação da “esquerda católica” e se explicitaram em iniciativas organizativas e de potencialização dos segmentos populares, como foram às experiências encaminhadas, por exemplo, pelo Movimento de Educação de Base (MEB)⁴ conduzido pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

A partir desses processos que se verifica a aproximação do Serviço Social com as classes subalternas, entre 1961 e 1964, promovendo o estabelecimento de um vínculo que exigiu da profissão uma revisão crítica de sua função, constituindo as bases para erosão do Serviço Social tradicional (Netto, 2011). Tal cenário nacional adquire novos contornos a partir do diálogo estabelecido com outros países, em um esforço coletivo que propunha construir um Serviço Social latino-americano, sintonizado com as raízes e dilemas de *Nuestra América*. Este movimento questionava profundamente o assistencialismo, os patrimonialismos, o desenvolvimentismo e o pan-americanismo, inaugurando o Movimento de Reconceituação do Serviço Social latino-americano. Esse processo se explicitou a partir de 1965 com o *I Seminário Regional Latino-Americano de Serviço Social*, realizado em Porto Alegre, e perdurou até 1975.

No Brasil, esse processo foi conduzido pelo CBCISS, e se abriu a partir da hegemonia da “modernização conservadora e tecnocrática”, em consonância a baliza do regime autocrático em vigor instaurado no país desde abril de 1964 que, ao neutralizar o conjunto de organizações comprometidas com aprofundamento da democracia no país, incidiu na interlocução que se forjou entre segmentos da profissão e estes setores organizados que tinha a

⁴ O Movimento de Educação de Base (MEB) deriva da experiência de alfabetização pelo rádio iniciada pelo Serviço de Assistência Rural (SAR) da Arquidiocese de Natal e implantada posteriormente na Arquidiocese de Aracaju. Em face do êxito alcançado pela mesma e da ênfase conferida pelo Presidente Quadros à educação de adultos, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) dirige-lhe, antes mesmo de sua posse (11-11-60), uma carta propondo a criação de um movimento educativo, a funcionar sob sua responsabilidade (da CNBB) (Ammann, 1987, p. 90).

possibilidade de adensar o processo de erosão do Serviço Social “tradicional” em uma direção crítica articulado ao Movimento de Reconceituação latino americano. De modo que, “os grupos conservadores que já detinham a direção social da profissão e que, em princípio, não se antagonizavam frontalmente com o novo regime, mantiveram a sua hegemonia” (Silva, 1991, p. 87).

Essas bases históricas e sociopolíticas criaram as condições para a cristalização do projeto de formação profissional da ESS-UCMG, evidenciando que a explicitação da alternativa global ao Serviço Social tradicional não foi um acidente, mas sim a expressão concreta do acúmulo de forças dos segmentos subalternizados na capital mineira. Nesse contexto, a esquerda católica exerceu papel central nos processos organizativos dos segmentos da juventude e operário, o que incidiu de forma decisiva para o florescimento da redefinição do projeto formativo da ESS-UCMG, sobretudo, a partir da renovação do quadro docente que proporcionou a entrada de jovens professoras que tinham se formado “política e intelectualmente” em organizações e experiências vinculadas a esquerda católica no pré 1964, o que propiciou uma aproximação a aportes marxistas a fim de subsidiar a formação profissional nos marcos da renovação.

O protagonismo desse grupo de profissionais, que passou a compor o corpo docente da escola e a se engajar no processo de renovação da estrutura pedagógica da ESS-UCMG expressa-se na relação “entre passado e presente, menos que uma orgânica ligação entre práticas e representações, vai concretizar-se em protagonistas que viveram as experiências da década de sessenta na condição de estudantes e profissionais” Netto (2011, p. 250). Explicita-se como parte desse processo, a incorporação no quadro docente, na escola, da professora em Serviço Social Leila Lima Santos (ex-jucista e ex-militante da AP).

Advinda de um curso de Pós-Graduação “latu-sensu” em Sociologia do Trabalho, na Paris dos anos 1967-1969. Esta docente vem trazendo em sua bagagem todo um conjunto de inquietações teórico-filosóficas e ideo-

políticas colhidas das experiências de 68 na França, sob a influência de pensadores marxistas como Althusser e Lefebvre (Portella, 1992, p. 236).

E em articulação com os professores vinculados ao Núcleo de Ciências Sociais entre outras docentes, se engajaram no processo de “revisão crítica dos fundamentos teórico-metodológicos e ideopolíticos presentes no Serviço Social, seja na sua vertente tradicional, quanto na modernizadora, lançando-se na formulação de um novo Projeto de Formação Profissional” (Portella, 1992, p. 236). Alia-se nesse processo a interação da ESS-UCMG nos espaços de discussões da profissão em âmbito da América Latina a partir de 1969⁵, o que permitiu o adensamento dos vetores críticos no momento de revisão. Visto que, a escola obteve, através do intercâmbio latino americano, conhecimento de experiências e “novas proposta teórico-metodológicas para a profissão formuladas principalmente pelas Escolas de Serviço Social, em países como o Chile (Universidades de Santiago, de Valparaíso e de Concepcion), Colômbia (Universidade de Masallas) e Peru (Universidade de Mayos San Martin)” (Portella, 1992, p. 237).

Dessa forma, a experiência ocorrida na ESS-UCMG durante a década de 1970, em articulação com o Movimento de Reconceituação latino-americano e como expressão dos vínculos estabelecidos com setores organizativos, que protagonizaram, naquele momento, a tensão a favor da classe trabalhadora, contribuindo para que segmentos do Serviço Social identificassem com as forças das classes subalternas em Belo Horizonte. Esse processo resultou de uma complexa confluência de influências teóricas e políticas — desde o Movimento de Reconceituação dos países de língua hispânica, as interpretações da realidade histórica da América Latina, como as referências das teorias da dependência, pela apropriação do

⁵ Segundo Portella (1992, p. 236) nos “encontros Latino-americanos de Serviço Social em Caracas (Venezuela – 1969), Montevideo (Uruguai – 1970) e Ambato (Equador – 1971), entre o grupo mineiro (com suas preocupações teórico-metodológicas e político-pedagógicas) e o pensamento reconceituador na linha da ruptura, formulado nos países ao sul da América Espanhola”

pensamento de Paulo Freire e a esquerda católica, até os influxos da tradição marxista estruturalista, conforme a caracterização de Netto (1986) e Batistoni (2021).

Tais diálogos foram decisivos para a constituição do projeto acadêmico-profissional da ESS-UCMG, materializando-se na experiência do Método-BH e na reestruturação curricular dos anos 1970. Estas iniciativas foram expressões concretas da “intenção de ruptura”, revelando o significado da articulação entre teoria e prática em uma perspectiva crítica que possibilitou o enfrentamento do Serviço Social tradicional. Tal movimento culminou em uma proposta metodológica desenvolvida com o objetivo de fomentar e induzir processos de mobilização e organização popular, como observado nas experiências extensionistas e de estágio conduzidas por meio da proposta metodológica desenvolvida na escola mineira.

Essas iniciativas não apenas cristalizaram a “intenção de ruptura” (Netto, 2011), mas, ao se espriarem, legaram as bases do atual projeto acadêmico-profissional, constitutivo do projeto profissional hegemônico crítico e fundamento da cultura progressista do Serviço Social brasileiro há mais de quatro décadas (Mota; Rodrigues, 2020). Ou seja, mesmo após o encerramento da experiência reconceituadora da ESS-UCMG em 1975, o debate ali inaugurado seguiu reverberando, contribuindo decisivamente para a “virada” do Serviço Social brasileiro e para a consolidação de um projeto ético-político progressista.

Considerações finais

O debate e os avanços alcançados na experiência mineira manifestaram-se, posteriormente, no movimento da profissão, especialmente com aprofundamento da crise da ditadura empresarial e militar, que criou condições para o enfrentamento dessas questões. Isso impulsionou a expansão de influxos contestatórios e contribuiu para a redefinição da direção social

estratégica, consolidando o atual projeto ético-político profissional do Serviço Social brasileiro.

Observamos que o encerramento formal da experiência em 1975 não impediu o avanço dos debates ali inaugurados, que continuam a reverberar, impulsionando a “virada” do Serviço Social ao sustentar publicamente a posição da categoria vinculada aos interesses dos setores subalternizados. Essa continuidade marcou a atuação da “geração da virada”, que, sob a influência das reflexões da perspectiva da “intenção de ruptura”, encontrou no Centro de Estudos Latinoamericano de Trabajo Social (CELATS) o apoio necessário para a consolidação no plano acadêmico-profissional.

Isso ocorreu pela contribuição direta de profissionais remanescentes da experiência mineira, que, no interior da Reconceituação Latino-Americana, passaram a interferir de forma decisiva nos debates da Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social (ABESS) e contribuíram para a conformação do Currículo Mínimo de 1982. Este cristalizou, pela primeira vez, a tendência de um projeto acadêmico-profissional sintonizado com a perspectiva da “intenção de ruptura”, embora também tenha sido marcado pela persistência de ambiguidades, pelo ecletismo e por equívocos na relação entre teoria, história e método⁶.

⁶ Os dilemas em torno da questão metodológica foram catalisados pela 24^a Convenção da ABESS (1985), evidenciando as lacunas da concepção e do relacionamento entre Teoria, Método e História que permeavam o Currículo Mínimo de 1982. A publicação da terceira edição dos Cadernos ABESS, intitulada *A Metodologia no Serviço Social* (1989), demonstra o empenho da categoria em pautar esse eixo na formação, com o objetivo de avançar não apenas na reflexão sobre a questão metodológica, mas, sobretudo, em tecer alternativas com potencial de superação diante dos dilemas teórico-metodológicos persistentes no Serviço Social. Este documento contou com reflexões e debates de importantes expoentes da profissão, que contribuíram com as seguintes sistematizações: Concepção de teoria e metodologia - Nobuco Kameyama; A questão da metodologia em serviço social: reproduzir-se e representar-se - Vicente de Paulo Faleiros; Notas para a discussão da sistematização da prática e teoria em Serviço Social - José Paulo

Neste contexto, a questão metodológica se destacou pela continuidade da sedimentação entre Caso, Grupo e Comunidade, o que, por sua vez, explicitava concepções que residiam na permanência de outras duas tendências acadêmico-profissionais que disputavam a direção da formação do Serviço Social: uma pautada na continuidade da recorrência aos parâmetros tradicionais e a segunda em uma abordagem modernizante (Netto, 1984).

Foi em torno desse processo que, ao longo da década de 1980, a categoria se viu desafiada e sustentou um engajamento profissional capaz de construir uma crítica superadora, proporcionada por um amplo trabalho coletivo, que conferiu a hegemonia da perspectiva de ruptura. Cabe destacar que a interlocução com a tradição marxista a partir de outros aportes, como a influência do pensamento de Gramsci, foi fundante e permitiu enfrentar e superar o viés estruturalista na compreensão do Estado e das instituições, viés que vinha influenciando a profissão desde a experiência da ESS-UCMG.

O acúmulo teórico-metodológico alcançado pelo Serviço Social, ao longo da década 1980, expressou-se em um projeto formativo direcionado por núcleos de fundamentação: Fundamentos Teórico-Metodológicos da Vida Social; o núcleo de Fundamentos da Particularidade da Formação Sócio-Histórica da Sociedade Brasileira; e o núcleo de Fundamentos do Trabalho Profissional.

Em suma, a formação em Serviço Social, pautada nesses núcleos de fundamentação, configura-se como um conjunto de conhecimentos indissociáveis que consideram as determinações históricas da sociedade contemporânea. Essa concepção alinha-se aos princípios ético-políticos da profissão. Tais princípios, que sustentam o legado crítico do Serviço Social brasileiro, têm sua gênese identificada na experiência reconceituadora da ESS-UCMG. Com isso, reafirmamos a hipótese de Batistoni (2021), segundo a

Netto; Metodologia do Serviço Social - a práxis como base conceitual - Marina Maciel e Franci Gomes Cardoso (Silva, 2021, p. 121).

qual os projetos pedagógicos da ABESS nos anos 1980 e 1990 expressam a alternativa global ao conservadorismo, cujo embrião foi evidenciado no projeto acadêmico-profissional e na reestruturação curricular da escola mineira entre 1972-1975. Demonstra-se, assim, que tanto o currículo de 1982 quanto as Diretrizes Curriculares de 1996 sintonizam-se com as bases nucleares no projeto acadêmico-profissional da ESS-UCMG.

Referências

AMMANN, Safira Bezerra. **Ideologia do desenvolvimento de comunidade no Brasil**. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 1987.

BARBOSA, M.M. **Desvendando significados: A Escola de Serviço Social de Belo Horizonte nos Anos 60 e o movimento de reconceituação do serviço social**. 1998. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica São Paulo, São Paulo, 1998.

BATISTONI, Maria Rosângela. O movimento de reconceituação no Brasil: o projeto profissional da Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais (1964-1980). **Em Pauta – Teoria Social e Realidade Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 40, v. 15, p. 136 – 150, dez., 2017.

BATISTONI, Maria Rosângela. Aproximações à tradição marxista no projeto da Escola de Serviço Social de Belo Horizonte: problematizações necessárias. *In*: IAMAMOTO, Marilda Villela; SANTOS Claudia Mônica dos (org.). **A história pelo avesso**. a reconceituação do serviço social na América Latina e interlocuções internacionais. São Paulo: Cortez, 2021.

IAMAMOTO, Marilda Villela. Mundialização do capital, “questão social” e serviço social no Brasil. **Em Pauta - Teoria Social e Realidade Contemporânea**, Rio de Janeiro, n 21, p. 117-139, jul., 2008.

IAMAMOTO, Marilda Villela; SANTOS, Claudia Mônica dos. Introdução. *In*: IAMAMOTO, Marilda Villela; SANTOS, Claudia Mônica dos. (org.). **A história pelo avesso**. A reconceituação do

serviço social na América Latina e interlocuções internacionais. São Paulo: Cortez, 2021.

MOTA, Ana Elizabete; RODRIGUES, Mavi. Legado do congresso da virada em tempos de conservadorismo reacionário. *Katálisis*, Florianópolis, v. 23, n. 2, p. 199-212, maio/ago. 2020.

NETTO, José Paulo. A crítica conservadora à reconceptualização. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 5, p. 59-75, mar. 1986.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e serviço social**: uma análise do serviço social no Brasil pós-64. 16ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

NETTO, José Paulo. Para uma nova história do serviço social no Brasil. *In*: SILVA, Maria Liduína de Oliveira e. (org.). **Serviço social no Brasil**: histórias de resistências e rupturas com o conservadorismo. São Paulo: Cortez, 2016.

RIDENTI, Marcelo. **O romantismo revolucionário da Ação Popular**: do cristianismo ao maoísmo. Prepared for delivery at the 1998 meeting of the Latin American Studies Association, The Palmer House Hilton Hotel, Chicago, Illinois, September 24-26, 1998.

SANTOS, Leila Lima. **Textos de serviço social**. São Paulo: Cortez, 1985.

SILVA, Lídia Maria Monteiro Rodrigues da. **Aproximação do serviço social a tradição marxista**: caminhos e descaminhos. 1991. 767f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1991.

Fontes documentais

ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL DA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS. Documento Básico para Reforma do Currículo, 1970.

ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL DA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS. Uma proposta de reestruturação profissional. Belo Horizonte, ESS/UCMG, Minas Gerais: 1972

ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL DA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS. Análise histórica da orientação metodológica

da Escola de Serviço Social da UCMG. Belo Horizonte, ESS/UCMG, Minas Gerais: 1974.

MIZOGUCHI, J. F. Ação popular e serviço social: aproximações a partir do projeto profissional da ESS-UCMG (1969-1975) (Anexo II da dissertação). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Psicologia, Serviço Social, Saúde e Comunicação Humana, Programa de Pós-graduação em Política Social e Serviço Social, Grupo de Estudos sobre Fundamentos, Ensino e Memória em Serviço Social, 2024

NAMY, J. et.al. Uma experiência realizada em Itabira. Trabalho de estágio de campo. ESS/UCMG. Jun-dez. 1971.

CAPÍTULO 14

AS E OS ASSISTENTES SOCIAIS NO MUNICÍPIO DE TEÓFILO OTONI (MG): INSERÇÃO, EXPANSÃO E CONSOLIDAÇÃO

Jhony Oliveira Zigato

Introdução

O objetivo deste capítulo é dar voz às falas e aos diálogos das e dos assistentes sociais entrevistadas(os), entrelaçando o debate histórico acerca da formação sócio-histórica brasileira e regional, bem como os fundamentos do Serviço Social no país e suas particularidades no município de Teófilo Otoni (MG). Tais histórias não estão isoladas e/ou alheias à realidade regional, mas que se conectam na medida em que os indivíduos são frutos das relações sociais, manifestando no cotidiano da vida individual traços substantivos da coletividade.

Na realidade município, são as mulheres as primeiras assistentes sociais a atuarem como descreve uma entrevistada:

ao me graduar, na Escola Católica de Serviço Social de Minas Gerais em 1982, trabalhei como assistente social do Hospital Espírita André Luiz [contrato temporário em Belo Horizonte] e logo depois recebi um convite de minha professora, Márcia Biondi Pinheiro, para ampliação das ações da Legião Brasileira de Assistência-LBA em Minas Gerais. Eu e alguns colegas participativos dos movimentos estudantis da PUC da época, ingressamos nesse projeto, balizados por uma vontade de fazer um Serviço Social na nova visão conceitual. Fomos contratados por Tancredo Neves [contratados por órgão do estado cedidas a LBA] no apagar das luzes de sua gestão em Minas Gerais. Fui encaminhada ao Nordeste mineiro para o município de Águas Formosas em 1984 e depois fui transferida para Teófilo Otoni, a fim de trabalhar em parceria com a Secretaria de Estado da Saúde de Minas Gerais na distribuição de alimentos (Nepomuceno, entrevista concedida ao pesquisador em 2024).

A assistente social¹ atuou na Legião Brasileira de Assistência (LBA) na região, nos anos de 1984 a 1986, enfrentando uma série de desafios em virtude da cultura política local que dialoga com a cultura política brasileira:

Me recordo de alguns fazendeiros, algumas pessoas de posse na cidade, alguns vereadores questionarem nosso trabalho, pois estávamos “agitando o povo” ao invés de ensiná-los a como superar suas dificuldades para saírem das condições vividas. [...]. Foi aí que percebi, na pele, como que o mandonismo, o coronelismo, a benemerência eram fortes e que fomos “orientadas” a mudar o foco do trabalho para “evitarmos” problemas maiores (Nepomuceno, entrevista concedida ao pesquisador em 2024).

Nepomuceno (2024) reitera que, mesmo com as contradições e os limites impostos pela realidade regional, o trabalho realizado contribuiu, à época, para o fortalecimento do sindicato rural em Águas Formosas. Os grupos de reflexão das CEB, sustentados pela vertente “progressista” da Igreja, que pregava a Teologia da Libertação, buscavam defender e reivindicar direitos, bem como o fim da desigualdade social.

Essas pequenas conquistas me motivavam, me alimentavam: porque eu saí da minha graduação com essa vontade, esse desejo de mudar a realidade, de não reproduzir um Serviço Social Neutro, conservador, sem questionar as condições de vida da população. Sendo jovem, me desafiei a deixar a capital mineira para vir para o interior e fazer a diferença (Nepomuceno, entrevista concedida ao pesquisador em 2024).

A profissional relatou que permaneceu trabalhando em Águas Formosas (MG) de 1984 a 1986 com Desenvolvimento de Comunidade, o que lhe proporcionou conhecer um pouco a região. Em 1986, recebeu uma proposta de trabalho, via indicação, para atuar na área da saúde, de sorte que pôde contribuir com as

¹ Romilda Aparecida Nepomuceno é natural de Belo Horizonte (MG). Graduiu na então Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais (ESS-UCMG) em 1982.

discussões em Teófilo Otoni e região dos momentos em que antecederam a criação do Sistema Único de Saúde, em 1988.

No item a seguir, serão dadas vozes a outras profissionais que contribuíram para o processo de expansão e consolidação da profissão na região.

As gerações da expansão e consolidação: os desafios e dilemas da profissão na região:

Ainda em fins dos anos 1980, Vera Lúcia Carvalho², assistente social e nascida no município de Itambacuri (MG), distando 30 km de Teófilo Otoni (MG), retorna no ano de 1986 por motivos familiares.

Quando voltei, Jhony, me encontrei com a Romilda, sabe? Eu a conheci através de uma amiga em comum, muito querida e que morava em BH. Inclusive quando voltei, Romilda morou alguns meses em minha casa e nos tornamos amigas desde então. [...] No período que voltei pro Vale conheci mais duas Assistentes Sociais que trabalhavam na LBA, elas tinham um viés conservador, o discurso da neutralidade, sabe, Jhony? Mas em questão salarial, era a melhor instituição que a remuneração era boa. Eu e Romilda não fomos muito bem-vistas por essas profissionais e nos isolamos delas e elas de nós (Carvalho, entrevista concedida ao pesquisador em 2025).

Em relação à atividade profissional no Centro Integrado de Atendimento ao Menor (CIAME) de Teófilo Otoni, Vera deu ênfase aos trabalhos de visita aos bairros periféricos da cidade, para acompanhamento das crianças e adolescentes, além de oferecimento de apoio às famílias. A assistente social afirmou que muitos grupos de famílias foram criados e que as expressões da questão social eram muitas na cidade, nos anos 1980 e 1990.

No Ciame na cidade por diversas vezes tentei articular pontes com as duas Assistentes da LBA, mas o trabalho em rede com elas era muito difícil, não davam abertura, hostilizavam minhas demandas, encaminhamentos, eram conservadoras,

² A Assistente Social também se graduou na Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais, graduando no ano de 1984.

fechadas, lacradas mesmo com os poderosos da cidade (Carvalho, entrevista concedida ao pesquisador em 2025).

Na década seguinte, em 1992, Vera foi aprovada em concurso público no campo sócio-ocupacional sociojurídico, atuando como assistente social na comarca de Itambacuri (MG), sua cidade natal.

A profissional relembra que, no início dos trabalhos na comarca de Itambacuri (MG), o desafio era implementar nas cidades do Vale os Conselhos Tutelares e os Conselhos de Direitos no campo da criança e adolescência. Essa necessidade decorreu tanto da aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) quanto das demandas das prefeituras da região, que precisavam instituir essas instâncias de defesa e garantia de direitos para poderem receber recursos destinados a ações e serviços.

A Comarca de Itambacuri comporta mais sete cidades aqui da região. A época, estradas para chegar a essas cidades todas de terra, isso foi um primeiro desafio para ir às regiões que abrangiam a Comarca. Depois da Constituição Federal de 1988, com a chegada de uma promotora para a comarca a época, humana, feminista no meu ver, começamos a incentivar a implantação dos Conselhos de Direitos aqui na região, nos municípios e me recordo de enfrentarmos muita resistência dos prefeitos da região, coronelismo e patriarcalismo muito forte, sabe? Mas aos poucos, fui mostrando o que era o Serviço Social, tirando a visão reduzida de caridade, benemerência que se tinha e eu falava muito de direitos. Ainda me recordo de implantarmos na região muitos conselhos tutelares e conselhos dos direitos da criança e do adolescente (Carvalho, entrevista concedida ao pesquisador em 2025).

Prosseguindo com o seu relato, Vera disse ter visto que, nos anos seguintes, muitos profissionais chegaram à região, justificando a intervenção sistemática do poder público, possibilitando a consolidação do mercado de trabalho para as e os assistentes sociais.

Nesses anos 1990 e 2000 de atuação fui vendo muitas assistentes sociais chegando, equipamentos públicos sendo implantados na região e com isso junto com Romilda, Nádia, Fátima Caran, demos início ao núcleo de assistentes sociais com altos e baixos de adesão à participação. Me lembro de muitas assistentes sociais, à época, conservadora e que não se achegavam a nós, eram fechadas em suas salas de trabalho.

[...] Também me lembro, Jhony, da chegada da Unipac, da Doctum que contribuiu para formar uma demanda reprimida na região de Assistentes Sociais e depois a Universidade Federal. Vejo os anos 2000 como os anos de expansão da profissão aqui na região. Com essa crescente de profissionais, conseguimos com muita dificuldade pelo NAS realizar algumas capacitações aqui na região, às vezes com apoio do Cress, outras vezes não. De 2010 em diante, por motivos pessoais e profissionais, me afastei do processo articulatório, permanecendo na Comarca até quando me aposentei. Romilda, Nádia e outras colegas continuaram na saga, mas com altos e baixos, sabe? (Carvalho, entrevista concedida ao pesquisador em 2025).

Nádia Maria Carvalho de Oliveira Martins, natural do município de Ataleia (MG) também se graduou na ESS-UCMG em 1988, atuando no campo da saúde no contexto da promulgação da Constituição de 1988 e a criação do SUS (Sistema Único de Saúde).

Quando terminei a faculdade, fiz um concurso para a prefeitura da cidade de Passos (MG) e atuei na política de Habitação e depois no Escritório da LBA entre os anos de 1989 a 1993. Foi a minha primeira experiência profissional. Os desafios eram grandes, os jogos de poder muito fortes. [...] Em 1994, por indicação política, fui contratada na Prefeitura de Nanuque, voltando para o Vale do Mucuri para atuar na saúde, auxiliando na implantação do SUS na cidade, mas enfrentei muitos embates políticos, o coronelismo, o primeiro-damismo, o assistencialismo era muito forte e isso me esgotou muito (Martins, entrevista concedida ao pesquisador em 2024).

A assistente social reitera que, nos anos 1990, as políticas públicas ainda eram muito escassas na região, e o acesso a alguns municípios era desafiador devido à falta de asfaltamento, predominando uma forte cultura conservadora expressa no mandonismo e nas relações de favor, de mando e de obediência.

Nádia ainda ressalta que, nesse período, eram poucas as profissionais na região e que a “maioria” possuía vínculo de trabalho precário (contrato temporário, na maioria das vezes, por “indicação política”), além de haver profissionais com vieses conservadores.

Tive a oportunidade de conhecer a Romilda e a Verinha em Teófilo Otoni por causa de encaminhamentos, demandas de trabalho, principalmente Romilda que já atuava na saúde nos anos 1990. Nelas eu via uma perspectiva crítica que me alimentava, me motivava. Porém, outras colegas que conheci, meu Deus, totalmente alinhadas

com o Serviço Social tradicional. Elas eram indicadas por políticos da região, e, no fundo, eu acho, tá? Tinham medo de perderem seus empregos, mancharem seus nomes (Martins, entrevista concedida ao pesquisador em 2024).

A profissional afirma que o ano de 1994 foi importante para a sua trajetória profissional, pois viu a possibilidade de se efetivar como servidora no campo da saúde e poder atuar com mais “liberdade” e “autonomia”.

No mesmo ano, em 94, prestei concurso público na prefeitura de Teófilo Otoni, passei e fui atuar na saúde mental, minha grande paixão e foi desafiador, porque não tinha quase nada, o SUS era recente, a saúde mental nem sem fala. Na época estava começando o debate da Reforma Psiquiátrica e acompanhava esse movimento e depois de muitos anos veio os Caps e ajudei nesse processo, incentivando a criação no município e participando das reuniões de planejamento (Martins, entrevista concedida ao pesquisador em 2024).

Outras duas assistentes sociais entrevistadas, oriundas da cidade de Governador Valadares, no Vale do Rio Doce (MG), graduaram-se em Serviço Social nos fins de 1990 na Universidade do Vale do Rio Doce, instituição de natureza privada, e chegaram em Teófilo Otoni (MG) no início dos anos 2000.

Sou Edna Oliveira Chaves, natural de Governador Valadares, mãe de dois filhos, casada e tenho 57 anos. Vim de uma família de cinco filhos e passamos por desafios. Comecei a trabalhar desde cedo e cursar uma faculdade parecia um sonho bem distante, sabe? Me recordo que eu trabalhava durante o dia e iniciei o curso de Serviço Social em 1998 na Univale e terminei a minha graduação em 2001. [...] Na faculdade, as disciplinas que me chamaram mais a atenção foram a história do Serviço Social, antropologia, filosofia, Teoria Política e a Política Social, as diversas políticas, a história e o desenvolvimento dessas políticas foram importantes, marcantes na minha formação. A Estatística foi uma disciplina que me ajudou muito para ler os gráficos, entender as informações ali contidas (Chaves, entrevista concedida ao pesquisador em 2024).

Ao chegar no ano de 2004 em Teófilo Otoni, a assistente social ingressou no mercado de trabalho em uma instituição privada de ensino de natureza confessional, para ministrar algumas aulas por semana no então curso de Serviço Social da Instituição. No ano

seguinte, em 2005, foi contratada para trabalhar na Legião da Boa Vontade (LBV), uma instituição filantrópica confessional (Espírita Kardecista) que acolhem idosos e idosos para serem institucionalizados, sendo muito demandada em Teófilo Otoni e região, compondo a rede socioassistencial do município.

Os desafios que eu elenco para atuar como Assistente Social na região são os coronelismos, clientelismos, o primeiro-damismo muito forte, essas velhas questões políticas. Me recordo do período de transição de governos entre Maria José (PT) e Getúlio Neiva (MDB) e percebi na época um retrocesso, um corte de direitos, de assédios nos ambientes de trabalho e isso chegou na LBV. Pisava em ovos para lidar com secretários municipais e com a direção da LBV. No entanto, contribuí para a implantação do Conselho Municipal do Idoso na cidade e fiquei conhecida como profissional referência no campo do idoso, percebi, mesmo em meio a limites, respeito e conquista de espaço. [...] A articulação com a comunidade, a rede socioassistencial foi muito difícil. Falo no lugar atuando na LBV, que é uma instituição espírita e não muito bem vista, à época, na cidade. Foi com o meu trabalho, me aproximando da prefeitura, ajudando na criação do Conselho do Idoso, abrindo campo de estágio na LBV que aos poucos as barreiras foram quebrando, mas até hoje os desafios e limites são grandes (Chaves, entrevista concedida ao pesquisador em 2024).

Esse reconhecimento sinalizado pela assistente social é “o motor”, a “motivação”, que a faz exercer a profissão mesmo diante dos baixos salários e das precárias condições. Ela acrescenta que, nesses anos de trabalho, contribuiu em alguns momentos com o Núcleo de Assistentes Sociais (NAS) da região para fortalecer a categoria profissional na luta por melhores salários e condições de trabalho.

Olha, desde que cheguei aqui, me recordo de ter participado, como linha de frente do Núcleo, umas quatro vezes em momentos de mobilização e pouca adesão. Na minha visão, vejo muita queixa dos profissionais, que o Cress nada faz. Mas quando a gente chamava para as reuniões, a adesão era baixa. Aqui o individualismo entre os colegas é grande, todos querem o “venha a nós” e não se esforçam para participar e construir o espaço coletivo (Chaves, entrevista concedida ao pesquisador em 2024).

A segunda profissional, graduada também na Univale, em Governador Valadares (MG), ingressa no curso de Serviço Social em 1995, concluindo a sua graduação em 1999.

A assistente social relata também ter ingressado “mais tarde” em um curso superior, pois, por 10 anos, trabalhou como auxiliar administrativa em uma empresa de Governador Valadares. Portanto, ela realizou o seu curso tendo que conciliar o trabalho com os estudos. Assim que a assistente social conclui a sua graduação, ela muda-se para Teófilo Otoni e insere-se em um consórcio intermunicipal de Saúde, permanecendo por 15 anos, de 2000 a 2015.

Sou Jaqueline Maria de Souza, nasci na cidade de Muriaé, zona da mata mineira, tenho 55 anos de idade, me identifico como mulher cis. Tenho uma união estável, sem filhos. Me mudei com 11 anos de idade para a cidade de Governador Valadares (MG), porque o meu pai foi transferido por motivo de trabalho. [...] Me graduei na Univale em Governadores Valadares, fiz parte da primeira turma desta instituição e concluí meu curso em 1999. Na formação, gostei muito da psicologia social, filosofia, sociologia. Na base operativa, no Serviço Social foi muito rasa, porque era muita teoria e pouca prática. Eu me perguntava, o que eu vou fazer com isso tudo de teoria? Me lembro de ter tido muita dificuldade nos primeiros anos no mercado de trabalho, me sentia despreparada, me questionando como faço isso, como faço aquilo? [...] Minha primeira experiência profissional foi na saúde, nos anos 2000, no Vale do Mucuri (MG). Nesta época tinham muitas prefeituras da região, buscando assistentes sociais, tinha até anúncio nos jornais. Trabalhei no Consórcio Intermunicipal por quinze anos, até 2015. Eu dava capacitação na área da saúde, na gestão, no trabalho multidisciplinar de saúde, amava o trabalho multidisciplinar em saúde e atuava com a população portadora de HIV. [...] Sempre tive mais de um emprego, trabalhei muito com assessoria nas prefeituras da região, porque o salário no consórcio era “mediano”. Esses trabalhos tinham objetivo de captação de recursos para as políticas sociais dessas prefeituras. Também fui professora na Doctum, dei aula por uns anos, conheci a professora Angelina que muito me ajudou no exercício da docência (Souza, entrevista concedida ao pesquisador em 2024).

A cultura regional, de predomínio dos valores mandonistas, clientelistas e paternalistas, “interfere” na cultura profissional explicitada por Moljo e Silva (2018)³. Com isso, reforçam-se traços estruturais de subalternidade profissional com uma extrema

³ A cultura profissional faz menção à construção histórica dos valores, modos de agir e pensar dos assistentes sociais, muitas vezes marcada por um conservadorismo que convive de forma tensa com a proposta de ruptura crítica, conforme Apontam Moljo e Silva (2018)

elevação do individualismo em sua acepção neoconservadora, o que não significa a existência de “polos de resistência”, de críticas ou de questionamento ao instituído, mas que tais manifestações permanecem fragmentadas e em minoria, vigorando o que a profissional chamou de uma “postura conformista dos assistentes sociais”.

Alguns outros entrevistados, a partir da sua história de vida, reforçam aspectos da cultura na região:

me chamo Rodrigo Wolff da Penha, nasci aqui mesmo em Teófilo Otoni no ano de 1983. Na minha infância e adolescência, morei na zona rural. Filho de pais que mexiam com a terra, família humilde. Sempre tive o sonho de estudar, ter uma profissão, ajudar meus pais. Trabalhei e estudei com muito sacrifício, sempre estudei em escola pública. A oportunidade veio em 2003, quando consegui passar no vestibular da Doctum e conseguir bolsa para estudar. Foi um sonho realizado, o primeiro de muitos irmãos a fazer uma faculdade. Entrei no curso de Serviço Social em 2003 e me formei em 2006, trabalhando durante o dia e estudando a noite (Penha, entrevista concedida ao pesquisador em 2024).

Então, meu nome completo é Marqueza Maria Marques, me tornei idosa esse ano, fiz 60 anos, sabe? Nasci na Baixada Santista (SP) e vim com 10 anos de idade para Teófilo Otoni por motivos familiares, dos meus pais. Aqui na cidade, estudei em escola pública, formei no científico, hoje ensino médio, né? E comecei a trabalhar e fiz um curso de auxiliar administrativo. Me casei, tive dois filhos. Ouvia falar de Serviço Social na internet. Em São Paulo, onde tenho parentes, uma prima é Assistente Social e conversando com ela, decidi: Serei Assistente Social! [...] Aqui na região, não conhecia nenhuma, quase não havia, porque as instituições de caridade faziam o papel da Assistente Social, da ajuda, da bondade. No ano de 2003 veio a oportunidade! Consegui uma bolsa de estudo na Doctum e iria realizar meu grande sonho: Ser Assistente Social para lutar por justiça e direitos, defendendo os marginalizados (Marques, entrevista concedida ao pesquisador em 2024).

Sou a Shirley Alves Afonso, nasci num município perto daqui, em Malacacheta. Tenho 43 anos de idade. Infância pobre, pais agricultores. Meu sonho sempre foi fazer uma faculdade, ser uma mulher independente, pra não depender de marido, sabe? [...] Entrei nas Faculdades Doctum em 2006 com meia bolsa de estudo e me graduei em 2009. Trabalhei por um tempo na minha cidade de origem, mas a politicagem, os mandos e desmandos me fizeram pedir conta, não consegui ficar lá não. Fiquei um período desempregada e em 2013 fui contratada pela Secretaria Municipal de Assistência Social de Teófilo Otoni, especificamente no Cras-Topázio, região distrital do município e até hoje permaneço nesse mesmo Cras. Também

trabalho numa instituição privada no Centro de Tratamento em dependência química, localizada também em Teófilo Otoni (Afonso, entrevista concedida ao pesquisador em 2024).

No ingresso dos anos 2000, o Vale do Mucuri (MG) vivencia a construção, consolidação e expansão das *políticas sociais de educação superior e de assistência social*, colaborando para a consolidação e expansão do Serviço Social na região, ou seja, fomentando o *eixo da formação profissional e do mercado de trabalho*. Nesse cenário, cabe-nos uma sintética apreensão dos determinantes que a “expansão do ensino superior” acarreta, bem como a implantação e expansão das ações e serviços ofertados pela Política de Assistência Social na profissão de Serviço Social no Vale do Mucuri (MG).

De acordo com Netto (2015), vimos que, sob a autocracia burguesa no Brasil (1964-1985), a denominada Reforma Universitária de 1968⁴ promoveu no país a “modernização e expansão do ensino superior”, sob o discurso oficial de criar universidades, engendrando a descentralização e a autonomia administrativa e financeira.

Em relação ao Serviço Social, a “Reforma” propicia o ingresso da profissão no circuito universitário, consolidando o Serviço Social como área de conhecimento articulada às áreas das ciências sociais. Como visto no terceiro capítulo deste trabalho, a vertente “intenção de ruptura” terá o seu cerne no espaço acadêmico mesmo sob as mordidas impostas pela autocracia nas universidades.

Nos primeiros anos do novo século, a região é contemplada com a criação do campus avançado, campus do Mucuri, com o processo de transformação das Faculdades Federais Integradas de Diamantina pela Lei Federal nº 11.173/2005, que instituiu a Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, com sede em Diamantina (MG), município localizado no Vale do Jequitinhonha.

⁴ Criada pelo governo ditatorial por meio da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968.

Assim, a UFVJM “representou a interiorização do ensino público superior no estado de Minas Gerais, possibilitando a realização do sonho da maioria dos jovens aqui inseridos de prosseguir sua formação acadêmica” (UFVJM, 2019, p. 12).

Portanto, a UFVJM surgiu em um cenário de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais e foi contemplada, à época, “com recursos para a consolidação e expansão do campus sede, Diamantina, e o fomento para a criação do campus do Mucuri em Teófilo Otoni, nas quais alguns cursos de graduação são ofertados, dentre eles o Serviço Social na modalidade presencial com turno noturno” (Silva, 2016, p. 115).

Em relação à Política de Assistência Social, sua “centralidade” se dá a partir dos governos Lula da Silva (2003- 2006; 2007-2010) a partir da criação da Política Nacional de Assistência Social em 2004 e do Suas em 2005.

Com essas normativas, a infraestrutura para a criação e oferta de ações e serviços na política de Assistência bem como o processo de avaliação e monitoramento se realizam em todo o país, interiorizando as ações do Estado Brasileiro no campo dos direitos sociais.

Apesar de a Assistência Social ser uma das mediações mais tradicionais e persistentes do exercício profissional, considera-se que a implantação do Suas amplia as possibilidades de trabalho nos novos espaços sócio-ocupacionais, como os Centros de Referência da Assistência Social (Cras) e os Centros de Referência Especializada da Assistência Social (Creas), além de demandar o desenvolvimento de novas habilidades e competências para a gestão pública nos âmbitos da assessoria, planejamento, avaliação, monitoramento, entre outras (Raichelis, 2018, p. 753).

As(os) profissionais que se graduaram nos anos 2000, em sua maioria, têm a sua primeira inserção profissional na Assistência Social, conforme os seguintes relatos:

Assim que me formei, em 2007, fui para o sul da Bahia, na cidade de Itaum. No Cras desse município eu era contratada, o salário baixo, mas melhor comparado a Teófilo Otoni. As relações de mando eram claras, a concepção de ajuda, assistencialismo

eram fortes e vencer essas barreiras não é do dia para a noite né? Me lembro de ter tido alguns embates com o gestor da política, mas me colocava, não abaixava a cabeça (Jorge, entrevista concedida ao pesquisador em 2024).

Em 2009, a assistente social foi convocada para assumir o concurso em Teófilo Otoni (MG), no qual havia sido classificada, e, após a posse, foi alocada na Secretaria de Assistência Social – atualmente Assistência Social e Habitação –, passando a desempenhar suas atividades no Centro de Referência Especializado da Assistência Social.

Fui a primeira Assistente Social do Creas, tudo ligado a assistência era novo na cidade. Uma casa foi alugada para o funcionamento do Creas e o espaço era precário, as condições para trabalhar eram precárias. O local ficava próximo a ruas com estrada de terra, e a poeira era muita. Ficamos por um tempo sem faxineira. Jhony, eu falava para minha colega psicóloga: não podemos atender nosso usuário com a sala suja, cheia de poeira. Eu e ela revezávamos para limpar, o material de limpeza a gente levava de casa, porque não tinha. Um bom tempo depois, contrataram uma empresa terceirizada para prestar serviço em limpeza nos Cras e no Creas (Jorge, entrevista concedida ao pesquisador em 2024).

Carolina Salomão, profissional também entrevistada, é natural de Teófilo Otoni. No processo formativo, foi contemporânea de Gláucia e Rodrigo, conforme relata:

me graduei na Doctum em 2007. No ano seguinte, fui trabalhar no baixo Jequitinhonha, Vale do Jequitinhonha (MG), em Rubim, entre 2008 a 2011, na coordenação dos serviços da Assistência social: Cras, Projovem Adolescente, PETI. Destaco que implantei a Política de Assistência Social nesse município e cresci muito nesse período como pessoa e como Assistente Social. [...] Em 2011, retornei para Teófilo Otoni e fui atuar no acolhimento institucional, Alta complexidade da Assistência Social. Ainda em 2011, fui convidada pela Secretária de Assistência Social, à época, para coordenar um Cras no município, o Cras região sul da cidade. De 2011 até 2019, eu atuei como coordenadora em todos os Cras da cidade, havia um rodízio de coordenações. De 2019 até hoje, estou como diretora regional da Sedese, que abarca todo o vale do Mucuri e parte do Jequitinhonha (Teixeira, entrevista concedida ao pesquisador em 2024, grifos do autor).

A profissional reitera que os maiores desafios para o exercício profissional na região são as precárias condições de trabalho, os

baixos salários, a alta rotatividade de profissionais em virtude do vínculo temporário de trabalho e a “cultura conservadora”.

Atuando como diretora regional da Sedese, percebo que no nosso extenso Vale do Mucuri (MG) e alguns municípios do Vale do Jequitinhonha (MG), os desafios que os profissionais enfrentam. As condições de trabalho e salários chegam a envergonhar se eu ficar falando, sabe? Sinto os profissionais recentes muito despreparados, Jhony, demandam muitas capacitações e cursos da Sedese em questões básicas, e, a grande maioria, Jhony, se graduou a distância (Teixeira, entrevista concedida ao pesquisador em 2024).

O desafio posto na atualidade no que se refere à mobilização e à luta das classes trabalhadoras, e que incide sobre as e os Assistentes Sociais, imbrica-se às mudanças em curso que modificaram as condições de trabalho profissional, reconfigurando as demandas socioprofissionais. São modificações que, no seu núcleo, revelam a intensa exploração do trabalho, “com a incorporação de novas tecnologias de base digital; mudanças organizacionais e a aceleração nos ritmos de trabalho; o crescente desemprego, as terceirizações, os contratos precários de trabalho associado, ainda ao desmonte sem precedentes das políticas sociais” (Zigato; Camargo; Lanes, 2023, p. 14).

O futuro do Vale do Mucuri (MG) é uma história em aberto, em constante vir a ser, que requer investigação permanente do objeto de pesquisa aqui proposto, com vistas a captar as determinações históricas e possibilitar estratégias coletivas de mobilização da categoria na região, em articulação com as lutas e movimentos sociais que enfrentam cotidianamente o conservadorismo regional.

Considerações finais

O presente capítulo teve por objetivo *reconstruir* historicamente a profissão de Serviço Social no município de Teófilo Otoni, localizado no Vale do Mucuri (MG), dos anos 1980 aos dias atuais.

A importância de reconstruir a profissão na região se deu por duas direções: primeiro, pelo caráter inédito do objeto de estudo. Segundo, pela necessidade de iluminar, a partir da história em aberto e em permanente “vir a ser”, os rumos do Serviço Social na realidade brasileira e, em especial, na região. Trata-se não apenas de uma perspectiva voltada a futuras pesquisas e estudos – elemento fundamental na captura da essência fenomênica –, mas também da divulgação dos resultados do trabalho, de modo que, nas “trincheiras coletivas”, possamos, enquanto profissionais do Vale do Mucuri (MG), lutar pela defesa do Projeto Ético-Político Profissional ameaçado, hoje ameaçado pela “onda neoconservadora com traços neofascistas”.

A partir dos anos 1980, com a “tardia” chegada da profissão na região, uma das entrevistadas pioneiras trouxe relatos e reflexões que “confirmam” a natureza da nossa formação sócio-histórica e sua incidência no Serviço Social, que vivenciava um processo

renovador, rompendo com o Serviço Social tradicional a partir da vertente de intenção de ruptura (Netto, 2015) e da posterior apropriação amadurecida da Teoria Social de Marx e de sua tradição.

A incidências das práticas clientelistas, coronelistas, patrimonialistas, entre outras, fomentam, conforme já discutido, uma “cultura política” e uma “cultura profissional” no que tange a *Ser Assistente Social na região e os desafios das e dos profissionais no cotidiano do seu exercício* que atravessam os eixos da formação e do trabalho profissional.

Destaca-se que a consolidação e a tardia expansão da região deveram-se à ausência histórica de instituições de formação superior na região, bem como à “ausência” do Estado pelos seus serviços, o que se fomentou a partir de 1988, com a Promulgação da Constituição Federal.

É somente nos anos 2000 que as instituições de ensino superior chegam à região e se consolidam, tendo por proeminência as instituições de natureza privada, com destaque para as Faculdades

Doctum (atualmente Rede Unidoctum), propiciando a formação de futuros quadros profissionais para a região, seguida, a partir de 2006, da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. A UFVJM, com todas as contradições postas pela realidade que desencadeiam a precarização e o desmonte da educação pública brasileira, tem um valor inegável, como afirma um dos entrevistados:

a UFVJM foi a minha oportunidade, e única viu, Jhony? De poder fazer uma faculdade, ter um diploma de ensino superior. Fui o primeiro da minha família, com origens indígenas, a estudar em uma universidade. Muitos, na minha cidade, pessoas da minha família, diziam que isso não era pra mim, estava “sonhando” demais, mas não desanimei e me formei. Ah, na formatura, fui com o meu cocar para dar visibilidade, mostrar que um indígena pode também ter acesso à educação superior pública de qualidade (Ferraz, entrevista concedida ao pesquisador em 2024).

O impulso para a consolidação e o crescimento do mercado de trabalho regional teve como protagonista a “centralidade” adquirida pela Política de Assistência Social nos mandatos de Lula da Silva (2003-2006; 2007-2010), com a criação da PNAS em 2004 e do Suas em 2005.

Olha, aqui em Teófilo Otoni, me lembro da Janice Tameirão. Foi Secretária de Assistência, contribuiu muito para implantar os Cras, o Creas, toda a estrutura necessária. Era estudante, à época, fiz dois anos de estágio obrigatório na secretaria, vi todo esse movimento, e a demanda por contratar assistente social e psicólogo era grande, viu? [...] Quando me formei, fui atuar em um município chamado Rubim (MG), próximo ao Vale do Jequitinhonha. Fiquei em cargo de gestão por três anos, de 2008 a 2011. Antes da minha chegada na cidade, não havia nada, começamos do “zero”. Tenho orgulho em dizer que implantei a Política de Assistência na cidade de Rubim (Teixeira, entrevista concedida ao pesquisador em 2024).

No exercício profissional, no cotidiano do trabalho, no *ser assistente social*, a atuação em consonância com a defesa e com o alargamento de direitos é atravessada pela lógica da ajuda, da cultura do poder local, das elites, desafiando as e os profissionais na afirmação do seu exercício. Esse processo deslegitima e

subalterniza os profissionais, haja vista o contexto relacionado ao cenário de precarização das relações de trabalho, aos baixos salários, aos assédios institucionais e à reatualização da subalternidade histórica da profissão sob o contexto das *tendências* postas à profissão.

A “saída” para o enfrentamento desse cotidiano está na mobilização coletiva, que não se limita à luta corporativa, embora esta seja importante, mas na reafirmação na consciência e na ação do lugar de classe e com a classe trabalhadora, resistindo tanto no âmbito institucional e no exercício cotidiano, quanto nas lutas gerais da classe.

Não há um ponto final ou uma “receita” para o enfrentamento desses desafios, o que há é a imperativa necessidade de sucessivas aproximações por meio da pesquisa, de caráter permanente da realidade regional, permitindo o apontamento de estratégias para a ação coletiva em tempos de obscurantismo e desumanização das relações em sociedade.

Referências

AFONSO, Shirley Alves. **Entrevista concedida ao pesquisador.** Teófilo Otoni, abr. 2024.

CARVALHO, Vera Lúcia. **Entrevista concedida ao pesquisador.** Teófilo Otoni, fev. 2025.

CHAVES, Edna Oliveira. **Entrevista concedida ao entrevistador.** Teófilo Otoni, maio 2024.

FERRAZ, Diego Soares. **Entrevista concedida ao pesquisador.** Teófilo Otoni, jan. 2024.

JORGE, Gláucia Maria. **Entrevista concedida ao pesquisador.** Teófilo Otoni, fev. 2024.

MARQUES, Marqueza Maria Souza. **Entrevista concedida ao pesquisador.** Teófilo Otoni, jun. 2024.

MARTINS, Nádia Maria Carvalho. **Entrevista concedida ao pesquisador.** Teófilo Otoni, mar. 2024.

MOLJO, Carina Berta; SILVA, José Fernando Siqueira da. Cultura profissional e tendências teóricas atuais: o serviço social em debate. *In*: GUERRA, Yolanda *et al.* (org.). **Serviço social e seus fundamentos: conhecimento e crítica**. Campinas: Papel Social, 2018.

NEPOMUCENO, Romilda Aparecida. **Entrevista concedida ao pesquisador**. Teófilo Otoni, fev. 2024.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e serviço social: uma análise do serviço social no Brasil pós 64**. São Paulo: Cortez, 2015.

PENHA, Rodrigo Wolff. **Entrevista concedida ao pesquisador**. Teófilo Otoni, abr. 2024.

SOUZA, Jaqueline Maria. **Entrevista concedida ao pesquisador**. Teófilo Otoni, fev. 2024.

TEIXEIRA, Carolina Salomão. **Entrevista concedida ao pesquisador**. Teófilo Otoni, mar. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI - UFVJM. **Resolução n. 33**, de 19 de setembro de 2019. Altera artigos 115 e 118 do Regulamento dos Cursos de Graduação da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. Diamantina: UFVJM, 2019.

CAPÍTULO 15

DO COMPLEXO DO IDEAL E DA IDEOLOGIA LUKACSIANO

Érika Alves Martins

Introdução

O presente texto integra o primeiro capítulo da tese intitulada *Projeto ético-político como ideologia a partir da concepção de Georg Lukács: teleologia, causalidade e processo de trabalho no Serviço Social*. Seu desenvolvimento volta-se à fundamentação, à luz da perspectiva ontológico-crítica lukacsiana, das categorias de ideal e ideologia como chaves para a apreensão do projeto ético-político da profissão. Para tanto, parte-se da necessidade de situar o Serviço Social no interior da totalidade social, tomando como referência o movimento interpretativo de Marx acerca das relações entre base e superestrutura. Nesse horizonte, a ideologia é apreendida como mediação ativa entre as contradições materiais e a consciência social. Esse preâmbulo se faz necessário, sobretudo, para explicitar porque a discussão do complexo da ideologia assume centralidade neste capítulo.

Considerando a amplitude e a densidade da obra de Georg Lukács, delimitar a análise aos conceitos de ideal e ideologia constituiu um exercício exigente, na medida em que sua elaboração teórica é atravessada por múltiplas determinações que conformam a abordagem ontológica do ser social. Nessa chave de leitura, a ideologia não se reduz a um conjunto de ideias tomadas isoladamente, nem pode ser apreendida como mera representação do real.

Trata-se, antes, de uma forma específica de elaboração ideal da realidade, historicamente constituída e vinculada às necessidades

práticas da vida social. Sua especificidade reside justamente na função que assume no interior dessas relações, isto é, na capacidade de orientar a ação diante de conflitos concretos. Por isso, sua análise remete necessariamente à própria constituição do ser social, tendo no trabalho sua base ontológica e desdobrando-se nas mediações que articulam consciência, realidade e prática social.

O ser social e sua gênese no trabalho

A apreensão do ser social, na perspectiva ontológica desenvolvida por Lukács, requer sua compreensão como uma totalidade complexa, constituída por uma articulação dinâmica de múltiplos complexos. Neste trabalho, essa totalidade é tomada como forma de existência efetiva do próprio ser, no interior da qual as diversas determinações se articulam historicamente. Em qualquer nível de desenvolvimento histórico, o ser social se configura como um entrelaçamento de categorias que se organizam em diferentes planos, desde aqueles mais diretamente vinculados à materialidade da existência — como o trabalho e os processos de reprodução social — até aqueles que dizem respeito às formas mais elaboradas da consciência. Esses complexos se interpenetram, produzindo novas mediações que expressam e, ao mesmo tempo, transformam a própria constituição do ser. É nesse horizonte que Lukács (2013) inaugura a exposição sistemática de sua ontologia a partir do trabalho, reconhecendo-o como categoria fundante, sem, contudo, perder de vista que mesmo as determinações mais centrais só podem ser adequadamente compreendidas no interior da totalidade concreta do ser social.

Essa orientação implica reconhecer que a investigação sobre a gênese do ser social não pode prescindir da apreensão de sua estrutura categorial como um todo articulado. Nesse sentido, o procedimento metodológico mobilizado retoma a tradição marxiana, ao operar um movimento analítico que, partindo da decomposição abstrativa do complexo, busca apreender suas determinações fundamentais para, em seguida, reconstruí-lo em sua

concretude. Assim, a análise do trabalho como ponto de partida é uma exigência metodológica que permite elucidar as bases ontológicas a partir das quais se desenvolvem os demais complexos.

Nessa direção, a contribuição marxiana, tal como interpretada por Lukács, introduz uma inflexão decisiva ao situar no centro da análise a relação entre essência e fenômeno. Ao contrário das abordagens que se limitam às formas aparentes da realidade social, o método de Marx busca apreender as determinações internas que estruturam essas manifestações. A conhecida formulação de que a ciência seria desnecessária caso essência e aparência coincidissem expressa, nesse contexto, a exigência de ultrapassar a imediaticidade do dado empírico. Como indica Marx, “toda ciência seria supérflua se a forma de manifestação e a essência das coisas coincidissem imediatamente” (Marx, 2017, p. 880). Trata-se, portanto, de um esforço de restituição teórica da realidade em sua densidade ontológica, no qual a distinção — e a conexão — entre essência e fenômeno assume papel central na compreensão do ser social.

A leitura de Lukács acerca de Marx destaca a emergência de um novo padrão de cientificidade, no qual o processo de generalização não se afasta da concretude do real, mas se ancora continuamente nela. Trata-se de uma orientação teórico-metodológica que, ao analisar fenômenos singulares, mantém como horizonte a totalidade do ser social, avaliando cada determinação particular à luz de suas conexões efetivas. Nessa perspectiva, a reprodução ideal da realidade implica um esforço rigoroso de apreensão das formas específicas de existência dos fenômenos, captando-os em sua densidade própria e em sua inserção no conjunto das relações sociais. A totalidade, nesse quadro, deve ser apreendida como modo de existência efetivo do próprio ser social, no interior do qual as determinações se constituem e se transformam em relações historicamente mediadas, adquirindo sentido como expressões de formas de ser que se articulam em níveis crescentes de complexidade.

A partir disso, torna-se evidente que as categorias se constituem no interior de relações historicamente determinadas.

Elas participam do movimento do próprio ser, transformando-se à medida que novas determinações emergem no curso histórico. É nesse sentido que a história se afirma como campo privilegiado de inteligibilidade do ser social, ao revelar o processo pelo qual tais determinações se constituem, se modificam e se articulam.

Partindo do reconhecimento da relação recíproca entre história da natureza e história dos homens, a passagem de um nível de ser a outro — mediada pelo salto ontológico ao trabalho — configura a gênese do ser social no interior do próprio processo de luta pela existência. Nessa direção, Lukács enfatiza que “somente o trabalho tem, como sua essência ontológica, um claro caráter de transição”, uma vez que constitui a inter-relação entre homem (sociedade) e natureza, tanto em sua dimensão inorgânica quanto orgânica, assinalando precisamente a passagem do ser meramente biológico ao ser social (Lukács, 2013, p. 44).

A partir dessa inflexão, o trabalho passa a ser compreendido como o núcleo a partir do qual se desdobram as determinações constitutivas do novo tipo de ser, tais como a linguagem, a sociabilidade e as primeiras formas de divisão do trabalho. Ainda que sua análise isolada implique um procedimento de abstração metodológica, tal como operado por Marx, é nele que se encontram condensadas as mediações fundamentais do processo de humanização. Com efeito, é por meio do trabalho que os indivíduos estabelecem relações mediadas com a natureza, diferenciando-se progressivamente dos demais seres naturais e constituindo, historicamente, sua própria forma de existência social.

Nesse sentido, a apreensão do trabalho em sua especificidade ontológica exige a explicitação de seus momentos constitutivos e das categorias que o estruturam, evidenciando sua novidade em relação aos processos próprios da natureza. Para tanto, Lukács recorre diretamente às formulações de Marx, que definem o trabalho como um processo no qual o homem media, regula e controla seu metabolismo com a natureza. É nesse contexto que se explicita um de seus traços decisivos: o caráter teleológico da atividade humana. Como assinala Marx (2017, p. 255-256), diferentemente dos demais

seres, o homem antecipa idealmente o resultado de sua ação antes de realizá-la, projetando-o na consciência e orientando, a partir dessa antecipação, o curso de sua atividade. Tal determinação revela que, no trabalho, não se trata apenas de transformar a matéria natural, mas de realizar fins previamente concebidos, conferindo à práxis humana um caráter intencional e consciente que fundamenta a constituição do ser social.

Tem-se, a partir de Marx, o fundamento sobre o qual Lukács elabora a centralidade do pôr teleológico como categoria constitutiva do trabalho, compreendido como capacidade especificamente humana de imprimir nova objetividade ao ser material. Nessa direção, o filósofo destaca que a realização de um pôr teleológico no trabalho constitui uma experiência elementar da vida social, presente desde as formas mais imediatas do cotidiano até as elaborações mais complexas da economia e da filosofia. O problema, contudo, não reside em afirmar ou negar esse caráter teleológico, mas em submetê-lo a uma crítica ontológica rigorosa, capaz de evitar sua generalização indiscriminada para além da esfera própria em que se funda, isto é, o trabalho enquanto práxis material (Lukács, 2013, p. 47).

Essa delimitação permite compreender que, embora pensadores como Aristóteles e Hegel tenham reconhecido aspectos fundamentais da teleologia, ambos a expandiram para além de seus limites ontológicos, convertendo-a em princípio explicativo universal, aplicável indistintamente à natureza e à história. Tal movimento resultou na clássica oposição entre causalidade e teleologia que atravessa a tradição filosófica. Em contraste, Lukács redefine essas categorias em termos ontológicos precisos: enquanto a causalidade expressa o automovimento próprio dos processos naturais, a teleologia remete a um ato de pôr consciente, no qual um fim é estabelecido e posto em operação, inaugurando um processo real. Nesse sentido, o pôr teleológico não se reduz a um momento reflexivo da consciência, mas constitui um ato que desencadeia efetivamente transformações no ser, possuindo, portanto, estatuto ontológico próprio (Lukács, 2013, p. 48).

A crítica à tradição filosófica evidencia que a teleologia não pode ser generalizada como princípio explicativo universal, aplicável indistintamente à natureza e à história. É somente em Marx que essa categoria encontra sua fundamentação rigorosa, ao ser situada exclusivamente no âmbito do trabalho e da práxis humana. Lukács afirma, “o único ponto onde se pode demonstrar ontologicamente um pôr teleológico como um momento real da realidade material” é precisamente o trabalho (Lukács, 2013, p. 51), o que amplia seu significado, permitindo compreender a especificidade do ser social como forma de ser que se constitui a partir da realização contínua de fins postos conscientemente (Lukács, 2013, p. 52).

Nessa perspectiva, o trabalho configura o espaço em que se estabelece a unidade concreta entre causalidade e teleologia. O pôr de um fim — previamente elaborado no plano ideal — só se efetiva mediante a ativação de cadeias causais da natureza, de modo que a realização material do projeto ideal introduz no real algo qualitativamente novo (Lukács, 2013, p. 53). Essa articulação foi aprofundada por Nicolai Hartmann, ao distinguir analiticamente entre o pôr do fim e a investigação dos meios, evidenciando que a realização teleológica pressupõe o conhecimento objetivo das determinações causais que regem os processos naturais (Lukács, 2013, p. 54).

Mesmo em Hegel, apesar da ampliação indevida da teleologia, Lukács identifica a apreensão de um momento decisivo: o trabalho opera transformações na atividade natural sem alterar seus fundamentos ontológicos, reorganizando-a em novas combinações e atribuindo-lhe funções inéditas. Disso decorre que a natureza fornece o substrato causal que se torna mediação para a realização dos fins humanos, permitindo ao ser social atuar na transformação da realidade.

Dessa forma, o produto do trabalho emerge como síntese entre dois polos heterogêneos — a causalidade natural e a teleologia humana —, constituindo uma unidade na qual se supera essa heterogeneidade inicial. Tal unidade, contudo, só se efetiva na

medida em que o pôr teleológico alcança sua realização material; na ausência desta, o processo permanece restrito ao plano da consciência, configurando-se como um pôr incompleto (Lukács, 2013, p. 55). O caráter ontológico do trabalho, portanto, exige que a consciência apreenda adequadamente os nexos causais que condicionam a realização do fim, pois apenas assim o ato teleológico se converte em prática efetiva.

Nessa direção, a especificidade da atividade humana reside no fato de que sua mediação fundamental é a consciência, sem que isso implique atribuir-lhe autonomia absoluta. Esta se constitui e se desenvolve no interior do próprio complexo do trabalho, não podendo ser tomada isoladamente como fundamento da essência humana. A realização, enquanto momento decisivo, só se efetiva quando a consciência, articulada às determinações causais, ultrapassa os limites da adaptação biológica e opera transformações efetivas na realidade. É nesse sentido que Lukács afirma que a realização se converte em princípio transformador da natureza, superando o estatuto de mero epifenômeno e afirmando a centralidade do materialismo dialético frente às concepções mecanicistas (Lukács, 2013, p. 63).

Nesses termos, pode-se afirmar que, na atividade reprodutiva animal, a consciência permanece circunscrita ao atendimento imediato de necessidades biológicas, operando no limite de respostas instintivas que não comportam processos de generalização ou abstração capazes de viabilizar a antecipação de fins. Em contraste, no âmbito do ser social, o pôr teleológico introduz uma ruptura qualitativa: ao articular-se com as cadeias causais da realidade, a atividade consciente não apenas reage ao dado, mas projeta, previamente, o resultado a ser alcançado, colocando em movimento o processo de realização no trabalho.

É nesse ponto que Lukács explicita uma determinação decisiva: a capacidade humana de distanciamento em relação ao ambiente imediato, que possibilita a constituição de uma prévia ideação, isto é, uma reprodução ideal do objeto a ser transformado. Trata-se da atividade de espelhamento, condição para a definição dos fins e dos

meios, fundada na relação de exterioridade entre sujeito e objeto, pela qual a consciência deixa de operar de modo meramente adaptativo e passa a orientar a transformação da realidade.

No processo de espelhamento, a realidade é reproduzida na consciência sob a forma de uma objetividade própria que não se confunde com o real. Trata-se de uma reprodução ideal que não constitui duplicação do objeto, mas uma forma específica de objetividade. Como afirma Lukács, “o ser e o seu espelhamento na consciência constituem momentos heterogêneos” (Lukács, 2013, p. 66).

É precisamente essa cisão que fundamenta a possibilidade da ação humana como resposta mediada por alternativas. Ao espelhar a realidade, a consciência reproduz e abre um campo de possibilidades no qual se inscrevem as decisões teleológicas. Assim, o homem se afirma como um ser que responde, a partir de um horizonte de possibilidades historicamente constituídas, no interior do qual a prática social se orienta e se efetiva.

Homem: o ser que responde

O desenvolvimento do caráter teleológico do ser social implica reconhecer, na elaboração de Lukács, que o homem se constitui como um ser que responde às demandas da realidade objetiva. Tais respostas resultam de um processo em que necessidades são apreendidas e convertidas em possibilidades de sua superação. Nesse movimento, o indivíduo se defronta com alternativas concretas, cuja escolha se encontra condicionada pelos limites históricos e sociais de sua existência. Cada resposta produzida pode, por sua vez, reconfigurar o campo problemático, dando origem a novas questões, em um processo cumulativo de complexificação mediado por níveis cada vez mais densos de determinações.

É nesse encadeamento entre perguntas e respostas que se constitui a cultura humana, entendida como o conjunto das objetivações historicamente produzidas pelo ser social. A decisão

entre alternativas, elemento estruturante desse processo, não se restringe ao âmbito do trabalho, embora nele encontre sua forma mais originária e geral. Com efeito, tanto na relação metabólica com a natureza quanto nas múltiplas esferas da prática social, a prévia ideação — enquanto momento ideal do pôr teleológico — orienta a ação, conferindo-lhe direção e sentido. Ainda assim, o trabalho permanece como modelo privilegiado para a compreensão da dinâmica do ser social, na medida em que toda prática implica a colocação de fins a serem realizados (Vaisman, 2010, p. 47).

Como destaca Lukács, os diversos momentos da vida social que não se reduzem a processos biológicos necessários são resultado de decisões alternativas que operam como fundamentos causais das objetivações humanas. Tais decisões se estendem às ações voltadas à influência sobre a consciência de outros indivíduos, mantendo, contudo, a mesma estrutura ontológica. Mesmo as formas mais elevadas da vida social permanecem enraizadas nesse mecanismo fundamental, no qual a escolha entre possibilidades orienta a constituição da realidade social (Lukács, 2013, p. 372).

É precisamente nesse caráter alternativo dos pores teleológicos que se revela a gênese ontológica da liberdade. Longe de qualquer concepção abstrata ou metafísica, a liberdade se configura como um fenômeno histórico, múltiplo e determinado pelas formas concretas de desenvolvimento do ser social. Ao recusar a ideia de uma liberdade única e indivisível, Lukács evidencia seu caráter plural, cuja efetivação varia conforme os conteúdos, estruturas e dinâmicas próprias das diferentes esferas da práxis (Lukács, 2013, p. 372). Nessa direção, a liberdade pode ser compreendida como o ato pelo qual a consciência inaugura algo novo no ser, mediante a decisão entre possibilidades concretas e a orientação para a transformação da realidade. Como afirma Lukács, “o fundamento da liberdade consiste [...] em uma decisão concreta entre diversas possibilidades concretas” (Lukács, 2013, p. 138).

Entretanto, a liberdade assim compreendida não se realiza em condições de transparência plena. A consciência, enquanto

espelhamento da realidade, não é capaz de apreender a totalidade das determinações que conformam o mundo objetivo. Desse modo, toda escolha envolve uma dimensão de incerteza, na qual o resultado do ato teleológico adquire um caráter valorativo, sem que os critérios de avaliação sejam plenamente dominados. Ainda assim, é nesse campo que se inscreve o “fenômeno originário” da liberdade: a capacidade de instaurar objetivações que não se reduzem a transformações espontâneas, mas que introduzem o novo como resultado de um pôr consciente (Lukács, 2013, p. 374).

O desenvolvimento histórico da sociedade pode, assim, ser compreendido como resultado desse conjunto de decisões que, articuladas no cotidiano ou em esferas mais complexas da vida social, orientam os rumos da existência coletiva. Mesmo quando não plenamente conscientes de suas determinações, os indivíduos mantêm, em sua experiência vital, a percepção de que participam ativamente da construção de suas próprias vidas. Por isso, as concepções de liberdade e suas tentativas de realização atravessam toda a história, constituindo momentos centrais na busca dos homens por compreender sua posição no mundo, em permanente tensão com a necessidade (Lukács, 2013, p. 375).

Por fim, é necessário considerar que a predominância dos pores teleológicos no âmbito do cotidiano implica a presença constante de mecanismos de ocultação da realidade. Ainda que o sujeito detenha conhecimento sobre os meios de sua ação, ele não controla integralmente o conjunto de determinações que incidem sobre o processo, permanecendo sempre um campo de indeterminação. Nesse contexto, a unidade entre causalidade e teleologia, entre momento ideal e realização material, revela-se como uma articulação complexa, na qual o pôr teleológico só se efetiva plenamente quando alcança sua concretização objetiva (Lukács, 2013, p. 356). Tal dinâmica, constitutiva do ser social, evidencia que a teleologia humana se apoia nas necessidades causais da realidade, integrando inclusive eventos não controláveis da natureza ao processo de reprodução social e afirmando, assim,

o caráter ontologicamente específico de uma realidade estruturada por fins postos conscientemente (Lukács, 2013, p. 366).

O momento ideal e a ideologia

Os dois movimentos analíticos anteriores permitiram explicitar, em primeiro lugar, o trabalho como forma originária da teleologia no ser social e, em segundo, o homem como ser que responde a alternativas historicamente postas. Com isso, tornou-se possível delimitar o papel decisivo da prévia-ideação no interior da práxis, isto é, o lugar do momento ideal como condição constitutiva da atividade humana. Se o trabalho, enquanto fundamento da base econômica, só se efetiva por meio da articulação entre cadeias causais e fins conscientemente postos, então a teleologia não pode ser compreendida como um elemento secundário ou acessório. Ao contrário, ela comparece como determinação constitutiva da própria reprodução social. É nesse ponto que se evidencia que o pôr teleológico não apenas orienta a ação, mas inaugura processos reais, na medida em que mobiliza causalidades objetivas para a realização de fins previamente concebidos.

É precisamente nesse horizonte que Lukács introduz a discussão do momento ideal. Ele designa a intenção orientadora que impulsiona a atividade humana e dirige a transformação material da realidade. A elaboração ideal e sua realização objetiva podem ser distinguidas analiticamente, mas não existem de modo separado no plano ontológico: uma remete necessariamente à outra. A teleologia, se não desencadeia causalidades reais, permanece no âmbito da intenção; a causalidade, por sua vez, quando inscrita no ser social, aparece atravessada por fins postos pelos homens. Nesse sentido, Lukács enfatiza que a unidade entre teleologia e causalidade constitui uma determinação fundamental do trabalho enquanto forma originária da práxis (Lukács, 2013, p. 483). Daí a impossibilidade de sustentar, nos termos de uma ontologia do ser social, a contraposição rígida entre causalidade e teleologia.

Tal unidade, decisiva na esfera do trabalho, não se esgota, porém, na relação imediata entre sociedade e natureza. O próprio desenvolvimento da reprodução social faz emergir formas de pôr teleológico cuja finalidade já não consiste na transformação direta de objetos naturais, mas na incidência sobre a conduta de outros homens. Trata-se das posições teleológicas secundárias, que ganham crescente relevância à medida que se aprofunda a divisão social do trabalho. Como observa Lukács, essas posições têm como objeto a consciência de outros homens e desempenham papel decisivo na organização da vida social (Lukács, 2013, p. 399). Isso significa que a reprodução da vida social, em seus níveis mais desenvolvidos, exige não apenas a produção material, mas também a constituição de complexos sociais capazes de orientar comportamentos, consolidar disposições subjetivas e produzir formas de regulação indispensáveis ao funcionamento do conjunto social.

Nesse ponto, a esfera ideológica passa a ser reconhecida como momento ontologicamente necessário da reprodução. O processo econômico, a partir de certo grau de desenvolvimento, já não pode operar sem a formação de campos de atividade não econômicos que lhe deem sustentação concreta no mundo fenomênico. Costumes, hábitos, educação, moral, direito e política não são acréscimos extrínsecos a uma base autossuficiente, mas complexos que possibilitam a realização histórica das tendências econômicas, conferindo-lhes forma socialmente operativa. Nessa direção, Lukács afirma que a reprodução social exige a constituição de esferas que atuam sobre a consciência, garantindo a efetivação das tendências objetivas (Lukács, 2013, p. 465). Por isso, embora os limites entre base e superestrutura não se deixem reduzir a divisões mecânicas, eles permanecem reais e carregados de consequências para a constituição do ser social.

A ideologia, nesse contexto, não se define primariamente por seu conteúdo. O que a caracteriza é o papel que desempenha na orientação da práxis social. Uma formulação qualquer só adquire estatuto ideológico quando passa a operar como mediação prática diante de problemas historicamente situados. É nesse sentido que

sua gênese se encontra diretamente vinculada às exigências concretas da vida social, às tensões que a atravessam e às formas pelas quais os sujeitos procuram intervir nelas.

Nessa direção, a passagem da ideia à ideologia não se explica pela mera difusão de um conteúdo no plano da consciência individual, nem tampouco por seu valor gnosiológico considerado isoladamente. Uma formulação, ainda que correta ou amplamente compartilhada, só se torna ideológica quando adquire uma função precisa no interior da vida social. Nesse sentido, Lukács afirma que a ideologia se constitui quando os homens tomam consciência dos conflitos sociais e lutam por sua resolução (Lukács, 2013, p. 465). O critério decisivo é o papel efetivo que ela desempenha na orientação das ações humanas, na organização de condutas e na disputa entre interesses socialmente situados. É nesse sentido que a análise ontológico-prática se impõe sobre uma abordagem meramente gnosiológica.

Com isso, a ideologia pode ser apreendida em dois níveis articulados. Em sentido amplo, ela diz respeito ao fato de que toda a vida humana, em suas objetivações práticas, intelectuais, artísticas ou morais, é atravessada por respostas socialmente determinadas às condições de existência. Em sentido mais restrito, a ideologia se vincula diretamente aos conflitos sociais, especialmente quando grupos com interesses antagônicos buscam universalizar seus próprios fins, apresentando-os como interesse geral da sociedade. Nessa acepção, a ideologia comparece como meio de luta social, inseparável das formas concretas pelas quais os homens tomam consciência dos conflitos e intervêm neles.

Essa determinação não deve ser pensada exclusivamente em referência a sociedades de classes plenamente desenvolvidas, ainda que nelas encontre sua expressão mais nítida. O próprio processo de formação social mais primitivo já exigia disposições, afetos e orientações coletivas — como coragem, persistência ou disciplina — necessárias à reprodução da vida comum. Em formações históricas posteriores, tais elementos podem ser reelaborados e integrados a complexos ideológicos mais desenvolvidos, como a

moral, a política e o direito. Isso permite compreender que a ideologia possui uma historicidade larga, embora sua especificação mais rigorosa dependa da análise das contradições concretas que atravessam cada formação social.

A centralidade dos conflitos, contudo, não implica uma leitura simplificada da relação entre essência e fenômeno. Lukács insiste em que o mundo fenomênico do ser social não é produto passivo do desdobramento da essência; ao contrário, a tensão entre ambos constitui um dos fundamentos da desigualdade e da contraditoriedade do desenvolvimento histórico. Como enfatiza o autor, essência e fenômeno mantêm uma relação mediada e contraditória no interior da totalidade social (Lukács, 2013). Seria, por isso, equivocado identificar linearmente essência com economia e fenômeno com superestrutura. A própria economia é atravessada por mediações fenomênicas e formas contraditórias de aparecimento, ao passo que a ideologia participa ativamente do processo por meio do qual as possibilidades objetivas da essência se tornam — ou não — historicamente realizáveis.

É exatamente essa mediação que permite compreender o papel das formas ideológicas específicas. À medida que se complexifica o processo de produção, emergem campos especializados que, embora pareçam distantes da extração imediata de valor e mais-valor, tornam-se decisivos para a reprodução da totalidade social. Entre eles, o direito ocupa lugar privilegiado, na medida em que organiza, regula e estabiliza relações indispensáveis ao metabolismo social em sociedades altamente diferenciadas. O mesmo vale, em outro nível, para a política, a educação e os demais complexos superestruturais. Todos eles operam como posições teleológicas secundárias, dirigidas à consciência e ao comportamento dos homens, e por isso mesmo pertencem ao campo de efetivação da ideologia.

Assim compreendida, a ideologia não pode ser tomada nem como simples reflexo da realidade, nem como um domínio autônomo que se desenvolve à margem da base material. Ela se constitui como mediação ontologicamente fundada entre

consciência e prática social, emergindo das condições históricas concretas e retornando a elas como orientação da ação. É nesse movimento que reside sua eficácia: ao mesmo tempo em que expressa conflitos reais, intervém neles, participando ativamente da reprodução — e também da transformação — da vida social.

As formas específicas de ideologia: o direito e a política

Entre as formas específicas de ideologia tematizadas por Lukács, o direito ocupa lugar decisivo, ao lado da política, por expressar um tipo particular de pôr teleológico secundário vinculado às exigências de sociedades marcadas pela complexificação da divisão social do trabalho. Sua emergência histórica está associada ao desenvolvimento da troca e do intercâmbio de mercadorias, cujo avanço pressupõe a redução do tempo de trabalho socialmente necessário na produção imediata e, correlativamente, a possibilidade de manutenção de estratos que já não participam diretamente da produção material. Como observa Lukács, a própria socialização da sociedade depende da capacidade de manter tais estratos não diretamente produtivos (Lukács, 2013, p. 497). Nesse sentido, criam-se as bases para a formação de esferas especializadas incumbidas de ordenar, estabilizar e administrar conflitos derivados da dinâmica produtiva.

O direito, assim, comparece como mediação necessária à reprodução dessas relações sociais, estruturando formas de regulação compatíveis com a complexidade do processo social. Sua constituição se dá à medida que o desenvolvimento social exige um sistema relativamente autônomo de regulação dos conflitos, capaz de operar num nível de generalidade e abstração compatível com a complexidade crescente das relações sociais. É nesse sentido que Lukács, com referência em Engels, compreende o direito como forma específica de ideologia: não porque seja mero reflexo ilusório da base econômica, mas porque atua na elaboração e organização de respostas socialmente eficazes para tensões reais postas pela reprodução social. Nessa direção, Lukács afirma que o direito se

estrutura como um complexo voltado à resolução prática de conflitos socialmente relevantes (Lukács, 2013, p. 499).

O caráter próprio do pôr jurídico reside precisamente em sua capacidade de abstração objetivante. Ao intervir sobre a realidade social, o direito não a reproduz em sua imediaticidade, mas a seleciona, ordena, define e sistematiza segundo critérios que visam tornar tratáveis os conflitos socialmente relevantes. Sua racionalidade, portanto, não se mede por uma correspondência direta com a objetividade social em toda a sua densidade contraditória, mas por sua capacidade de construir um sistema normativo apto a assegurar certa otimização do estágio histórico de desenvolvimento da formação social em que se insere. Isso significa que sua coerência interna é inseparável de sua função social.

Todavia, essa função não é neutra. Em sociedades de classes, a própria seleção das alternativas juridicamente válidas tende a convergir com os interesses da classe dominante, em virtude da posição estrutural que essa classe ocupa no interior da reprodução social. Como destaca Lukács, a estratificação social faz com que as alternativas de solução dos conflitos coincidam, tendencialmente, com os interesses dominantes (Lukács, 2013, p. 497). O direito se converte, assim, em instrumento de regulação de antagonismos produzidos pelas incoerências do modo de produção, oferecendo-lhes uma forma de tratamento que aspira à universalidade, mas que permanece socialmente situada.

É nesse contexto que se forma o jurista profissional como figura típica dessa esfera. Produto da divisão social do trabalho, ele encarna um tipo específico de atividade voltada à administração, ao aperfeiçoamento e ao controle do campo jurídico. Tal especialização favorece uma inversão peculiar, na qual os agentes dessa esfera tendem a conceber o direito como princípio regulador supremo da sociedade. Nesse processo, Lukács identifica aquilo que denomina “ideologização da ideologia”, decorrente da autonomização de um campo especializado (Lukács, 2013, p. 501-502).

Essa aparência de autossuficiência, contudo, não elimina sua dependência de outras mediações. O direito não regula

isoladamente os conflitos sociais; ele necessita da moral, dos costumes, da religião e de outras formas de produção social da conduta para que sua eficácia se complete. Como fundamenta Lukács, essa esfera exige um “estrato especializado que administra, controla e aprimora” o campo jurídico (Lukács, 2013, p. 501). Sua atuação está, portanto, inscrita em uma rede mais ampla de mediações ideológicas.

Se o direito aparece como forma específica de ideologia estreitamente vinculada à institucionalização da divisão social do trabalho, a política possui um ancoradouro ainda mais profundo na vida social. Para Lukács, não existe comunidade humana em que não surjam, de modo contínuo, questões que, em níveis mais desenvolvidos, reconhecemos como políticas. Como afirma o autor, “não pode haver nenhuma comunidade humana [...] na qual não aflorassem questões que [...] chamamos de políticas” (Lukács, 2013, p. 502).

Por isso, a política deve ser compreendida como complexo universal da totalidade social. Como define Lukács, trata-se de um complexo da práxis mediada, voltado à incidência sobre a totalidade social (Lukács, 2013, p. 502). A práxis política opera na relação entre essência e fenômeno, partindo das formas fenomênicas dos conflitos, mas buscando incidir sobre suas determinações mais profundas.

Nessa direção, a política remete, em sua estrutura mais profunda, ao modelo do trabalho: também aqui se trata de conhecer nexos e causalidades para intervir no real. Entretanto, nos pores teleológicos secundários, o coeficiente de incerteza é qualitativamente superior, uma vez que o desconhecido assume maior peso e o próprio desenvolvimento social produz novas formas e legalidades (Lukács, 2013, p. 509-510).

É justamente nesse campo que Lukács formula critérios para a avaliação da práxis política. Um deles é a identificação do “elo da corrente”, isto é, da tendência capaz de produzir efeitos mais amplos na totalidade social. O outro diz respeito à duração dos efeitos da decisão. Como afirma o autor, a validade de uma decisão

política só pode ser avaliada a partir de suas consequências reais no desenvolvimento social (Lukács, 2013, p. 507). A eficácia política se mede por sua permanência histórica relativa, por sua inscrição nas causalidades objetivas que estruturam o processo social.

Daí decorre uma consequência fundamental: a correção social de uma decisão política não pode ser conhecida integralmente de antemão. Como enfatiza Lukács, somente a história pode oferecer um juízo válido sobre ela, sempre *post festum* (Lukács, 2013, p. 510). Isso impede qualquer absolutização da política e veda a ideia de uma política “em geral”, válida indistintamente para todas as formações sociais.

Nesse ponto, Lukács fundamenta sua crítica na reflexão de Marx sobre a produção em geral. O fator subjetivo da política se materializa nas respostas que os homens formulam às questões postas pela realidade histórica. Como afirma Lukács, toda pergunta só se torna efetiva quando conduz a uma resposta socialmente significativa (Lukács, 2013, p. 519).

É nesse horizonte que Lukács retoma a tese marxiana, segundo a qual as ideias dominantes de uma época são as ideias da classe dominante. Tal primazia ideológica deve ser entendida como efeito do fato de que a classe dominante dispõe não apenas dos meios de produção material, mas também dos meios de produção espiritual. Suas ideias se apresentam como universais porque encontram base objetiva na organização social existente e porque, para a maioria dos indivíduos, aparecem como formas de tomada de consciência de sua própria vida cotidiana.

Nesse sentido, tanto o direito quanto a política mostram, cada um a seu modo, como as formas específicas de ideologia participam ativamente da reprodução social. O direito o faz mediante a normatização abstrata e a administração especializada dos conflitos; a política, mediante a intervenção prática sobre os rumos da totalidade social, operando na contraditória mediação entre fenômeno e essência. Em ambos os casos, trata-se de posições teleológicas secundárias, orientadas à consciência e ao comportamento dos homens, e por isso mesmo decisivas para a

inteligibilidade da ideologia como momento constitutivo do ser social, conforme sintetiza Lukács (2013).

Breves considerações finais

A análise desenvolvida ao longo deste capítulo permitiu explicitar que o complexo do ideal e da ideologia, tal como formulado por Lukács, deve ser apreendido como momento constitutivo do próprio ser social, enraizado no trabalho e desdobrado nas múltiplas mediações da práxis. Ao evidenciar que a ideologia se define por sua função na orientação da ação diante de conflitos historicamente determinados, torna-se possível compreendê-la como forma específica de intervenção no real.

É nesse horizonte que o projeto ético-político do Serviço Social se torna inteligível enquanto ideologia. Ele não se reduz a uma formulação normativa abstrata, mas se configura como elaboração ideal historicamente situada, construída pela categoria profissional no enfrentamento das expressões da questão social. Sua efetividade, portanto, não se esgota em seu conteúdo, mas se expressa na função que desempenha na orientação da práxis profissional e na disputa por determinados rumos societários.

Assim, ao articular trabalho, teleologia, momento ideal e ideologia, o capítulo explicita as bases ontológicas necessárias para compreender o projeto ético-político como forma específica de ideologia. Não se trata, portanto, de um conjunto de princípios abstratos, mas de uma determinação que atua na orientação da práxis profissional e na intervenção nos conflitos sociais. É a partir dessa base que se torna possível, nos capítulos seguintes, apreender sua constituição histórica e analisar sua efetividade no interior das disputas que atravessam o Serviço Social e a sociedade brasileira.

Referências

LUKÁCS, György. **Para uma ontologia do ser social I.** (Trad. Carlos Nelson Coutinho, Mario Duayer e Nélio Schneider; Revisão de Ronaldo Vielmi Fortes). São Paulo: Boitempo, 2012.

LUKÁCS, György. **Para uma ontologia do ser social II.** (Trad. Carlos Nelson Coutinho, Mario Duayer e Nélio Schneider; Revisão de Ronaldo Vielmi Fortes). São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política.** Livro III. São Paulo: Boitempo, 2017.

VAISMAN, Ester. A ideologia e sua determinação ontológica. **Verinotio:** Revista on-line de Educação e Ciências Humanas, Rio das Ostras, ano 6, n. 12, p. 40-64, out., 2010. Disponível em: <<https://www.verinotio.org/sistema/index.php/verinotio/article/view/100>>. Acesso em: 30 maio 2024.

SOBRE AS AUTORIAS

ANDERSON MARTINS SILVA - Licenciado em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP, Campus Marília-SP) e Bacharel, Mestre e Doutor em Serviço Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Atualmente é professor do curso de graduação em Serviço Social da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), campus Barbacena-MG. Desenvolve pesquisas no campo do marxismo, com ênfase na análise das relações entre acumulação capitalista, lucratividade do capital, capital fictício e força de trabalho no Brasil e no cenário internacional, no pós-1970. E-mail: <anderson.martins.silva@hotmail.com>. ORCID: <<https://orcid.org/0000-0001-8008-7211>>. LATTES: <<https://lattes.cnpq.br/2151714329095971>>

CARINA BERTA MOLJO – Assistente Social formada pela Universidade Nacional de Rosário (UNR), Argentina. Mestrado, Doutorado e Pós-Doutorado em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e Pós-Doutorado em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Atualmente é professora titular da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora, atuando na Graduação e na Pós-graduação em Serviço Social. Pesquisadora CNPq. E-mail: <carinamoljo@uol.com.br>. ORCID: <<https://orcid.org/0000-0002-0248-5617>>. LATTES: <<http://lattes.cnpq.br/3960109794312109>>

DANIELA LEONEL DE PAULA MENDES – Mestre e Doutora em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS) da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Assistente Social da Universidade Federal de Minas Gerais, lotada na Pró-Reitoria de Recursos Humanos, na Diretora da Divisão de Acompanhamento Funcional (DAF) do

Departamento de Desenvolvimento de Recursos Humanos (DRH).
E-mail: <danielaleoneljf@yahoo.com.br>. ORCID: <<https://orcid.org/0000-0002-5384-2725>>. LATTES: <<http://lattes.cnpq.br/4499985344511666>>

EDNÉIA ALVES DE OLIVEIRA - Doutora em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e Professora da Graduação e Pós -Graduação da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Líder do Grupo de Pesquisa: Trabalho, Realidade Brasileira e Políticas Públicas - CNPq e Bolsista PQ-C-CNPq. E-mail: <oliveira.edneia@ufjf.br>. ORCID: <<https://orcid.org/0000-0001-6550-7177>>. LATTES: <<http://lattes.cnpq.br/1353592697826668>>.

ÉRIKA ALVES MARTINS - Graduada, Mestre e Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Assistente social do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais, campus Juiz de Fora, desde 2010. Integrou, entre 2016 e 2025, o grupo de pesquisa na área de Fundamentos do Serviço Social. E-mail: <erikamartins.as@gmail.com>. ORCID: <<https://orcid.org/0009-0000-7355-6200>>. LATTES: <<http://lattes.cnpq.br/3561931981356510>>.

FÁBIO DA SILVA CALLEIA - Graduado e Mestre em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Doutor em Serviço Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail: <fabiocalleia@yahoo.com.br>. ORCID: <<https://orcid.org/0009-0007-7419-1101>>. LATTES: <<http://lattes.cnpq.br/6710015263022241>>.

GABRIELE PONCIANO DA SILVA - Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM). Mestre e Doutora pelo Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Pesquisadora do Grupo de Estudo e Pesquisa em Fundamentos, Formação e Exercício Profissional em Serviço Social - GEFEPSS da UFTM e do Grupo de

Pesquisa Luta de Classes e Serviço Social (UFJF). Docente voluntária no curso de Especialização em Política Social e Questão Racial da UFTM. E-mail: <gabriele.ponciano@gmail.com>. ORCID: <<https://orcid.org/0000-0002-5192-6730>>. LATTES :<<http://lattes.cnpq.br/5609635801652037>>

ISAURA BARBOSA DE OLIVEIRA LANZA - Advogada, graduada em Direito pelo Instituto Vianna Junior. Mestre e Doutora em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora. Coordenadora Pedagógica e Professora de Direito do Trabalho e Processo do Trabalho do Curso de Direito na Faculdade Metodista Granbery. E-mail: <zazaadv@hotmail.com>. ORCID: <<https://orcid.org/0009-0002-2872-0256>>. LATTES: <<http://lattes.cnpq.br/0959045492671526>>.

JHONY OLIVEIRA ZIGATO - Graduado, Mestre e Doutor em Serviço Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Especialista em Saúde Coletiva pelo Programa de Residência Hospitalar em Serviço Social do Hospital Universitário da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (HU-EBSERH) da mesma universidade. Professor Adjunto II do Departamento de Ciências Humanas e Sociais (DCHS) da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas e Exatas (FACSAE) da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM). Coordenador de Estágio do curso de Serviço Social e do Grupo de Estudos e Pesquisa em Fundamentos do Serviço Social (GEPFSS) da UFMG. E-mail: <jhony.zigato@ufvjm.edu.br>. ORCID: <<https://orcid.org/0009-0003-7799-3231>>. LATTES: <<http://lattes.cnpq.br/8255354861877870>>.

JULIANO ZANCANELO REZENDE – Graduado, Mestre e Doutor em Serviço Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Professor Adjunto da Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense - Niterói. Pesquisador do Grupo

de Pesquisa Luta de Classes e Serviço Social (LUCLASS). Integra a pesquisa em rede O Serviço Social na História: questão social, movimentos e lutas sociais América Latina e Europa (1960-2020). E-mail: <julianozancanelo@gmail.com>. ORCID: <<https://orcid.org/0000-0002-2400-6023>>. LATTES: <<http://lattes.cnpq.br/1328735888193338>>.

LÍVIA NEVES ÁVILA DE FRANÇA E SILVA - Assistente social formada pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), Mestre em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Atualmente, atua como Assistente Social na Universidade Federal de Ouro Preto, vinculada à Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis, com trabalho voltado à permanência estudantil. E-mail: <livia.as@hotmail.com>. ORCID: <<https://orcid.org/0009-0003-6903-2764>>. LATTES: <<https://lattes.cnpq.br/4200835963492908>>.

LUZIA AMÉLIA FERREIRA - Assistente Social graduada pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Mestre e Doutora em Serviço Social pela Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora (FSS/UFJF). Com especialização em Planejamento e Gestão Ambiental pela Fundação Universidade do Tocantins (UNITINS) e em Gestão Pública e Sociedade pela Universidade Federal do Tocantins (UFT) em parceria com a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Servidora pública federal, lotada no Hospital Veterinário da Escola de Veterinária da Universidade Federal de Minas Gerais - Campus Pampulha - Belo Horizonte – MG. E-mail: <amelialuzia@hotmail.com>. LATTES: <<http://lattes.cnpq.br/4105339536606144>>.

MARCO JOSÉ DE OLIVEIRA DUARTE – Graduado em Serviço Social e em Psicologia na Universidade Federal Fluminense (UFF). Mestre em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Doutor em Serviço Social pela Universidade do

Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Pós-Doutor em Política Social (Universidade Católica do Salvador) e em Psicologia Social pela UERJ e pelo ISCTE-IUL (Portugal). Atualmente docente da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), da graduação ao pós-doutorado. Colaborador do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da UERJ. Pesquisador/Bolsista de Produtividade do CNPq (C). Líder do GEDIS-UFJF/CNPq e NEPS-UERJ/CNPq. E-mail: <marco.duarte@ufjf.br>. ORCID: <<https://orcid.org/0000-0002-6395-1941>>. LATTES: <<http://lattes.cnpq.br/1776095470421007>>.

MARIA LÚCIA DURIGUETTO - Assistente Social pela Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora; Mestre e Doutora em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro; Professora Titular da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora; Membro do Grupo de Pesquisa Luta de Classes e Serviço Social (LUCLASS). E-mail: <marialucia.duriguetto@ufjf.br>. ORCID: <<https://orcid.org/0000-0001-5800-7289>>. LATTES: <<http://lattes.cnpq.br/0944692796969354>>.

MICHELLE NEVES CAPUCHINHO - Assistente social, graduada, mestre e doutora em Serviço Social pela Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Teve experiência docente na mesma instituição. Membro da Coordenação Nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). E-mail: <michelle5neves@yahoo.com.br>. ORCID: <<https://orcid.org/0009-0008-7819-7524>>. LATTES: <<http://lattes.cnpq.br/9260345228756159>>.

NICOLE CRISTINA OLIVEIRA SILVA - Assistente social, Mestre e Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora/UFJF. Docente Adjunta na mesma instituição e Pesquisadora no Grupo de Estudos e Pesquisas dos Fundamentos do Serviço

Social – GEPEFSS/UFJF, que integra a Rede Mineira de Grupos de Estudos dos Fundamentos do Serviço Social - REMGEFSS. Integrou equipe de pesquisa sobre saúde da população negra em parceria com a Universidade Federal Fluminense/UFF e o Ministério da Igualdade Racial/MIR. Foi docente temporária nos cursos de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense/UFF - Campus Rio das Ostras e da Universidade Federal de Juiz de Fora/UFJF. Trabalhou como assistente social na EMCASA - Companhia Municipal de Habitação e Inclusão Produtiva de Juiz de Fora, período em que atuou como representante governamental no Conselho Municipal de Assistência Social de Juiz de Fora - CMAS/JF. Foi secretária executiva do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Juiz de Fora - CMDCA/JF, vinculado à Secretaria Especial de Direitos Humanos da Prefeitura de Juiz de Fora. Compôs a gestão 2023-2024 da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social - ABEPSS/Regional Leste e a direção do Conselho Regional de Serviço Social de Minas Gerais - CRESS MG /seccional Juiz de Fora na gestão 2020-2023. E-mail: <nicole.oliveira@ufjf.br>. ORCID: <<https://orcid.org/0000-0002-6744-4234>>. LATTES: <<http://lattes.cnpq.br/1444816508145528>>.

PATRÍCIA DA SILVA COUTINHO – Graduada e Doutora em Serviço Social pela Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora. Mestre em Serviço Social pela Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Especialista em Política Social, Serviço Social e Processo de Supervisão de Estágio pela UFJF. Assistente social no Instituto Federal de São Paulo (Campus Cubatão). E-mail: <coutinho.patricia@estudante.ufjf.br>. ORCID: <<https://orcid.org/0000-0002-7859-0683>>. LATTES: <<http://lattes.cnpq.br/6761791241381527>>.

THAISA SILVA MARTINS – Assistente Social formado pela Universidade Federal dos Vales Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM),

Mestre em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Assessora técnica ao Grupo de Trabalho Interministerial na elaboração de uma agenda de desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha/MG (GTI/IFNMG - 2026). Teve experiência docente na UFVJM. Foi idealizadora do coletivo Leia Mulheres em Araçuaí/MG. É vinculada à Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN), ao Núcleo de Estudos, Pesquisas e Extensão Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI/IFNMG), e ao Observatório dos Direitos das Mulheres dos Vales Jequitinhonha e Mucuri, na UFVJM. E-mail: <thaisa19.martins@gmail.com>. ORCID: <<https://orcid.org/0000-0001-6046-5043>>. LATTES: <<http://lattes.cnpq.br/8231077696176290>>.

THAÍSE SEIXAS PEIXOTO DE CARVALHO – Graduada pela Fundação Municipal de Ensino Superior de Conselheiro Lafaiete (MG). Mestre e Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora- UFJF, Conselheira do CRESS-MG gestão 2020-2023 e 2023-2026, assistente social e servidora pública no município de Ouro Branco-MG, professora da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG). E-mail: <thaise.seixas@hotmail.com>. ORCID: <<https://orcid.org/0000-0003-0362-2705>>. LATTES: <<http://lattes.cnpq.br/1991224490736472>>.

APENDICE

TESES DE DOUTORADO DEFENDIDAS NO PPGSS/UFJF (2019-2026)

TESES DEFENDIDAS EM 2024

1. Isaura Barbosa de Oliveira Lanza (2020-2024)

Título: O trabalho na era digital e a atuação do poder judiciário: uma análise dos direitos trabalhistas dos motoristas em empresas-plataforma

Orientadora: Maria Lúcia Duriguetto

Coorientadora: Ana Claudia Moreira Cardoso

Defesa: 21/02/2024

2. Vinicius Rocha Rodrigues Moraes (2019-2024)

Título: O complexo categorial estético arquitetônico: o sistema de mediações categoriais da arte em Lukács no interior da peculiaridade da arquitetura

Orientador: Ronaldo Vielmi Fortes

Defesa: 22/04/2024

3. Livia Neves Ávila de França e Silva (2019-2024)

Título: Os planos de governo no Brasil pós-redemocratização: a permanência da lógica embrionária do “combate” à pobreza

Orientadora: Ednéia Alves de Oliveira

Defesa: 16/08/2024

4. Luzia Amélia Ferreira (2021-2024)

Título: Serviço social e saúde animal: contribuições para a área da saúde

Orientadora: Alexandra Aparecida Leite Toffanetto Seabra Eiras

Defesa: 03/10/2024

TESES DEFENDIDAS EM 2025

5. Michelle Neves Capuchinho (2019-2025)

Título: Questão agrária em Minas Gerais: análise do desenvolvimento capitalista no campo a partir das principais cadeias produtivas do agronegócio 2002- 2020

Orientadora: Cristina Simões Bezerra

Bolsista: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, CAPES

Defesa: 21/02/2025

6. Thaisa Silva Martins (2020-2025)

Título: Erguendo a voz: um ensaio sobre o enfrentamento à violência através das *escrevivências* de mulheres negras

Orientadora: Elizete Maria Menegat

Bolsista: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, CAPES

Defesa: 26/02/2025

7. Anderson Martins Silva (2019-2025)

Título: Marx, os marxismos e a crise: a lei tendencial da queda da taxa de lucro e as determinações subjacentes da crise do capital na contemporaneidade

Orientadora: Ednéia Alves de Oliveira

Coorientadora: Paula Francisca Vidal Molina.

Bolsista: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, CAPES

Defesa: 02/06/2025

8. Nicole Cristina Oliveira Silva (2022-2025)

Título: A contribuição teórico-metodológica do marxismo para a apreensão da questão étnico-racial no Brasil: reflexões para o serviço social

Orientadora: Luciana Gonçalves Pereira de Paula

Bolsista: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, CAPES

Defesa: 31/07/2025

9. Jhony Oliveira Zigato (2020-2025)

Título: A reconstrução histórico-crítica do serviço social no Vale do Mucuri (MG): institucionalização, expansão e consolidação

Orientadora: Carina Berta Moljo

Defesa: 14/08/2025

10. Ingrid Adame Moreira (2021-2025)

Título: Em busca de estratégias para um trabalho crítico e comprometido com o projeto ético-político do serviço social na alta complexidade de Juiz de Fora/MG,

Orientadora: Luciana Goncalves Pereira de Paula

Defesa: 18/09/2025

11. Thaíse Seixas Peixoto de Carvalho (2019-2025)

Título: Cultura política e a organização política dos assistentes sociais na virada do serviço social crítico: o caso de Minas Gerais

Orientadora: Carina Berta Moljo

Defesa: 24/09/2025

12. Érika Alves Martins (2019-2025)

Título: Projeto ético-político como ideologia a partir da concepção de Lukács: teleologia, causalidade e processo de trabalho no serviço social

Orientadora: Alexandra Aparecida Leite Toffanetto SeabraEiras

Defesa: 29/09/2025

13. Patrícia da Silva Coutinho (2019-2025)

Título: As Políticas de emprego nos governos Temer e Bolsonaro (2016-2022): uma análise a partir da superpopulação relativa da classe trabalhadora e da superexploração da força de trabalho

Orientador: Rodrigo de Souza Filho

Defesa: 29/09/2025

14. Daniela Leonel de Paula Mendes (2019-2025)

Título: A virada crítica da formação profissional em serviço social no Brasil: o protagonismo da ABESS e os marcos históricos, teóricos e políticos

Orientadora: Carina Berta Moljo

Defesa: 29/09/2025

15. Aline de Jesus Oliveira (2021-2025)

Título: A política de reforma agrária em Minas Gerais: debates e contradições acerca da realidade dos assentamentos no Vale do Mucuri (MG)

Orientadora: Cristina Simões Bezerra.

Bolsista: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, CAPES

Defesa: 30/09/2025

16. Taciane Couto Gonçalves (2020-2025)

Título: Serviço Social, movimentos sociais e o fortalecimento do projeto profissional crítico

Orientadora: Luciana Goncalves Pereira de Paula

Defesa: 06/10/2025

17. Fábio da Silva Calleia (2021-2025)

Título: Mal-estar na civilização do capitalismo tardio: Os supérfluos como insígnia da obsolescência programada humana do mundo do trabalho

Orientadora: Alexandra Aparecida Leite Toffanetto Seabra Eiras.

Coorientadora: Elizete Maria Menegat.

Bolsista: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, CAPES

Defesa: 06/10/2025

18. Juliano Zancanelo Rezende (2022-2025)

Título: Serviço social e movimentos sociais: contribuições analíticas para uma história nova da profissão em Juiz de Fora-MG

Bolsista: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais, FAPEMIG

Orientadora: Maria Lúcia Duriguetto

Defesa: 08/10/2025

19. Gabriele Ponciano da Silva (2020-2025)

Título: Serviço social brasileiro na história: apontamentos do legado do projeto acadêmico-profissional da Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais entre 1972-1975

Orientadora: Maria Lúcia Duriguetto.

Coorientadora: Maria Rosângela Batistoni.

Bolsista: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais, FAPEMIG

Defesa: 26/11/2025

E o que é que fica? A impressão de que só os homens, os homens brancos, social e economicamente privilegiados, foram os únicos a construir este país. A essa mentira tripla se dá o nome de: sexismo, racismo e elitismo. E como ainda existe muita mulher que se sente inferiorizada diante do homem, muito negro diante do branco e muito pobre diante do rico, a gente tem mais é que tentar mostrar que a coisa não é bem assim, né? — Lélia Gonzalez

GONZALEZ, Lélia. A questão negra no Brasil.
In: RIOS, Flávia; Lima, Márcia (org.).
Por um feminismo afro-latinoamericano.
Rio de Janeiro: Zahar, 2020.